

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 07, Nº 16 | Mai/Ago 2019

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2017-2019)

Presidente
Carlos Benedito Martins, UNB

1º Vice Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCAR

2º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPR

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Antônio da Silveira Brasil Junior, UFRJ

1º Secretário
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

2º Secretário
Hermílio Pereira dos Santos Filho, PUCRS

Diretores
Paulo Roberto Arruda de Menezes, USP
Michel Nicolau Neto, Unicamp
Alex Niche Teixeira, UFRGS
Gabriel Moura Peters, UFPE
Anete Brito Leal Ivo, UFBA

Conselho Fiscal
Claudio Santiago Dias Junior, UFMG
Andrea Borges Leão, UFCE
Maria Aparecida da Cruz Bridi, UFPR

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia

Editores
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia

Editores Adjuntos
Adelia Maria Miglievich-Ribeiro, Universidade Federal do Espírito Santo
Renan Springer de Freitas, Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Editorial
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Universidade de Lisboa
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michel Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão:Girllaynne Marques
Diagramação: Adilma Menezes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – Vol. 07, n. 16 (mai./ago. 2019)- . – Sergipe: SBS, 2013-
Quadrimestral
ISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)

1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

05 **Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)**
Social Thought and Informational Research: the case of the Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)
Alejandra Josiowicz
Antonio Brasil Jr.

29 **Por que deixamos de fazer o que sempre fizemos? Instituições, existencialismo e ação coletiva transformadora na teoria dos Campos de Ação Estratégica**
Why do we stop doing what we always did? Institutions, existentialism and transformative collective action in the theory of Strategic Action Fields
Pedro Frizo
Paulo Niederle

50 **Excesso de prazo no processo penal: a gramática do Supremo Tribunal Federal**
Excessive length of time in criminal proceedings: the Supreme Court grammar in use
Ludmila Ribeiro

82 **Origem de Classe e Destino ao Topo Social no Brasil**
Class Origin and Destination to Social Top in Brazil
José Alcides Figueiredo Santos

105 **Arte, Juventude e Legitimação: uma análise comparativa sobre jovens artistas da arte contemporânea nos contextos brasileiro e uruguaio**
Art, Youth and Legitimation: a comparative analysis of young artists of contemporary art in the brazilian and uruguayan contexts
Guilherme Marcondes dos Santos
Tálisson Melo de Souza

135 **Modernidade e reificação na sociologia alemã: as alternativas às narrativas clássicas que emergem no final do século XX nas obras de Norbert Elias, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann**
Modernity and reification in German Sociology: alternatives to classical narratives that come up in the end of the 20th century in the Norbert Elias', Junger Habermas', and Nicklas Luhmman's writtings.
Igor Suzano Machado

157 **A área de Sociologia e os desafios de seus Programas modais: análises do último biênio**
The area of sociology and challenges of its modal programs: analyses of the latest biennium
Fernando Tavares Júnior
Tarcília Edna Fernandes do Nascimento
Bianca Souza
Bernardino
Lucas Loureiro Leite

179 **Tomada de posição no legislativo brasileiro: análise sociológica sobre o caso da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável**
Position-taking in the brazilian legislative: sociological analysis on the case of the environment and sustainable development commission
Carolina Pimentel Corrêa
Virgílio Borges Pereira

207 **Ciberespaço e emoções: a digitalização do medo na crise de segurança pública e aquartelamento da Polícia Militar / ES de 2017**
Cyberspace and emotions: the digitization of fear in the crisis and public security of military barracks of Military Police / ES 2017
Patrícia Pereira Pavesi
Maria Cristina Dadalto

235 **Os embolamentos do tráfico de drogas em Porto Alegre pela ótica do interacionismo radical**
Angs of drug traffic in Porto Alegre from a radically-interactionist point of view
Betina Warmling Barros

http://dx.doi.org/10.20336/rbs.459

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Pensamento social e pesquisa informacional: o caso da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)

Social Thought and Informational Research: the case of the Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)

Alejandra Josiowicz*
Antonio Brasil Jr.**

RESUMO
Neste artigo, apresentamos como, através da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), a área de pesquisa em "pensamento social no Brasil" vem enfrentando alguns dos desafios recentes trazidos pela pesquisa informacional. Para tal, destacamos três seções: (a) uma apresentação do universo BVPS, em que explicamos o que é a biblioteca, suas origens e potencialidades; (b) uma breve discussão sobre o possível papel da BVPS na ampliação dos diálogos interdisciplinares e dos estudos comparados nesta área de pesquisa, uma vez que a biblioteca fortalece o intercâmbio com outras tradições intelectuais nacionais (e transnacionais); (c) um mapa da área de pesquisa em "pensamento social", feito através da extração de dados da Plataforma Lattes (com a ferramenta Stela Experta), que identifica o comportamento da área em termos de concentração temporal, disciplinar e temática, bem como o interesse crescente pelos temas e autores latino-americanos.
Palavras-chave: Pensamento social. Biblioteca virtual. Pesquisa informacional. Estudos comparados. América Latina.

* Pesquisadora Assistente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina, e pós-doutoranda do CPDOC/FGV, Brasil. É mestre e doutora em Spanish and Portuguese pela Princeton University, EUA. alejandra.josiowicz@gmail.com
** Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. É doutor em Sociologia pela UFRJ. Realiza pesquisas nas áreas de pensamento social no Brasil e teoria sociológica. Atualmente é um dos coordenadores do GT "Pensamento social no Brasil" da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Brasil. antoniobrasiljr@gmail.com

ABSTRACT

This article examines the way in which, through the Digital Library on Social Thought (BVPS), "Brazilian Social Thought" as a research field has dealt with the recent challenges brought by informational and digital technologies. It is divided in three sections: a) a presentation of the BVPS universe, in which we explain what it is, its origins and possibilities, b) a brief discussion of the BVPS' possible role in widening both the interdisciplinary and transnational horizon within this research field, as it seeks to stimulate dialogues with other national and transnational intellectual traditions; c) a map of the research field in "Brazilian Social Thought", elaborated through the extraction of data from the Stella Experta Platform, which allows the field's visualization: its temporal, disciplinary and thematic concentration, in addition to the growing interest in Latin American topics and authors.
Keywords: Social Thought. Digital Library. Informational Research. Comparative Studies. Latin America.

As novas tecnologias de informação e o acesso ao chamado big data, isto é, o acesso ao enorme volume de dados armazenáveis e disponíveis online, têm implicado vários desafios teóricos, metodológicos, empíricos e mesmo políticos às ciências sociais. Este texto explora como estes desafios têm sido assumidos pela área de pesquisa em "Pensamento social no Brasil", mais especificamente a partir da iniciativa da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS)[1]. Esta biblioteca virtual leva para o campo das ciências sociais uma iniciativa já há muito consolidada nas ciências da saúde, o que vem acarretando problemas novos e questões inéditas para este tipo de criação, gestão, difusão e indexação do conhecimento. Pretendemos explorar aqui as várias contribuições possíveis deste tipo de ferramenta, como: (a) o estímulo ao trabalho interdisciplinar entre as ciências sociais, as ciências humanas, a crítica literária e os estudos culturais, as artes, a filosofia, a biblioteconomia e as ciências da informação; (b) a identificação, o armazenamento, a classificação e o mapeamento da produção intelectual em "pensamento social no Brasil", favorecendo, na medida do possível, a divulgação dos "intérpretes do Brasil"[2];

1 Site: http://bvps.fiocruz.br/

2 Embora a BVPS tenha como um de seus propósitos principais a democratização do conhecimento e a divulgação entre públicos amplos, ela não implica por si a consecução desse objetivo. A ampliação do acesso à BVPS por públicos universitários e extra-universitários não é uma tarefa fácil, que depende de um trabalho gradativo de difusão, sendo que a BVPS carece do impacto que caracteriza os grandes meios de difusão e as redes sociais.

(c) a potencialidade da comparação e do intercâmbio entre tradições e comunidades científicas de países e regiões diferentes, entre as diferentes áreas do Brasil, os outros países da América Latina e os Estados Unidos, o que tem sido estimulado a partir da BVPS.

Nesse sentido, tentamos refletir sobre os modos pelos quais tecnologias da informação, como a Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS), podem levar a novos modos de entender a interação entre os praticantes da disciplina do pensamento social (internamente marcada por assimetrias e desigualdades, como qualquer campo de conhecimento), assim como podem levar a repensar as interpretações do Brasil em sua relação com a sociedade[3]. Assim, o trabalho visa a contribuir com as investigações recentes sobre as tecnologias da informação como modos de estimular novas dinâmicas da prática científica na sociedade contemporânea (BAUMGARTEN, 2009). Com o surgimento de novas formas produtivas e societárias que caracterizam a "era do conhecimento", a análise dos modos de produção, apropriação e divulgação da informação e sua aplicação na sociedade se torna cada vez mais central[4].

Nesse novo contexto, os processos de circulação e difusão do conhecimento não podem ser mais pensados como um caminho de mão única, isto é, como se partissem já "prontos" dos grupos especializados para os diversos públicos, vistos como despossuídos de instrumentos próprios de interpretação da realidade social. Historicamente, essa concepção se viu reforçada especialmente nas sociedades periféricas, em que a produção do conhecimento sempre se viu cronicamente afetada pelas forças do campo do poder (BASTOS; BOTELHO, 2010; SARLO; ALTAMIRANO, 1997) bem como pelas urgências impostas pela percepção compartilhada do "atraso" – tanto da sociedade quanto do próprio universo cultural, se comparadas às sociedades

3 O acervo da BVPS é alimentado pelos pesquisadores e pelos bibliotecários da Fundação Oswaldo Cruz de forma manual. A seleção de documentos e obras em pensamento social responde à produção em pensamento social disponível na íntegra em formato digital aparecida em revistas, nos anais dos GTs da ANPOCS e da SBS, além de teses e dissertações disponibilizadas pelos programas de pós-graduação. Pesquisadores e públicos têm colaborado na alimentação das bases através de parcerias interuniversitárias destinadas à digitalização e à alimentação. No entanto, o processo revela-se demorado e gradativo, dado seu caráter manual.

4 O dossiê "Metodologia e Transdisciplinaridade", *Sociologias*, ano 11, n. 22, 2009, por exemplo, apresenta numerosos trabalhos que investigam a produção e a aplicação social dos conhecimentos, e a relação entre a sociedade, a tecnologia e a inovação através do exercício da reflexividade no fazer científico.

tomadas como referência[5]. Se a construção da ciência, nesses contextos, não se deu dissociada de um sentido de "missão" por parte de intelectuais e cientistas sociais[6], as novas ferramentas permitem redirecionar este sentido, tornando-o potencialmente mais horizontal e poroso aos processos (não-lineares) de democratização cultural em curso. Do mesmo modo, os fluxos de informação ensejam novas maneiras de se organizar e articular a produção científica em diferentes contextos nacionais e regionais, tensionando e redefinindo mutuamente as agendas relacionadas ao "pensamento social" em diferentes países. Vejamos, agora, como a BVPS se insere nesse processo.

Universo BVPS

Embora as práticas de divulgação científica já tenham largo tempo de vigência no Brasil, especialmente nos campos das ciências naturais e da vida (MASSARANI; MOREIRA; BRITO, 2002; WELTMAN, 2008), sabemos que nas ciências sociais ainda há um largo caminho a percorrer. Com exceção talvez da história, disciplinas como sociologia, antropologia e ciência política ainda pouco valorizam a democratização e circulação do conhecimento especializado por elas produzido, o que não deixa de ser, em certo sentido, paradoxal, haja vista a vocação "pública" das ciências sociais, isto é, seu potencial ímpar de interpelação dos problemas vividos cotidianamente por homens e mulheres em sociedade (PERLATTO; MAIA, 2012). No caso brasileiro, esta vocação "pública" foi particularmente forte nos anos 1950-60 – lembremos, por exemplo, da adesão dos cientistas sociais aos temas do "desenvolvimento" e da Campanha em Defesa da Escola Pública.

No entanto, o fato de que grande parte do processo de institucionalização

5 Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo também ressaltaram a importância de pensar as particularidades da formação da intelectualidade em um país periférico e a necessidade de problematizar o conceito de autonomia (SARLO; ALTAMIRANO, 1997, p. 7; pp. 13-15). Os autores ressaltaram o fato de que, no caso da Argentina, assim como em outras sociedades periféricas, a especialização da produção intelectual não iria ser necessariamente acompanhada de formas de autonomização que as preservem das autoridades do sistema político e sua coerção (SARLO; ALTAMIRANO, 2001, p. 159). É por isso que, para o caso de sociedades capitalistas periféricas como as latino-americanas, seria necessário reformular os critérios de delimitação e funcionamento do campo, considerando sua organização assimétrica em torno de horizontes de paradigmas e instâncias de consagração externas, que cumpriram o papel de metrópoles ou polos culturais (SARLO; ALTAMIRANO, 2001, pp. 154-168).

6 A ideia de um sentido de "missão" compartilhado pela intelectualidade, no caso brasileiro, já rendeu um extenso debate (MARTINS, 1987; PÉCAUT, 1990; MICELI, 2001; BASTOS; BOTELHO, 2010). Dada a natureza deste texto, deixamos apenas indicadas estas referências.

das ciências sociais, especialmente dos cursos de pós-graduação, tenha se dado na década de 1970, isto é, em momento de fechamento político, certamente não foi sem consequências para este afastamento entre a pesquisa científica e o público mais amplo (VIANNA, 1997). Igualmente, o caráter descontínuo da presença das ciências sociais na escola básica (MEUCCI, 2011) – o que só foi revertido muito recentemente, com a obrigatoriedade da Sociologia em todo o Ensino Médio, iniciativa esta que já se encontra ameaçada pela última reforma educacional – também contribuiu para a menor importância dos livros de divulgação científica e/ou paradidática dentre os pesquisadores.

A Biblioteca Virtual do Pensamento Social foi criada com o intuito de fortalecer as instâncias de circulação do conhecimento especializado gerado nas ciências sociais e, mais especificamente, no âmbito do "pensamento social", área de pesquisa que se dedica à análise das diferentes "interpretações do Brasil" e que recorta, dentre outros, os campos das ciências sociais, da história, da crítica literária e dos estudos das artes visuais. Esta Biblioteca – pensada menos como um simples repositório online de documentos e informações e mais como um portal de difusão e criação colaborativa de conhecimentos em "pensamento social" – é resultado das atividades de uma rede de pesquisadores que, ao longo dos últimos anos, vem consolidando e ampliando esta área de pesquisa junto à comunidade científica das ciências sociais[7]. A BVPS é uma instância que visa a intensificar, simultaneamente, a formação de redes de pesquisadores, a criação de conhecimento científico novo e a comunicação de suas agendas de pesquisa com públicos mais amplos[8].

Cumpre lembrar que as chamadas "interpretações do Brasil" não apenas constituem o objeto de investigação preferencial da área de pesquisa em "pensamento social", mas também funcionam como recursos cognitivos cruciais para as ciências sociais aqui praticadas. Além disso, como aponta-

7 A BVPS tem como objetivo dar espaço não só a profissionais históricos da área do pensamento social, mas também ao ingresso de novos atores, embora ela seja só uma das instâncias de hierarquização entre as muitas outras que existem no campo acadêmico das ciências sociais e humanas.

8 A preocupação com a divulgação da BVPS entre públicos amplos tem sido uma constante entre os pesquisadores. Uma das estratégias para atingir públicos mais amplos tem sido a criação de um Blog https://blogbvps.com/author/blogbvps/, ao qual todos os pesquisadores, assim como o público em geral, podem enviar notícias e que inclui um tutorial para utilizar a BVPS, além de novidades sobre o mundo do pensamento social, como eventos, cursos e notas relevantes para a área.

ram Bastos e Botelho (2010, p. 914), estas interpretações também são usadas como recursos cognitivos, expressivos e normativos para os atores sociais, quer dizer, as ideias operam como forças sociais reflexivas e relevantes nos processos de mudança social, dado que "a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos" (BASTOS; BOTELHO, 2010, p. 914). As interpretações da sociedade atuam de modo produtivo "na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica" (Ibidem, p. 914). Uma ferramenta como a Biblioteca Virtual do Pensamento Social, atuando como espaço de armazenamento, intercâmbio e difusão de conhecimentos, representações e significados sobre a sociedade, participa desse caráter reflexivo em sua ligação à sociedade. Ela é capaz de propiciar novos modos de compreensão, definição e produção no interior da área de pesquisa, além de contribuir para a autorreflexão dos praticantes da área e de produzir novos canais de interação entre a produção científica e a sociedade nos seus diferentes agrupamentos e coletivos. Ela atua simultaneamente como estímulo e produto da própria reflexividade das interpretações sociais, podendo influenciar a percepção que os sujeitos sociais têm de suas práticas e sua realidade social[9].

Interdisciplinaridade e estudos comparados

Para nossos propósitos aqui, há duas questões teórico-metodológicas a serem consideradas: em primeiro lugar, a questão da interdisciplinaridade, entendida como o diálogo do pensamento social com referências teóricas não só das ciências sociais – a sociologia, a ciência política e a antropologia –, mas também da história intelectual, a história social e cultural, os estudos culturais, a crítica literária, as artes visuais e as ciências da informação, estimulando, em palavras de Ricardo Benzaquen de Araújo, um "diálogo, um intercâmbio intelectual mais amplo, matizado e complexo" entre as disciplinas (apud SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 147). De fato, como assinalou

9 André Botelho (2015) refletiu sobre a BVPS como modo de captar tendências no campo de debates da área do pensamento social, assim como instrumento para mapear as conexões de sentido entre ideias, intelectuais e sociedade.

Carmem Felgueiras, o caráter interdisciplinar provavelmente tenha cumprido uma função importante na consolidação institucional da área nos últimos trinta anos, como força centrípeta de aglutinação de pesquisas feitas em instituições e disciplinas diferentes (FELGUEIRAS, 2014, p. 141). A segunda questão teórica a ser considerada é a metodologia comparativa, dado que, como destacou Benzaquen de Araújo, "a constituição de uma perspectiva comparada com o pensamento social de outros países, tal como o que já está ocorrendo – sobretudo – com a Argentina, abre também grandes possibilidades de uma expansão da riqueza e da complexidade intelectual das pesquisas nesta área" (apud SCHWARCZ; BOTELHO, 2011, p. 158). Esse tipo de metodologia comparada é favorecido e estimulado por uma ferramenta informacional como a Biblioteca Virtual do Pensamento Social.

A BVPS, de fato, funciona como uma espécie de memória das ciências sociais e visa a estimular a interlocução entre o pensamento social feito no Brasil, em outros países da América Latina e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que integra, na contemporaneidade, comunidades intelectuais espalhadas em territórios geográficos e países distintos, em diferentes objetos de estudo e partindo de modos plurais e heterodoxos, mas não contraditórios, de entender e definir a própria disciplina. A partir desse tipo de iniciativa, a BVPS tem sido um núcleo importante de articulação entre pesquisadores localizados em regiões distantes do Brasil, de outros países da América Latina – México, Uruguai e Argentina, sobretudo – e dos Estados Unidos. De fato, ela tem funcionado como ferramenta de transmissão e divulgação do pensamento social a partir de um eixo comparativo. Trata-se de uma tendência de crescente importância no pensamento social, na história intelectual e nos estudos latino-americanos, que propõe pensar a existência de um campo intelectual mais amplo do que aquele definido pelas fronteiras nacionais, a partir do exame da história das ciências sociais e humanas de forma comparada e transnacional[10]. O campo vem refletindo de diversas maneiras sobre as consequências epistemológicas de pensar a história dos intelectuais e das

10 Para reflexões sobre as consequências epistemológicas do diálogo transnacional no interior do pensamento social no Brasil e no campo de estudos sobre América Latina, ver: OLIVEIRA, 2005; MAIA, 2017; MONTEIRO, 2015; e BRASIL JR., 2013. Para outras abordagens do pensamento social e os estudos comparados entre o Brasil e a América Latina, ver: SORÁ, 2003; e MICELI; PONTES, 2014. Para abordagens comparadas dentro dos estudos culturais, ver: GARRAMUÑO, 2015. Para uma abordagem recente da história intelectual latino-americana, ver: MYERS, 2016.

suas interpretações a partir de um princípio supranacional, isto é, partindo de um exercício de tradução analítica e de comparação entre pressupostos ideológicos e debates localizados em comunidades intelectuais distintas, mas com importantes pontos em comum. Desse modo, as pesquisas recentes têm tomado como ponto de partida deslocamentos, diásporas, traduções e instituições que trabalharam em âmbito continental e transnacional, o que tem o potencial de revelar o papel das pesquisas feitas nas periferias para a compreensão dos desafios e debates das disciplinas científicas (BRASIL JR., 2013; MAIA, 2017). Por outro lado, o pensamento social sobre "América Latina" – como espaço mais simbólico do que geográfico e que implica a constituição de uma mirada complexa, assim como uma série de desafios e limites[11] –, deve ser considerado na sua relação, de contaminação e tensão, com a história intelectual e com os estudos latino-americanos.

No caso da relação entre a história intelectual praticada na Argentina e o pensamento social feito no Brasil, além de sublinhar a premissa comum da exploração dos processos de simbolização social, em seu aspecto discursivo e material, deve-se ressaltar a história específica de cada uma em seu respectivo país, com seus principais eixos de debate, modos de legitimação e dilemas centrais[12]. Na relação do pensamento social com os estudos latino-americanos, devemos levar em conta que esses nascem nos Estados Unidos, junto a outros estudos de área e internacionais, no contexto das políticas norte-americanas da Guerra Fria, como revela-se na criação de múltiplos programas de estudos latino-americanos e de "línguas estrangeiras" – no caso, espanhol e português – em universidades norte-americanas e na criação da própria LASA (Latin American Studies Association) durante o período que vai da Revolução Cubana (1959) até a queda do muro de Berlim (1989) (DE LA CAMPA, 2000). Já a partir do final da década de 1980, os paradigmas nacional e disciplinar entraram em crise e tomou força o modelo dos estudos culturais no âmbito dos estudos sobre a América Latina na academia anglo-saxã, o que implicou uma intensificação da relação entre as humanidades

11 Adrián Gorelik (2004) refletiu sobre esse problema na história intelectual da América Latina no dossiê sobre estudos comparados da revista *Prismas*, n. 8, 2004.

12 Jorge Myers (2015) fez uma "arqueologia" da história intelectual na Argentina e de seus antecedentes, com foco sobretudo na reconstrução da dimensão contextual dos textos. Kozel (2015), por seu lado, realizou um mapeamento das grandes tendências do pensamento latino-americano. Ambos trabalhos formam parte do dossiê da revista *Prismas,* em comemoração aos vinte anos do Centro de História Intelectual da Universidade de Quilmes (2015).

e as ciências sociais e o questionamento do cânone literário como núcleo da tradição letrada nacional (RICHARD, 2012). No caso dos estudos culturais latino-americanos – e dada a centralidade do estudo de línguas para os *area studies* norte-americanos –, isso não implicou um abandono do texto, mas um estímulo ao estudo de produções alheias ao cânone da tradição letrada, como no caso dos debates em torno do gênero testemunho, da entrada da crítica feminista e dos chamados "estudos subalternos" (BEVERLEY, 2014).

Como se vê, os estudos culturais latino-americanos estiveram marcados por agendas de pesquisa diferentes às do pensamento social no Brasil, dadas por conjunturas político-sociais distintas assim como por outros regimes de politização e outras modalidades de mediação entre o conhecimento acadêmico e o social. Cada disciplina ocupa um espaço qualitativamente diferente no campo intelectual de cada país, como se vê no protagonismo da sociologia no pensamento social brasileiro, enquanto no campo de estudos latino-americanos nos Estados Unidos já não é a sociologia (marcadamente autocentrada na sociedade norte-americana) que tem protagonismo, senão as disciplinas ligadas ao estudo de línguas, como a linguística, os estudos literários e culturais e a história.

No entanto, há em comum, em termos teórico-metodológicos, o diálogo interdisciplinar, de articulação entre disciplinas diferentes. Assim, os "estudos latino-americanos" combinam uma perspectiva interdisciplinar com uma perspectiva de *area studies*, de comparação entre diferentes países e regiões, como vemos na definição tanto disciplinar quanto de área das seções que agrupam os membros e participantes da LASA[13]. Por outro lado, é interessante observar que "Estudos culturais" na América Latina e "estudos latino-americanos" são duas definições não equivalentes, mas também não excludentes, de modalidades teórico-metodológicas e de pesquisa sobre a América Latina nos Estados Unidos e nos espaços acadêmicos nos quais a tradição anglo-americana é mais forte. O desafio interdisciplinar de articular correntes teóricas e disciplinares com metodologias e objetos de análise heterogêneos tem uma série de implicações. Embora o valor democratizante de uma agenda que se propõe a questionar o cânone literário e a recuperar as experiências e sujeitos pouco ou nada representados pelas tradições letradas

13 Disponível em: https://lasa.international.pitt.edu/por/sections/. As seções incluem tanto: "Cuba", "Brasil", "Peru", "Estudos Latinos" e "Estudos do Cone Sul", quanto: "Gênero e Estudos Feministas", "Etnia, Raça e Povos Indígenas", "Estudos de Cultura Visual" e "Comunicação em massa e cultura popular".

seja inegável, ela pode ter tendido a reforçar determinadas dicotomias, como a de cultura letrada e cultura popular, assim como a reificar a "alteridade" ou a "diferença" latino-americana em termos de subalternidade, empobrecendo assim as leituras possíveis sobre o papel da cultura na América Latina[14]. É por isso que a interseção entre os "estudos culturais" latino-americanos, a história intelectual e o pensamento social, em chave transnacional, pode permitir modos mais complexos de pensar a relação entre os intelectuais, a cultura e a sociedade nos diferentes países da América Latina, seja através da redefinição da própria categoria de intelectual[15], seja através do exame dos modos diversos e complexos pelos quais os intelectuais interagem e se inserem, partindo de relações hierárquicas e não hierárquicas de simbolização e poder, na vida social. Isso implica a quebra das dicotomias, muitas vezes mais polarizadoras que explicativas, entre o nacional e o cosmopolita, a cultura letrada e a cultura popular, a tradição e a modernidade na América Latina, assim como implica a possibilidade de repensar o lugar das linguagens culturais no processo de mudança social.

A seguir, apresentaremos alguns dados que, a partir das ferramentas da BVPS, permitem traçar um mapa do campo de "pensamento social", assim como delinear o perfil temático, cognitivo e temporal da produção intelectual na área de pesquisa e analisar o modo como a América Latina aparece no universo dos pesquisadores da área.

Um mapa do "pensamento social"

Certamente, como todo campo de conhecimento dinâmico, a área de "pensamento social" já conta com enorme acúmulo reflexivo em termos de balanços, simpósios e acertos de conta críticos em relação a suas agendas e seus protocolos de pesquisa[16]. Com as ferramentas associadas à BVPS, este esforço reflexivo pode atingir um novo patamar, pois elas nos dão um mapa

14 Ver sobre o tema, no *The Latin American Subaltern Studies Reader*, editado por Ileana Rodriguez (2001), os ensaios de Alberto Moreiras, Walter Mignolo e John Beverly.
15 Ver a respeito: Gilman, 2015.
16 Alguns balanços podemos encontrar em: Miceli, 1999; Oliveira, 1999; Bastos 2002; 2003; Brandão, 2007; Ricupero, 2007; Bastos; Botelho, 2010. Também vale a pena ver o número da revista *Sociedade e Estado* (v. 26, n. 2, maio/ago. 2011). Para uma perspectiva mais ampla a respeito da história das ciências sociais no Brasil, conferir os dois volumes organizados por Sergio Miceli (1995; 2001).

do "pensamento social" capaz de capturar a complexidade e a magnitude da área. Ainda que os formatos mais assentados de "balanços de área" continuem sendo fundamentais para a auto-observação de uma área de pesquisa, o aumento exponencial de informações gerado pelos processos de ampliação e especialização do conhecimento necessita *também* de um olhar "de longe", mais distanciado, que seja capaz de detectar grandes padrões, recorrências e dispersões temáticas, temporais e disciplinares (MORETTI, 2008).

Cumpre lembrar que já houve iniciativas anteriores de cartografar as ciências sociais usando grandes agregados de dados. Sem pretender fazer uma listagem exaustiva, pode-se mencionar aqui o trabalho de Manuel Palacios Melo, *Quem explica o Brasil* (1999), que, utilizando de maneira criativa os métodos quantitativos da bibliometria, traçou um mapa da disciplina através das principais referências bibliográficas mobilizadas pelos "redatores" de teses. Integrando uma pesquisa mais ampla sobre as ciências sociais no Brasil, o autor também publicou, em coautoria com L. J. Werneck Vianna, M. A. Rezende de Carvalho e M. B. Burgos, o artigo "Doutores e teses em ciências sociais" (VIANNA et al, 1998), texto que traz uma série de dados sobre os métodos e os objetos mais recorrentes em 411 teses de doutorado defendidas entre 1990 e 1997 em onze instituições de pós-graduação. Neste período, segundo o levantamento dos autores, a "magnitude" da área "pensamento social" – ou melhor, "pensamento brasileiro", de acordo com a nomenclatura utilizada – atingia níveis relevantes em relação ao conjunto dos objetos mais frequentes, perfazendo 15 teses ou 3,6% do total. Como sugerem os próprios autores do artigo, estes valores seriam maiores caso fosse incluída na mesma rubrica as teses sobre "ciência social" – em seus termos, "ciência social" e "pensamento brasileiro" "versam sobre temas afins, isto é, de como e a partir de que instrumentos se pensa o Brasil" (VIANNA et al, 1998, online) –, o que daria um total de 22 teses ou 5,3 % do total, um número sem dúvida significativo[17].

Outro trabalho que toma como objeto teses de doutorado é o artigo de André Botelho (2012), "Sobre as teses do IUPERJ: ciências sociais e construção democrática no Brasil contemporâneo", que analisou 200 teses defendidas nesta instituição. Deste total, o campo "pensamento social" contribuiu com um total de 19 teses, sendo a área temática mais recorrente a "sociologia",

17 Em outra chave e operando com outro recorte temporal, também se pode mencionar o trabalho de Glaucia Villas Bôas, *A Vocação das Ciências Sociais no Brasil* (2007), que mapeou toda a produção em livro de ciências sociais disponível na Biblioteca Nacional, entre 1945 e 1966.

com 10 teses. Na medida em que este texto envolve um contraponto entre as teses da "sociologia" e as da "ciência política", ele permite ver que, ainda que o "pensamento social" esteja presente de maneira significativa nas três disciplinas básicas das ciências sociais, este campo apresenta modulações e problemas distintos em cada uma delas. Mais recentemente, André Botelho e Lucas Carvalho (2017) fizeram um levantamento exaustivo de todos os artigos de sociologia publicados na revista *Dados*, mostrando que nos últimos 50 anos da revista o "pensamento social e político brasileiro" é uma das especializações mais frequentes na revista, ao lado de "sociologia política" e de "teoria sociológica".

Através da plataforma Stela Experta[18], foi possível realizar uma ampla e inédita cartografia da área de pesquisa em pensamento social. Com o objetivo de identificar os pesquisadores que produzem no campo, a partir das palavras-chave que eles mesmos atribuem às suas produções, encontramos um universo significativo de 938 pesquisadores (mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e bolsistas de produtividade). Os critérios adotados para criar esta "cesta de pesquisadores" foram a recorrência da expressão "pensamento social" (no mínimo 3 vezes em toda a produção listada no CV-Lattes do pesquisador) e a atualização dos currículos pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à busca.

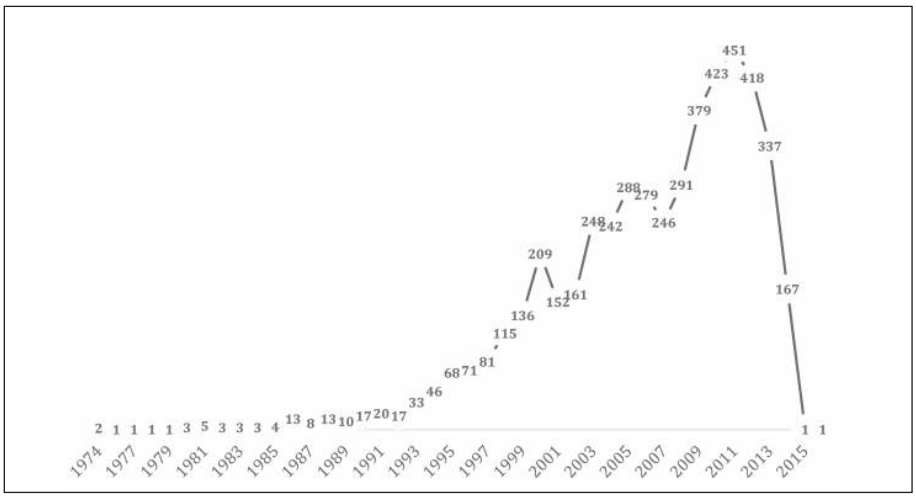
Ao agregar estas informações, selecionando apenas os itens de produção[19] que contivessem o termo "pensamento social", encontramos a signifi-

18 A Plataforma Stela Experta, contratada com recursos dos projetos associados à rede BVPS, foi desenvolvida para apoiar a gestão estratégica de informação curricular em instituições de ensino, pesquisa e inovação. Trata-se de uma ferramenta que integra os dados dos currículos Lattes de professores, pesquisadores, alunos e colaboradores da instituição de modo a apoiar a implementação de políticas de gestão, além de possibilitar a contextualização desses dados de acordo com a nomenclatura utilizada por ela. Esta plataforma organiza a informação curricular em três grupos de informações: (a) Pessoas: Localização de pessoas e Análise de perfil curricular; (b) Produção: Localização da produção C&T; Análise do perfil da produção C&T da organização; e Análise qualitativa da produção C&T; (c) Projetos: Localização de projetos e Análise do perfil dos projetos da organização. Para mais informações, acessar http://www.stela.org.br/.

19 Os itens de produção (artigos, teses, trabalhos apresentados etc.) foram identificados a partir de buscas feitas nos seguintes campos do CV-Lattes: Resumo; Resumo em inglês; Palavras-chave da formação acadêmica/titulação; Área do conhecimento da formação acadêmica/titulação; Natureza da atividade da atuação profissional; Título das linhas de pesquisa da atuação profissional; Palavras-chave das linhas de pesquisa da atuação profissional; Áreas de atuação; Nome dos projetos; Descrição dos projetos; Título das produções e das patentes/registros; Palavras-chave das produções e das patentes/registros; Título em inglês das produções e das patentes/registros; Título da orientação concluída/em andamento; Título em inglês da orientação concluída/em andamento; Palavras-chave da orientação concluída/em andamento.

cativa quantidade de 4968 itens, de acordo com extração feita no dia 16 de novembro de 2014. Esta produção apresenta a seguinte evolução temporal:

Gráfico 1: Evolução da produção intelectual com o termo "pensamento social"

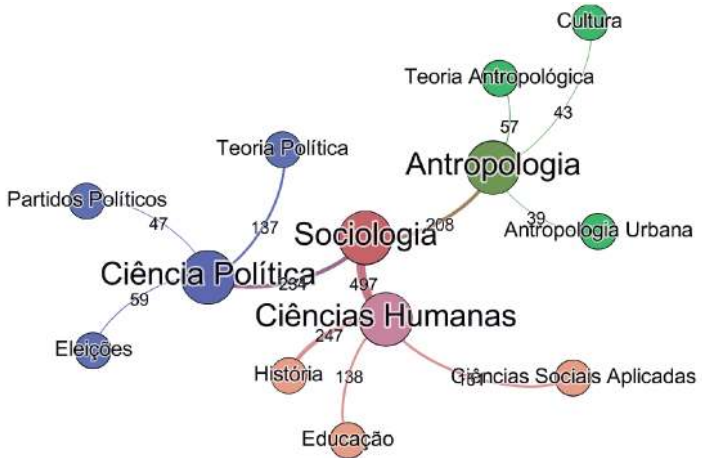


Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes)

Vemos, no gráfico acima, que, de acordo com o universo pesquisado, a área de "pensamento social" apresenta considerável crescimento ao longo do período que vai desde meados da década de 1990 até atingir um pico em 2011. A queda dos indicadores após 2011 não deve ser automaticamente referida a uma possível diminuição do volume da produção, pois a "cesta" de 938 pesquisadores é estática e, como sabemos, há certa demora no preenchimento das informações no CV-Lattes. A curva de crescimento, acentuada entre 1995 e 2014, é consistente com os dados relativos aos GTs de Pensamento Social no Brasil na ANPOCS e na SBS, bem como com o surgimento de uma geração de pesquisadores que, desde fins da década de 1980, começou a realizar as dissertações de mestrado e as teses de doutorado em "pensamento social".

Em relação às áreas disciplinares, os 938 pesquisadores, de acordo com o *grafo* gerado pelo Stela Experta, estão reunidos de acordo com as seguintes associações:

Gráfico 2: Redes de áreas disciplinares e suas associações



Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes

O gráfico não só chama a atenção para o caráter interdisciplinar da área de "pensamento social", algo mencionado em todos os seus balanços, mas também para a centralidade da sociologia no interior deste universo, a qual figura como o "nó" central. Em termos de associações entre as áreas, vemos que há relações relativamente equilibradas entre a sociologia e as demais disciplinas[20]: há 234 pesquisadores relacionando a sociologia com a ciência política, 247 relacionando-a com a história (mediada pela grande área ciências humanas) e 208, com a antropologia. Esta rede demonstra que, em que pese a centralidade da sociologia – o que certamente traz implicações para a dinâmica teórica, metodológica e empírica desta área de pesquisa[21] –, o "pensamento social" é fortemente interdisciplinar e relativamente equilibrado entre as três disciplinas das ciências sociais e a história.

Em números absolutos, selecionando todas as produções destes 938 pesquisadores que contenham o termo "pensamento social", encontramos os temas

20 A pergunta usada aqui pelo sistema Stela Experta, para gerar esta rede, é: "Com quais temáticas trabalham as pessoas considerando título da produção, descrição do projeto, título do projeto, palavras-chave da área de atuação e palavras-chave de formação e que possuem o termo 'pensamento social' em seu currículo"?

21 A constatação da centralidade da sociologia, e não da história – como ocorre em outros países, como na Argentina, com a rubrica "história intelectual" –, bem como suas implicações, já foi discutida por Botelho (2015). Também se nota a diferença com o lugar dos estudos latino-americanos nos Estados Unidos, onde as disciplinas associadas a línguas e literaturas ocupam um lugar mais central.

mais recorrentes nesta produção (definidos a partir da extração de informações contidas nos CV-Lattes, e não da leitura dos itens de produção)[22]. A fim de qualificar melhor as informações referidas aos "intérpretes do Brasil" mais recorrentes neste universo, pesquisamos também especificamente os nomes dos autores contemplados na coletânea *Um enigma chamado Brasil* (2009), organizado por André Botelho e Lilia Schwarcz durante sua coordenação do Grupo de Trabalho "Pensamento Social no Brasil" na ANPOCS. A escolha desse livro justifica-se pelo fato de que ele surge como produto das discussões da área em pensamento social no Brasil no interior do GT da ANPOCS, reunindo aproximadamente os intérpretes mais mapeados por essa área de conhecimento desde a década de 1980, quando o GT foi criado.

Quadro 1: Temas e intérpretes mais frequentes

Temas (Pensamento social)	Ocorrências
Pensamento social brasileiro	781
Pensamento social	676
Pensamento social no Brasil	209
Gilberto Freyre	169
Intelectuais	145
Florestan Fernandes	70
Sociologia brasileira	61
Oliveira Vianna	55
Sergio Buarque de Holanda	46
Sociologia	41
História das ideias	40
Primeira República	36
América Latina	34
Gilberto Freyre	787
Florestan Fernandes	725
Oliveira Vianna	498
Sergio Buarque de Holanda	434
Mário de Andrade	345
Joaquim Nabuco	343
Caio Prado Jr.	289
Darcy Ribeiro	267
Euclides da Cunha	254
Fernando Henrique Cardoso	239
Câmara Cascudo	237
Manoel Bomfim	214
Alberto Guerreiro Ramos	209

22 A fim de encontrar os temas mais recorrentes na produção dos 938 pesquisadores selecionados pela ferramenta Stela Experta, foi feita seguinte pergunta: "Quais são as temáticas das produções considerando palavras-chave da produção, título da produção e informações adicionais da produção e que possuem o termo 'pensamento social'"?

Continuação

Temas (Pensamento social)	Ocorrências
Roger Bastide	178
Antonio Candido	161
Raymundo Faoro	141
Octavio Ianni	123
Maria Isaura Pereira de Queiroz	100
Nina Rodrigues	96
Silvio Romero	96
André Rebouças	80
Luiz Costa Pinto	68
Paulo Prado	63
Oracy Nogueira	53
Roberto Schwarz	45
Visconde do Uruguai	38
Richard Morse	25
Gilda de Mello e Souza	24

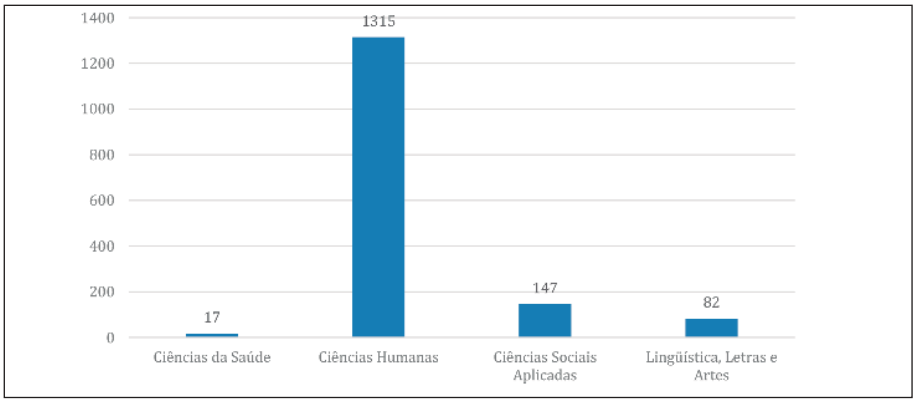
Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes

Do quadro acima, destacam-se algumas informações. De um lado, como é natural, a própria área de pesquisa aparece como tema principal, quando se seleciona o termo "pensamento social"; no entanto, vemos que há variações entre "Pensamento social brasileiro", "pensamento social" e "Pensamento social no Brasil", sendo as duas primeiras as mais frequentes no interior do universo pesquisado, a despeito de a última nomear os longevos Grupos de Trabalho da ANPOCS e da SBS. Outro dado que chama a atenção é a associação recorrente do termo "pensamento social" com, pelo menos, quatro intérpretes da sociedade brasileira: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda, nesta ordem de importância. A centralidade destes quatro autores se mostra consistente com as buscas feitas isoladamente com os seus nomes na produção dos 938 pesquisadores selecionados. Em certo sentido, isso mostra que o período entre 1920 e 1970 é o que mais vem concentrando a atenção dos pesquisadores, retirando um pouco do peso que costumávamos atribuir aos ensaios da década de 1930, na esteira do prefácio de Antonio Candido (1995) à quinta edição de *Raízes do Brasil*.

A Plataforma Stela Experta também permite refletir sobre o "estado do campo" dos estudos sobre América Latina no interior do pensamento social em seus diferentes indicadores. Com o objetivo de identificar os pesquisadores que produzem no campo, a partir das palavras-chave por eles atribuídas à sua própria produção, encontramos um universo significativo de 370 pesquisadores (incluindo mestrandos, mestres, doutorandos, doutores, pós-doutores e livre-

docentes)[23]. Além disso, foi possível identificar as produções sobre a América Latina no interior do campo do pensamento social, chegando a um universo de 1.458 itens (incluindo produções bibliográficas e orientações concluídas e em andamento). Com base nestes procedimentos, chegamos aos seguintes resultados:

Gráfico 3: Total de produções sobre América Latina por grande área de conhecimento (06/2016)



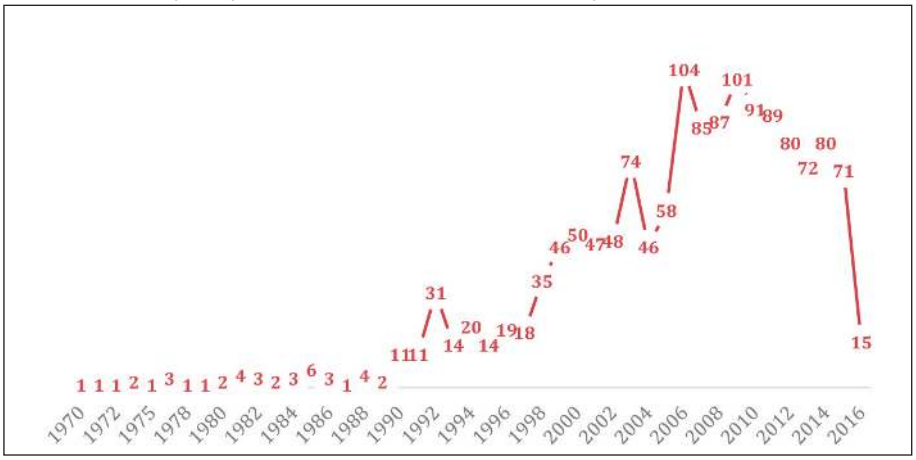
Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes

Vemos, no gráfico acima, que a maior parte das produções sobre a América Latina pertence à área das ciências humanas (que inclui Antropologia, Ciência Política, Educação, História e Sociologia, entre outras), com 1315 produções, seguida por ciências sociais aplicadas, com 147, e linguística, letras e artes, com 82 produções; o que é resultado do fato de que nossa cesta de pesquisadores foi extraída a partir do termo "pensamento social", o que tende a sobresselecionar pesquisadores das ciências humanas. Isso ressalta a diferença em relação aos Estados Unidos, não só porque, no caso, quase todas as ciências sociais, com exceção da história, seriam consideradas "aplicadas", mas sobretudo porque, inclusive a despeito da mencionada crise do cânone literário, a importância do estudo de línguas, literaturas e culturas estrangeiras e da linguística tornou-se cada vez mais fundamental para os programas de estudos latino-americanos[24].

23 Para esse mapeamento, realizado em junho de 2016, foram mobilizados os seguintes filtros: "Projetos", "Linhas de Pesquisa", "Orientações concluídas", "Orientações em andamento", "Disciplinas ministradas", "Formações concluídas", "Formações em andamento", "Áreas de atuação" e "Atuações Profissionais".

24 Ver: "Foreign Languages and Higher Education: New Structures for a Changed World", MLA Ad Hoc Committee on Foreign Languages, 2007.

Gráfico 4: Total das produções sobre América Latina em escala temporal (06/2016)



Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes

A evolução temporal da pesquisa em pensamento social sobre América Latina é equivalente e paralela à do próprio campo, com crescimento nas décadas de 1990 até atingir picos na primeira década do século XXI. Como nesse caso, aqui também a diminuição observada nos últimos anos simplesmente tem a ver com a demora no preenchimento das informações e com a restrição da "cesta" de pesquisadores. O crescimento nas últimas décadas, portanto, revela um considerável aumento do interesse nas questões latino-americanas no pensamento social.

Selecionando todas as produções dos pesquisadores em pensamento social sobre a América Latina (definidos a partir da informação contida no CV-Lattes), encontramos os temas e intérpretes mais recorrentes:

Quadro 2: Temas e "intérpretes" mais frequentes nas produções sobre América Latina

Temas (Pensamento social)	Ocorrências
América Latina	892
Democracia	82
Globalização	76
Memória	62
Políticas Públicas	60
Educação	60
Brasilidade	58
Intelectuais	44
Neoliberalismo	44
Cidadania	38
Movimentos Sociais	37
Políticas Sociais	34
Pobreza	33

Continuação

Intérpretes	*Ocorrências*
Darcy Ribeiro	90
Manuel Bomfim	88
José Martí	21
José Enrique Rodó	21
Leopoldo Zea	9

Do quadro, destacam-se algumas questões: por um lado, a predominância de temas ligados à elaboração de políticas públicas (como "Políticas sociais", "Pobreza", "Políticas Públicas", "Democracia", "Cidadania", "Movimentos Sociais"), o que revela um regime de politização ligado à relação entre os poderes públicos e a cidadania. Por outro lado, é importante assinalar a presença de termos característicos do contexto histórico-político latino-americano da pós-ditadura (como "Neoliberalismo" e "Memória") e de outros que chamam a atenção para o próprio processo de internacionalização das ciências sociais (como "globalização", "brasilidade" e o próprio "América Latina"). Quanto aos intérpretes estudados, vemos a presença de autores fundadores do latino-americanismo moderno, originários de diferentes países e períodos, como o cubano José Martí, o uruguaio José Enrique Rodó e o mexicano Leopoldo Zea, mas, sobretudo, a predominância dos dois brasileiros que talvez mais influíram na constituição de um discurso sobre a América Latina no Brasil: Darcy Ribeiro e Manuel Bomfim.

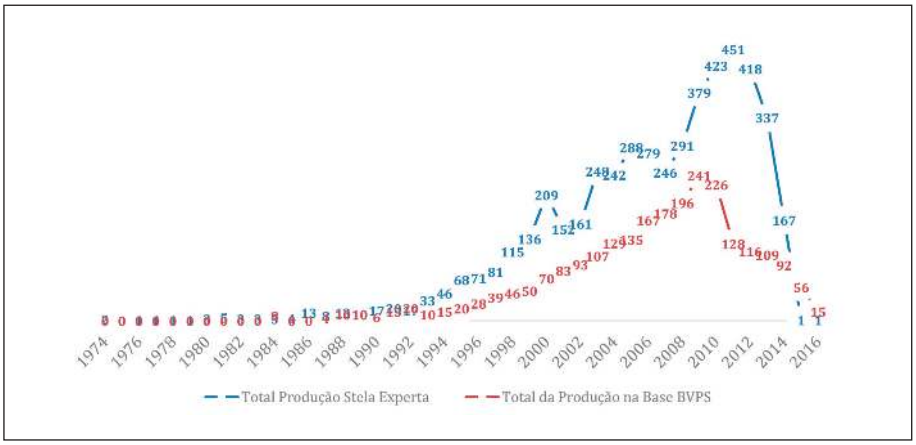
Além dos dados extraídos pela Stela Experta, já contamos com uma massa considerável de itens de produção intelectual indexados na base de dados da BVPS, conforme pode ser acessada em seu site[25]. A construção desta base de dados é diferente do modo como foi extraído o universo dos 938 pesquisadores antes explorado, pois esta depende de uma alimentação demorada e da disponibilidade do texto completo online. Além disso, a identificação dos itens relativos à base BVPS mobilizou estratégias mistas, que envolveram o uso de palavras-chave afins à área de "pensamento social"[26] e a busca

25 Disponível em: http://pesquisa.homolog.bvsalud.org/pensamentosocial/?filter%5Bdb%5D%5B%5D=BVSPS. Em 11 abr. 2017, contamos com 2.422 itens indexados, como artigos, teses, papers e vídeos.

26 Foram usadas as seguintes palavras-chave, coletadas através da discussão coletiva no interior da rede de pesquisadores da BVPS e agrupadas em cinco clusters. Pensamento [(1) Pensamento social; (1a) Pensamento social brasileiro; (1b) Pensamento social no Brasil; (2) Pensamento brasileiro]; História [(3) História das ideias; (4) História intelectual; (5) História das ciências sociais]; Intelectuais [(6) Intelligentsia; (7) Intelectuais brasileiros; (7a) Intelectuais no Brasil; (8) Tradições intelectuais; (9) Trajetória intelectual; (9a) Trajetórias

de determinados intérpretes que estão contemplados na página principal da BVPS, cuja lista está em permanente processo de expansão[27]. Comparando-se os itens de produção intelectual identificados pela Stela Experta e os documentos indexados na base BVPS, chegamos ao gráfico abaixo, que indica uma trajetória de crescimento da área consistente nos dois métodos de extração de informações.

Gráfico 5: Comparação entre os itens recuperados na Stela Experta e na Base BVPS



Fonte: Stela Experta-Base CV-Lattes & Base BVPS)

Considerações finais

Este trabalho partiu de uma ferramenta digital como a BVPS, enquanto plataforma voltada para a construção de novos balanços sobre o campo do pensamento social, para investigar as interações entre os praticantes das ciências sociais e humanas e para repensar o conhecimento por eles produzido. De fato, algumas das perguntas centrais que guiaram a construção da BVPS foram: como construir um balanço do campo do pensamento social através de um olhar distante, capaz de detectar grandes padrões, recorrências e dispersões temáticas, temporais e disciplinares? Como é que os novos fluxos de informação e as ferramentas digitais permitem mapear as ciências

intelectuais; (10) Sociologia dos intelectuais]; Sociologia [(11) Sociologia brasileira; (11a) Sociologia no Brasil; (12) Sociologia da cultura; (13) Sociologia da literatura; (13a) Literatura e sociedade]; Interpretações [(14) Interpretações do Brasil; (15) Ensaísmo].

27 Disponível em: http://bvps.fiocruz.br/vhl/interpretes/.

sociais e humanas de modos inéditos? Quais são os novos sentidos – horizontais e porosos ou hierarquizados e assimétricos – que aparecem como resultado dessa perspectiva distanciada? Uma das conclusões, nesse sentido, foi a constatação de que a BVPS, assim como o próprio campo do pensamento social, conjuga um viés científico, de preservação da autonomia do conhecimento, com um viés político, de estimulação de um diálogo transnacional que ultrapasse qualquer tentativa de subalternização dos intelectuais brasileiros e latino-americanos. A BVPS articula dimensões epistemológicas e políticas, o que coincide com o sentido do próprio campo do pensamento social.

Tanto a interdisciplinaridade quanto a perspectiva comparativa revelam-se fundamentais para entender a especificidade dos desafios próprios do pensamento social no Brasil, bem como sua relação com as disciplinas acadêmicas da história intelectual e dos estudos culturais, na América Hispânica e nos Estados Unidos, respectivamente: cada uma possui uma localização distinta no campo intelectual e acadêmico e estabelece uma relação diferente com as tradições letradas nacionais – o que se traduz na centralidade da sociologia no caso do Brasil, da história no caso da Argentina e na importância do estudo de línguas e culturas estrangeiras nos Estados Unidos. Correlativamente, cada um desses campos revela modos distintos de politização, assim como formas diferentes de lidar com a construção social da alteridade e da diferença. Ainda, a constatação da importância crescente, nos últimos 30 anos, do campo do pensamento social no Brasil e, no interior dele, do campo de estudos sobre a América Latina pode contribuir para definir estratégias que estimulem e reforcem o potencial de divulgação científica da disciplina, assim como a possibilidade de participação de públicos amplos e de várias nacionalidades, como parte do processo de internacionalização das ciências sociais.

Referências

BASTOS, Elide R. (2002), "Pensamento social da Escola Sociológica Paulista". In: MICELI, Sergio. (org.). O que ler na ciência social brasileira. São Paulo; Brasília (DF): ANPOCS; Sumaré; Capes. pp. 183-230.

BASTOS, Elide R. (2003), "O CPDOC e o pensamento social brasileiro". In: CAMARGO, Célia (org.). CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: Ed. FGV. pp. 97-119.

BASTOS, Elide R.; BOTELHO, André. (2010), "Para uma sociologia dos intelectuais". *Dados,* v. 53, n. 4, pp. 889-919.

BAUMGARTEN, Maria. (2009), A prática científica na "Era do conhecimento": metodologia e transdisciplinaridade. *Sociologias,* v. 11, n. 22, pp. 14-20.

BEVERLEY, John. (2014), *Testimonio. On the Politics of Truth.* Minneapolis: Univ. of Minnesota Press.

BOTELHO, André. (2012), Sobre as teses do IUPERJ: ciências sociais e construção democrática no Brasil contemporâneo. In: BARBOZA FILHO, Rubem; PERLATTO, Fernando (org.). *Uma sociologia indignada: diálogos com Luiz Werneck Vianna.* Juiz de Fora: EdUFJF. pp. 347-388.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (2009), *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTELHO, André. (2015), Un programa fuerte para el pensamiento social brasileño. *Prismas. Revista de historia intelectual.* Dossier: 20 años de historia intelectual. La historia intelectual hoy: itinerarios latino-americanos y diálogos transatlánticos, n. 19, pp. 151-161.

BOTELHO, André; CARVALHO, Lucas C. (2017), A Sociologia e a Sociologia Política em DADOS. Dados, v. 60, n. 3, pp. 703-749.

BRANDÃO, Gildo M. (2007), Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec.

BRASIL JR., Antonio. (2013), *Passagens para a teoria sociológica.* São Paulo: Hucitec.

CANDIDO, Antonio. (1995), "O significado de Raízes do Brasil". In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp. 9-21.

DE LA CAMPA, Román. (2000), América Latina: Confección y marketing de un campo de estudios. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, ano 26, n. 51, pp. 177-188.

FELGUEIRAS, Carmen. (2014), "O pensamento social como patrimônio". *Revista crítica e sociedade*, v. 4, n. 2, pp. 139-147.

GARRAMUÑO, Florencia. (2015), *Mundos en común. Ensayos sobre la inespecificidad en el arte.* Buenos Aires: FCE.

GILMAN, Claudia. (2015), "Un llamado de atención sobre ideas recibidas". *Cuadernos de Literatura*, v. 19, n. 37, pp. 102-114

GORELIK, Adrián. (2004), El comparatismo como problema: una introducción. *Prismas. Revista de Historia Intelectual*, n. 8, pp. 121-128.

KOZEL, Andrés. (2015), El estudio del pensamiento latinoamericano en nuestros días. Notas para una caracterización. *Prismas. Revista de historia intelectual.* Dossier: 20 años de historia intelectual. La historia intelectual hoy: itinerarios latino-americanos y diálogos transatlánticos, n. 19, pp. 163-172.

MAIA, João Marcelo Ehlert. (2017), "História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro". *História, Ciências, Saúde – Manguinhos,* v. 24, pp. 111-128.

MARTINS, Luciano. (1987). "A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940". Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, n. 4, pp. 65-87.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu; BRITO, Fátima (org.). (2002), Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ.

MELO, Manuel Palácios Cunha. (1999), Quem explica o Brasil. Juiz de Fora: EDUFJF.

MEUCCI, Simone. (2011), Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos. São Paulo: Hucitec; Fapesp.

MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa (org.). (2014), *Cultura e sociedade. Brasil e Argentina*. São Paulo: EDUSP.

MICELI, Sérgio. (1999), "Intelectuais brasileiros". In: _____. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). vol. 2. São Paulo; Brasília (DF): ANPOCS/Sumaré/Capes. pp. 109-142,

MICELI, Sérgio (org.). (1995), História das ciências sociais no Brasil: volume 2. 1 ed. São Paulo: Sumaré/FAPESP.

MICELI, Sérgio (org.). (2001), História das ciências sociais no Brasil: volume 1. 2 ed. São Paulo: Sumaré.

MONTEIRO, Pedro M. (2015), *Signo e desterro. Sérgio Buarque de Holanda e a imaginação do Brasil.* São Paulo: Hucitec.

MORETTI, Franco. (2008), A literatura vista de longe. Porto Alegre: Arquipélago.

MYERS, Jorge. (2015), Discurso por el contexto: hacia una arqueología de la historia intelectual en Argentina. *Prismas. Revista de historia intelectual.* Dossier: 20 años de historia intelectual. La historia intelectual hoy: itinerarios latinoamericanos y diálogos transatlánticos, n. 19, pp. 173-182.

MYERS, Jorge. (2016), Músicas distantes. Algumas notas sobre a história intelectual hoje: horizontes velhos e novos, perspectivas que se abrem. In: SÁ, Maria Elisa (org.). *História intelectual latino-americana. Itinerários, debates e perspectivas.* Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. pp. 23-56.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (2005), "Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina." *Sociologias*, ano 7, n. 14, pp. 110-129.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (1999), "Interpretações sobre o Brasil". In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo; Brasília (DF): ANPOCS/Sumaré/Capes. pp. 147-181.

PÉCAUT, Daniel. (1990), Os intelectuais e a política no Brasil. São Paulo: Editora Ática.

PERLATTO, Fernando; MAIA, João Marcelo. (2012), Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, n. 87, pp. 83-112.

RICHARD, Nelly. (2012), "Humanities and Social Sciences in Critical Dialogues with Cultural Studies", *Cultural Studies*, v. 26, n. 1, pp. 166-177.

RICUPERO, Bernardo. (2007), Sete lições sobre interpretações do Brasil. São Paulo: Alameda.

RODRIGUEZ, Ileana (Org.). (2001), *The Latin American Subaltern Studies Reader.* Durham: Duke Univ. Press.

SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos. (1997), *Ensayos argentinos. De Sarmiento a la vanguardia.* Buenos Aires: Ariel.

SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos. (2001), *Literatura/Sociedad.* Buenos Aires: Edicial.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. (2011), Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. *Lua Nova,* n. 82, pp. 139-159.

SORÁ, Gustavo. (2003), *Traducir el Brasil. Una antropología de la circulación internacional de ideas. 1 ed.* Buenos Aires: El Zorzal.

VIANNA, Luiz W. et al. (1998). "Doutores e teses em ciências sociais". Dados, v. 41, n. 3, online. Disponível em: *****. Acesso em: ***.

VIANNA, Luiz Werneck. (1997), A revolução passiva. *Iberismo e americanismo no Brasil.* Rio de Janeiro: Revan.

VILLAS BÔAS, Glaucia. (2007), A Vocação das Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Fund. Biblioteca Nacional.

WELTMAN, Wanda L. (2008), A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948). Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

Submetido em 14 de fevereiro 2019
Aprovado em 20 de abril 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.466

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Por que deixamos de fazer o que sempre fizemos? Instituições, existencialismo e ação coletiva transformadora na teoria dos Campos de Ação Estratégica

Why do we stop doing what we always did? Institutions, existentialism and transformative collective action in the theory of Strategic Action Fields

Pedro Frizo[*]
Paulo Niederle[**]

RESUMO

Embora as teorias institucionalistas sejam geralmente mobilizadas para interpretar a reprodução social, elas também são úteis para compreender os episódios de mudança institucional. É com este objetivo que analisamos neste artigo a contribuição da Teoria dos Campos de Ação Estratégica, de Neil Fligstein e Doug McAdam. Inicialmente, destacando as funções existenciais das instituições, discutimos como elas potencializam processos de engajamento. Em seguida, apresentamos o papel dos empreendedores institucionais na formulação de enquadramentos interpretativos que visam a alterar as expectativas ficcionais dos atores, o que é condição essencial para que estes se engajem em ações coletivas transformadoras. Finalmente, analisamos como crises e choques em outros campos contribuem para a produção de engajamento e a mudança institucional.
Palavras-chave: Transformação Social. Campos de Ação Estratégica. Expectativas Ficcionais.

[*] Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brariol. Bacharel em Ciências Econômicas (ESALQ-USP), Brasil. pedro.frizo@gmail.com
[**] Professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e Desenvolvimento Rural (PGDR), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. pauloniederle@gmail.com

ABSTRACT

Although institutionalist theories are generally mobilized to interpret social reproduction, they are also useful to understand episodes of institutional change. With this purpose, we analyze in this paper the contribution of Neil Fligstein and Doug McAdam's Strategic Action Fields theory. Initially, focusing on the institutions' existential functions, we discuss how they boost up processes of engagement. After that, we present the role of the institutional entrepreneurs in formulating interpretative frames to modify social actors' fictional expectations, which is essential to engage them in transformative collective actions. Finally, we analyze how crisis and shocks in other fields contribute to produce engagement and to institutional change.
Keywords: Social transformation. Strategic Action Fields. Fictional Expectations.

Introdução

Historicamente, as diferentes vertentes da teoria institucionalista privilegiaram um olhar para a reprodução de práticas, valores, hábitos e tradições. Afinal, este é o papel que geralmente se credita às instituições: evitar a ameaça da crítica, impedir ou minimizar as mudanças, manter a ordem (BOLTANSKI, 2009; NORTH; WALLIS; WEINGAST, 2009). Por conta disso, compreender como as instituições potencializam a mudança social ainda é um desafio à sociologia das instituições e, mais amplamente, às ciências sociais (TOURNAY, 2011; NEE, 2005; THÉRET, 2003).

Dentre as várias vertentes da teoria institucionalista que proliferaram a partir dos anos 1980, duas se opuseram de maneira mais evidente. De um lado, o "institucionalismo da escolha racional", orientado pelo individualismo metodológico, produziu uma visão da mudança institucional a partir da ação de indivíduos (limitadamente) racionais orientados pelo objetivo de reduzir "custos de transação" (SHEPSLE, 2006). Nesta perspectiva, as instituições são racionalmente produzidas para solucionar "falhas de mercado", agindo basicamente como estruturas constrangedoras da ação oportunista (WILLIAMSON, 1983). Como destaca Granovetter (1985), neste caso desconsidera-se o papel das instituições como habilitadoras da ação e potencializadoras de mudança social.

De outro lado, o "neoinstitucionalismo histórico" focalizou a reprodução e a transformação das ordens institucionais a partir de uma gestão política das forças sociais (SANDERS, 2006 [1990]). Neste caso, análises históricas

comparadas destacaram o modo como determinados episódios de contestação e mobilização coletiva produzem mudanças sociais radicais (SKOCPOL, 1994; MOORE Jr., 1983). Estas mudanças geralmente estão associadas ao modo como classes e movimentos sociais reagem a processos estruturais engendrados pelo desenvolvimento capitalista. Neste caso, o problema é que a organização coletiva dos atores frequentemente é assumida como uma decorrência quase natural do posicionamento dos mesmos em hierarquias sociais pré-estabelecidas. Ou seja, estes estudos também destacam as instituições como elementos de ordem social, contra a qual se erguem as classes e os movimentos sociais.

Amparados pelas críticas ao funcionalismo construídas por Selznick (1957), Wrong (1961) e Michels (1978), inúmeros sociólogos começaram a se interessar pelo tema das instituições e da mudança institucional. Os principais debates estiveram associados à sociologia das organizações (MEYER; ROWAN, 1977; DiMAGGIO; POWELL, 1983), na qual, assim como em praticamente todas as demais áreas, a questão central era encontrar um lugar para as instituições que superasse o dualismo ator-estrutura (THÉRET, 2003). Desde então, o neoinstitucionalismo sociológico tem buscado uma visão mais refinada não apenas das lógicas da ação social (individuais e coletivas) que produzem a mudança institucional, mas também das próprias instituições, que, como afirma Boltanski (2008), não podem simplesmente ser equiparadas a tudo aquilo que, em meio ao fluxo contínuo de mudanças sociais, permanece como relativamente duro ou estável, incorruptível pelo tempo, à diferença de indivíduos falíveis à mercê de uma força que lhes é exterior.

Dentre as formulações mais disseminadas na sociologia contemporânea das instituições, a teoria dos Campos de Ação Estratégica (CAE) de Neil Fligstein e Doug McAdam (2012) tem ocupado um lugar central no debate sobre a construção social das mudanças institucionais. Esta teoria foi desenvolvida a partir de um encontro entre a análise institucionalista dos mercados de Neil Fligstein e as pesquisas sobre movimentos sociais de Doug McAdam. O primeiro encontro se deu nos anos 1980, quando ambos ainda eram professores assistentes na Universidade do Arizona. Naquele momento, enquanto Fligstein estava engajado em uma análise sobre o papel do governo para regular a ação de grandes corporações (FLIGSTEIN, 1996), McAdam concluía seu estudo sobre o movimento de direitos civis

nos Estados Unidos (McADAM, 1999). Deste encontro, nasceu um profícuo diálogo que, ao longo das duas últimas décadas, produziu uma abordagem cujo foco volta-se à construção de engajamento coletivo com vistas à produção de mudança institucional.

O objetivo deste artigo é estabelecer um diálogo crítico com esta teoria no que tange especificamente ao tema da influência dos choques exógenos na distribuição dos recursos à disposição dos "atores sociais hábeis" para a produção de engajamentos e construção de mudanças institucionais. O protagonismo concedido pelos autores às dinâmicas dos campos externos na formação de ações coletivas nos impele a focar o artigo nesta direção. Assim, nossa intenção é entender sob quais condições o conjunto de escolhas disponíveis (institucionalizadas) em um campo é afetado por mudanças em campos correlatos.

Complementarmente, o artigo propõe um quadro analítico para analisar sob quais condições os choques externos (ou seja, nos demais campos) modificam a probabilidade de escolhas pró-mobilizações coletivas e transformadoras. Neste sentido, o argumento aqui traçado passa, em um primeiro momento, por uma revisão conceitual sobre o papel dos "enquadramentos" (GOFFMAN, 2012) na produção de ações coletivas e, posteriormente, por uma proposição de um quadro analítico para o estudo de como crises e choques afetam as estruturas de expectativas dos atores e os enquadramentos possíveis, contribuindo ou não para o engajamento crítico e reinstitucionalizante.

As possibilidades da ação coletiva na teoria institucional

O tema da ação coletiva foi central ao desenvolvimento do institucionalismo da escolha racional (SHEPSLE, 2006). Tendo como referência ontológica o indivíduo autointeressado, cujas escolhas racionais se fazem estritamente balizadas em um cálculo intuitivo de perdas e ganhos, esta vertente argumenta que mobilizações coletivas somente se efetivam a partir de uma disposição de "benefícios seletivos" àqueles que participam. Caso contrário, a inexistência de retornos específicos e discriminados consolidaria um cenário onde a participação é desencorajada, pois qualquer indivíduo poderia usufruir dos benefícios erguidos por uma determinada mobilização coletiva, mesmo não tendo deliberadamente

escolhido integrá-la – o conhecido "problema do carona" (NICHOLSON; SNYDER, 2010).

Para Olson (1965), as escolhas em um determinado jogo social podem ser induzidas mediante a existência de diferentes *payoffs* (resultados). Ou seja, em um cenário de transparência informacional sobre os resultados atrelados às escolhas, os indivíduos tenderão a optar por aquelas que maximizam a sua utilidade final. Neste sentido, estimular o engajamento, mesmo mediante a irrevogável perpetração do problema do "carona" em situações de escolha social, passa pela consolidação de ganhos expressivos à escolha "engajar-se em uma proposta coletiva". No entanto, esta compreensão foi refutada até mesmo por autores alinhados à mesma vertente institucionalista, tais como Douglas North (1983), para quem as mobilizações coletivas configuram episódios caracterizados por um alto grau de incerteza quanto à dinâmica de ganhos e perdas individuais, o que afasta a possibilidade de um cálculo utilitário entre "engajar-se" e "não se engajar" – assumindo que as escolhas se apresentam de modo binário.

Para North (1983), são valores, símbolos culturais, crenças, rotinas e hábitos que definem os parâmetros de escolha. Não obstante, dentre estes fatores, o autor analisa principalmente como a "questão ideológica" opera como catalisador das escolhas que "desobedecem" a racionalidade utilitária. North define ideologia como "um dispositivo econômico para que o processo de tomada de decisão seja simplificado", ou ainda, como um conjunto de complexas teorias sobre a "realidade social" que ensejam julgamentos de valor moral (1983, p. 49). Por se tratarem de um conjunto institucionalizado na razão humana, julgamentos individuais formam-se e implementam-se rapidamente, cristalizando um processo rotineiro de tomada de decisão guiado pelo hábito e, portanto, desvencilhando o indivíduo de complexos fluxos de raciocínio sobre os fatos sociais.

Ao entender a ideologia como um hábito/rotina de pensamento arraigado na infraconsciência humana, North (1983) caminha ao encontro da noção de Berger e Luckmann (2003, p. 79) sobre o papel do hábito nas decisões individuais, tal como os autores colocam: "o hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com o mesmo esforço econômico". Assim, "embora em teoria haja uma centena de maneiras de realizar um projeto, o hábito reduz essas maneiras a uma". Ao trazer as colaborações teóricas do construcionismo sociológico,

North (1983) argumenta que o hábito funciona como estratégia que "economiza" o número de posicionamentos individuais possíveis frente a uma situação de escolhas múltiplas.

No entanto, qual seria a gênese das ideologias? Como estas se propagam por diferentes contextos sociais? A estas perguntas, North (1983) responde com o conceito de "empreendedores ideológicos" – líderes sociais, religiosos, intelectuais ou políticos responsáveis pela construção ideológica. A capacidade de reprodução e expansão das ideologias é determinada pela sua correspondência e congruência com a realidade empírica. Ou seja, tal como Berger e Luckmann (2003), o autor entende a "legitimação pragmática" como fator atrelado ao êxito das ideologias, cuja persistência consiste em sua capacidade de adaptação às dinâmicas transformativas da realidade social, sendo este trabalho de adaptação e legitimação central na ação dos empreendedores ideológicos. Por sua vez, os "custos de legitimação" estão associados aos investimentos privados feitos por determinado empreendedor ideológico para a divulgação de uma ideologia, para a sua adaptação segundo os últimos desenvolvimentos da "realidade" em que se situa, bem como para a sua efetiva interiorização entre os indivíduos por meio dos mais variados mecanismos de incorporação.

Este arcabouço teórico não demonstra um caminho facilmente operacionalizável. De certo modo, a perspectiva de North sofre de limitações similares àquelas que ele contestou, uma vez que ela não apresenta conceitos que demonstrem a produção do engajamento. Ou seja, não captura os processos relacionais envolvidos na construção das ações coletivas (EMIRBAYER, 1997), fazendo, dessa maneira, da cooperação um objeto caricaturado, como se esta se resumisse a uma simples identificação do indivíduo com uma ideologia. Esta limitação é tratada de modo mais consistente por autores afiliados ao neoinstitucionalismo sociológico, para os quais a ação individual é continuamente orientada por instituições herdadas culturalmente. Nesta perspectiva, Zhao (2010) refere-se a processos de "culturalização", isto é, de incorporação das instituições sociais de tal modo que as lógicas e procedimentos organizacionais, para além de rotinas burocráticas, se tornam permeados e determinados por um conjunto de normas, regras e valores que constituem as estruturas mais elementares da existência em sociedade. Por sua vez, Hall e Taylor (2003, p. 208) sugerem que as práticas são incorporadas pelas organizações não porque aumentam a sua eficácia abstrata, "mas

em consequência do mesmo tipo de processo de transmissão que dá origem às práticas culturais em geral. Desse modo, mesmo a prática aparentemente mais burocrática deveria ser explicada nesses termos culturalistas".

A partir da ideia de que as organizações são pautadas por processos de culturalização, abre-se caminho para uma abordagem situacionista, a qual pretende considerar as dimensões institucionais constitutivas dos "espaços de ação" – arenas, campos, fóruns, ordens etc. Neste âmbito, as proposições conceituais de Pierre Bourdieu se disseminaram rapidamente na sociologia das organizações, sobretudo devido à utilidade de seu conceito de "campo" para pensar os arranjos institucionais. Para Bourdieu (1989; 2008), os campos são definidos através de um processo de estruturação ordenada das posições sociais, cujos atributos são marcados por intrínsecas desigualdades em termos de possibilidades de escolhas e de ação. Com efeito, as escolhas e a ação ("posicionamento") individual em um campo são delimitadas pela relação ocupacional que o indivíduo mantém com o conjunto de posições estruturadas.

As mudanças sociais estão, por sua vez, associadas à capacidade dos atores de alterar as posições e hierarquias do campo. Isto implica, nas palavras do autor, alterar as "classes de condicionamento da existência" (BOURDIEU, 2010, p. 163). Contudo, o potencial condicionante de um determinado tipo de capital é variável conforme o campo em questão (cultural, social, econômico e político), tendo em vista que cada campo apresenta a sua própria "economia", isto é, suas lógicas idiossincráticas de divisão desigual dos "objetos valiosos" (PUETZ, 2017). Com efeito, encontramos dentro de um campo uma miríade de posições estruturadas (Pe) e, a partir delas, múltiplas condições de existência e de esquemas de percepção da realidade ("formas de posicionamento social" (P) que delas se sucedem). Assim, se:

$$P = f(Pe) \quad (1)$$

Então,

$$\frac{\partial P}{\partial Pe} > 0$$

Ou seja, a variedade de condições existenciais dentro de um campo é positivamente proporcional ao número de posições estruturadas. A esta observação se faz implícita a ideia de que um campo exibirá uma ampla gama de atores distribuídos hierarquicamente e com prioridades e interesses par-

ticulares segundo a sua composição de capital próprio e sua trajetória sócio-histórica particular. Considerando a diversidade de posições existentes em um campo e dos interesses associados a cada uma delas, podemos nos questionar como é possível conciliar condições de existência distintas e, por vezes, conflitivas, com vistas a impulsionar a cooperação social. Ou seja, como a ação coletiva é orquestrada, as aspirações induzidas e os conflitos mitigados para a concepção de um projeto comum e coletivo de transformação social? Bourdieu teceu poucas considerações a este respeito, haja vista inclusive que a ação coletiva não foi um tema central para o autor. No entanto, em diálogo com seu trabalho, respostas podem ser encontradas na teoria dos Campos de Ação Estratégica (CAE).

A sacralização da existência como instrumento de produção de ação coletiva

Entender a dinâmica dos CAE exige diferenciá-los dos campos de Bourdieu. Para Fligstein e McAdam (2012), mais do que um espaço de lutas pelo controle de capitais e de sujeição individual às estruturas institucionais do campo, um CAE se constitui como espaço *existencialmente interessante* aos seus participantes, concedendo respostas prontas e institucionalizadas às perguntas mais subjetivas e elementares acerca da existência humana (FLIGSTEIN; McADAM, 2012). Dado que os jogos sociais dos campos são constituídos de procedimentos, práticas rotineiras e símbolos, isto é, *instituições*, o indivíduo encontra caminhos de significação de sua existência com a reprodução das instituições. O romance de John Fante, "1933 foi um ano ruim", pode nos ajudar a ilustrar esta ideia dos campos como espaços de funções existenciais. Na obra, o narrador, um jovem de 17 anos que almeja transformar-se em um importante arremessador de beisebol nos Estados Unidos, se vê mergulhado em uma série de questões existenciais:

> Se Deus é só bondade, por que tanto mal, e, se ele sabe tudo, por que criou as pessoas e mandou-as para o inferno? Haverá muito tempo para isso. Entre nas ligas inferiores, passe para as grandes, arremesse na World Series, chegue à Galeria da Fama. Então acomode-se e faça perguntas, pergunte qual é a aparência de Deus, por que nascem bebês aleijados e quem fez a fome e a morte.

A ausência de respostas às questões traçadas gera incômodo e desespero no narrador, o qual encontra no "campo" do beisebol norte-americano as rotinas, os hábitos, as práticas e os símbolos que o alienam destes questionamentos, concedendo-lhe significado à sua existência mesmo diante de tantas incongruências, envolvendo a existência ou não de Deus bem como a difusão de intermináveis dores e sofrimentos ao redor do mundo. As rotinas, os hábitos, as práticas e os símbolos do beisebol – sintetizados nos diferentes caminhos a serem percorridos pelo narrador em várias ligas até atingir a Galeria da Fama – apresentam-se como o verdadeiro encantamento do narrador com a *illusio* (BOURDIEU, 1989), que emerge nas regras e nos procedimentos do campo, que povoarão a sua consciência e o seu interesse existencial de participar deste espaço.

A transformação do campo, observada a partir desta perspectiva existencial-institucionalista, pode, por consequência, ser compreendida a partir de um novo viés epistemológico: campos estáveis não se constituem exclusivamente como espaços onde as posições estruturadas são imutáveis e, com elas, o ordenamento subjacente à distribuição de ganhos materiais e de poder em sua economia própria. Ao contrário, eles também se configuram como espaços onde as instituições – e os jogos sociais que elas operam – possuem sua validade existencial conservada e reproduzida ao longo do tempo. Em contrapartida, nos campos em transformação, as instituições são postas em xeque enquanto instrumentos de significado existencial, desencadeando a partir daí um processo de reinstitucionalização do campo.

Portanto, os campos não são somente espaços envolvidos em forças de sujeição individual, mas também são constituídos por dimensões institucionais apropriadas pelos indivíduos, os quais buscam nelas uma rotina de significação da existência. Em virtude disso, para Fligstein e McAdam (2012), as instituições não são apenas dimensões coercitivas e externas aos atores, pois estes edificam o próprio significado de sua existência por meio das instituições que orientam o funcionamento dos grupos e organizações. Com isso, os CAEs representam espaços de produção coletiva de símbolos, práticas e rotinas; ou seja, de "produção colaborativa de significado" (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p. 49). Esta produção permite aos indivíduos escapar dos questionamentos trazidos pelas verdades inconvenientes acerca das suas existências. Conforme definem os autores: "são as palavras significativas que nós construímos em articulação com outros que nos salvam da

'*outer perspective*' e confirmam a nossa própria significância" (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p. 42)[1].

A fim de interpretar como ocorre a produção de engajamento para a mudança institucional dos campos, isto é, do conjunto de procedimentos institucionalizados que organizam as significações de cunho existencial, Fligstein e McAdam (2012) destacam o papel dos "empreendedores institucionais". Estes atores hábeis manejam reflexivamente as instituições – que, portanto, são potencializadoras da ação – com vistas a promover novos arranjos institucionais. Voltando ao excerto literário acima, as reflexões do autor em torno das incongruências da realidade nos ilustram o fluxo de pensamento crítico e reflexivo dos atores sociais nos CAEs, os quais não simplesmente adotam tacitamente as rotinas, hábitos e procedimentos dos campos em que estão, mas principalmente dispõem de potencial crítico para denunciar as incongruências e contradições produzidas pelo arranjo institucional vigente.

A ação dos empreendedores institucionais não se dá em oposição às instituições, como se estas apenas constrangessem seus projetos. Ela ocorre por intermédio das instituições, aproveitando-se das suas incompletudes e contradições. As próprias instituições são remanejadas com vistas a gerar crises no interior do campo, a tal ponto que seja necessária a reconfiguração do mesmo para re-estabilizar uma nova hierarquia de posições sociais entre os atores dominantes e desafiantes. Para gerar esta crise, a produção de laços de cooperação para a construção e legitimação da crítica envolve o manejo dos entendimentos e das significações compartilhadas no campo, assim como a veiculação de "enquadramentos" sustentados por novos valores, estimulando o reconhecimento e a identificação dos indivíduos com novos projetos. Para compreender este processo, é importante voltarmos ao conceito de "enquadramento" proposto por Erving Goffman e mobilizado na teoria dos CAEs.

Goffman (2012) analisa as interações sociais como momentos de construção de identidades a partir da orientação prática que o indivíduo constrói acerca da sua situação no cenário social. As formas de interação são constru-

1 Em certa medida, a visão dos autores sobre os rituais sociais como produtores de significado e de intensificação dos laços sociais assemelha-se à visão de Durkheim (2003 [1912]), em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, sobre as religiões totêmicas australianas. O autor credita à religião o aspecto de uma prática social que congrega indivíduos que compartilham de uma mesma crença em símbolos e imagens, os quais intensificam os laços sociais selados entre si a partir dos rituais de exaltação e divinização destes mesmos símbolos e imagens.

ídas a partir das heranças simbólicas e culturais que orientam a movimentação dos atores de acordo com aquilo que eles acreditam ser o seu papel no mundo (e não em virtude de uma disposição racional). Assim, os enquadramentos organizam as múltiplas experiências que os indivíduos podem ter a partir do convívio social em experimentações e entendimentos específicos da realidade. Esta visão, conforme afirmam Kunrath, Cotanda e Pereira. (2017), foi revolucionária ao estudo das mobilizações coletivas, na medida em que os enquadramentos interpretativos passaram a ser entendidos como categorias para compreender como processos coletivos organizam um entendimento sistêmico da realidade em um conjunto específico de símbolos, ícones, imagens e racionalizações. Tal conjunto cria entre os indivíduos um entendimento a respeito da realidade, constituindo, assim, um importante mecanismo de engajamento e empatia com a mobilização coletiva que veicula este determinado conjunto de enquadramentos.

Algumas teorias sobre movimentos sociais, tais como aquela seguida por McAdam (1999), sugerem que a formação de quadros interpretativos (*semantic frames*) é essencial à produção de engajamentos. Com efeito, Fligstein e McAdam (2012) mobilizam o conceito de enquadramentos interpretativos como fundamento sociológico para entender a ação coordenada nos campos e os processos interativos que envolvem a formação de grupos. Para os autores, a mobilização de enquadramentos interpretativos demonstra a estratégia dos empreendedores institucionais de construção de "estórias apelativas", que visam sensibilizar os indivíduos para que eles se engajem em um determinado projeto coletivo. Em termos processuais, a construção e a veiculação de enquadramentos operam, simultaneamente, como um processo inclusivo e excludente de diferentes estórias, ou seja, de agregação e supressão planejada de certos aspectos por parte daqueles que as veiculam, ou seja, os empreendedores institucionais.

Os empreendedores institucionais buscam induzir os demais atores a uma escolha. Neste sentido, subjaz, à ideia de enquadramento, o axioma de que mesmo a opção objetivamente mais atrativa – isto é, a de maior *payoff* – não será escolhida se o enquadramento que a envolve não a tornar atrativa *de facto*. A capacidade de produzir enquadramentos válidos depende da habilidade dos empreendedores institucionais em interpretar a dinâmica do campo, e, para tanto, eles necessitam compreender os projetos e os significados existenciais que os indivíduos atribuem às suas vidas. A partir disso,

os enquadramentos e seus respectivos conteúdos evoluem, na visão de Fligstein e McAdam (2012), conforme percebe-se sua validade pragmática para ler os interesses em jogo e, por consequência, engajar indivíduos e grupos sociais. Este processo adaptativo aponta, por um lado, para a capacidade reflexiva dos empreendedores institucionais em reorganizar suas estórias e estratégias de engajamento em face dos interesses em jogo, e, por outro, para a capacidade de agência dos demais atores para decidir engajar-se ou não na proposta que lhes é apresentada.

Esta transposição de situações e de modos de vida é parte integrante da habilidade social dos empreendedores institucionais, a qual emerge como um mecanismo de *sacralização* dos significados existenciais do outro. Relembrando Durkheim (2003 [1912]) em *As Formas Elementares...*, Fligstein e McAdam (2012) argumentam que, nos processos coletivos, os interesses existenciais dos atores são reiterados e ressaltados como relevantes e, principalmente, como fatores basilares à existência do próprio grupo. Em outras palavras, a razão de ser de uma determinada agremiação coletiva encontra-se nas imanentes demandas que seus membros trazem consigo, apresentadas pelos empreendedores institucionais como também essenciais à existência do grupo em si. Por sua vez, estes "atores sociais hábeis" não agem exclusivamente motivados por um cálculo racional em torno dos benefícios esperados com a ação transformadora, mas também estimulados por interesses existenciais, moralidades, afetos e outras dimensões socioculturais.

Choques exógenos e a transformação estrutural dos campos

A partir do exposto, podemos definir empreendedores institucionais como atores hábeis em empreender projetos coletivos, utilizando das instituições mais apelativas e constitutivas da realidade daqueles que irão compor a mobilização transformadora. A fim de mitigar posicionamentos conflitivos, estes empreendedores pensam como múltiplos interesses podem ser identificados como interesses legítimos e comuns. Assim, a produção de ação coletiva está atrelada às habilidades estratégicas desses atores em construir uma sensação de reconhecimento e identidade entre os indivíduos engajados com a proposta coletiva, suplantando significados e interesses existenciais por vezes incomensuráveis. A construção de compromissos demonstra ser, portanto, um processo que ultrapassa as barreiras comunicativas:

> Um dos principais problemas para os atores hábeis é encontrar uma forma de conectar atores ou grupos com preferências amplamente diversas e auxiliar na reordenação destas preferências. Este processo agregador, uma vez iniciado, pode tornar-se autônomo. Uma vez que um número de atores começa a participar, outros provavelmente os irão seguir. O mecanismo-chave é ter o suficiente para pôr em marcha o efeito 'caravana'. Isto é comumente atingido a partir da construção de uma identidade coletiva razoável. Esta identidade permite aos grupos atrelar os seus interesses distintos em um projeto comum. (FLIGSTEIN; McADAM, 2012, p. 52).

A construção de grupos é um processo laborioso e depende de uma série de recursos para a veiculação de enquadramentos e para a construção de engajamento. Da mesma forma que os rituais religiosos incorporam uma série de vestimentas e adornos (DURKHEIM, 2003 [1912]), a consolidação de grupos depende, na perspectiva dos CAEs, da existência de uma série de recursos materiais e imateriais (cognitivos, discursivos, normativos, regulatórios). Neste sentido, Fligstein e McAdam (2012) posicionam os ambientes extra-campo como fontes dos recursos e de oportunidades utilizadas pelos atores hábeis para a reprodução ou transformação de um determinado campo. Por isso, as dinâmicas externas, como as crises em campos correlatos – incluindo o próprio Estado como um campo particularmente importante na produção de normas –, são importantes variáveis explicativas para a produção de ação coletiva.

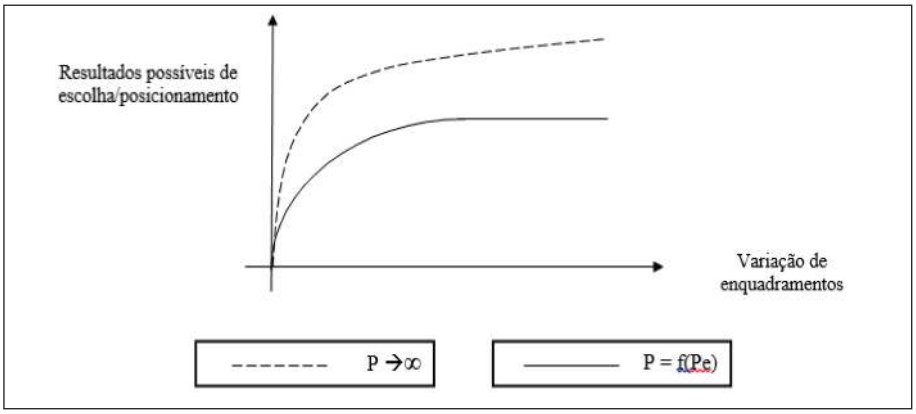
Os procedimentos institucionais de um campo representam uma barreira cognitiva e coercitiva tanto para os atores desafiantes como para os incumbentes. No entanto, crises externas podem favorecer o enfraquecimento do arranjo institucional existente e, com isso, propiciar um cenário profícuo a novas estratégias de engajamento. Com efeito, é justamente com relação a esta dimensão extra-campo, e o seu papel determinante à produção de engajamento, que doravante apresentamos nossa contribuição à abordagem dos CAEs. Ela parte do reconhecimento de que, embora Fligstein e McAdam (2012) demonstrem o modo como eventos externos afetam os recursos à disposição dos empreendedores institucionais, os autores concedem menor importância à estrutura de escolhas possíveis em um campo, ou seja, ao modo como choques exógenos alteram a estrutura de "expectativas ficcionais" dos atores (BECKERT, 2016). A fim de sustentarmos esta crítica, precisamos dis-

correr brevemente sobre como entendemos a formação e reprodução das estruturas de expectativas compartilhadas em um determinado campo.

As sociedades modernas são organizadas por múltiplas ocupações e, acima de tudo, laços e vínculos sociais e simbólicos entre os indivíduos. Isto faz com que existam inúmeros posicionamentos nos jogos sociais e, portanto, diversas maneiras de efetivação de um sentido à existência humana. Neste sentido, no momento de atrelar a proposta coletiva e transformadora ao conjunto institucional da realidade social dos atores, o empreendedor institucional depara-se com uma enorme diversidade de enquadramentos possíveis. Esta dinâmica resume-se na linha tracejada da Figura 1, na qual os posicionamentos sociais tendem logaritmicamente ao infinito em sociedades que revelam uma crescente heterogeneidade organizacional.

O problema é que as formas de posicionamento e de escolha individual são limitadas pelas estruturas objetivas do campo, pelos seus processos formativos e pelos seus procedimentos institucionalizados, os quais determinam as formas legítimas de agir (cf. Equação 1, acima). Neste sentido, por mais que os empreendedores institucionais se deparem com um conjunto cada vez mais amplo de enquadramentos possíveis, os resultados das escolhas e dos posicionamentos individuais são limitados pelo conjunto de procedimentos institucionalizados que existem dentro de um campo. As próprias habilidades sociais dos empreendedores institucionais para inventar novos modelos de enquadramento institucional e gestão de expectativas ficcionais também são limitadas estruturalmente (BECKERT, 2013).

Figura 1. Dinâmica variacional entre enquadramentos e resultados possíveis de escolha/posicionamento social nos campos



Fonte: Elaborado pelos autores

Com isso, se um campo estável se resume em um conjunto definido de escolhas "existencialmente interessantes", as quais se efetivam na adoção de procedimentos institucionalizados, a transformação social se materializa na alteração do grau de limitação imposto por este conjunto de procedimentos. A partir desta inferência, os choques extra-campo não devem ser entendidos somente com relação ao nível de recursos disponíveis aos empreendedores institucionais para a produção de engajamentos, mas como episódios que transformam a estrutura de procedimentos institucionalizados preenchidos de significado existencial. Sendo assim, momentos de estabilidade representam conjunturas de relativa invariância na estrutura dos *payoffs existenciais* dos procedimentos institucionalizados, ao passo que momentos de transformação ilustram cenários de variação positiva ou negativa nesta estrutura.

Seguindo o modelo, pode-se depreender que, ou os atores adotam uma posição deliberada de reproduzir o conjunto de práticas, rotinas e hábitos institucionalizados de significação existencial, ou criticam-no a partir do engajamento em uma proposta coletiva transformadora. Neste sentido, as ações coletivas são possíveis não apenas *apesar de*, mas também *porque* o leque de escolhas possíveis é limitado pelos choques exógenos. A limitação canaliza as escolhas individuais para um conjunto mais restrito de possibilidades de escolhas, aumentando a probabilidade de o indivíduo escolher fazer do investimento próprio um projeto coletivo. Em suma:

Em t = 0

$$C_p = p_c + p_1 + p_2 + ... + p_n \quad (2)$$

Onde,
- C_p: conjunto probabilístico das escolhas possíveis (sendo $C_p = 1$);
- p_c: probabilidade da escolha crítica/transformadora
- p_1: probabilidade de escolha 1, não crítica
- p_2: probabilidade de escolha 2, não crítica
- p_n: probabilidade de escolha n, não crítica

Após um choque exógeno favorável ao engajamento (t=1), teremos o seguinte:

$$C_p = p_c + p_1 + p_2 + ... + p_m \quad (3)$$

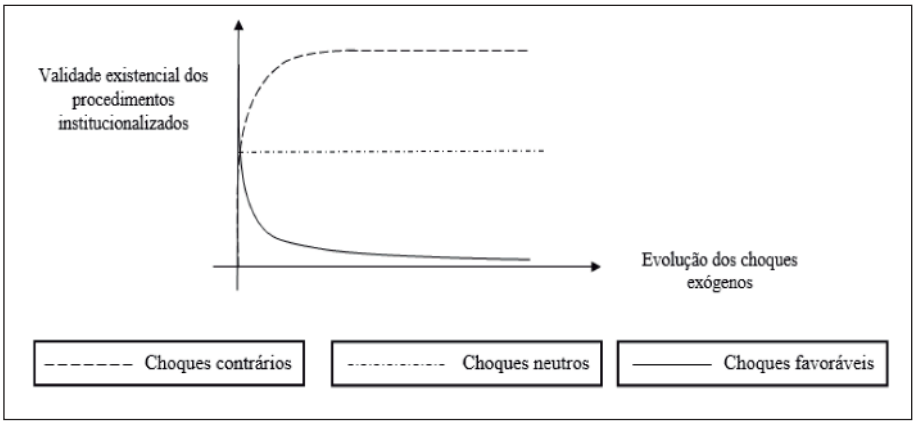
Onde, $0<m<n$.

Portanto, um choque exógeno será favorável à mobilização coletiva se:

$$\frac{p_{c\ t=0}}{(1-p_{c\ t=0})} < \frac{p_{c\ t=1}}{(1-p_{c\ t=1})} \quad (4)$$

Conforme a equação (4), choques exógenos favoráveis ao engajamento crítico e transformador serão aqueles que reduzirem o *grau de concorrência de payoffs existenciais* com a proposta crítica e reinstitucionalizante, aumentando a probabilidade de os atores escolherem o engajamento a uma proposta coletiva crítica. Esta dinâmica pode ser ilustrada na figura abaixo. Em um contexto de choques exógenos favoráveis à produção da crítica social, questiona-se a capacidade de os procedimentos institucionalizados auferirem futuramente os interesses existenciais dos atores. Assim, reduz-se a atratividade desta escolha (reprodução do campo) e aumenta a propensão a agir criticamente e coletivamente. Em contrapartida, choques exógenos desfavoráveis ao engajamento em uma nova proposta coletiva e transformadora ratificam os procedimentos institucionalizados, ampliando suas validades existenciais. Por fim, choques neutros não alteram os *payoffs* existenciais em jogo, reproduzindo uma igualdade de termos, no médio e longo prazo, da equação (4).

Figura 2. Dinâmica variacional entre tipos de choques exógenos e seus respectivos impactos na aderência aos procedimentos institucionalizados em jogo



Fonte: Elaborado pelos autores

No campo econômico, uma vez que os choques externos – oriundos do campo político, por exemplo – alteram as estruturas de ganhos e perdas esperadas, eles podem contribuir decisivamente para modificar o regime de

acumulação. No entanto, a transmissão dos efeitos dos choques políticos para a esfera da produção de bens não ocorre mecanicamente. Este processo depende do nível de abalo que a crise externa cria no arranjo de procedimentos institucionalizados. A crise pode favorecer a deslegitimação do regime de acumulação econômica, incrementando as incertezas futuras acerca da capacidade do campo (do mercado) para responder às expectativas ficcionais dos atores. Abre-se, assim, a janela de oportunidades para a emergência de novas rotinas, práticas e hábitos. Contudo, novas instituições somente serão incorporadas como elementos centrais à reestabilização do campo se elas conseguirem responder de maneira adequada às novas expectativas ficcionais (BECKERT, 2013).

Este processo é revelado nos estudos de Dubuisson-Quellier (2013) e Frizo (2019). Dubuisson-Quellier (2013) demonstra como movimentos sociais ambientalistas operam com vistas a enquadrar a ação dos grandes produtores europeus de alimentos, mobilizando valores ecológicos associados ao consumo sustentável. A partir de uma narrativa construída sobre mudanças externas, estas ONGs constroem um conjunto de expectativas ficcionais que aponta para novas oportunidades de ganhos econômicos com a adoção de processos produtivos sustentáveis. Por sua vez, Frizo (2019) demonstra como crises sistêmicas no órgão estatal de assistência técnica do estado do Amazonas, somadas a constantes choques de produtividade de técnicas agropecuárias de uso extensivo da natureza, operaram como oportunidades exógenas para ONGs produzirem novos enquadramentos para seus projetos de pecuária sustentável. A partir da oportunidade aberta pelas mudanças em outros campos, as ONGs construíram e engajaram os atores rurais locais por meio de narrativas que posicionam as rotinas de apropriação econômica dos recursos florestais que "conservam a floresta em pé" como modelo possível de subsistência, apoiando-se, para tanto, nos modelos de produção agroflorestais e silvipastoris.

Conclusões

A partir de um diálogo crítico com a teoria dos Campos de Ação Estratégica de Fligstein e McAdam (2012), este artigo discutiu as bases conceituais para analisar a mudança institucional a partir da produção de enquadramentos interpretativos e engajamentos coletivos. O primeiro argumento defen-

dido sustenta que a produção de engajamento por parte de empreendedores institucionais demanda um processo de culturalização de suas propostas às regras institucionalizadas do campo. Como destacam Hall e Taylor (2003, p. 208), "as organizações adotam formas e práticas institucionais particulares porque elas têm um valor largamente reconhecido num ambiente cultural mais amplo". Com efeito, a "impregnação" da crítica pela própria realidade que está sendo criticada revela o aspecto adaptativo da ação coletiva – ou seja, antes de jogar é necessário aceitar as regras do jogo. Esta espécie de tração institucional, em que primeiramente adapta-se o arcabouço de símbolos, imagens, procedimentos, rotinas e hábitos para depois mudá-lo, também sugere que as mudanças institucionais são processos gradativos associados à exaustão do sentido existencial das práticas e rotinas institucionalizadas (HALL; THELEN, 2009; MAHONEY; THELEN, 2009).

Outro argumento central está associado à compreensão do papel dos choques exógenos na promoção de mudanças institucionais. Mais do que alterar a estrutura de distribuição dos recursos à disposição dos atores, as transformações em outros campos também afetam as expectativas ficcionais que fundamentam a adesão dos atores às regras do campo. Elas alteram os significados atribuídos pelos atores sociais à sua própria existência no mundo (*interpretative frame*), o que implica em questionar práticas, discursos, valores e imagens naturalizados. A reinstitucionalização do campo depende, portanto, da capacidade dos empreendedores institucionais em utilizar os recursos disponíveis para produzir engajamento e, a partir disso, aproveitar as janelas de oportunidades abertas pelos choques externos. Obviamente isto implica reconhecer que a circulação destes atores não está restrita ao campo em questão. Agregar à análise as dinâmicas extra-campo é essencial para não recair no *fieldcentric bias*, ou seja, na visão distorcida que postula a dinâmica de um campo como unicamente dependente da movimentação de seus agentes internos (FLIGSTEIN; McADAM, 2012).

Finalmente, a pergunta que este artigo se colocou e que constitui nossa principal contribuição original a este debate diz respeito às condições para que um choque externo efetivamente produza processos de reinstitucionalização. Neste sentido, argumentamos que isto depende do grau de concorrência da proposta crítica e reinstitucionalizante com relação a outros *payoffs* existenciais. Isso significa que, uma vez efetivados os choques, enquadrados como significativos e associados à estrutura de interesses e expectativas em

jogo, a segunda parte do "processo" situa-se no âmbito individual, isto é, na tomada de decisão por reproduzir as rotinas, as práticas e os hábitos vigentes, ou, de outro modo, por engajar-se em um processo coletivo de construção de novas instituições. Esta escolha frequentemente está associada à capacidade dos empreendedores institucionais em construir projetos que não apenas respondam a interesses utilitários, mas que façam sentido às expectativas valorativas dos atores sociais.

Referências

BECKERT, Jens. (2013), "Capitalism as a System of Expectations: Toward a Sociological Microfoundation of Political Economy". *Politics & Society*, v. 41, n. 3, pp. 323-341.

BECKERT, Jens. (2016), *Imagined futures*. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas (2003), *A Construção Social da Realidade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

BOLTANSKI, Luc. (2008), "Institutions et critique sociale: une approche pragmatique de la domination." *Tracés – Revue de Sciences Humaines*, v. 8, pp. 17-43.

BOLTANSKI, Luc. (2009), *De la critique*. Paris: Gallimard.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O Poder Simbólico*. 1. ed. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre. (2008), *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. 8. ed. Campinas: Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (2010), The forms of capital (1986). In: SZEMAN, Imre; KAPOSY, Timothy (ed.). *Cultural Theory*: an anthology. Malden, MA: Wiley-Blackwell. pp. 81-93.

DiMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. (1983), "The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organization fields". *American Sociological Review*, v. 48, n. 2, pp. 147-160.

DUBUISSON-QUELLIER, Sophie. (2013), "Market mediation strategy: how social movements seek to change firms' practices by promoting new principles of product valuation". *Organization Studies*, v. 34, n. 5-6, pp. 683-703.

DURKHEIM, Émile. (2003), *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes.

EMIRBAYER, Mustafa. (1997), "Manifesto for a Relational Sociology". *The American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, pp. 281-317.

FLIGSTEIN, Neil. (1996), "Markets as Politics: A Political-Cultural Approach to Market Institutions". *American Sociological Review*, v. 61, n. 4, pp. 656-673.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. (2012). *A Theory of Fields*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press.

FRIZO, Pedro. (2019), *Os Parce(le)iros da Amazônia: fundamentos institucionais de uma economia da floresta em pé*. 1. ed. São Paulo: Annablume.

GOFFMAN, Erving. (2012), *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

GRANOVETTER, Mark. (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". *American Journal of Sociology*, v. 9, n. 3, pp. 481-510.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary. (2003), "As Três Versões do Neo-Institucionalismo". *Lua Nova,* n. 58, pp. 193-224.

HALL, Peter A.; THELEN, Kathleen. (2009), "Institutional change in varieties of capitalism". *Socio-Economic Review*, v. 7, n. 1, pp. 7-34.

KUNRATH, Marcelo S.; COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M. (2017), "Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais." *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, pp. 143-164.

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. (2009), A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (ed.). *Explaining Institutional Change*: Ambiguity, Agency, and Power. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-37.

McADAM, Doug. (1999), *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. (1977), "Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony". *American Journal of Sociology*, v. 83, n. 2, pp. 340-363.

MICHELS, Robert. (1978), *Os Partidos Políticos*. 1. ed. São Paulo: Editora Senzala.

MOORE, Jr., Barrington. (1983), *As origens sociais da ditadura e da democracia*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

NEE, Victor. (2005), The new institutionalisms in economics and sociology. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (ed.). *Handbook of Economic Sociology*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press. pp. 49-74.

NICHOLSON, Walter; SNYDER, Christopher M. (2010), *Intermediate Microeconomics and Its Application*. 11. ed. Mason: South-Western; Cengage Learning.

NORTH, Douglass; WALLIS, John; WEINGAST, Barry. (2009), *Violence and social orders*. 1. ed. New York: Cambridge University Press.

NORTH, Douglass. (1983), *Structure and Change in Economic History*. 1. ed. New York: W. W Norton & Company.

OLSON, Mancur. (1965), *The Logic of Collective Action*. 1. ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

PUETZ, Kyle. (2017), "Fields of Mutual Alignment: A Dual-Order Approach to the Study of Cultural Holes". *Sociological Theory*, v. 35, n. 3, pp. 228-260.

SANDERS, Elizabeth. (2006), Historical Institutionalism. In: BINDER, Sarah A.; RHODES, R. A. W.; ROCKMAN, Bert A. (org.). *The Oxford Handbooks of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press. pp. 39-55.

SELZNICK, Philip. (1957), *Leadership in Administration: A Sociological Interpretation*. 1. ed. New York: Harper & Row.

SHEPSLE, Kenneth A. (2006), Rational Choice Institutionalism. In: BINDER, Sarah A.; RHODES, R. A. W.; ROCKMAN, Bert A. (org.) *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press. pp 24-26.

SKOCPOL, Theda. (1994), *Social Revolutions in the Modern World*. 1. ed. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

THÉRET, Bruno. (2003), "As instituições entre as estruturas e as ações". *Lua Nova*, n. 58, pp. 225-255.

TOURNAY, Virginie. (2011), *Sociologie des Institutions*. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France.

WILLIAMSON, Oliver E. (1983), *Markets and Hierarchies: a study in the internal organization*. 1. ed. New York: Free Press.

WRONG, Dennis. (1961), "The oversocialized conception of man in modern sociology". *American Sociological Review*, v. 26, n. 2, pp. 183-193.

ZHAO, Dingxin. (2010), "Theorizing the Role of Culture in Social Movements: Illustrated by Protests and Contentions in Modern China". *Social Movement Studies*, v. 9, n. 1, pp. 33-50.

Submetido em 25 de fevereiro . 2019
Aprovado em 19 de abril 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.498

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Excesso de prazo no processo penal: a gramática do Supremo Tribunal Federal

Excessive length of time in criminal proceedings: the Supreme Court grammar in use

Ludmila Ribeiro*

RESUMO

A proposta deste artigo é desvelar os significados da categoria excesso de prazo nos acórdãos de natureza processual penal, resultantes de julgamentos do Supremo Tribunal Federal. Para tanto, foi criada uma base de dados com acórdãos desse tipo, o que nos permite compreender a natureza dos problemas que mobilizam o STF em razão da morosidade da justiça criminal. Em seguida, foi estimado um modelo de regressão logística binomial para identificar quais são os argumentos que estão mais associados ao provimento do pedido na nova ordem constitucional (pós-1988). Os resultados indicam que o excesso de prazo no processo penal se refere à prisão provisória, sendo uma matéria discutida por meio de *Habeas Corpus*. A gramática mobilizada pelos ministros, inscrita nos acórdãos, parece ser diversa dependendo do desfecho. As menções ao direito à razoável duração do processo e à Emenda Constitucional 45/2004 estão associadas ao provimento do pedido, levando à soltura do preso, enquanto as denegações estiveram associadas aos fundamentos do processo penal, relacionados à garantia da ordem pública e à conveniência da instrução criminal. Logo, a ação do STF tem levado à constituição de uma nova gramática na justiça criminal, que, longe de dizer respeito à morosidade do processo penal, refere-se à legitimidade da prisão provisória com duração indeterminada.
Palavras-chave: Excesso de prazo. *Habeas Corpus*. Supremo Tribunal Federal. Prisão provisória.

* É professora adjunta do Departamento de Sociologia (DSO) e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da UFMG. Doutora pelo IUPERJ (2009), com estágio na University of Florida (2007/2008).

ABSTRACT

The purpose of this article is to unveil the meanings of the category "excessive length of time" in criminal cases handled by the Supreme Court. To this end, a database of such cases was created, which allows us to understand the nature of criminal trials that mobilize the Supreme Court due to excessive length of time. Then, a binomial logistic regression model was estimated to identify which arguments are most associated with granting the request in the new constitutional order (post-1988). The results indicate that the excessive length of time in criminal case refers to the pretrial detention, being a matter discussed through the use of Habeas Corpus. The grammar mobilized by the ministers, inscribed in their statements, seems to be different depending on the outcome. References to the right to a reasonable length of time and the Constitutional Amendment 45/2004 are associated with the granting of the request, leading to the release of the prisoner; while the denials were associated with the grounds of criminal proceedings related to the guarantee of public order and the convenience of criminal trials. Thus, the STF has led to a new grammar in criminal justice, which, far from being related to the length of time of criminal proceedings, refers to the legitimacy of indefinite pretrial detention.
Keywords: Length of time. Habeas Corpus. Supreme Court. Pretrial detention. Brazil.

Introdução[1]

A proposta deste artigo é identificar a gramática associada ao excesso de prazo no processo penal, tendo como base as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), proferidas no julgamento de *Habeas Corpus* endereçados à corte e indexados por essa matéria após a promulgação da Constituição da República de 1988 (BRASIL, 1988). Para se posicionar diante do problema, os Ministros do STF deveriam mobilizar três categorias que estruturam a administração do tempo na justiça criminal: tempo legal, duração processual e o prazo razoável (GOMES, 2016).

O tempo legal é aquele estabelecido pelo Código de Processo Penal (CPP), que regulamenta as fases de investigação, processamento e julgamento do delito. Este tempo, para crimes cuja pena é igual ou superior a quatro anos

1 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no GT 21, "Os juristas na sociedade: conflitos políticos e sentidos do direito" no 42º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em 2018. Agradeço os comentários de Fabiano Engelmann, Frederico Almeida e Fernando Fontainha, que ajudaram no apontamento dos pontos fracos da análise e no amadurecimento do argumento. Este trabalho foi produzido com o apoio do CNPq (processo número: 307371/2015-8) por meio da concessão de bolsa de produtividade.

de prisão, é de 120 dias (ou quatro meses) para réus presos e 150 dias (ou cinco meses) para réus soltos (RIBEIRO; MACHADO; SILVA, 2012). Já para os crimes dolosos contra a vida, esse tempo varia entre 295 dias, para os acusados que respondem ao processo detidos, e 315 dias para os demais (Ibidem). Considerando a medida do tempo legal, os processos criminais deveriam ser encerrados no Brasil em até um ano. No entanto, poucas são as situações em que este tempo legal se verifica (VARGAS, 2014).

Entender o tempo da justiça criminal implica analisar a duração processual, que é o quanto o processo demora para tramitar no sistema de justiça, desde que o crime foi cometido até a decisão irrecorrível (ADORNO; PASINATO, 2007). A duração processual é determinada em função das estratégias que os operadores do direito mobilizam para atingir um determinado resultado (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018) e, por isso, leva em consideração o fato de que os diversos atos processuais acrescentam tempo ao processo (GOMES, 2016, pp. 38-39). Os estudos empíricos brasileiros têm apontado para a excessiva duração dos processos criminais, independentemente do tipo criminal (VARGAS, 2014), o que contribui para a prescrição (perda do direito do Estado em punir alguém pela passagem do tempo), ápice da ineficiência na administração do tempo pela justiça criminal do nosso país (CNJ, 2019).

Neste contexto, o prazo razoável seria aquele que satisfaz os desejos de justiça dos envolvidos no processo, tanto na condição de operadores do direito como na posição de autores e vítimas do delito (ADORNO; PASINATO, 2007). Em regra, as Constituições Republicanas (CR) trazem esse princípio, mas não dizem de maneira objetiva que tempo é esse (caso do Brasil)[2], fazendo com que sua interpretação seja bastante diferenciada entre os Tribunais, uma vez que "não basta que os prazos legais tenham sido excedidos para que se conclua pela violação do direito à justiça em um prazo razoável" (GOMES, 2016, p. 41).

2 Uma maneira bastante distinta de lidar com o tempo do processo é o *Speedy Trial Act*, que compõe a 6ª Emenda à Constituição dos Estados Unidos da América. As interpretações existentes entendem que o tempo total do procedimento criminal não pode exceder 100 dias, a menos que o suspeito abra mão explicitamente deste tempo. São 30 dias para a investigação criminal e 70 dias para a sentença final, mesmo em casos de negociação (plea bargain) (TRACZ, 2019, p. 9). Importante salientar que a acusação do promotor não deve ser oferecida antes do limite mínimo de 30 dias, como forma de garantir o direito de defesa (YANG, 2016). De maneira geral, o direito ao julgamento no tempo razoável visa coibir três tipos de violação de direitos: 1) prisão provisória opressiva; 2) ansiedade e preocupação do acusado; e 3) possibilidade de que a defesa seja prejudicada pela diminuição das memórias e pela perda de evidência (BROWN, 2017).

A Emenda Constitucional (EC) nº 45/2004 inseriu entre as garantias fundamentais do cidadão brasileiro o direito a "razoável duração do processo" e a meios que sejam capazes de efetivar a devida celeridade[3], sem dizer, contudo, qual seria o prazo razoável e quais as medidas cabíveis para que o tempo de processamento seja encurtado. Ao contrário do *Speedy Trial Act* dos Estados Unidos da América, que estabelece o limite de 100 dias para a sentença, direito que deve ser respeitado a menos que o réu, explicitamente, abra mão dele (YANG, 2016; TRACZ, 2019), a EC 45/2006 não estabeleceu um intervalo de dias a partir do qual o processo seria considerado moroso. Como se trata de um dispositivo constitucional, cabe às Cortes desta natureza se pronunciarem sobre a forma como essa regra deve ser interpretada ou aplicada.

Para acionamento do Supremo Tribunal Federal, é preciso que o sujeito esteja sofrendo prejuízos em seus direitos fundamentais em razão dos atrasos da justiça, como estar privado de sua liberdade desnecessariamente (MOLOGNI; PIEROTTI, 2010). Como os estudos sobre duração processual atestam que os tribunais ignoram solenemente o tempo legal (RIBEIRO; MACHADO; SILVA, 2012), nos interessa identificar quais são as situações que levam o STF a se posicionar pelo reconhecimento de que há o desrespeito ao prazo razoável. Dito de outra maneira, como não existe limiar em dias estabelecendo a partir de que momento pode se dar o questionamento do excesso de prazo no processo penal, nosso objetivo, neste trabalho, é identificar quais são as palavras ou expressões que fazem com que o STF reconheça a existência de excesso de prazo no processo penal[4].

Essas são questões que, do ponto de vista sociológico, acionam a noção do momento crítico (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999), dando início ao embate entre justificativas para estabelecimento de uma gramática sobre o reconhecimento da legitimidade do prazo razoável, em oposição ao tempo legal e à duração necessária. Queremos, assim, desvelar a gramática do excesso de prazo a partir da identificação dos argumentos e das características do caso

3 De acordo com CR/1988 – art. 5º. LXXVIII, "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação".

4 Não se trata, portanto, de identificar a partir de quantos dias um processo criminal é considerado como moroso, posto que a regra do limite temporal (como a do *Speedy Trial Act*) não encontra ressonância no direito brasileiro. Assim, um processo com 1.000 dias pode não ser considerado moroso enquanto um com 100 dias pode ser categorizado como "excesso de prazo".

que levam a uma decisão favorável pelo STF em relação à violação do direito à razoável duração do processo. Para tanto, coletamos no site do Supremo Tribunal de Federal decisões relacionadas a essa temática.

Porém, os casos que são encaminhados ao STF discutem a razoável duração do processo dentro de um instituto muito específico da justiça criminal: a prisão provisória. Ou seja, os acórdãos mapeados são, em verdade, julgamentos de *Habeas Corpus*, indicando que o momento crítico que suscita a discussão do excesso de prazo é a privação da liberdade provisoriamente por um tempo maior do que o considerado como razoável (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018). Vejamos, então, como este mecanismo tem operado na administração da justiça no Brasil.

A gramática do sistema de justiça criminal: o lugar do tempo

Em nossa sociedade, o que denominamos como sistema de justiça criminal é, na verdade, um emaranhado de instituições que desempenham as seguintes funções: o registro de uma infração penal (Polícias, tal como definidas no art. 144 da CR/1988), a investigação para apontamento daqueles que violaram a lei (Polícia Civil e Polícia Federal), a acusação pública do suspeito (Ministério Público), a apuração da culpabilidade ou inocência do acusado (atividade conjunta do Ministério Público, Defensoria Pública e Judiciário) e a execução da sanção apropriada àqueles considerados como culpados (Poder Executivo).

As pesquisas sobre administração da justiça criminal são as que buscam reconstituir esse fluxo de documentos e indivíduos entre essas organizações mencionadas, na tentativa de entender como se dão as aplicações das regras legais, as interações entre os diversos atores e a produção de decisões em cada uma dessas fases (VARGAS, 2014). Feeley (2017 [1967]) argumenta que os estudos empíricos sobre esse tema se estruturam, nos Estados Unidos da América, a partir de duas abordagens principais.

A teoria do objetivo parte do princípio de que os operadores do sistema de justiça criminal (categoria na qual estão incluídos os policiais, promotores, advogados, defensores e juízes) procuram maximizar a efetividade de suas tarefas a partir da criação de rotinas que irão primar pela aplicação quase cega de regras, de forma a minimizar a análise de situações excepcio-

nais, o que garantiria pouca variação nas decisões tomadas (FEELEY, 2017). É uma perspectiva eminentemente weberiana, porque assume que a profissionalização dos operadores garante maior padronização dos procedimentos e menor uso da discricionariedade interpretativa, o que levaria a uma menor variabilidade de resultados e tempo de processamento (SUDNOW, 1965). Os operadores lançam mão de seus estoques de conhecimento sobre as regras e os recursos que devem ser acionados em cada caso, garantindo um mínimo de esforço e máximo de previsibilidade em cada fase.

A teoria funcionalista, por sua vez, tem como ponto de partida a ideia de que as organizações que compõem o sistema de justiça têm necessidades próprias e, por isso, os operadores do sistema são guiados não apenas por estoques de conhecimento sobre as regras legais, mas por relações de cooperação, troca, adaptação e, sobretudo, conflito (FEELEY, 2017). Na atividade de administração da justiça, não existe uma busca constante pela eficiência, como pressupõe a teoria do objetivo. Essa pode, inclusive, ser preterida, dada a demanda, por exemplo, por maior reconhecimento do trabalho que é feito pela polícia no controle do crime por meio das prisões por tráfico de drogas, o que reorientaria por completo a maneira como as demais instituições operam (SINHORETTO; LIMA, 2015).

Partindo dessa moldura teórica, uma forma de compreender como as organizações se relacionam é a partir da categoria "sistema frouxamente articulado" (HAGAN; HEWITT; ALWIN, 1979), que descortina a imperiosa necessidade de cooperação entre policiais, promotores, defensores e juízes para a administração eficiente da justiça, mas também revela como esses atores podem estabelecer interações eminentemente conflituosas quando não há concordância sobre as prioridades institucionais (DIXON, 1995).

Nesse enquadramento, a eficiência seria garantida quando os atores estão dispostos à cooperação como forma de padronização e aumento da eficiência de seus trabalhos, o que ocorreria quando há consenso sobre como eventos criminais devem ser registrados e administrados pelas distintas agências, o que daria origem à justiça em linha de montagem (BLUMBERG, 1967). Essa, contudo, pode ser desmontada a qualquer momento, em razão da chegada de novos atores, da alteração de percepção, por parte do operador, do que ele tem a ganhar ou a perder com o acordo ou ainda da mudança na forma de gestão das organizações (HAGAN; HEWITT; ALWIN, 1979). Por isso, as

cooperações que garantem maior articulação do sistema são vistas como instáveis e propensas a conflitos, razão pela qual o padrão de funcionamento do sistema de justiça criminal só pode ser explicado pela apreciação das normas informais que guiam o comportamento dos operadores, as quais são variáveis no tempo e no espaço (DIXON, 1995).

Na teoria funcionalista, a duração do processo é uma função do grau de articulação ou desarticulação do sistema. Se há linha de montagem, a articulação do sistema será ajustada demais e o tempo pode ser muito curto, correndo-se o risco de suprimir direitos e garantias fundamentais; se o sistema for frouxamente articulado, o tempo será longo e os questionamentos sobre a duração razoável do processo serão muito mais frequentes.

Em ambas as perspectivas, o tempo aparece como uma variável importante. Na teoria do objetivo, o tempo é a medida da capacidade dos atores em adimplir às regras legais, estabelecidas nos códigos ou em dispositivos constitucionais. O sistema é tanto mais eficiente quanto maior a equivalência entre tempo legal e duração processual, o que tornaria a discussão do prazo razoável desnecessária. Na teoria funcionalista, a diferença existente entre a duração processual e o tempo legal pode sinalizar dois fenômenos diferenciados. Por um lado, pode dizer sobre padrões de cooperação, sendo que, quanto menor o tempo, maior a possibilidade de aplicação da abordagem da justiça em linha de montagem para entendimento do funcionamento do sistema de justiça. Por outro, a morosidade pode ser interpretada como um indicativo da desarticulação institucional e do aproveitamento da ambiguidade das regras para estacionamento do processamento em certas fases, dimensões que configuram a abordagem do sistema frouxamente articulado.

No Brasil, a teoria do objetivo não tem encontrado muitos adeptos, mas a teoria funcionalista é amplamente disseminada para compreender como as diferentes organizações que compõem o sistema de justiça criminal operam e quais são os resultados que elas produzem (VARGAS, 2014). Esses estudos salientam que a elevada burocratização dos procedimentos aplicados pelas polícias, promotorias, defensorias e varas criminais é constantemente substituída pela reinterpretação e negociação entre os operadores (cooperação e conflito), dando amostras de como o sistema de justiça criminal pode ser ora frouxamente articulado (visível na morosidade dos processos de homicídio doloso), ora justiça em linha de montagem (vislum-

brado no diminuto tempo de processamento do tráfico de drogas, iniciado por prisões em flagrante).[5]

Partindo desta descrição, é de se esperar que os casos submetidos à análise do Supremo Tribunal Federal sejam aqueles nos quais a desarticulação do sistema de justiça criminal atingiu um grau tão elevado que o tempo de processamento passou a ser questionado em termos de sua razoabilidade. Este seria o momento crítico de que nos fala Boltanski e Thévenot (1999), o qual promove disputas essencialmente gramaticais, que têm como propósito justificar que uma regra aceita como legítima foi violada.

Na vida cotidiana, quando os indivíduos se deparam com momentos críticos, eles se veem obrigados a construir uma narrativa histórica na qual os fatos que ocasionaram a disjunção ou a ruptura de uma situação sejam justificáveis. Para tanto, eles precisam criar equivalências (no sentido de um se reconhecer no argumento do outro), o que pode ocorrer a partir do pertencimento a determinados grupos ou acionamento de linguagem comum a ambos. Durante a disputa, é o princípio da equivalência que garantirá a continuidade do diálogo e a não irrupção em violência. Como a vida moderna é repleta de momentos críticos e de disputas sobre o significado de ações, palavras e gestos, acionamos a todo momento narrativas no ímpeto de nos vermos "vencedores" dos embates que compõem a nossa vida em sociedade. Dessa maneira, criamos uma gramática sobre o que é mais ou menos aceito como legítimo, bem como delimitamos em quais contextos essas justificativas são válidas.

Seguindo a sociologia da crítica de Boltanski e Thévenot (1999) para entender a gramática formulada no momento crítico de decisão sobre o reconhecimento do excesso de prazo no processo penal pelo Supremo Tribunal Federal, é preciso identificar se existem equivalências entre os oponentes (quem impetra o *Habeas Corpus* e os ministros que irão julgá-lo) e entre as justificativas acionadas pelos envolvidos da disputa. Partimos do pressuposto de que, ao aceitar determinadas categorias como argumentos legítimos para o provimento do *Habeas Corpus* por excesso de prazo no processo penal, a corte levaria ao desenvolvimento de uma gramática a ser acionada por aqueles que têm como propósito garantir a soltura de seus

5 Para uma excelente discussão sobre como essas perspectivas podem ser mobilizadas para entendimento de como opera a justiça criminal brasileira, ver Sapori (1995).

clientes, presos provisoriamente por um tempo maior do que o considerado como razoável.

A injusta privação da liberdade é de suma relevância para a configuração do momento crítico no qual se discute o excesso de prazo no processo penal. O acionamento do Supremo Tribunal Federal não se dá tão somente pela morosidade, mas por um tipo específico de demora: aquela que alcança o sujeito que está preso nos presídios superlotados de nosso país (DEPEN, 2017). Para entender por que isso ocorre é preciso compreender as funções que a prisão desempenha na administração da justiça criminal brasileira.

De acordo com os estudos da área, a prisão em flagrante (aquela que ocorre quando o indivíduo está praticando o delito) é o principal elemento de articulação das organizações que compõem o sistema de justiça criminal (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018). Quando ela ocorre, a investigação policial para a descoberta da autoria é prontamente dispensada, cabendo à polícia relatar apenas como o delito ocorreu, o que levaria o caso à imediata apreciação do promotor para oferecimento da denúncia (RIBEIRO; DUARTE, 2009). Além disso, como os policiais que efetuaram o flagrante gozam de fé pública, em delitos como o tráfico de drogas, eles seriam as principais testemunhas de acusação, o que diminuiria a complexidade da instrução e julgamento, aumentando as chances de condenação e diminuindo o tempo de processamento (JESUS, 2016). Como o flagrante é muito improvável em crimes dolosos (como o homicídio), posto que dificilmente os suspeitos são descobertos no momento da prática do delito, há uma elevada quantidade de prisões em ilícitos que podem ser "desvendados" por meio do policiamento ostensivo, sendo o tráfico de drogas o mais frequente deles (SANTOS et al, 2015).

As prisões em flagrante, realizadas pelas polícias, devem ser examinadas pelas autoridades judiciais logo após a sua ocorrência[6], e, dependendo do

6 Nos termos do Código de Processo Penal, essa matéria encontra-se disciplinada da seguinte maneira:
Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.
Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

delito e da trajetória de vida do sujeito detido, podem ser convertidas em prisões preventivas (JESUS, 2016)[7]. A tendência dos juízes é converter o flagrante em prisão provisória nos crimes considerados graves, levando o sujeito a responder ao processo penal privado de liberdade por anos a fio (SANTOS et al, 2015).

Atualmente, entre os mais de 720 mil detentos, 40% são presos provisórios (DEPEN, 2017) e, desses, três em cada dez estão respondendo por algum artigo da lei 11.343/2006 (CAMPOS, 2015). "O tempo médio da prisão provisória varia de 172 (cento e setenta e dois) dias a 974 (novecentos e setenta e quatro) dias" (MACHADO; SANTOS, 2018, p. 96). Com mais indivíduos presos provisoriamente, o sistema de justiça criminal fica sobrecarregado em suas funções de investigação, acusação, processamento e sentenciamento. Como a quantidade de operadores (policiais, promotores, defensores e juízes) não aumenta na mesma proporção que os crimes que são submetidos a sua apreciação[8], é de se esperar que a morosidade no processamento se torne mais frequente em todos os ilícitos penais submetidos à administração do sistema de justiça criminal. Tal alteração pode reverberar em mais questionamento, por meio do *Habeas Corpus*[9], do excesso de prazo na duração da prisão provisória.

Em regra, os *Habeas Corpus* são inicialmente impetrados junto aos estados nos quais os presos esperam por uma definição de seus respectivos processos penais. Diante da negativa dessas instâncias, é possível recorrer ao Supremo Tribunal Federal, que deverá se posicionar por meio do acórdão sobre a existência do excesso de prazo na prisão provisória e, por conseguinte, sobre a possibilidade de concessão da liberdade provisória. Uma vez na corte constitucional, nos interessa saber quais são as características do pro-

7 Hoje, em razão da vigência das Audiências de Custódia nas capitais brasileiras e em algumas cidades polos, as prisões em flagrante são examinadas, nessas localidades, em até 24 horas pelos juízes, promotores e defensores. De acordo com os dados do CNJ, 44% dos sujeitos presos em flagrante são liberados nessa instância, o que, contudo, não têm contribuído para a redução dos presos provisórios no Brasil. Nesse sentido, ver: http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/audiencia-de-custodia/mapa-da-implantacao-da-audiencia-de-custodia-no-brasil. Acesso em: 01 out. 2018.

8 Não advogamos pelo aumento da quantidade de operadores, mas pela mudança nas legislações e políticas públicas que têm levado a um aumento sem precedentes da quantidade de indivíduos encarcerados de forma irracional. Nesse sentido, ver a argumentação desenvolvida por Sinhoretto e Lima (2015).

9 Nos termos da CR/1988, art. 5º LXVIII - conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

blema (natureza do crime, por exemplo) e os argumentos mobilizados pelos impetrantes que encontram mais ressonância entre os ministros do STF para o reconhecimento do excesso de prazo no processo penal. Nossa pergunta de pesquisa é, portanto, diante de quais palavras (ou circunstâncias) há o provimento do pedido de *Habeas Corpus*?

Notas metodológicas[10]

Para responder à pergunta de pesquisa, em janeiro de 2018, foi realizada uma varredura automatizada (denominada raspagem) nos acórdãos do Supremo Tribunal Federal indexados a partir da categoria "excesso de prazo"[11]. Dos 3.010 acórdãos disponíveis no site do STF, foram selecionados os que diziam respeito à matéria "processual penal", o que resultou em 1.730 casos únicos (alguns acórdãos estavam repetidos e, por isso, foram excluídos da base de dados).

Todos os casos reunidos na base de dados têm uma característica em comum: correspondem ao julgamento do *Habeas Corpus*[12]. Longe de dizer respeito tão somente à morosidade processual, que muitas vezes invalida todo o procedimento judicial pela prescrição (CNJ, 2019), os casos críticos sobre excesso de prazo que chegam para a administração do STF são referentes ao prazo razoável da prisão provisória, um dos maiores problemas do sistema prisional brasileiro (DEPEN, 2017).

A partir do escrutínio das ementas dos acórdãos[13], foram criadas variáveis que permitem dizer quais são os argumentos relacionados ao excesso de prazo na visão do Supremo Tribunal Federal e quais são as justificativas,

10 Agradecemos imensamente a Associação Brasileira de Jurimetria pela construção do script para a coleta de informações no site do Supremo Tribunal Federal e, depois, construção da base de dados analisada neste artigo. Sem o apoio desta instituição, este trabalho jamais seria possível.

11 Para uma análise detalhada sobre como são construídos os acórdãos no STF em termos de circulação entre o Gabinete dos Ministros e o Plenário, em termos textuais, ver Klafke e Pretzel (2014).

12 Nos termos da própria doutrina disponibilizada no site do STF, "o *habeas corpus* destina-se a proteger o indivíduo contra qualquer medida restritiva do Poder Público à sua liberdade de ir e vir. Liberdade de locomoção entendida de forma ampla, afetando toda e qualquer medida de autoridade que possa em tese acarretar constrangimento para a liberdade de ir e vir. Ressalte-se que, não obstante a coação à liberdade individual comumente advém de atos emanados do Poder Público, não se pode descartar a possibilidade da impetração de *habeas corpus* contra atos de particular" (MENDES, 2012, p. 3).

13 Optamos pela análise das ementas porque "embora apresentem problemas, são citadas com grande frequência como representativas dos precedentes que se deseja invocar" (KLAFKE; PRETZEL, 2014, p. 95) e, por isso, mencionam os argumentos que fundamentam o reconhecimento (ou não) à violação do direito de ir e vir pelo excesso de prazo no processo penal.

presentes nesses documentos, que estão mais associadas às duas decisões: provimento ou denegação do *Habeas Corpus*. Considerando o arcabouço teórico descrito na seção anterior, é de se esperar que o Supremo construa a sua gramática com base nas disposições legais existentes (teoria do objetivo) e nas funções da prisão preventiva (teoria funcional), mas levando em consideração quem são os sujeitos que solicitam a soltura de seus clientes (equivalência mencionada por Boltanski e Thévenot, 1999).

Uma vez construída a base de dados, selecionamos os acórdãos publicados após a Constituição da República de 1988 (CR/1988) (BRASIL, 1988), posto que as narrativas mobilizadas acerca da continuidade da prisão provisória ou do seu encerramento em razão do excesso de prazo no processo penal na nova ordem constitucional, em tese, são distintas das acionadas em outros períodos[14]. Considerar todos os casos mapeados significaria violar o princípio da equivalência de linguagem, indispensável para a construção da gramática comum em uma situação crítica (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1999).

O fenômeno que desejamos explicar é a decisão do Supremo Tribunal Federal, relacionada a *Habeas Corpus* por excesso de prazo no processo penal e materializada em acórdãos publicados entre 1988 e 2017. A variável dependente é o deferimento (ou não) do pedido do *Habeas Corpus*. As variáveis independentes, por sua vez, foram organizadas em dois grupos, oriundos da teoria do objetivo e da teoria funcionalista.

Serão utilizadas como variáveis relacionadas à teoria do objetivo os dispositivos legais que fundamentam as decisões dos ministros, os quais são relacionados à sistemática (i) do *Habeas Corpus* (menção à ilegalidade e ao abuso de poder na restrição do direito de ir e vir), (ii) da prisão preventiva (garantia da ordem pública, da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e da aplicação da lei penal) e (iii) do direito à razoável duração do processo (menção explícita a "razoável duração do processo" e a EC 45/2004)[15].

14 Ainda que essas informações sejam consideradas na análise de dados descritiva, não serão incluídas na modelagem para entendimento de quais são os argumentos mais associados ao provimento ou denegação do *Habeas Corpus* por excesso de prazo na prisão provisória.

15 Apesar de o direito à razoável duração do processo ter sido inserido no texto constitucional em 2004, a menção a essa categoria poderia acontecer antes, em razão da constatação de que "o Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, desde 1969, já apresentava em seu texto, como direito fundamental, a prestação jurisdicional em tempo adequado" (MOLOGNI; PIEROTTI, 2010, p. 15). Nesse sentido, a ideia aqui é verificar a aderência do STF aos princípios, que mais tarde se tornaram constitucionais, mas que sempre fizeram parte dos direitos fundamentais de qualquer cidadão (GOMES, 2016), bem como se a menção explícita a EC 45/2004 produz efeito no resultado final.

Como variáveis relativas à teoria funcionalista, que problematiza como as mesmas regras podem ser interpretadas de forma diferenciada de acordo com as prioridades institucionais, utilizaremos: (iv) duas identificações de crime pelo qual o réu responde no processo penal – homicídio, que é o delito mais grave existente em nossa sociedade, e tráfico de drogas, dada a tendência dos tribunais estaduais em manter o sujeito preso provisoriamente por tal delito (JESUS, 2016)[16]; (v) o delito ter sido praticado por apenas um indivíduo em detrimento de vários réus, o que entraria na categoria formação de quadrilha e, por conseguinte, ensejaria maior reprovação da conduta criminosa, justificando a continuidade da prisão durante o processo (SANTOS et al, 2015); (vi) a presença da prisão em flagrante, em razão das funções que essa desempenha na articulação do sistema de justiça criminal (RIBEIRO; DUARTE, 2009) e em razão da concepção de que quando há flagrante existe um indivíduo "culpado" pelo crime que merece permanecer preso provisoriamente, porque será condenado ao final (SINHORETTO; LIMA, 2015).

Em termos de variáveis contextuais da própria corte, indicativas da equivalência na teoria de Boltanski e Thévenot (1999), lançamos mão de três: (vii) a alusão ao patrocínio do *Habeas Corpus* pela defensoria, que assiste a maioria dos presos comuns detidos provisoriamente (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018), significando que aquele caso merece uma atenção diferenciada junto à Corte Constitucional[17]; (viii) a menção explícita ao relator na ementa, o que indicaria autorreferenciamento (DUARTE; IORIO FILHO, 2014); e (ix) a presença de unanimidade na decisão, já que os estudos focalizados na institucionalidade do Supremo destacam como a

16 Nesse caso, é importante destacar que existem variações significativas no processo de criminalização dessas condutas. No caso dos homicídios dolosos, temos: a lei dos crimes hediondos (8.072/1990), que implicará no reconhecimento de maior gravidade àqueles delitos praticados de forma cruel, o que pode reverberar no encarceramento provisório por mais tempo de homicidas; além da nova lei de drogas (11.343/2006), que aumenta as possibilidades de prisão provisória por este delito, sobretudo, com o questionamento junto ao STF acerca da constitucionalidade da proibição da prisão provisória. Logo, entendemos que as variações no tempo podem expressar mudanças legislativas e, por conseguinte, como esses delitos são percebidos pelo sistema de justiça criminal. Apesar desse problema, decidimos considerar esses dois crimes em razão de sua relevância no âmbito dos estudos de administração da justiça criminal (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018).

17 Comuns porque não qualificados como os que possuem foro privilegiado por prerrogativa de função, cujos *Habeas Corpus* têm sido analisados em outros trabalhos sobre o funcionamento do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, ver Arguelhes e Ribeiro (2018).

concentração da votação é um indicativo de cooperação entre os ministros, enquanto que a dispersão (maioria ou empate) seria uma sinalização do conflito entre eles, o que aumentaria a chance de o *Habeas Corpus* não ser provido (KLAFKE; PRETZEL, 2014).

A construção dessas variáveis foi feita a partir da raspagem dessas categorias nas ementas dos acórdãos por meio de uma programação em R. Com isso, foram criadas variáveis binárias (sim ou não) para cada um dos itens, de maneira que o efeito de cada uma dessas dimensões na decisão final (concessão ou não do *Habeas Corpus*) pudesse ser mensurado a partir do modelo de regressão logístico binomial. Essa é a técnica estatística indicada quando a variável resposta está categorizada em zero (não houve deferimento do pedido de *Habeas Corpus*) e um (houve deferimento do pedido de *Habeas Corpus*).

De que maneira as demandas relativas ao excesso de prazo no processo penal são administradas pelo Supremo Tribunal Federal (STF)?

O Supremo Tribunal Federal foi criado em 1891 para ser a instância maior do poder Judiciário e, por isso, foi inicialmente nomeado de Supremo Tribunal de Justiça. Em 1902 foi transformado em STF e, em 1930, assumiu um formato muito semelhante ao que conhecemos hoje, com 11 ministros que cuidam de julgar as ações que questionam algum tipo de desrespeito aos princípios constitucionais (RODRIGUES, 1991)[18].

É neste âmbito que se inserem os *Habeas Corpus* questionando o excesso de prazo no processo penal. O primeiro acórdão sobre esse tema foi julgado pelo STF em 1923, sendo que a quantidade de casos tem encontrado algumas variações ao longo da série histórica construída (Gráfico 1)[19]. Durante a última ditadura (1964-1985), o número de *Habeas Corpus* por excesso de prazo julgados pelo STF cresceu substantivamente, provavelmente, em razão da miríade de indivíduos que eram presos preventivamente sob o argumento de que a detenção se fazia necessária em razão da garantia da ordem

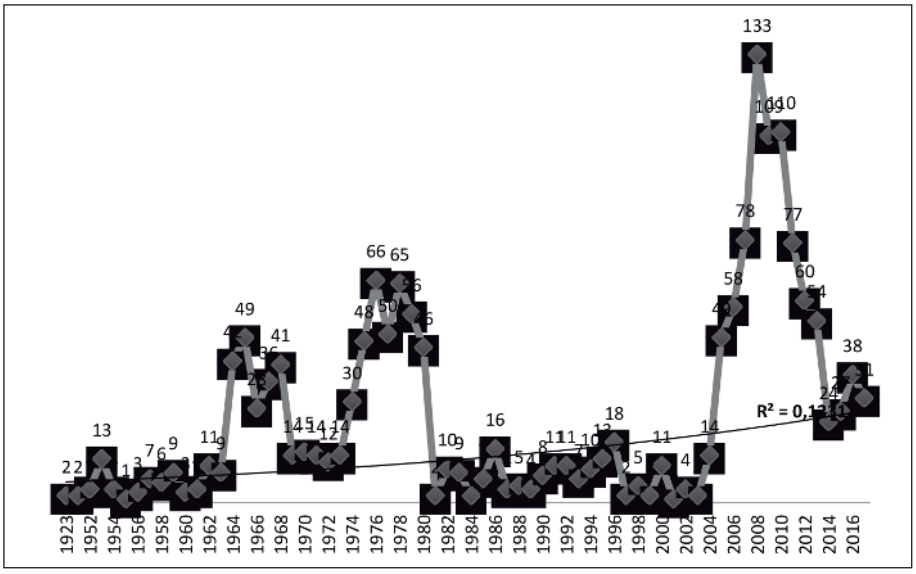
18 Durante a ditadura militar, tanto a composição como as competências do Supremo Tribunal Federal foram alteradas, sendo que a configuração atual foi retomada em 1969. Neste sentido, ver: http://www.stf.jus.br/portal/composicaoPlenaria/composicaoPlenariaAnterior.asp.

19 Assumimos que o Habeas Corpus, em razão de sua finalidade de proteção do direito de ir e vir, teria uma data de julgamento bastante próxima à data da impetração, razão pela qual assumimos que esses dois momentos ocorrem de forma quase simultânea no STF.

pública, tal como previsto no art. 312 do Código de Processo Penal (editado na década de 1940, durante a ditadura do Estado Novo).

Com a reabertura democrática, a partir da década de 1980, a quantidade de *Habeas Corpus* julgados sobre o tema se torna praticamente nula, voltando a crescer nos anos 2000, provavelmente em razão da Emenda Constitucional 45 /2004 e, possivelmente, do aumento exacerbado dos presos provisórios (AZEVEDO; CIFALI, 2015), o que pode ser visto como um indicativo da perda de capacidade do sistema de justiça criminal de processar a contendo os suspeitos que chegam ao seu conhecimento por meio da prisão em flagrante (SANTOS et al, 2015).

Gráfico 1 – Quantidade de *habeas corpus* indexados como excesso de prazo no processo penal julgados pelo STF por ano (1923-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Interessante destacar que, apesar do período de julgamento dos *Habeas Corpus* de excesso de prazo encobrir quase um século (1923-2017), 57% foram julgados após a CR/1988, de 5 de outubro de 1988. Tendo em vista o destaque dado ao contexto na teoria de Boltanski e Thévenot (1999), consideramos que, a partir deste marco, a linguagem democrática passa a ter que ser acionada pelos impetrantes do remédio constitucional para garantia de equivalência junto aos ministros do Supremo. Tomando como objeto de

análise somente os *Habeas Corpus* julgados na nova república, constamos que a análise do prazo razoável da prisão provisória cresce de maneira exponencial após a Emenda Constitucional 45/2004, que inscreve este princípio no texto da CR/1988, alcançando o seu ápice em 2010.

Acreditamos que parte dessa trajetória ascendente pode ser explicada pela publicação da nova lei de drogas (11.343/2006) que não estabelece critérios explícitos, em termos de quantidade de drogas, para a diferenciação de quem porta essa substância para uso próprio (usuário) e para a revenda (traficante) (BRASIL, 2006). Como o delito de tráfico de drogas é percebido como extremamente grave (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015), muitas vezes, o sujeito que é registrado no flagrante policial como "traficante" permanece preso preventivamente durante todo o processo penal (JESUS, 2016). Por isso, essa legislação é vista como uma alavanca na sobrecarga de trabalho dos operadores do sistema de justiça criminal e do próprio encarceramento (AZEVEDO; CIFALI, 2015). Com mais crimes registrados, os processos passam a demorar mais. Consequentemente, é razoável pressupor que um maior número de detentos passe a demandar a sua soltura junto ao Supremo Tribunal Federal, tendo como justificativa a violação do direito fundamental ao processo com uma duração razoável.

Em parte, essa explicação encontra ressonância nos dados analisados, já que 34% dos acórdãos publicados entre 1988 e 2017 diziam respeito ao tráfico de drogas. Este é, contudo, o crime com segunda maior participação percentual nos *Habeas Corpus* julgados pelo Supremo. O primeiro lugar é dos homicídios (41% dos casos), situação que contrasta com os dados relacionados ao sistema prisional (somente 10% dos detentos estão presos por homicídio, de acordo com o relatório do DEPEN, 2017), mas vai de encontro com as análises sobre fluxo do sistema de justiça criminal, que apontam para a longa duração deste processo (quase uma década), com o suspeito muitas vezes preso provisoriamente (RIBEIRO et al, 2014).

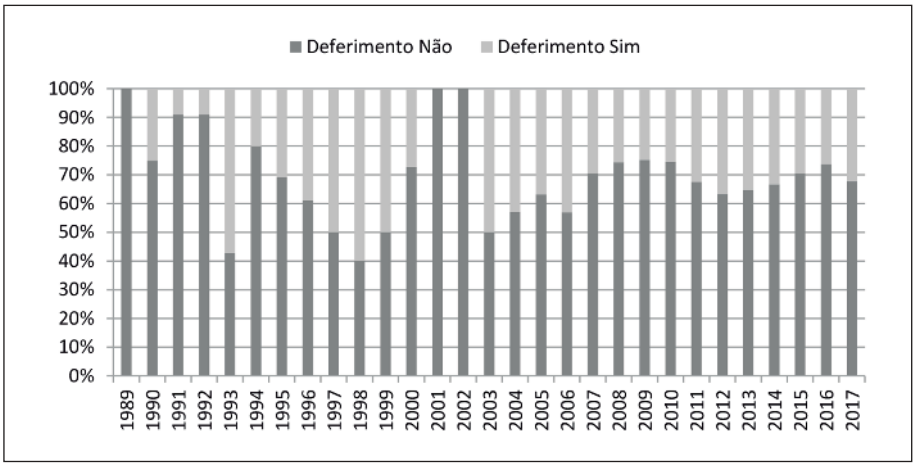
Quanto à hipótese do aumento da produtividade da polícia ostensiva como alavanca para os atrasos da justiça (e pedidos de *Habeas Corpus* junto ao Supremo), constatamos que 25% dos casos se enquadravam nessa situação, sendo que os pacientes estavam presos desde o flagrante lavrado pela autoridade policial, razão pela qual pleiteavam a possibilidade de responder o processo, já moroso, em liberdade. No que se refere à forma de execução do delito, 38% tinham praticado o crime solitariamente, o que indica que o

excesso de prazo na instrução penal pode estar relacionado à presença de vários réus, tornando os procedimentos criminais mais complexos.

Se a população de presos provisórios não parou de crescer na década subsequente à aprovação da nova lei de drogas (AZEVEDO; CIFALI, 2015) e às políticas de premiação da produtividade de flagrantes da polícia (ASSIS, 2012), o mesmo não pode ser dito sobre a quantidade de acórdãos indexados por excesso de prazo no Supremo. Entre 2004 e 2010 esses crescem, mas desde 2010 a quantidade de *Habeas Corpus* julgados pelo STF nesta matéria tem diminuído substantivamente, ainda que a discussão esteja presente na corte constitucional em todos os anos. Como não houve publicação de súmula vinculante sobre o tema, a mudança pode estar associada ao padrão de decisão da corte ou à dificuldade em se acessar o próprio STF.

Desde a CR/1988, 30% dos *Habeas Corpus* indexados como excesso de prazo no processo penal foram deferidos, o que significa que a tendência da corte é de recusar esse pedido, sendo que não existem diferenças estatisticamente significativas quando cruzamos a decisão com o ano de julgamento (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição percentual de deferimento dos *Habeas Corpus* indexados como excesso de prazo no processo penal julgados pelo STF por ano (1988-2017)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Se o ano não é uma variável explicativa para entendimento do padrão de decisão, a composição da Corte e o consenso parecem ser. O teste do

qui-quadrado indica que existe diferença estatisticamente significativa entre quem era o ministro relator e a decisão apresentada ao *Habeas Corpus*[20]. Para entender como essa variável pode estar associada ao desfecho final, podemos utilizar o estudo de Mendes (2012), que chama a atenção para a influência de quem são os ministros que irão julgar os casos, se referindo ao Supremo como uma corte formada por 11 ilhas, posto que cada ministro pode ter um entendimento distinto sobre os fatos, o que torna o consenso algo difícil de ser construído quando a decisão precisa ser colegiada.

A mudança no perfil dos ministros – que compõem a turma ou o pleno – pode levar a um entendimento totalmente diferenciado do tema, fazendo com que os casos sejam decididos por maioria ou empate, em detrimento de consenso (OLIVEIRA, 2017). Assim, nos interessa saber, para além da autorreferência do relator na decisão final, se existem consensos sobre as situações em que os *Habeas Corpus* por excesso de prazo no processo penal devem ser providos, já que os acordos para a formação das decisões colegiadas têm emergido como um objeto de investigação importante nos estudos sobre o Supremo (OLIVEIRA, 2018).

O cenário encontrado no julgamento dos *Habeas Corpus* por excesso de prazo no processo penal indica a existência de certo consenso, posto que 67% dos casos foram decididos por unanimidade. Não vislumbramos, portanto, a metáfora das 11 ilhas, ao contrário do verificado por Klafke e Pretzel (2014). Interpretamos esse resultado como Oliveira (2018, p. 258), quando do escrutínio do processo decisório das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADINs), indicando que nos *Habeas Corpus* por excesso de prazo "o Supremo comportou-se de forma a minimizar o impacto das ideologias pessoais dos juízes, decidindo de forma pouco fragmentada e mais previsível do que imprevisível". Como nos *Habeas Corpus* por excesso de prazo há elevado grau de unanimidade nas decisões proferidas e materializadas nos acórdãos, optamos por não incluir as informações relacionadas aos ministros diretamente.

Um elemento da cultura do STF que deve ser levado em consideração para a compreensão da natureza de suas decisões é "a liderança exercida

20 Tal como indicam os trabalhos recentemente publicados sobre funcionamento do Supremo Tribunal de Federal, mas centrados na análise das ADINs (ARGUELHES; RIBEIRO, 2018; OLIVEIRA, 2018).

pela Presidência do tribunal ou pelo ministro-relator, que por vezes pode conduzir o julgamento a um desfecho unânime" (KLAFKE; PRETZEL, 2014, p. 92). Os dispositivos do Regimento Interno do STF (RISTF) referentes ao processamento dos *Habeas Corpus* destacam que cabe a este personagem colocar o caso em pauta na sessão da turma ou do plenário, o que lhe confere poder sobre o tempo de tramitação deste remédio constitucional dentro da Corte. Há ainda o que Duarte e Iorio Filho (2014) chamam de autorreferencialidade. Como cabe ao relator redigir o acórdão final (KLAFKE; PRETZEL, 2014), o simples fato de ele se mencionar na ementa seria uma amostra de que ele se vê como a luz responsável pela decisão final sobre o tema. Para tentar mensurar essa autorreferencialidade, criamos uma variável sobre a menção direta ao voto do relator, o que aconteceu em 11,65% dos casos.

Saindo dos julgadores para o outro polo da ação, procuramos delinear o perfil daqueles que pleiteiam a sua soltura junto ao Supremo. Para que o pedido de *Habeas Corpus* chegue até o Supremo Tribunal Federal dois são os caminhos. Tratando-se do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, dos seus próprios Ministros e do Procurador-Geral da República, além dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o pedido de *Habeas Corpus* é interposto diretamente junto ao tribunal, cabendo a ele a decisão imediata (BRASIL, 1988, art. 102). Apenas um caso, dos 971 julgados após a CR/1988, se enquadra nessa situação. A quase totalidade dos acórdãos diz respeito a *Habeas Corpus* que foram impetrados junto aos Tribunais Estaduais em razão do excesso de prazo para encerramento do processo penal. Diante desse indeferimento, coube recursos – primeiro ao próprio Tribunal, depois ao Superior Tribunal de Justiça e, por fim, ao Supremo Tribunal Federal[21].

Apesar de o *Habeas Corpus* ser ação gratuita[22], o acionamento do STF é razoavelmente complicado quando consideramos que os presos brasileiros são, em sua maioria, homens, pobres e oriundos das periferias das grandes cidades (DEPEN, 2017) e, por isso, assistidos por defensores públicos (AZEVEDO; SINHORETTO, 2018). Esses, por sua vez, na ânsia de responder à

21 Nesse sentido, ver o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf. Acesso em: 01 out. 2018.

22 De acordo com CR/1988 – Art. 5º. LXXVII, "são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania".

miríade de processos que são julgados diariamente, têm pouco tempo para se dedicar de forma minuciosa aos casos que chegam ao seu conhecimento e, por isso, são raros os acionamentos do Supremo quando o pedido de *Habeas Corpus* por excesso de prazo na prisão provisória é denegado pela justiça estadual.

Este longo caminho nos ajuda a entender por que, apesar de termos, em 2017, aproximadamente 280 mil presos aguardando julgamento (DEPEN, 2017), o STF julgou apenas 31 *Habeas Corpus* que questionavam o excesso de prazo relativo à prisão provisória. É uma parcela muito pequena de detentos em situação de desrespeito a todo tipo de direitos – inclusive, a duração razoável do processo – que consegue acessar o Supremo para ter examinado o direito à liberdade provisória[23]. Provavelmente, somente aqueles detentos que possuem recursos suficientes para contratação de um advogado para ajuizar o *Habeas Corpus* perante a Corte Constitucional questionam o excesso de prazo da prisão provisória[24].

Para mensurar esta dimensão e, por conseguinte, verificar se existe equivalência entre os impetrantes de *Habeas Corpus* e os ministros que irão julgar esses casos, identificamos os acórdãos que fazem menções nominais à defensoria pública, como uma forma de diferenciá-los das situações em que um advogado particular patrocinou a causa. Dos 971 acórdãos pesquisados, encontramos menções a este órgão em 6,1%.

Em termos da fundamentação encontrada nas ementas dos acórdãos publicados entre 1988 e 2017, constatamos que poucos são os que referenciam os preceitos legais do *Habeas Corpus*: 3,7% fazem alusão ao abuso de poder e 11% à ilegalidade da prisão. Já o princípio constitucional da "razoável duração do processo" como justificativa para a concessão da liberdade provisória aparece mencionado explicitamente em 21,1% dos textos escrutinados, enquanto a EC 45/2004 foi suscitada textualmente em 2,6% dos casos[25]. A mobilização dos argumentos dispostos no CPP como razão para a prisão preventiva foi mais frequente. A maioria dos acórdãos menciona a garantia da

23 Interessante destacar que 1/3 dos acórdãos de *Habeas Corpus* têm como tribunal de origem São Paulo, estado que hoje tem a maior população prisional do país: aproximadamente, 250 mil presos (DEPEN, 2017).

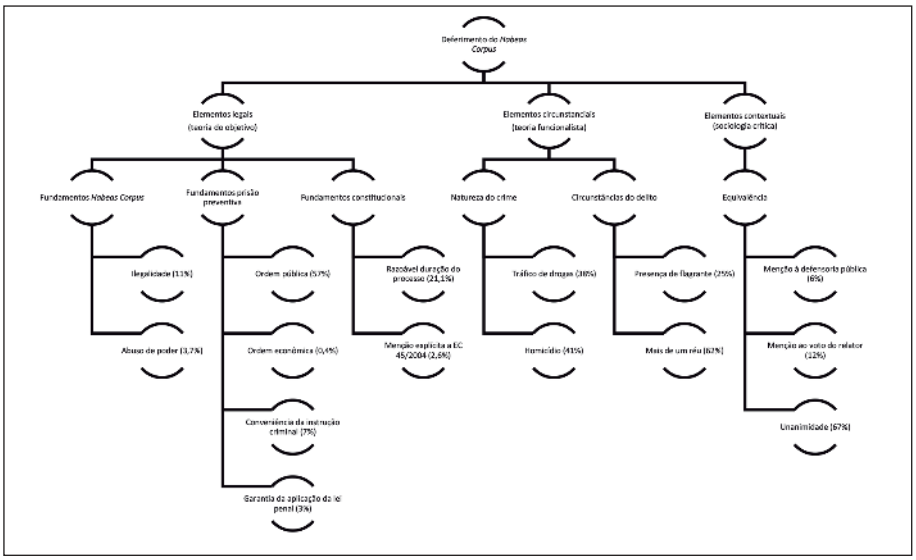
24 Os acórdãos não apresentam detalhes sobre quem são os sujeitos pacientes dos *Habeas Corpus* e, por isso, é possível apenas inferir esse perfil.

25 A menção explícita visa identificar se, com a inserção deste preceito constitucional, há maior acionamento dele e, por conseguinte, maior tendência de provimento do HC em razão da mudança viabilizada pela EC 45/2004.

ordem pública (57%), sendo que os demais princípios da prisão preventiva aparecem com menor frequência, quais sejam, conveniência da instrução criminal (7%), garantia da aplicação da lei penal (3%) e residualmente garantia da ordem econômica (0,4%).

Na próxima seção, verificamos como essas diversas variáveis (relacionadas a teoria do objetivo, funcionalista e dimensões contextuais), descritas na Figura 1, interagem produzindo o deferimento do *Habeas Corpus* e, consequentemente, formando o que denominamos de gramática do excesso de prazo no processo penal junto ao Supremo Tribunal Federal.

Figura 1 - Representação das variáveis mobilizadas na análise dos acórdãos de *Habeas Corpus* por excesso de prazo julgados pelo Supremo Tribunal Federal entre 1988 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Em que situações há o provimento do *Habeas Corpus*?

Nesta seção, procuramos compreender qual é a gramática que estrutura os acórdãos por excesso de prazo no processo penal, a partir da análise dos argumentos que estão associados à concessão do *Habeas Corpus* viabilizando que o preso provisório seja posto em liberdade. O evento de interesse é, portanto, a decisão de deferimento.

As variáveis independentes incluídas no modelo dizem respeito: aos argumentos legais (fundamentos do *habeas corpus*, da prisão provisória, do

direito à duração razoável do processo); aos elementos circunstanciais presentes no *Habeas Corpus*, tais como a natureza do delito (homicídio ou tráfico), como ele foi praticado (quadrilha ou solitariamente), como se deu a descoberta do crime (se por flagrante); e, ainda, às dimensões contextuais, relativas às equivalências entre os operadores do direito, quais sejam, ministros do STF (menções ao relator) e outros funcionários públicos (como defensores). Incluímos a presença da unanimidade como uma variável de controle, o que significa que a gramática formulada naquele acórdão encontrou ressonância entre todos os ministros que participaram da turma ou do plenário.

O passo seguinte foi estimar o modelo de regressão logística binomial. Para testar o poder de predição, aplicamos o teste de Hosmer e Lemeshow[26], o qual indica que as variáveis incluídas parecem explicar as chances de deferimento, em detrimento da denegação, do *Habeas Corpus* que questiona o excesso de prazo no processo penal na ordem constitucional inaugurada a partir da CR/1988. As análises subsequentes irão se centrar no valor exponencial do coeficiente (B), que "indica a mudança nas chances preditas do evento ocorrer em relação às possibilidades dele não ocorrer" (OLIVEIRA, 2018, p. 240). Quando o valor do Exp(B) for maior do que 1, significa que os argumentos mencionados no acórdão aumentam a chance do deferimento do *Habeas Corpus* pelo STF. Se ele for menor do que 1, ocorre o inverso, sendo que tais categorias diminuem as chances de o Supremo acolher o pedido de liberação da prisão por excesso de prazo.

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam que o deferimento do *Habeas Corpus* não está relacionado aos fundamentos legais deste remédio constitucional, já que essas variáveis não apresentaram significância estatística. Poucos são os acórdãos que mobilizam essas narrativas, razão pela qual a presença desses argumentos não aumenta e nem diminui as chances de provimento do pedido de liberdade provisória.

26 "O teste de Hosmer-Lemeshow é um teste que avalia o modelo ajustado comparando as frequências observadas e as esperadas. O teste associa os dados às suas probabilidades estimadas da mais baixa a mais alta, então faz um teste qui-quadrado para determinar se as frequências observadas estão próximas das frequências esperadas. Já o teste de Pearson, é utilizado para fazer análise dos resíduos para modelos logísticos, trata-se de uma medida útil para avaliar o quão bem o modelo selecionado ajustou-se aos dados" (REIS, 2013, p. 5). Ainda de acordo com os autores, "para a aceitação do modelo, foram feitas as estatísticas de bondade de ajuste de Pearson, Hosmer-Lemeshow e Deviance que verificam as hipóteses H0: o ajuste dos dados é bom *versus* H1: o ajuste dos dados não é bom". Como os valores de p foram superiores a 0,8, o modelo estimado neste trabalho parece apresentar um bom ajuste aos dados.

Tabela 1 – Resultados do modelo de regressão logística que estima as chances de o *Habeas Corpus* ser deferido – Acórdãos por excesso de prazo no processo penal julgados pelo STF (1988-2017)

Variáveis na equação			B	E.P.	Wald	gl	Sig.	Exp(B)
Teoria do objetivo	Fundamentos do *Habeas Corpus*	Ilegalidade	-,081	,284	,082	1	,774	,922
		Abuso de poder	,031	,482	,004	1	,949	1,031
	Fundamentos da prisão preventiva	Garantia da ordem pública	-,469	,162	8,346	1	,004	,625
		Garantia da ordem econômica	1,023	1,090	,881	1	,348	2,783
		Conveniência da instrução criminal	-,779	,385	4,087	1	,043	,459
		Garantia da aplicação da lei penal	-,648	,555	1,367	1	,242	,523
	Fundamentos constitucionais	Menção a razoável duração do processo	,526	,184	8,159	1	,004	1,693
		Menção a EC 45/2004	1,765	,495	12,698	1	,000	5,844
Teoria funcionalista	Natureza do crime	Crime de homicídio	-,073	,163	,198	1	,656	,930
		Crime de tráfico	-,325	,176	3,397	1	,065	,723
	Circunstâncias do delito	Flagrante	,237	,182	1,688	1	,194	1,267
		Réu individual	,756	,157	23,182	1	,000	2,130
	Equivalência	Impetrado pela defensoria	,849	,295	8,268	1	,004	2,337
		Menção ao voto do relator	,128	,242	,279	1	,597	1,136
		Unanimidade	,707	,177	15,966	1	,000	2,028
		Constante	-1,509	,222	46,011	1	,000	,221

Fonte: Dados da pesquisa
R quadrado Nagelkerke =0,173
Número de observações = 971

Entre os fundamentos da prisão provisória, duas dimensões se mostraram estatisticamente associadas ao indeferimento do *Habeas Corpus:* garantia da ordem pública (reduz a chance de deferimento em 0,625 vezes) e conveniência da instrução criminal (reduz a chance de deferimento em 0,459 vezes). Ambos os conceitos são altamente elásticos na doutrina jurídica, admitindo múltiplas interpretações que podem incluir desde a prisão por razões políticas (como as que tinham lugar durante a ditadura, em que os sujeitos "perigosos à segurança interna e externa" deveriam permanecer presos por prazo indeterminado sob a justificativa da garantia da ordem pública - HC 41892) até as prisões preventivas que são justificadas em termos de se evitar que outros sujeitos pratiquem o mesmo delito. É o caso do HC 70195, em que a denegação do pedido do acusado da prática de homicídio é ancorada nas duas razões

apontadas e justificada pelas "características de excepcional violência e vilania do delito, que implicou na repercussão danosa no meio social".

Garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal são, portanto, categorias que podem ser manejadas em justificativas as mais diversas para demonstrar a certeza de que o indivíduo, apesar de preso provisoriamente por um tempo além do razoável, precisa esperar pelo desfecho final do processo atrás das grades. Ambas são, portanto, linguagens da negação ao direito à liberdade provisória, mesmo que o processo esteja em excesso de prazo.

As variáveis constitucionais, por sua vez, estão associadas ao deferimento do *Habeas Corpus*, já que ambas possuem valores maiores que zero e significância estatística. A menção ao princípio da duração razoável do processo aumenta em 1,7 vezes a chance de concessão do pedido de liberdade provisória, valor muito aquém, contudo, do encontrado para as menções explícitas à Emenda Constitucional 45/2004, que aumentam as chances de deferimento em 5,84 vezes. Como destacado anteriormente, o direito à razoável duração do processo foi consagrado pelo Pacto de San José da Costa Rica (1969), do qual o Brasil é signatário, por essa razão a mudança do texto constitucional deveria contribuir para o reforço desse direito fundamental (MOLOGNI; PIEROTTI, 2010). A mudança promovida pela EC 45/2004 fez com que o STF se tornasse mais susceptível ao reconhecimento desse direito quando esse dispositivo é incluído no acórdão como forma de lembrar aos ministros de que agora ele consta no texto da CR/1988. Logo, a menção explícita a EC 45/2004 significa a constatação de que o ordenamento constitucional mudou e, por isso, a morosidade na administração da justiça não pode significar supressão do direito de ir e vir, razão pela qual o indivíduo precisa ser colocado em liberdade.

Entre as variáveis construídas a partir da teoria funcionalista, a menção ao voto do relator não apresentou significância estatística, apontando para o fato de que a autorreferência entre os ministros do STF não é um elemento gerador de equivalência e não atua como variável que influencia a decisão nos casos de excesso de prazo no processo penal.

Na mesma direção, duas dimensões importantes para entendimento de como se dá a administração da justiça no Brasil não apresentaram significância estatística na modelagem descrita na Tabela 1: a natureza do crime (homicídio ou tráfico) e a presença da prisão em flagrante. Apesar das mu-

danças legais e das práticas administrativas, que contribuíram para aumento da quantidade de pessoas presas em flagrante por tráfico de drogas (SINHORETTO; LIMA, 2015; AZEVEDO; CIFALI, 2015), reverberando na sobrecarga sobre os operadores do direito (CAMPOS, 2015), esses não são elementos que, na visão do STF, devem orientar o padrão decisório da corte, quando a questão é soltar os indivíduos que estão presos há muito tempo.

Dentro da teoria funcionalista, três variáveis apresentaram significância estatística. A primeira delas foi a presença de apenas um réu no processo penal moroso, que aumenta em 2,13 vezes a chance de provimento do *Habeas Corpus*. Quando o crime foi cometido por vários indivíduos, o Supremo é menos sensível ao excesso de prazo, entendendo-o como parte da complexidade do processo penal que tem vários réus. Por essa razão, a extensa quantidade de dias de privação provisória de liberdade seria, tão somente, um efeito colateral, a respeito do qual a corte não deve se manifestar. Nesses casos, foi muito comum encontrarmos na ementa a seguinte menção: "A Turma, por votação unânime, denegou a ordem, mas recomendou celeridade ao Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca" (HC 138488).

Entre as três variáveis referentes à dinâmica do Supremo propriamente dita, duas mostraram significância estatística. Os casos impetrados pela Defensoria Pública (dos estados ou da União) tiveram 2,34 vezes mais chances de acolhimento do que os patrocinados por advogados particulares. O princípio da equivalência parece operar em sentido contrário ao antecipado anteriormente: como a defensoria tem muitos casos para cuidar, aquele que mereceu a sua atenção a ponto de significar a interposição do *Habeas Corpus* junto ao STF torna a situação excepcional, levando a corte a entender que houve violação patente de direitos, razão pela qual o pedido deve ser acolhido pelos ministros.

O consenso nas decisões colegiadas do Supremo está associado ao provimento do *Habeas Corpus*, posto que decisões unânimes aumentam em 2,028 vezes a chance de acolhimento do pleito. Isso significa dizer que, quando todos os ministros envolvidos no julgamento do caso concordam que houve violação aos princípios constitucionais vigentes, há o deferimento do pedido.

A capacidade de construção de consenso dentro do Supremo sobre o que é o excesso de prazo, o fato de o pedido ter sido realizado pela defensoria, a presença de apenas um réu no processo e a menção aos princípios constitucionais alterados pela Emenda Constitucional 45/2004 são dimensões

associadas ao deferimento do *Habeas Corpus* por excesso de prazo na nova ordem constitucional. O indeferimento, por sua vez, está ligado ao passado, posto que mobiliza os argumentos de garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal dispostos no Código de Processo Penal, editado durante o Estado Novo, como justificativas principais para a continuidade da privação provisória.

Em suma, a gramática do Supremo Tribunal Federal parece ser clara em termos de qual objetivo se pretende alcançar com o julgamento do *Habeas Corpus*: se o reconhecimento de que o direito de ir e vir não pode sucumbir à morosidade do sistema de justiça criminal ou o inverso.

Como o STF se posiciona sobre o excesso de prazo no processo penal?

O objetivo deste trabalho foi identificar os elementos que compõem a gramática do Supremo Tribunal Federal no reconhecimento do excesso de prazo no processo penal. Para a análise deste problema, utilizamos como contraponto empírico uma base de dados construída a partir da consulta ao repositório de acórdãos do STF indexados com a categoria excesso de prazo e, depois, selecionamos apenas os que diziam respeito à seara processual penal. Nesta primeira etapa, os resultados indicaram que a gramática do excesso de prazo não está somente associada à morosidade da justiça criminal (ADORNO; PASINATO, 2007), mas a outro problema recorrente na administração da justiça criminal brasileira: a enorme quantidade de presos que aguarda julgamento privada de liberdade (LIMA; SINHORETTO; BUENO, 2015). Essa forma de acionamento do Supremo Tribunal Federal leva à constituição de uma gramática sobre em que situações, para além da morosidade da justiça criminal, o sujeito pode responder ao processo preso ou solto.

Para entender quais são os argumentos mobilizados para o reconhecimento de que existe excesso de prazo na prisão provisória e, por conseguinte, provimento do *Habeas Corpus,* cujo efeito é a soltura do preso, selecionamos os casos julgados após 05 de outubro de 1988, quando a Constituição da República atual entrou em vigor (BRASIL, 1988). Essa escolha foi resultado da moldura teórica que orientou o escrutínio do problema, posto que na teoria de Boltanski e Thévenot (1999) o embate entre narrativas construídas em momentos críticos está ancorado na equivalência entre os oponentes e na

capacidade deles em mobilizar justificativas que sejam semelhantes. Logo, o pressuposto é de que os argumentos mobilizados nos *Habeas Corpus* pelos impetrantes e os apresentados pelos ministros em seus votos serão balizados pela CR/1988.

A tendência do STF é denegar o *Habeas Corpus* por excesso de prazo na instrução criminal. Os resultados do modelo de regressão logística binomial indicam que na decisão sobre o provimento do remédio constitucional duas são as narrativas acionadas pelo STF, sendo que ambas tencionam a noção de tempo, em uma disputa cujos extremos são a duração razoável e a morosidade aceitável. Essas são as categorias que acionam estoques de conhecimento, por parte dos Ministros, na construção de decisões que irão denegar ou acatar o pedido de soltura do preso provisório.

A morosidade aceitável diz respeito a crimes que foram cometidos por vários indivíduos ou que parecem ser graves o suficiente para a manutenção da prisão como garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, categorias razoavelmente elásticas mesmo na doutrina penal (SANTOS et al, 2015). São dispositivos que têm por objetivo garantir a privação da liberdade daqueles que poderiam, de alguma maneira, importunar a ordem vigente ou escapar da lei penal. O uso frequente de ambos os termos nos ajuda a entender como o processo penal se direciona a certos sujeitos, que podem ser privados de sua liberdade sem muita justificativa.

A duração razoável, com a menção explícita à mudança do texto constitucional em 2004, é associada ao deferimento do *Habeas Corpus*. Entende-se que privar o sujeito de sua liberdade por um tempo maior do que o previsto nos diplomas legais é uma afronta aos direitos e garantias constitucionais, razão pela qual ele deve ser colocado em liberdade. Nessa situação, o réu é um cidadão que cometeu um crime, mas não pode ser privado de outros direitos.

Para aqueles casos que conseguem criar equivalência pela presença do defensor público (que, assim como o ministro, seria alguém prestando um serviço público) ou pela linguagem do direito (mobilizando argumentos mais associados ao deferimento do que à denegação do *Habeas Corpus*), há o reconhecimento de que a privação da liberdade não pode durar décadas (como ocorre nos processos de homicídio doloso). Para os que não são tão hábeis nesta equivalência, há a continuidade da privação da liberdade ainda que isso aumente as chances de perda da própria vida do paciente. Afinal, sujeitos encarcerados têm duas vezes mais chances de morrer violentamente

do que indivíduos que estão fora da prisão (UNODC, 2019, p. 82).

Considerando o arcabouço teórico mobilizado, é possível afirmar que o Supremo decide com base nas disposições constitucionais existentes (teoria do objetivo) quando se trata de reconhecer a duração razoável da prisão provisória, momento em que o *Habeas Corpus* é provido e o paciente é liberado. A morosidade necessária está balizada pela teoria do objetivo e pela teoria funcional, sendo sustentada pelos dispositivos do Código de Processo Penal que disciplinam a prisão provisória e pela presença de vários réus, o que seria um indicativo da gravidade do delito. Os elementos contextuais também que desempenham papel de destaque. Inicialmente, o STF considera quem são os sujeitos que solicitam a soltura de seus clientes, posto que ser assistido por defensor público aumenta as chances de provimento deste remédio e, na mesma direção, está a unanimidade, que aumenta as chances de deferimento do *Habeas Corpus*.

Os resultados encontrados neste trabalho indicam como a ação do STF leva à instituição de uma nova gramática com efeitos sob a administração da justiça criminal. É uma gramática que oscila entre o reconhecimento da duração razoável da prisão preventiva ou da morosidade justificável do processo e, por conseguinte, diferencia sujeitos que devem continuar submersos na privação da liberdade daqueles que merecem o benefício da liberdade provisória. Afinal, longe de problematizar a partir de que momento o princípio da razoável duração do processo estaria violado, os Ministros do SFT decidem considerando se os argumentos estão enquadrados dentro das molduras pertinentes para quem deve continuar preso e quem pode ser solto.

Todavia, não podemos considerar esses resultados como finais em razão das limitações do estudo, sobretudo no que diz respeito à ausência de outras variáveis que podem interferir no processo decisório do STF. As pesquisas sobre *sentencing* destacam que o padrão de decisão dos tribunais tende a ser calcado em dimensões como: as características socioeconômicas do preso (sexo, raça, idade, grau de escolaridade); a forma como o delito foi cometido (se com uso de arma de fogo); e os atributos da investigação policial (como a presença de testemunhas oculares), como indica a revisão de Raupp (2015). Tais informações não estão disponíveis nos acórdãos do STF, o que não permite testá-las como elementos que interferem nas decisões dos Ministros do STF.

Com isso, não conseguimos vislumbrar dimensões que permitiriam aprimorar a teoria do objetivo e a funcionalista, bem como verificar se a ausência

de equivalência entre o perfil dos ministros (majoritariamente brancos, com elevada escolaridade) e dos presos nas cadeias brasileiras (majoritariamente negros, de baixa escolaridade) pode ser suplantada pelos argumentos (constitucionais e processuais penais) mobilizados pelos defensores públicos na formação da gramática que leva ao provimento do *Habeas Corpus* por excesso de prazo na prisão provisória.

Provavelmente, a inserção das variáveis utilizadas nas pesquisas de *sentencing* para análise dos acórdãos julgados pelo STF nos ajudaria a entender também o efeito das mudanças no sistema de prisões - decorrente da lei dos crimes hediondos (BRASIL, 1990) e da nova lei de drogas (BRASIL, 2006) – nas chances de o sujeito responder ao processo penal no cárcere ou fora dele. Reconhecemos, portanto, que os problemas decorrentes da fonte de informação utilizada fazem com que este trabalho seja apenas um primeiro ensaio para entender como o STF se imiscui na administração da justiça criminal por meio da criação de uma gramática específica sobre quem merece vivenciar a morosidade processual na prisão ou fora dela.

Referências

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. (2007), A justiça no tempo, o tempo da justiça. *Tempo social*, v. 19, n. 2, pp. 131-155.

ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. (2018), *MINISTROCRACIA*: O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro 1. Novos Estudos, n. 110, pp. 12-32.

ASSIS, Luis Otavio Milagres de. (2012), *Efeitos organizacionais da implantação de metas e remuneração variável por desempenho*: o caso da segurança pública em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIFALI, Ana Cláudia. (2015), Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma: elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 1, pp. 105-127.

AZEVEDO, Rodrigo; SINHORETTO, Jacqueline. (2018), O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, São Paulo, n. 84, pp. 188-215.

BLUMBERG, Abraham S. (1967), The problem of objectivity in judicial decision-making. *Social Forces*, v. 46, n. 1, pp. 96-105.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1999), The sociology of critical capacity. *European Journal of Social Theory*, v. 2, n. 3, pp. 359-377.

BRASIL. (1990), *Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990*. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072.htm.

BRASIL. (2006), *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm.

BRASIL. Congresso. Senado. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988***.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 jun. 2019.

BROWN, Michael. (2017), "A Right to Speedy Sentencing? Not so Fast". *Law School Student Scholarship*, n. 874. Online. Disponível em: https://scholarship.shu.edu/student_scholarship/874. Acesso em: 12 jun. 2019.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2015), *Pela metade*: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). (2019), *Justiça criminal, impunidade e prescrição*. Brasília: CNJ. Online. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2019/02/levantamento-CNJ-justica-pesquisa.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

DEPEN. (2017), *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) de 2016*. Brasília: Ministério da Justiça.

DIXON, Jo. (1995), The organizational context of criminal sentencing. *American Journal of Sociology*, v. 100, n. 5, pp. 1157-1198.

DUARTE, Fernanda; IORIO FILHO, Rafael Mario. (2014), A lógica dos precedentes judiciais das súmulas vinculantes do Supremo Tribunal Federal. In: IX Encontro ABCP, 2014, Brasília, DF. *Anais...* Online. Disponível em: https://www.academia.edu/14302166/A_LÓGICA_DOS_PRECEDENTES_JUDICIAIS_DAS_SÚMULAS_VINCULANTES_DO_SUPREMO_TRIBUNAL_FEDERAL. Acesso em: 10 set. 2018.

FEELEY, Malcolm M. (2017), Two models of the criminal justice system: An organizational perspective. In: _____. *Crime, Law and Society*. Londres: Routledge. pp. 119-137.

GOMES, Conceição. (2016), *Os atrasos da justiça*. 1 ed. Coimbra: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

HAGAN, John; HEWITT, John D.; ALWIN, Duane F. (1979), Ceremonial justice: Crime and punishment in a loosely coupled system. *Social Forces*, v. 58, n. 2, pp. 506-527.

JESUS, Maria Gorete Marques de. (2016), '*O que está no mundo não está nos autos*': a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

KLAFKE, Guilherme Forma; PRETZEL, Bruna Romano. (2014), Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: aprofundando o diagnóstico das onze ilhas. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 1, n. 1, pp. 89-104.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. (2015), A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, pp. 123-144.

MACHADO, Bruno Amaral; SANTOS, Rafael Seixas. (2018), Constituição, STF e a Política Penitenciária no Brasil: uma abordagem agnóstica da execução das penas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, n. 1, pp. 89-104

MENDES, Conrado Hübner. (2012), *O projeto de uma corte deliberativa*. Jurisdição Constitucional no Brasil. 1 ed. São Paulo: Malheiros.

MOLOGNI, Celina Kazuko Fujioka; PIEROTTI, Sara Mendes. (2010), Do Direito à Razoável Duração do Processo: necessidade de se equacionar o processo célere com as garantias de defesas mínimas. *Revista do Direito Privado*, v. 3, n. 1, pp.1-19.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. (2017), Quando a corte se divide: coalizões majoritárias mínimas no Supremo Tribunal Federal. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 3, pp. 1863-1908.

OLIVEIRA, Fabiana Luci. (2018), Processo decisório no Supremo Tribunal Federal: como votam os ministros?. In: MARONA, Marjorie Correa; DEL RIO; Andrés (org.). *Justiça no Brasil*: às margens da democracia – vol. 1. 1 ed. Belo Horizonte: Arraes Editores. pp. 251-274.

RAUPP, Mariana. (2015), As pesquisas sobre o 'sentencing': disparidade, punição e vocabulários de motivos. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 2, n. 2, pp. 174-191.

REIS, Cássio Pinho. (2013), *Simulação de fatores que afetam as predições obtidas por Krigagem Ordinárias*. Dissertação de Mestrado em Estatística Aplicada e Biometria. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes et al. (2014), *O tempo do processo de homicídio doloso em cinco capitais*. Brasília: Ministério da Justiça.

RIBEIRO, Ludmila; DUARTE, Thais. (2009), O tempo dos Tribunais do Júri no Rio de Janeiro: os padrões de seleção e filtragem para homicídios dolosos julgados entre 2000 e 2007. Dilemas – *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 3, pp. 11-37.

RIBEIRO, Ludmila; MACHADO, Igor; SILVA, Klarissa. (2012), Tempo na ou da justiça criminal brasileira: uma discussão metodológica. *Opinião Pública*, v. 18, n. 2, p. 355-382.

RODRIGUES, Lêda Boechat. (1991), *História do Supremo Tribunal Federal.* 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Record.

SANTOS, Rogério Dultra dos et al. (2015), Excesso de prisão provisória no Brasil: um estudo empírico sobre a duração da prisão nos crimes de furto, roubo e tráfico (Bahia e Santa Catarina, 2008-2012). *Série Pensando o Direito*, n. 54, pp. 1-105.

SAPORI, Luis Flávio. (1995), A administração da justiça criminal numa área metropolitana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 29, pp. 143-157.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio. (2015), Narrativa autoritária e pressões democráticas na segurança pública e no controle do crime. *Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 1, p. 119-139.

SUDNOW, David. (1965), Normal crimes: Sociological features of the penal code in a public defender office. *Social problems,* v. 12, n. 3, pp. 255-276.

TRACZ, Eliot T. (2019), Revisiting the Right to a Speedy Trial: Reconciling the Sixth Amendment with the Speedy Trial Act. *Capital Law Review*, v. 47, issue 1.

UNODC. (2019), Global report on Homicide. *Boolet 2* - Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice respons. Viena: United Nations Office on Drugs and Crime. Online. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf.

VARGAS, Joana Domingues. (2014), Fluxo do sistema de justiça criminal. *Crime, polícia e justiça no Brasil* – vol. 1. São Paulo: Contexto. pp. 412-423.

YANG, Crystal S. (2016), Resource constraints and the criminal justice system: Evidence from judicial vacancies. American Economic Journal: Economic Policy, v. 8, n. 4, pp. 289-332.

Submetido em 10 de Fev. 2019
Aprovado em 15 de abril 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.492

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Origem de Classe e Destino ao Topo Social no Brasil

Class Origin and Destination to Social Top in Brazil

José Alcides Figueiredo Santos*

RESUMO

O trabalho investiga as relações entre origem e destino de classe social no Brasil com o uso do suplemento de mobilidade social da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílio (PNAD) 2014. Os efeitos da origem social foram estimados sob a forma de probabilidades preditas na média dos casos de o filho estar no topo social. A estratégia de investigação e o esquema de classe empregado são algo novo no âmbito dos estudos de mobilidade social no país. A magnitude constatada e a evolução dos efeitos totais e diretos da origem privilegiada colocam em questão o papel equalizador da educação. A origem no topo social tanto incrementa o efeito da escolaridade superior quanto favorece quem fracassa na escola. Os retornos absolutos da escolaridade superior estão caindo. A origem no topo social não é afetada por este processo. Grupos abaixo do topo estão contribuindo para a tendência declinante. No acesso ao topo social, vantagem de origem continua a gerar vantagem de destino no Brasil.
Palavras-chave: Classe social. Origem e destino. Mobilidade social.

* José Alcides Figueiredo Santos, Doutor em Sociologia pelo IUPERJ (2000), com Pós-Doutorado na Universidade de Wisconsin-Madison, é Professor Titular (aposentado) e Professor Convidado da Universidade Federal de Juiz de Fora; Brasil (UFJF). Integra o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF e o Centro de Pesquisas Sociais (CPS) Universidade Federal de Juiz de Fora; Brasil josealcidesf@yahoo.com.br

ABSTRACT

The article investigates the relationships between origin and destination of social class in Brazil with the use of the social mobility supplement of PNAD 2014. The effects of social origin were estimated in the form of predicted probabilities in the average of cases of the child being in the social top. The research strategy and the class scheme employed are something new in the field of social mobility studies in the country. The magnitude and evolution of the total and direct effects of the privileged origin call into question the equalizing role of education. Origin at the social top both increases the effect of higher education and favors those who fail at school. Absolute returns from higher education are falling. The origin in the social top is not affected by this process. Below-the-top groups are contributing to the declining trend. In accessing the top social advantage of origin continues to generate destination advantage in Brazil.
Keywords: Social class. Origin and destination. Social mobility.

Investigam-se as relações entre origem e destino de classe no Brasil com o uso do suplemento de mobilidade social da PNAD 2014. O estudo se debruça de modo especial sobre a análise da associação direta entre origem e destino não mediada pela educação, a associação direta por nível educacional e a associação entre educação e destino de classe, ou seja, os retornos da educação. A estratégia de investigação e o esquema de classe empregado são algo novo no âmbito dos estudos de mobilidade social no país. As escolhas realizadas objetivam captar diferenças genuínas entre os grupos em meio aos impactos das mudanças estruturais nas relações entre origem e destino de classe.

O estudo apoia-se parcialmente nas orientações e estratégias de uma nova investigação comparativa internacional sobre a transmissão de desigualdades (BERNARDI; BALLARINO, 2016a). Neste novo projeto comparativo, foram examinadas em 14 países mais desenvolvidos as relações entre o contexto familiar, a educação e a realização ocupacional ao longo do tempo e entre os diferentes níveis de ensino. A investigação referida explora novas escolhas em termos de enfoque do problema, solução interpretativa e tratamento metodológico. O estudo focaliza especialmente o que ocorre no elo direto entre origem e destino quando se controla a mediação educacional. Investiga as trajetórias de pessoas que possuem o mesmo nível educacional, mas desigualdades de origem, como estratégia para testar a hipótese meritocrática sobre papel da educação como o grande equalizador social. Por fim,

usa modelos lineares de regressão que estimam, em particular, efeitos marginais, com o objetivo de captar o jogo entre expansão educacional e alteração da estrutura ocupacional, além de valorizar a apresentação de medidas de desigualdade mais inteligíveis aos não especialistas.

Questões de Pesquisa para o Brasil

As teorias e proposições dos estudos de mobilidade social estão articuladas no âmbito do triângulo analítico formado por origem social-educação--destino (OED), que pretende representar o processo básico subjacente à reprodução intergeracional da desigualdade (GOLDTHORPE, 1997). A maior parte da pesquisa na área de mobilidade social tem focalizado a desigualdade de oportunidades educacionais ou então a variação que se dá nos retornos educacionais no mercado de trabalho. Na primeira vertente, investiga-se a associação entre origem social e realização educacional individual (o elo O-E). Na segunda situação, tenta-se entender a associação entre educação individual e os resultados ocupacionais obtidos (o elo E-D). Na literatura internacional tem sido dedicada bem menos atenção à análise da associação socioeconômica intergeracional não mediada pela educação e entre pessoas do mesmo nível educacional. O novo estudo comparativo internacional procurou preencher esta lacuna na literatura e avançar no entendimento da transmissão intergeracional da vantagem. Focalizou o efeito direto da origem social, ou seja, a associação entre o status socioeconômico dos indivíduos e dos seus pais, independente da realização educacional individual. A noção de que a educação seria um equalizador social requer basicamente que a associação direta entre a origem e destino, após controlar pela aquisição educacional, seja igual ou perto de zero ao longo do tempo (BERNARDI; BALLARINO, 2016b, pp. 2-4).

A proposição central do papel equalizador da educação pode ser refinada, no contexto contemporâneo, analisando-se entre as pessoas do mesmo nível educacional os efeitos das vantagens de origem em conseguir os melhores empregos. A associação entre origem e destino seria menor em níveis maiores de escolaridade. Isto significa que a escolaridade superior poderia igualar as oportunidades independentemente da origem. Num cenário otimista, cujos pressupostos podem ser problemáticos, a paulatina mudança composicional da educação, com mais pessoas atingindo a escolaridade su-

perior, poderia fazer com que, no agregado, o nível de associação intergeracional declinasse (TORCHE, 2011; TORCHE, 2016, pp. 238-9). Uma abordagem alternativa desta questão geral seria focalizar a força da associação direta entre aqueles que não atingiram a educação superior. O referido estudo comparativo investigou a hipótese de que aqueles com vantagens de origem conseguiriam obter ocupações melhores do que aqueles do mesmo nível educacional, mas com desvantagens de origem. Foi formulada a proposição de "vantagem compensatória", que prevê que uma desvantagem inicial será atenuada para aqueles que possuem vantagens de origem familiar. A hipótese sugere que, entre pessoas que atingiram o mesmo nível educacional, a origem social importa para "recuperar" aqueles que falharam na escola e "elevá-los" a uma posição similar à da família de origem (BERNARDI; BALLARINO, 2016b, pp. 6-7).

O artigo coloca para o Brasil as quatro principais questões de pesquisa do estudo comparativo internacional que serve, parcialmente, de modelo para esta investigação. Primeira questão: persiste uma associação entre origem e destino de classe social além do efeito mediado pela educação? Segunda questão: esta associação intergeracional — o efeito líquido da origem social, controlada a educação — declinou no tempo? Terceira questão: a associação intergeracional varia por níveis de escolaridade ou, de modo mais específico, o efeito de origem social é menor entre os indivíduos mais educados? Quarta questão: a associação entre educação dos indivíduos e seus destinos de classe tem variado entre as coortes, ou seja, o retorno da educação tem aumentado ou diminuído no tempo? (BERNARDI; BALLARINO, 2016a).

Literatura Recente sobre Mobilidade Social no Brasil

Situa-se preliminarmente um quadro breve dos estudos mais recentes de mobilidade social no Brasil. Uma interpretação aprofundada dos dados de 1973 e 1996 examinou com uma abordagem contrafactual os mecanismos que conduziram a um aumento na fluidez social, ou diminuição da desigualdade de oportunidades, para a população masculina no país. Os dois mecanismos principais indicados são o declínio dos retornos econômicos da educação e o enfraquecimento da influência direta da origem de classe no destino de classe, após o controle da educação. Durante a década de 1980, se reduz o enfraquecimento da associação direta entre origem e destino, sendo

que esta tendência se intensifica na década de 1990. A fluidez crescente não se comportou como um processo linear, pois estagna ao final de 1980 e em 1990, mostrando-se mais como uma dinâmica de período que envolveu o conjunto da população empregada (TORCHE; RIBEIRO, 2010).

Estudo de quadro décadas de mobilidade social no Brasil, que agrega dados da primeira década do século XXI, constata que a diminuição dos retornos educacionais se apresenta como o principal fator contribuinte para a diminuição das desigualdades de oportunidades no país ou, inversamente, o aumento da fluidez social. Este processo ocorre a partir de 1988 para os homens e de 1996 para as mulheres. Entretanto, num sentido contrário, a partir do final da década de 1980, aumentou a influência direta da origem de classe sobre o destino de classe, após ser descontado o efeito mediador da educação alcançada (RIBEIRO, 2012). Estudo subsequente mostrou que a mobilidade intergeracional estaria aumentando no Brasil em todos os indicadores considerados, ou seja, em termos de classe social, status ocupacional, *proxy* de "renda permanente" e educação (RIBEIRO, 2017a).

Uma análise das mudanças na força da associação entre todas as origens e destinos mensurados pelo esquema de classe Erikson–Goldthorpe–Portocarero (EGP), usando o modelo de associação completa, com a incorporação dos dados da PNAD de 2014 constata a continuidade do processo de diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil. O contraste entre profissionais e trabalhador manual dá uma ideia concreta da magnitude do processo. A vantagem do filho de um profissional (Classe I) de permanecer nesta classe em comparação a um filho de trabalhador manual qualificado (Classe VI) ingressar nela, em termos de chances relativas, era de 32 vezes em 1982, 28,5 vezes em 1988, 21 vezes em 1996 e, em 2004, caiu para 15 vezes (RIBEIRO, 2017b).

Na América Latina, a segunda geração de estudos de mobilidade dos anos 1990 em diante converge no diagnóstico de uma "fluidez comum" entre os países da região, ou seja, o compartilhamento de um padrão similar de mobilidade, mesmo que a força da associação intergeracional varie entre os países. De modo consistente, com a elevada concentração de renda na região, a mobilidade intergeracional de renda é mais fraca na América Latina do que nos países desenvolvidos e se caracteriza por uma "persistência no topo". Entretanto, no tocante à mobilidade de classe, o quadro parece diferenciado, pois a fluidez social não seria sistematicamente menor na região do que no

mundo desenvolvido. Esta discrepância de resultados levanta uma interrogação acerca do uso de critérios de agregação ocupacional e das possíveis lacunas deixadas por estes instrumentos na captação de uma parte substancial de ativos que ancoram a persistência intergeracional da vantagem socioeconômica (TORCHE, 2014).

Métodos

O uso de medidas relativas de desigualdade tem dominado a pesquisa de estratificação e mobilidade social desde os anos 90. Um motivo forte disso é que elas fornecem medidas que são insensíveis às mudanças na distribuição da variável de interesse no curso do tempo. Ao separar a mobilidade estrutural da mobilidade relativa (ou associação líquida), estas medidas permitem aferir a mobilidade conduzida pela associação intrínseca entre origem e destino de forma não contaminada pelas mudanças na estrutura ocupacional[1]. Esta abordagem, embora importante, impede que se avaliem questões referentes ao jogo entre mudanças estruturais. Problemas importantes na agenda seriam a investigação do efeito ao longo do tempo da expansão educacional nos retornos educacionais e a consequência da mudança ocupacional para a associação entre origem e destino. Além disso, a sofisticação técnica utilizada não se faz acompanhar da conversão dos resultados em medidas de desigualdade mais inteligíveis para um público não especialista. Medidas baseadas em coeficientes de regressão e, de modo geral, efeitos marginais fornecem indicadores mais parcimoniosos e inteligíveis da desigualdade (BERNARDI; BALLARINO, 2016b, pp. 13-14).

Na mensuração da origem e do destino ocupacional, o estudo de referência priorizou o uso de uma medida contínua, que é o índice socioeconômico internacional de *status* das ocupações (ISEI – International Social-Economic Index of Occupational Status). Num certo número de estudos nacionais, aplicou-se como segunda medida uma forma reduzida do esquema de classe EGP. Analisam-se a probabilidade de acesso à "classe de serviço" (EPG I - II)

1 A mobilidade relativa "refere-se à associação entre origens e destinos, líquida (*net*) da mudança estrutural" (TORCHE, 2015, p. 42). As taxas relativas de mobilidade social "estão relacionadas à associação líquida (*net*) — a rigidez inerente — que existe entre as posições de classe dos filhos e seus pais". A mobilidade relativa é a associação líquida entre origem e destino que persiste quando todos os efeitos da mudança estrutural de classe são descontados (GOLDHORPE, 2016, p. 96).

e a probabilidade de evitar a classe trabalhadora (EGP IIIb, V-VI-VIIa). As análises baseadas no ISEI e em classe social no geral conduzem às mesmas conclusões substantivas (BERNARDI; BALLARINO, 2016a). Utiliza-se, neste artigo, uma tipologia de classes ajustada às especificidades da estrutura social do país. Além de razões teóricas e metodológicas de ordem geral, esta opção visa localizar o papel dos diferentes âmbitos da estrutura social e suas especificidades. Focar o sucesso no destino em termos de posição de classe adquirida tem a vantagem de ser menos afetado por erros de mensuração e de representar um melhor preditor de chances de vida. Os efeitos de classe em vários resultados tendem a persistir mesmo quando a renda é controlada, revelando que classe captura aspectos mais amplos das relações sociais na vida econômica (ERIKSON; GOLDTHORPE, 2002, p. 34).

A variável independente focal diferencia cinco grandes agrupamentos de classe na estrutura social, em uma versão compacta de uma tipologia neomarxista de classes. O topo social é formado pelas três dimensões principais que geram privilégios, isto é, a propriedade de ativos de capital, o controle de conhecimento perito e o exercício de autoridade. O agrupamento abarca as categorias de empregadores, especialista autônomo, empregado especialista e gerente. São especificadas as posições de não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra ou, dito de outro modo, os controladores de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. As categorias de autônomo com ativos e de autônomo agrícola integram este grupo. Os empregados qualificados e os supervisores formam um segmento distinto no interior do trabalho assalariado em função de aproximações ou vínculos parciais com o exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas. O trabalhador típico representa a categoria majoritária submetida plenamente aos processos conjugados de controle da atividade do agente e de apropriação dos resultados do trabalho. Por fim, diferencia-se um bloco de posições de classe destituídas de ativos por meio de processos que levam à exclusão, à insuficiência ou à depreciação de ativos geradores de valor. Compõem este agregado o trabalhador elementar, o autônomo precário, o empregado doméstico e o trabalhador excedente (desempregado). Não foi possível diferenciar o autônomo agrícola precário na classe de origem (FIGUEIREDO SANTOS, 2005; 2010; 2014). Na mensuração da classe de origem, foi usado o critério de dominância considerando o emprego mais elevado entre os pais.

Nas análises da associação entre origem e destino de classe social, será considerada como medida de sucesso na realização socioeconômica a probabilidade de ingressar em posições de classe privilegiadas (topo social) no emprego atual. A variável dependente binária é a classe de destino do filho no topo social "ampliado", composto das posições agregadas de capitalista, especialista empregado, especialista autônomo, gerente e pequeno empregador. A presença do pequeno empregador se deve ao fato de ele compor a origem no topo social (não foi possível diferenciar os empregadores na origem pela dimensão do capital) e **à** aproximação das suas vantagens de renda **às** do gerente e do empregado especialista (FIGUEIREDO SANTOS, 2015)[2]. O topo ampliado equivale a 14,3% dos casos na amostra analítica. Seria 11,1% sem o pequeno empregador.

O foco no primeiro emprego representa uma estimativa que elimina o efeito de carreira que se dá após a transmissão intergeracional e realizado ao nível da estrutura do emprego. O efeito direto da origem de classe, no entanto, pode ser mais visível num estágio mais avançado da carreira ocupacional, em vez do seu início, na medida em que a influência cresce durante o curso de vida (BOUCHET-VALAT; PEUGNY; VALLET, 2016, p. 31). O efeito direto de origem é mais forte em estágios mais avançados da carreira (BALLARINO; BERNARDI, 2016, p. 269; BIHAGEN; HARKONEN, 2016, p. 196). O artigo focaliza o emprego atual da pessoa para captar o conjunto do efeito de origem e para facilitar a geração de estimativas mais precisas com termos interativos em modelos logísticos.

A variável dependente formada por categorias coloca o problema da escolha do modelo estatístico mais adequado. Modelos de regressão logística para dados ao nível individual podem ser aplicados na análise dos processos subjacentes aos regimes de mobilidade social (ERIKSON; GOLDTHORPE, 2002, p. 35). Entretanto, os modelos logísticos que usam medidas baseadas em *log-odds ratios* ou *odds ratios* têm sido questionados na sua capacidade de gerar coeficientes que sejam adequadamente comparáveis entre grupos

2 Na PNAD de 2014, o pequeno empregador tem renda do trabalho principal média de 4117 e mediana de 3000 reais; o gerente, respectivamente, de 4686 e 2700 reais; o empregado especialista, de 4629 e 3000 reais. A categoria logo abaixo é o supervisor, com renda média de 2627 e mediana de 2000 reais. A mediana capta melhor o que se passa com a experiência da maioria dos membros das categorias. Além de representar a dimensão de propriedade, crítica na organização da desigualdade, as chances de vida do pequeno empregador permitem aproximar o grupo de um topo social ampliado no Brasil atual.

(MOOD, 2010). No modelo *logit,* a variância do erro, por não ser observável, tem de ser fixada para o modelo ser identificado. A heterogeneidade não observada afeta o tamanho dos coeficientes *logit* mesmo se a variável independente e o termo de erro não estiverem correlacionados. Não fica claro se as diferenças entre os coeficientes são devido à escala diferente ou se essas diferenças refletem os efeitos diferenciados. Os modelos não podem separar as diferenças entre os grupos das diferenças na dispersão do erro latente. Como alternativas têm sido indicados o uso de probabilidades preditas e efeitos marginais médios (*average marginal effects).* Estas soluções não são afetadas pela identificação escalar dos coeficientes e usam a métrica natural da probabilidade do resultado (BEST; WOLF, 2015; LONG; MUSTILLO, 2018). Estimam-se probabilidades preditas na média dos casos com a finalidade de se obter um efeito médio na população e não um efeito para o caso médio (HANMER; KALKAN, 2013).

A educação é uma variável-chave no estudo, na medida em que se pretende estimar a associação direta de origem e destino, controlando pela educação individual. Torna-se necessário dispor de uma medida apropriada para evitar a superestimação do efeito líquido da origem. A PNAD 2014 parece gerar uma medida satisfatória, pois distingue as principais transições educacionais que impactam nos destinos de classe: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Na análise da associação intergeracional por níveis educacionais, estes serão agregados em três categorias: médio incompleto, fundamental ou menos; médio completo ou superior incompleto; superior completo, visando captar efeitos interativos mais precisos.

Na análise dos efeitos da origem social, devem ser evitados controles que são potencialmente endógenos à própria origem. Numa abordagem denominada de pré-mercado, os controles são justificados na medida em que eles são determinados antes de o indivíduo entrar no mercado de trabalho. Uma variável sobre o local de nascimento pode controlar por diferenças iniciais no mercado de trabalho regional (HÄLLSTEN, 2013, p. 667-668). O estudo controla pela Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos. Além disso, todas as estimativas controlam por gênero, cor e idade ou coorte, quando esta variável está sendo interagida com origem e/ou educação. As quatro coortes usam intervalos de dez anos que distinguem os nascidos nos anos de 1948-1957, 1958-1967, 1968-1977 e 1978-1987.

A base de dados do estudo será a subamostra do suplemento da PNAD de 2014 com informações do morador selecionado aleatoriamente entre os que possuem 16 anos ou mais de idade. A amostra analítica **é** formada por 28.197 casos com idade de 27 a 66 anos e informações válidas nas variáveis usadas nos modelos. Modelos de regressão logística e os comandos *margins* e *marginsplot* do programa Stata foram usados para estimar e apresentar em gráficos as probabilidades preditas e as diferenças absolutas entre as probabilidades em pontos percentuais. Nos gráficos estão sendo apresentados os intervalos de confiança de 95%. Entretanto, as estimativas não devem ser consideradas significativamente diferentes entre si somente se os seus intervalos de confiança não se sobrepuserem. Esta aproximação útil pode conduzir a uma conclusão incorreta ao ignorar a covariância dos estimadores (LONG; FREESE, 2014, p. 297). As diferenças observadas nos gráficos vão ser confirmadas considerando o tamanho dos efeitos, os intervalos de confiança e os testes estatísticos realizados com a opção *pwcompare(effects)* do comando *margins* do Stata. As estimativas foram ajustadas ao desenho amostral complexo da PNAD pelo comando svy do Stata. São usadas interações para avaliar o impacto da origem social por níveis de educação e as mudanças dos efeitos no tempo.

Resultados e Análises

Primeira questão: persiste uma associação entre origem e destino de classe social além do efeito mediado pela educação?

São apresentadas na Tabela 1 as probabilidades preditas de acesso ao topo social com o modelo básico sem e com o controle adicional da educação dos filhos. O modelo básico controla por gênero, cor, idade e Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos. O efeito total da origem de classe mostra-se bastante forte (39%) nos agrupamentos de classe mais vantajosos. O efeito total representa uma síntese das múltiplas vantagens ou desvantagens de trajetória associadas à classe de origem. Para alguém com origem no topo social, o efeito direto, independente da educação, corresponde à persistência de uma probabilidade de 20,3% em termos absolutos e de 52% em termos relativos, ou seja, dividindo o efeito direto pelo efeito total. No bloco formado pelo empregado qualificado e supervisor, a persistência relativa do efeito é ainda maior. O efeito direto retrata a capacidade da origem de classe de criar

ou limitar as oportunidades para os filhos sem depender estritamente da aquisição e condição educacional. O peso do efeito direto da origem social tem como corolário a limitação do papel da mediação educacional.

Tabela 1 – Efeito da origem de classe na probabilidade de emprego atual no topo social, total e direto, após o controle da educação, por gênero. Brasil, PNAD 2014.

Classe de Origem	Todos			Homem			Mulher		
	Total	Direto	D%	Total	Direto	D%	Total	Direto	D%
Topo Social	39,0	20,3	52,0	38,5	22,6	58,7	38,1	17,8	46,7
Qualificado/Supervisor	22,6	13,8	61,1	21,8	16,0	73,4	21,8	11,7	53,7
Pequenos Ativos	10,3	12,2	118	10,4	14,9	143	9,8	9,6	98,0
Trabalhador	13,1	12,2	93,1	14,4	14,7	102	11,9	9,7	81,5
Destituído	8,4	10,7	127	9,1	12,9	142	7,8	8,7	112

Obs.: O Efeito Direto % foi calculado pela razão: Direto/Total.
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

Pode ser informativo situar este resultado num quadro comparativo. O estudo internacional que serve de referência para este artigo mostrou que a associação direta entre o ISEI dos pais e do indivíduo, com o controle da educação, decresce de metade a três quartos (75%) em todos os quatorzes países estudados. Na maioria dos países a associação direta fica entre 10% e 15% em termos absolutos (BALLARINO; BERNARDI, 2016, p. 257). Para colocar nos termos do estudo internacional, aqui o decréscimo (inverso da persistência) atribuído à educação seria de 48% para a origem no topo social. Os resultados não são estritamente comparáveis, pois o modelo (OLS) e a medida usada (ISEI) no estudo comparativo são diferentes; porém a discrepância retratada aqui em relação aos países mais desenvolvidos estudados testemunha a força do efeito direto da origem no Brasil.

Ocorre um processo distinto nos demais agrupamentos. O controle da educação faz com que o efeito de origem aumente ou se reduza muito pouco (no caso do trabalhador típico). A relação observada entre duas variáveis representa um feixe de influências que podem estar atuando em diferentes direções. O aumento do efeito original que ocorre com a agregação de um controle estatístico sinaliza que esta variável está atuando na direção contrária ao efeito original. Este quadro reflete a desvantagem educacional associada a estas origens, em particular de quem tem pequenos ativos (onde estão os autônomos agrícolas) e das posições destituídas de ativos. A desvantagem educacional reduz ou enfraquece a probabilidade de o filho ascender ao topo social, de modo que o controle desta desvantagem aumenta o efeito original

ajustado por este fator. O resultado reflete a ocorrência de uma espécie de mediação às avessas, pois a interveniência subsequente da trajetória educacional rebaixa ou não potencializa para os filhos as oportunidades de acesso ao topo social. Isto significa que a probabilidade de estar no topo seria maior se não existisse nestas categorias uma relação desfavorável entre a origem e a realização educacional. Na origem de trabalhador típico, o controle do caminho via educação altera muito pouco o efeito original, mostrando, então, um papel mediador muito fraco no agregado dos seus efeitos. Como esta origem não gera propriamente uma vantagem educacional, manifesta-se, então, na média da probabilidade de todos os casos, um papel bem reduzido da mediação educacional. Entretanto, existe uma variação de gênero subjacente a este efeito agregado na média dos casos. Nesta categoria, o papel da educação para o homem **é** quase nulo, mas para a mulher a mediação educacional responde por 18,5% do efeito da origem. No tocante ao efeito direto da origem mais vantajosa, as estimativas revelam um impacto elevado para os dois gêneros, porém mais forte para os homens e menos forte para as mulheres. Constata-se aqui, no conjunto de todas as coortes, que as mulheres com origens semelhantes dependem mais do que os homens da mediação educacional para ter acesso a empregos no topo social.

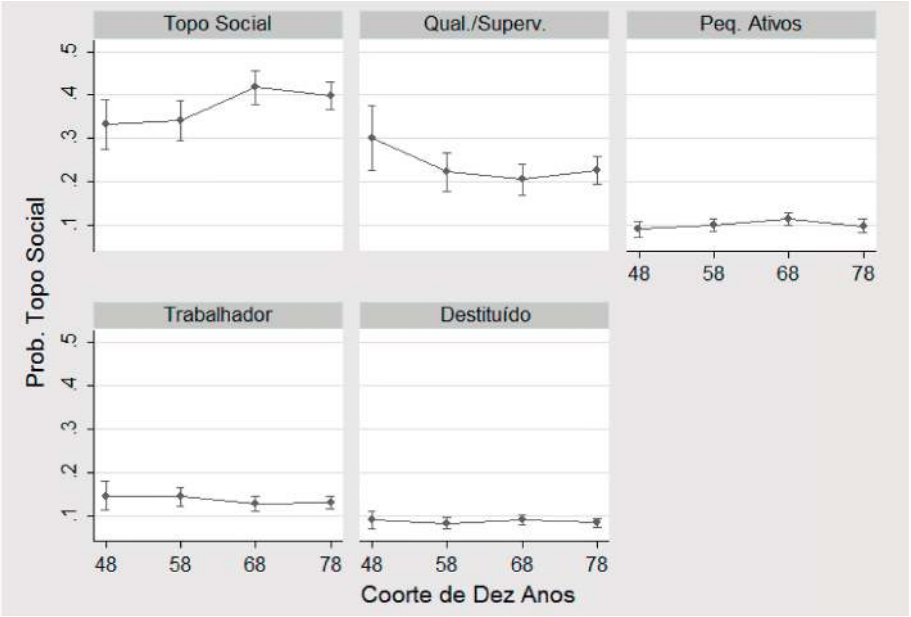
Os resultados apresentados são afetados pelo fato de se estar usando uma noção ampliada de topo social com a presença dos pequenos empregadores. Sem a presença dos pequenos empregadores, a probabilidade total de alguém vindo do topo se manter nele seria menor (31,5%), assim como o efeito direto (13,7%) e a persistência relativa do efeito não mediado pela educação (43,5%). Nas três situações, o efeito de origem é maior ao se considerar de forma mais ampla o acesso à propriedade de capital. A agregação do pequeno capital ao topo social serve, então, para captar melhor o papel e o impacto na população desta dimensão-chave da estratificação social. A dimensão de propriedade tem mostrado força no país ao aproximar a renda dos pequenos empregadores à dos especialistas num contexto em que estes experimentam perdas relativas de renda (FIGUEIREDO SANTOS, 2015).

Segunda questão: esta associação intergeracional direta — o efeito líquido de origem social, controlada a educação — declinou no tempo?

A análise é conduzida confrontando-se a evolução do efeito total da origem de classe (Gráfico 1) e do efeito direto da origem (Gráfico 2). São consideradas quatro coortes em intervalos de dez anos. Na base do gráfico, "48"

representa os nascidos de 1948 a 1957 e assim por diante. Para a origem no topo social, as probabilidades preditas de o filho preservar a mesma origem dos pais, sem considerar a mediação educacional (Gráfico 1), aumentaram de 33,1% para 39,8% (+6,6) da primeira para a última coorte. Estes ganhos ocorreram enquanto o efeito direto não se alterou considerando o valor ínfimo da diferença (-0,7), os intervalores de confiança e o teste de significância das diferenças (Gráfico 2). Se tivesse ocorrido uma diminuição do efeito direto da origem, isto equivaleria a um aumento do efeito independente da escolaridade no destino. Visto a partir do todo social, este cenário não se confirmou. Afirma-se, na sucessão das coortes, uma dupla vantagem conjugada da origem no topo social: aumento do efeito total e persistência de um elevado efeito direto que não passa pela aquisição educacional.

Gráfico 1 – Efeito total da origem por coorte IC95%

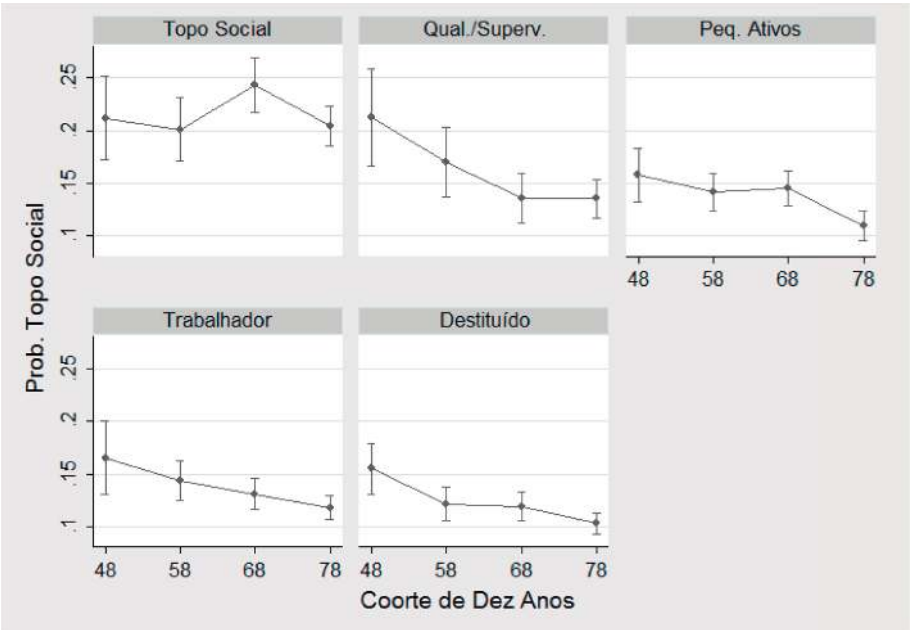


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

Nas demais categorias, há um decréscimo do efeito direto de origem, regra geral associado a uma ausência de aumento do efeito total. Na origem de empregado qualificado/supervisor, a queda do efeito total de 30,0% para 22,5% (-7,5) se reflete na queda do efeito direto de 21,2% para 13,5% (-7,7) entre a primeira e a última coorte. O ingresso no topo ficou mais difícil

para esta origem e, além disso, ficou cada vez mais dependente da mediação educacional, pois a diminuição do efeito direto da origem social supõe justamente um aumento do papel da mediação educacional.

Gráfico 2 – Efeito direito da origem por coorte IC95%



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

As categorias de origens desvantajosas mostram uma tendência declinante do efeito direto que caberia esclarecer. Como discutido, estas categorias no conjunto das coortes mostram desvantagens na realização educacional que geram um aumento do efeito de origem, quando se controla a educação. Este mesmo processo ocorre na sucessão das coortes, ou seja, o efeito direto com o controle da educação é maior do que o efeito total sem o controle em todas as coortes. Entretanto, para o trabalhador típico e o destituído, o efeito total fica estável ou não aumenta, enquanto o efeito direto seguramente cai, considerando o valor da diferença, o intervalo de confiança e o teste estatístico das diferenças. Estabilidade do efeito total no baixo patamar da primeira coorte significa manutenção da elevada desigualdade de oportunidades. Além disso, para quem tem desvantagem de origem, que afeta a aquisição educacional, o decréscimo do efeito direto, combinado à estabilidade do efeito total, não significa necessariamente uma boa coisa, já que antes

a possibilidade de acessar o topo social podia ser mais independente de um longo e arriscado investimento educacional neste caminho. Nas coortes mais recentes, depende-se mais da mediação educacional para se conseguir resultados equivalentes às coortes antigas, considerando que o efeito total não aumentou entre a primeira e a última coorte para estas categorias. Sem os pequenos empregadores no topo social, as estimativas para as origens de trabalhador típico e destituído mostram ligeiro aumento do efeito total e decréscimo do efeito direto, porém estas alterações são incertas considerando os intervalos de confiança e o teste estatístico.

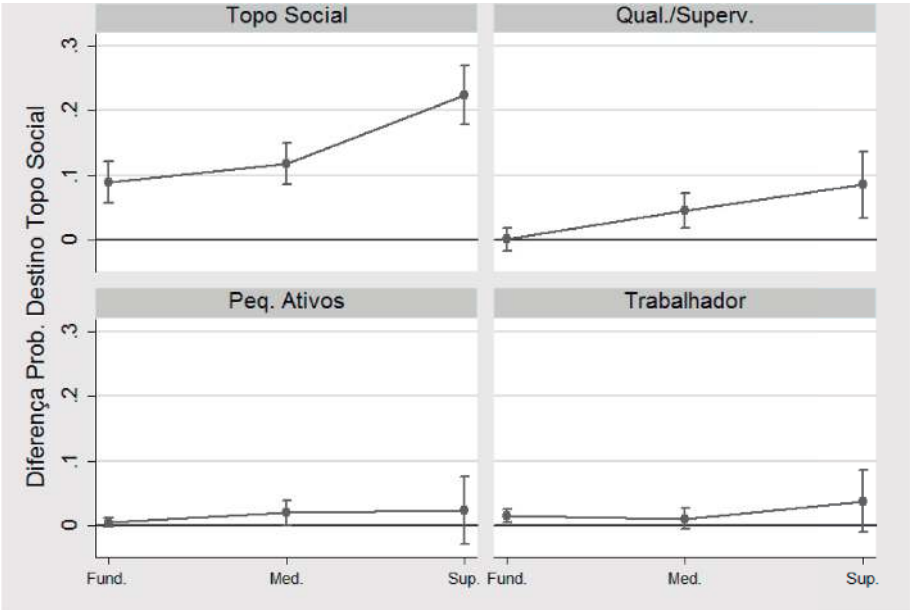
Terceira questão: a associação intergeracional varia por níveis de escolaridade ou, de modo mais específico, o efeito de origem social é menor entre os indivíduos mais educados?

A terceira questão de pesquisa reflete a ideia de que a escolaridade superior poderia igualar as circunstâncias das pessoas independentemente da origem. Supõe-se na hipótese que, neste nível educacional, o mercado de trabalho operaria com regras de recrutamento, recompensas e promoção mais universalistas (TORCHE, 2016, pp. 238-239). O Gráfico 3 contrasta o agrupamento destituído com os demais grupos na probabilidade de ter um emprego no topo social. Na medida em que os intervalos de confiança cruzem a linha onde está o zero, as diferenças entre os grupos comparados seriam incertas. Em relação ao topo social, as diferenças existem em todos os níveis de escolaridade e com força ainda maior na escolaridade superior completa (22,3 pontos percentuais). Esta diferença é o resultado de uma probabilidade de 62,4% para a origem no topo e de 40,2% para a origem de destituído, quando ambos têm escolaridade superior. Na amostra analítica, o acesso à escolaridade superior a partir desta origem é de somente 9,3% contra 52,9% dos que vieram do topo social. A escolaridade superior mostra o seu valor, porém não no mesmo grau, uma vez que somente uma minoria bem pequena consegue obtê-la vindo de origem destituída, quando são consideradas todas as coortes. Uma situação em parte semelhante (mas diferente em grau) ocorre entre aqueles cujos pais tinham um emprego qualificado ou de supervisor. No contraste da origem de classe de destituído com a de pequenos ativos e de trabalhador típico é incerta a existência de diferença na escolaridade superior.

Quando alguém não adquire uma vantagem educacional ou fracassa na escolaridade apesar de ter origem no topo social, ainda assim a origem atua no sentido de favorecer o acesso ao topo social em comparação aos demais

grupos. Tendo nível menor de escolaridade (média incompleta, fundamental ou inferior), a diferença da origem topo social versus destituído é de 9,0 pontos percentuais, e, tendo educação média completa/superior incompleta, a diferença é de 11,8 pontos no acesso ao topo. A origem no topo gera uma "vantagem compensatória" capaz, em alguma medida (probabilidade predita de 11,7%), de garantir um lugar no topo para aqueles que não conseguiram obter melhor educação. Beneficiam-se desta proteção da origem de classe os 15,7% vindos do topo social no agregado das coortes que atingiram somente a escolaridade média incompleta ou inferior.

Gráfico 3 – Efeito direto vs. Destituído por Educação IC95%



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

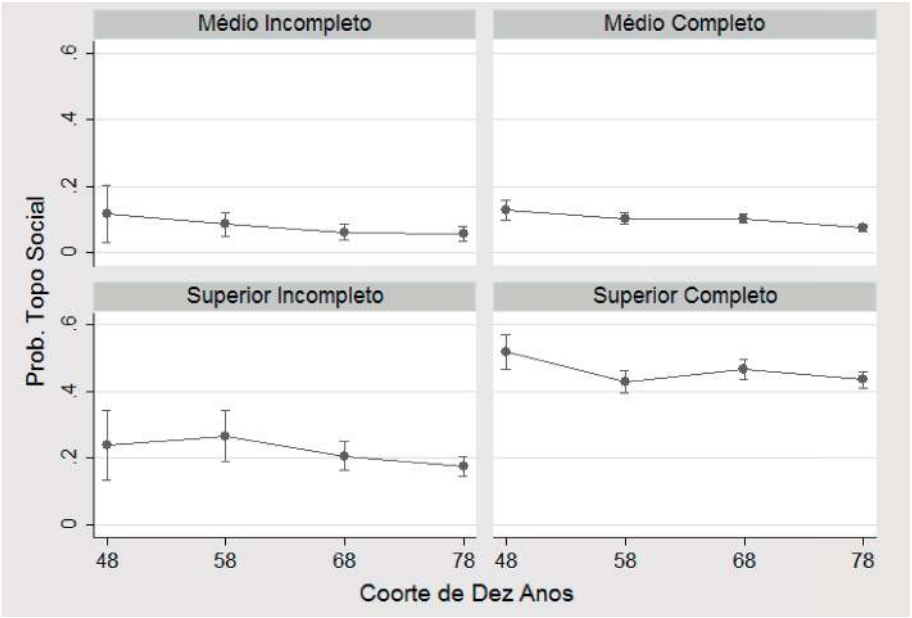
Ao mensurar o topo social sem o pequeno empregador, as estimativas mostram decréscimos nas diferenças entre as origens no topo versus destituído, especialmente nos níveis de escolaridade abaixo do superior completo. No menor nível de escolaridade, a diferença cai de 9,0 (estimativa original) para 3,0 pontos percentuais (pequeno capital fora do topo). O contraste entre as duas estimativas revela que, quando a competição por um lugar no topo social envolve a posse de pequeno capital, o êxito se torna mais problemático para esta origem e/ou mais favorável para a outra. Para quem atinge a

educação superior existe uma diferença de 18,6 pontos percentuais entre os dois polos de origem. A origem privilegiada continua a potencializar o efeito da educação superior mesmo quando o destino no topo exclui os pequenos empregadores.

Quarta questão: a associação entre educação dos indivíduos e seus destinos de classe tem variado entre as coortes, ou seja, o retorno da educação tem aumentado ou diminuído no tempo?

O Gráfico 4 mostra as probabilidades preditas, ou retornos absolutos, na sucessão das coortes de estar no topo social em quatro níveis educacionais selecionados (a partir de médio incompleto). O modelo controla pela origem de classe e estima interações entre coorte e educação, seguindo o mesmo procedimento do estudo comparativo internacional (BERNARDI; BALLARINO, 2016a), de modo a isolar melhor as mudanças no potencial específico da educação. Os níveis mais elevados de educação têm uma queda marcante na probabilidade de o filho estar no topo social. O superior completo decai de 51,9% para 43,6% da primeira à última coorte. A queda do médio completo vai de 12,8% para 7,2%. Ocorrem igualmente regressões no médio incompleto e no superior incompleto, porém não é certo que haja diferenças entre a primeira e última coorte nestes níveis de escolaridade. Os intervalos de confiança e os testes estatísticos das diferenças confirmam estas tendências. Os resultados no seu conjunto testemunham um decréscimo dos retornos absolutos da maior escolaridade no acesso ao topo social. Este processo, regra geral, ocorre quando a expansão da oferta de educação mais elevada suplanta a demanda de empregos mais qualificados. Estimativas alternativas à parte, sem pequenos empregadores no topo social, diminuem pouco os níveis de retornos absolutos da educação e não afetam as tendências.

Gráfico 4 - Retornos absolutos da Educação por coorte IC95%

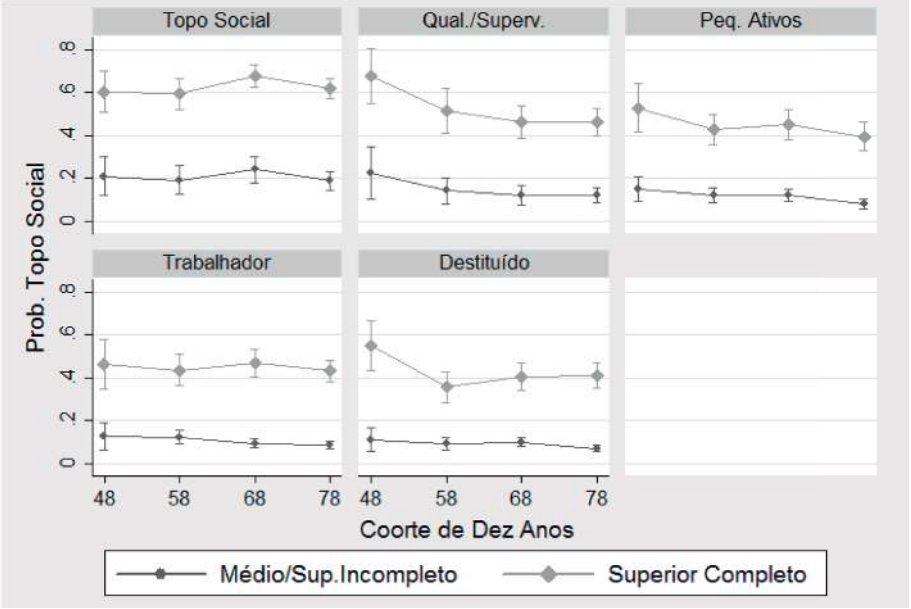


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

O Gráfico 5 revela o que ocorre com os retornos absolutos da educação, supondo que eles possam variar conjuntamente por coorte e origem de classe. Usa-se uma interação tripla entre origem de classe, coorte de nascimento e padrões educacionais. Os efeitos interativos estimados removem o constrangimento estabelecido pelo modelo de os efeitos serem aditivos ou equivalentes entre as diferentes origens. Focaliza-se no comentário o que ocorre entre a primeira e a última coorte com a vantagem da escolaridade superior. Para a origem no topo social, constata-se um leve aumento de 1,5 pontos percentuais do retorno da escolaridade superior, porém incerto, considerando o intervalo de confiança (-9,2 a +12,2) e o teste de significância das diferenças. Para as origens de empregado qualificado/supervisor, pequenos ativos e destituído, ocorrem reduções estatisticamente significativas, respectivamente, de -21,5; -13,3 e -13,9 pontos percentuais. Por fim, registra-se para a origem de trabalhador típico uma queda do retorno da escolaridade superior de -3,2 pontos percentuais, mas incerta considerando o intervalo de confiança (-15,7 a +9,3) e o teste de significância. O resultado não favorece quem está abaixo do topo e mais precisa da escolaridade superior, pois, para estes, não aumentaram entre as coortes os retornos da educação superior para

ingressar no topo social. Já, para a origem no topo social, as possibilidades favoráveis oferecidas no passado pela escolaridade superior não teriam sido alteradas na última coorte. O quadro de conjunto formado retrata a persistência de desvantagens em meio a mudanças sociais.

Gráfico 5 - Retornos da Educação por classe e coorte IC95%



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD

Discussão e Conclusão

As investigações sociológicas realizadas com a incorporação de dados mais recentes de 2008 e 2014, referidas na revisão da literatura, mostram uma contínua e significativa diminuição da desigualdade de oportunidades de mobilidade social no Brasil. O presente estudo apresenta um quadro relativamente diferente quando são analisadas as tendências temporais entre as coortes. As possíveis discrepâncias de resultados devem ser ponderadas e qualificadas. Existem entre os estudos diferenças de escopo, definições de variáveis, métodos e processos que estão sendo considerados. Neste artigo, foi focalizada a questão crítica do acesso ao topo social, em que a competição é mais desigual, porém não a mobilidade social em termos da associação completa entre todas as origens e destinos de classe. O topo social delineado neste estudo, além de

incluir as profissões de maior e de menor poder profissional, os executivos e gerentes médios, foi ampliado na dimensão de propriedade pela agregação de todos os empregadores. Um achado revelador desta pesquisa é que a dimensão ampliada de propriedade indica uma situação relativa mais problemática para os que estão abaixo do topo. A fonte principal de diferenças, no entanto, está possivelmente em um dos principais interesses que motivou o presente estudo. Os estudos considerados seguem a tradição consagrada na área de estratificação social desde os anos 90, que prioriza as medidas relativas de associação que são insensíveis às mudanças estruturais na distribuição dos empregos. As evidências centrais dos trabalhos referidos, embora possam ser discutidas, dizem respeito ao grau de fluidez social revelado por esta associação líquida, ou seja, subtraída das consequências das mudanças estruturais. Os efeitos que estão sendo estimados aqui, com o uso de modelos de regressão logística, em termos de probabilidades de acesso ao topo social refletem as tendências concretas das trajetórias que emergem particularmente do jogo entre expansão educacional e mudança da estrutura do emprego.

Olhando-se a partir do topo social, não se constata um processo equalizador das oportunidades de mobilidade social no Brasil. O efeito total desta origem privilegiada, além de ser alto no conjunto, está aumentando entre as coortes, e o efeito direto de origem não está decrescendo. Olhando-se para os grupos que estão abaixo do topo, vê-se que o efeito total está diminuindo ou estabilizado, no limite do intervalo de confiança, ou seja, destas origens está mais difícil ou não está mais fácil de chegar ao topo social. Além disso, o efeito direto está diminuindo. Esta combinação de ambos os efeitos mostra que este processo não está associado a um aumento do efeito da própria educação da pessoa em ter êxito no destino de classe. Se fosse assim, não teria por que o efeito total diminuir ou estabilizar, exceto se os retornos da educação estiverem caindo ou estáveis, o que foi justamente constatado para os agrupamentos de classe abaixo do topo social.

A escolaridade superior oferece retornos elevados para quem consegue obtê-la, porém as diferenças absolutas de classe são maiores neste nível, pois o desempenho e os ganhos de quem tem origem no topo são ainda maiores. A diferença absoluta depende do quão comum é o resultado de interesse no subgrupo da população em questão. As diferenças são maiores na escolaridade superior, em parte, porque a escala do êxito é maior para quem tem escolaridade superior. De outro lado, a origem privilegiada pode realizar com menos limitações o seu potencial de incrementar as probabili-

dades de sucesso. A vantagem compensatória dada pela origem privilegiada para quem está circunscrito à escolaridade de médio incompleto para baixo mostra a força da origem e os limites da equalização promovida pela educação. A origem no topo leva sempre vantagem, tanto ao prover quanto ao não garantir uma melhor escolaridade para os filhos.

Os retornos em termos de empregos privilegiados dos níveis maiores de escolaridade estão caindo. Este processo teria uma implicação favorável para a fluidez social na medida em que comprometesse parte da transmissão de vantagens pela educação superior. Entretanto, este efeito médio decrescente da maior escolaridade varia conforme a origem de classe. Os efeitos interativos estimados não confirmam uma tendência de baixa da escolaridade superior para a origem no topo social e de trabalhador típico. O quadro indica, para estas origens, uma estabilidade ou não variação no tempo dos retornos da escolaridade superior. Entre desiguais, resultados similares podem não possuir implicações equivalentes. Para a origem no topo, estabilidade significa persistência das vantagens e, para a origem de trabalhador típico, reprodução das assimetrias. Três outros agrupamentos abaixo do topo social — as origens de empregado qualificado, de pequenos ativos e de destituídos — estão contribuindo de forma ponderável para a tendência declinante. A expansão educacional do período, além de ser desigual na composição dos beneficiados, se associa a uma queda dos retornos absolutos para ingresso no topo social de quem possui menos, como a origem destituída, e depende mais do recurso educacional. Em meio às mudanças estruturais e seus impactos entre as coortes, o artigo conclui que, no acesso ao topo social, vantagem de origem continua a gerar vantagem de destino no Brasil.

Referências

BALLARINO, Gabriele; BERNARDI, Fabrizio. (2016), "The intergenerational transmission of inequality and education in fourteen countries: a comparison". In: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (ed.). *Education, Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp. 255-281.

BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. (2016a), *Education, occupation and social origin*: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. (2016b), "Introduction: Education as the great equalizer: a theoretical framework". In: BERNARDI, Fabri-

zio; BALLARINO, Gabriele (ed.). *Education, Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp 1-19

BEST, Henning; WOLF, Christof. (2015), "Logistic regression". In: BEST, Henning; WOLF, Christof (ed.). *The SAGE Handbook of Regression Analysis and Causal Inference*. Los Angeles: Sage. pp. 153-171.

BIHAGEN, Erik; HARKONEN, Juho. (2016), "The Direct and Indirect Effects of Social Background on Occupational Positions in Sweden: new evidence on old questions". In: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (ed.). Education, *Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp. 182-198.

BOUCHET-VALAT, Milan; PEUGNY, Camille; VALLET, Luis-André. (2016), "Inequality of Educational Returns in France". In: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (ed.) *Education, Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp. 20-33.

ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John. (2002), "Intergenerational inequality: A sociological perspective". *Journal of Economic Perspectives*, v. 16, n.3, pp. 31-44.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. (2005), "Uma classificação socioeconômica para o Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 58, pp. 27-45.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. (2010), "Comprehending the class structure specificity in Brazil". *South African Review of Sociology*, v. 41, n. 3, pp. 24-44.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. (2014), Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. In: ROSENBERG, F. (org.). *Classes sociais, território e saúde*: questões metodológicas e políticas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. pp. 39-59. Disponível em: http://www.forumitaborai.fiocruz.br/node/896. Acesso em: 12 ago. 2019.

FIGUEIREDO SANTOS, José A. (2015), "Classe social e deslocamentos de renda no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 58, n. 1, pp. 79-110.

GOLDTHORPE, John. (1997), "Problems of meritocracy". In: HALSEY, Albert H. et al. (org.). *Education*: culture, economy and society. New York: Oxford University Press. pp. 646-682.

GOLDTHORPE, John. (2016), Social class mobility in modern Britain: Changing structure, constant process. *Journal of the British Academy*, v. 4, pp. 89–111.

HANMER, Michael J.; KALKAN, Kerem Ozan. (2013), "Behind the Curve: Clarifying the best approach to calculating predicted probabilities and marginal effects from limited dependent variable models". *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 1, pp. 263-277.

HÄLLSTEN, Martin. (2013), The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. *The British Journal of Sociology*, v. 64, n. 4, pp. 662-690.

LONG, J. Scott; FREESE, Jeremy. (2014), *Regression Models for Categorical Dependent Variables Using Stata*. 3 ed. College Station: Stata Press.

LONG, J. Scott; MUSTILLO, Sarah A. (2018), "Using predictions and marginal effects to compare groups in regression models for binary outcomes". *Sociological Methods & Research*, On Line First. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0049124118799374. Acesso em: 12 ago. 2019.

MOOD, Carina. (2010), "Logistic regression: Why we cannot do what we think we can do, and what we can do about it". *European Sociological Review*, v. 26, n. 1, pp. 67–82.

RIBEIRO, Carlos A. (2012), "Quatro décadas de mobilidade social no Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 3, pp. 641-679.

RIBEIRO, Carlos A. (2017a), "Occupational and income intergenerational mobility in Brazil between the 1990s and 2000s". *Sociologia & Antropologia*, v. 7, n. 1, pp. 157-185.

RIBEIRO, Carlos A. (2017b), "Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional". *Mercado de Trabalho*: conjuntura e análise (IPEA), n. 62, pp. 49-65.

TORCHE, Florencia; RIBEIRO, Carlos A. (2010), "Pathways of change in social mobility: Industrialization, education and growing fluidity in Brazil". *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 28, n. 3, pp. 291–307.

TORCHE, Florencia. (2011), "Is a college degree still the great equalizer? Intergenerational mobility across levels of schooling in the United States". *American Journal of Sociology*, v. 117, n. 3, pp. 763-807.

TORCHE, Florencia. (2014), "Intergenerational mobility and inequality: The Latin American case". *Annual Review of Sociology*, v. 40, pp. 619-642.

TORCHE, Florencia. (2015), "Analyses of intergenerational mobility: an interdisciplinary review". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, n. 657, p. 37-62.

TORCHE, Florencia. (2016), Education and the intergenerational transmission of advantage in the US. In: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (ed.). *Education, Occupation and Social Origin*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing. pp. 237-254.

Este artigo beneficiou-se de uma bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

Submetido em 24 de março. 2019
Aprovado em 20 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.455

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Arte, Juventude e Legitimação: uma análise comparativa sobre jovens artistas da arte contemporânea nos contextos brasileiro e uruguaio

Art, Youth and Legitimation: a comparative analysis of young artists of contemporary art in the brazilian and uruguayan contexts

Guilherme Marcondes dos Santos*

Tálisson Melo de Souza**

RESUMO

Com o advento da arte contemporânea, nos anos de 1960 e em diante, as regras que regem as condutas no sistema da arte foram alteradas, afetando e acolhendo linguagens artísticas emergentes de caráter não objetual; mudanças estas que parecem ter estabelecido novos processos de legitimação de carreiras artísticas. Essa hipótese orientou o escopo de análise em dois projetos de pesquisa sobre jovens artistas visuais da arte contemporânea no Brasil e no Uruguai. Este artigo se propõe a reunir e comparar os dados de ambas investigações a fim de: 1) tratar da importância de jovens artistas para o funcionamento do circuito artístico da arte contemporânea; 2) indicar as similaridades e diferenças acerca da construção de carreiras artísticas no Brasil e no Uruguai; 3) apresentar quem são os/as/xs jovens artistas de ambos contextos; e 4) compreender suas estratégias em busca de legitimação.

Palavras-chave: Arte Contemporânea. Carreira. Jovens Artistas. Brasil. Uruguai.

* Pós-Doutorando (bolsista PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará, Brasil (PPGS/UECE). Doutor e mestre no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. gui.marcondesss@gmail.com.

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (PPGSA/UFRJ). Mestre em Artes, Cultura e Linguagens pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bacharel em Artes e Design pelo Instituto de Artes e Design da UFJF. talissonmelo@yahoo.com.br

ABSTRACT

With the advent of contemporary art, from the 1960s onwards, the rules governing conducts in the art system were altered, affecting and welcoming emerging nonobjectual artistic languages. These changes seem to have established new processes of legitimizing artistic careers. This hypothesis guided the scope of analysis in two research projects about young visual artists of contemporary art in Brazil and Uruguay. This article proposes to gather and compare the data of both investigations with the purposes of: 1) addressing the importance of young artists to the artistic circuit of contemporary art; 2) indicating the similarities and differences regarding the construction of artistic careers in Brazil and Uruguay; 3) presenting who are the young artists of both contexts; and 4) understanding their strategies in search of legitimation.
Keywords: Contemporary Art. Career. Young Artists. Brazil. Uruguay.

Os primeiros cinquenta anos são sempre os mais duros. (Jacques Villon *apud* Tomkins, 2013, p. 397).

A frase atribuída ao pintor e ilustrador Jacques Villon (1875-1963), um dos irmãos de Marcel Duchamp (1987-1968) e cujo reconhecimento como artista ocorreu somente após seus 50 anos de idade, reforça dois pontos abordados neste texto. O primeiro refere-se à temporalidade do reconhecimento, que não acontece na vida de todo/a/x e qualquer artista, e, quando ocorre, não se dá do mesmo modo e nem na mesma fase da vida para todos/as/xs, podendo, inclusive, acontecer apenas após o falecimento[1]. Em segundo plano, toma-se o relato de um período na história da arte em que outras regras regiam as ações no campo artístico. Apesar de uma máxima do senso comum afirmar que "um artista só consegue reconhecimento após sua morte", a partir de uma perspectiva sociológica da arte, argumentamos que os processos de legitimação[2] variam de acordo com as regras estabelecidas por diferentes atores sociais e instituições artísticas legitimados/as/xs e responsáveis por legitimar artistas, linguagens estéticas e demais indivíduos e instituições que busquem se estabelecer no campo artístico.

1 Exemplar, neste sentido, é a trajetória de Vincent Van Gogh (1853-1890).

2 O conceito de legitimação é aqui compreendido a partir dos trabalhos de Ralf Dahrendorf (1959), Max Weber (1999) e Richard Sennett (2001). Com Dahrendorf, é possível compreender que a legitimação perpassa a noção de autoridade, assim, o exercício da autoridade está relacionado a papéis ou posições sociais. Já com base em Weber e Sennet, torna-se evidente que o exercício do poder que legitima alguns atores sociais em detrimento de outros só é possível pois há quem cumpra o papel de submisso, aceitando e, assim, legitimando as ações de quem exerce o poder. No entanto, tal aceitação/submissão não se dá desatrelada de interesses, internos e/ou externos, por parte dos indivíduos.

O sociólogo Alain Quemin (2013; 2016) analisa os *rankings* internacionais que elegem quem seriam os/as/xs principais agentes sociais da arte a cada ano. Cruzando o problema do reconhecimento artístico, abordado através desses *rankings*, e enfocando a nacionalidade e o território de residência dos artistas, Quemin demonstra que, em geral, mesmo no mundo globalizado contemporâneo, artistas que aparecem em tais listas de avaliação são homens, brancos, com mais de 50 anos de idade, nascidos, ou atuantes, ou representados por galerias nos Estados Unidos e/ou na Alemanha. Esses dados tratam de questões não somente relativas ao universo artístico, pois concernem ao teor das conexões globais estabelecidas presentemente e também ao perfil socialmente construído como desejável para artistas profissionais no universo artístico.

Entretanto, apesar dos dados da pesquisa de Alain Quemin (2013; 2016), a hipótese deste artigo é de que o atual conjunto de regras da arte contemporânea reserva um espaço importante à categoria jovens artistas (e seus sinônimos: artistas emergentes e artistas em início de carreira)[3]. Conforme argumentou a socióloga Nathalie Heinich (2014), após o advento da arte contemporânea[4] foi iniciado um novo *paradigma artístico*, o qual trouxe um novo conjunto de regulações às ações práticas e simbólicas para indivíduos e instituições que conformam o mundo da arte. Relativamente à temporalidade do reconhecimento de artistas após o surgimento da arte contemporânea, Heinich afirma que:

3 A categoria jovem artista, fundamental neste trabalho, não foi dada a priori, mas construída a partir do campo de pesquisa. Assim, foi possível constatar que os/as/xs jovens abarcados/as/xs por tal categoria não necessariamente eram aqueles que possuem idades biológica e socialmente (ver: BOURDIEU, 1983) compreendidas como jovens, mas dá-se, como será possível constatar a frente no texto, através do entrecruzamento entre a idade e o tempo de carreira de tais artistas.

4 A arte contemporânea é, efetivamente, uma categoria em disputa entre os atores sociais da arte. Seu surgimento reporta aos anos de 1960 e inúmeras têm sido as tentativas de definição desta seara artística (BUSKIRK, 2003; BELTING, 2006; DANTO, 2006; ARCHER, 2012; ERBER, 2015). Mas aqui tratamos da arte contemporânea a partir das definições estabelecidas por Nathalie Heinich (2014), que, como explicitado no corpo do texto, trata da arte contemporânea como um *novo paradigma*. Assim, mais do que através de um marco temporal de surgimento, compreende-se a arte contemporânea como um novo conjunto de regras que regem as condutas dos indivíduos no campo das artes visuais (aquele composto por instituições museológicas, centros culturais, galerias, casas de leilão, artistas, curadores/as/xs, críticos/as/xs de arte, galeristas, entre outros/as/xs). É um novo *paradigma* que, por exemplo, deixa de lado a necessidade de que obras de arte sejam objetos, abrindo a possibilidade de trabalhos artísticos como as ações e as performances, pautados nos corpos de artistas, os quais, assim, passam a responder também à alcunha de *propositores/as/xs*. Ademais, cabe dizer que, na tese de doutorado em que se baseia parte da pesquisa deste artigo, o capítulo 1 trata da construção da categoria arte contemporânea e o capítulo 2 traz um apanhado de pesquisas em Sociologia da Arte acerca da referida categoria (ver: MARCONDES, 2018a).

> (…) enquanto um artista moderno, muitas vezes, precisava esperar muito tempo antes de realizar suas primeiras exposições, receber suas primeiras críticas e vender suas primeiras obras, um artista contemporâneo pode experimentar uma ascensão muito rápida na cena artística – como no famoso caso de Jean-Michel Basquiat, que teve um sucesso dramático logo depois de seu 20º aniversário (HEINICH, 2014, p. 383).

Para a socióloga, esta possibilidade de reconhecimento de um artista ainda jovem tornou-se, por outro lado, uma desvantagem para os artistas mais velhos. Todavia, ao retomarmos o trabalho de Quemin (2013; 2016), vemos explicitamente a manutenção das vantagens a artistas biologicamente e profissionalmente mais experientes, no que diz respeito aos processos de legitimação e reconhecimento. Tratando-se de jovens artistas, objeto deste artigo, é possível argumentar tanto sobre vantagens (por exemplo, uma proliferação de editais concentrados em ou voltados exclusivamente para jovens artistas) quanto sobre desvantagens (por exemplo, o prestígio internacional, efetivamente, pode ainda estar atrelado aos artistas mais velhos, sendo o caso de Basquiat uma exceção).

Fato é que o reconhecimento em termos internacionais, como demonstrado por Alain Quemin, ainda ocorre, especialmente, favorecendo um grupo de artistas mais velhos (em termos biológicos e de tempo de carreira), e, a partir dos argumentos de Nathalie Heinich (2014), é possível considerar que, com a arte contemporânea, a qual contribuiu para a emergência de novas regras para o campo artístico, jovens artistas vêm sendo legitimados em processos que são distintos de outros momentos da história da arte. Processos esses são o foco deste artigo, em que são comparados os dados obtidos a partir de dois projetos de pesquisa: uma tese de doutorado acerca do processo de legitimação de jovens artistas no Brasil e uma residência de investigação sobre esse mesmo processo no Uruguai.

As pesquisas em que se baseia este artigo partiram do entendimento de que os processos de legitimação profissional no universo da arte, após o advento da arte contemporânea, foram alterados, possibilitando que artistas ainda considerados jovens em termos etários e de tempo de carreira sejam reconhecidos como artisticamente relevantes pelo conjunto de agentes sociais e instituições artísticas, o que surge como hipótese, não apenas a partir dos argumentos de Heinich (2014), mas também do que chamamos de proliferação de editais voltados a jovens artistas. Esses editais são essenciais para o funcionamento do universo artístico em ambos contextos

estudados. Dentre esses editais, alguns selecionam artistas para exibirem seus trabalhos em exposições, participarem de residências artísticas e/ou receberem premiações. Concorrer nesse tipo de certames e lograr ser selecionado/a/x permite que um/a/x artista cumpra a prerrogativa básica de seu trabalho: exibir suas criações a um público. Além disso, facilita que os/as/xs artistas angariem os meios para visibilidade de seus trabalhos e incrementarem seus currículos, aumentando as possibilidades de sua legitimação pelo circuito artístico.

Os resultados das pesquisas sobre os contextos artísticos brasileiro e uruguaio são aqui reunidos para compreender o processo de legitimação de jovens artistas da arte contemporânea. Neste artigo, apresentamos o perfil de artistas que vêm sendo selecionados/as/xs e legitimados/as/xs pelo universo artístico nos dois contextos. São também analisadas entrevistas com artistas acerca do significado de sua profissão atualmente[5], realizadas tanto no Brasil quanto no Uruguai, assim, propondo aproximações e distanciamentos que permitirão tratar das transformações ocasionadas pela arte contemporânea e dos processos de legitimação desempenhados nos campos artísticos de ambos países.

1. Campos de pesquisa, metodologias e o perfil de Jovem Artista no Brasil e no Uruguai

Antes de apresentar a análise das entrevistas realizadas, é imprescindível, neste item, destacar os campos de pesquisa e as metodologias que foram efetivados para, então, tratar da categoria analítica *jovem artista* por meio do perfil de artistas selecionados/as/xs e premiados/as/xs por certames de artes visuais[6] no Brasil e no Uruguai.

5 Sobre o histórico de afazeres manuais, consultar: Sennett, 2009.

6 Ao utilizar a categoria "artes visuais", compreende-se mais uma das nuances das transformações acarretadas pelo surgimento da arte contemporânea, neste caso, em relação ao léxico. Isto porque, até pouco tempo – e em alguns circuitos artísticos isto ainda permanece – o termo artes plásticas era o mais utilizado. No entanto, com o surgimento de um campo da arte contemporânea, como o aqui analisado, o termo artes visuais ganha maior força, pois as linguagens estéticas, meios e materiais utilizados para a produção artística se tornaram mais múltiplos. A arte contemporânea traz possibilidades como, por exemplo, a vídeo arte e a performance, que possuem materialidades outras, diferentes das pinturas e esculturas clássicas e modernas. No caso da performance, trata-se, efetivamente, do próprio corpo dos/as/xs artistas. Neste sentido, como este artigo se volta ao campo da arte contemporânea, nos parece mais adequado utilizar o termo que vem sendo mais usado nesse próprio campo para defini-lo, bem como definir os atores sociais que dele fazem parte (ver: MARCONDES, 2018a).

1.1 Jovens Artistas no Brasil

A pesquisa de doutorado (MARCONDES, 2018a) teve como objeto os jovens artistas brasileiros, no período entre 2014 e 2017, para compreender quais as transformações efetivadas pelo advento da arte contemporânea, ocorrido quase seis décadas atrás, e como elas incidem sobre os processos de legitimação no universo da arte. Para isso, foram analisadas três exposições, três residências artísticas e um prêmio, todos voltados a jovens artistas, são eles: o *Abre Alas*, d'A Gentil Carioca (galeria situada no Rio de Janeiro), o *Novíssimos*, da Galeria IBEU/Instituto Brasil-Estados Unidos (situada no Rio de Janeiro), o *Salão Anapolino de Arte*, realizado pela Secretaria de Cultura da cidade de Anápolis (GO), o *Programa Bolsa Pampulha*, organizado pelo Museu de Arte da Pampulha, em Belo Horizonte, a *Casa B - Residência Artística*, do Museu Bispo do Rosário Arte Contemporânea, localizado no Rio de Janeiro, a *Residência Artística Red Bull Station*, situada na cidade de São Paulo, e *o Prêmio PIPA*, promovido pela parceria entre o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio) e o Instituto PIPA.

Os editais, como argumentamos, têm sido fundamentais ao funcionamento do campo artístico, contudo, nem sempre são específicos no que diz respeito à categoria *jovem artista*, *artista emergente* ou *artista em início de carreira*. Embora seja frequente o uso dos mencionados termos, nem sempre os editais definem quem são os/as/xs jovens artistas que podem concorrer e, talvez, lograr serem selecionados/as/xs e/ou premiados/as/xs pelos certames artísticos. Entre os editais analisados, apenas um, o do *Programa Bolsa Pampulha*, trazia uma definição de quem seriam tais jovens artistas que poderiam concorrer e buscar um lugar na residência:

> 3.3. Por se tratar de um Programa dedicado à produção emergente, o artista deverá enquadrar-se em pelo menos uma das situações abaixo relacionadas:
> a) ser nascido a partir de 1979 (inclusive); ou
> b) ter realizado até 3 (três) exposições individuais; ou
> c) ter até 5 (cinco) anos de atividade artística, contando a partir da 1ª exposição (PROGRAMA BOLSA PAMPULHA, 2017, p. 186).

Deste modo, ao constatar a pouca definição da categoria *jovem artista*, foi possível perceber que se trata uma categoria em disputa. Por se tratarem

de editais que permitem a exibição de trabalhos, a realização de residências artísticas e também premiações, ou seja, que possibilitam a realização do trabalho artístico, concorrer a tais certames é, de fato, uma oportunidade para artistas em geral, interessando também a artistas visuais que não se enquadram no que é especificado por editais como o *Bolsa Pampulha*, seja em termos etários ou de experiência profissional. Desta forma, no universo pesquisado é possível encontrar artistas com mais de 50 anos de idade e/ou que têm mesmo três décadas de atuação na seara das artes visuais. Foi preciso, portanto, buscar qual era o perfil mais comum de artistas selecionados/as/xs e premiados/as/xs em tais certames, com a finalidade de compreender quem são os/as/xs jovens artistas e que indivíduos têm sido legitimados pelo mundo da arte.

Através dos catálogos que traziam a memória de tais eventos artísticos[7], foi possível acessar as biografias dos/as/xs artistas selecionados/as/xs e, em alguns casos, premiados/as/xs. As biografias resumidas de artistas em catálogos são uma *convenção* do *mundo da arte* (BECKER, 2008) e contêm informações sobre os/as/xs artistas como, por exemplo, ano e local de nascimento. No conjunto analisado, tivemos acesso a 464 biografias resumidas de artistas que foram utilizadas para a construção dos dados. Em alguns casos, tratam-se de coletivos de arte que, em alguns materiais, tinham informações sobre seus integrantes separadamente, o que permitiu, nestes casos, a compilação dos dados de seus integrantes em separado. Há ainda artistas que participaram das mesmas exposições ou do prêmio em múltiplas edições. Esses casos, de artistas que se repetem, foram aqui contabilizados mais de uma vez, pois cada edição, de cada evento, foi tomada como única. Se um/a/x artista participou, por exemplo, tanto do *PIPA* quanto da *Casa B - Residência artística*, seus dados foram compilados duas vezes. Pois, se um/a/x artista é indicado a um prêmio e participa de uma residência artística voltada a jovens artistas no mesmo ano, isso significa que esse indivíduo se enquadra no perfil de artista emergente aclamado pelo universo artístico. Fato é que varia o quantitativo de artistas na compilação de cada dado apresentado na

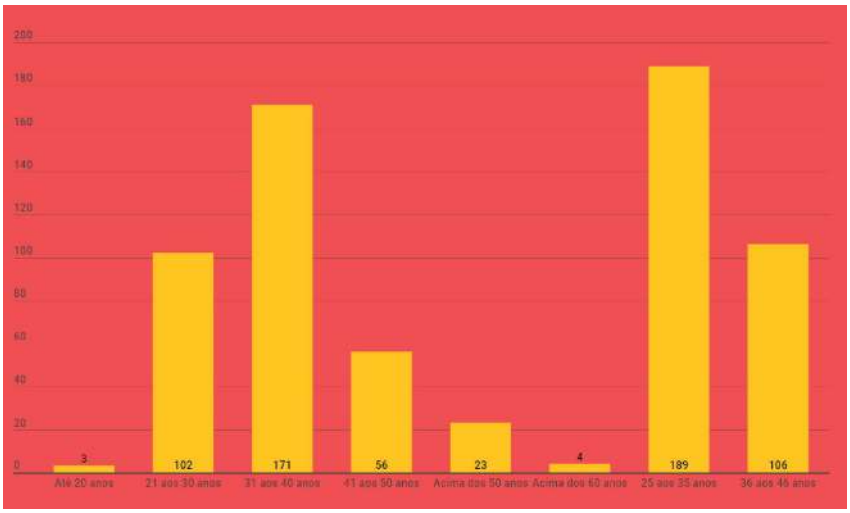
7 Nos casos do Salão Anapolino de Artes e da Residência Artística Red Bull Station, o processo se deu de modo distinto. No primeiro caso, não foi possível obter os catálogos de todas as edições da mostra que ocorreram entre 2014 e 2017 (não sendo inclusa a edição de 2018); assim, obteve-se com seus organizadores acesso as fichas de inscrição de artistas selecionados/as/xs nas edições das quais não se obteve catálogo. Já no segundo, o site da residência traz as informações sobre os/as/xs artistas em cada edição.

pesquisa (a saber: idade, local de nascimento, local em que vivem e trabalham, escolaridade e gênero), assim, em relação a idade dos/as/xs artistas, foi possível compilar os dados de 469 artistas, já em relação ao local em que viviam e trabalhavam, foram 464 (ver: MARCONDES, 2018a).

Em relação ao perfil, o levantamento de dados permitiu concluir que os jovens artistas selecionados/as/xs e premiados/as/xs pelos eventos artísticos analisados tinham idades entre 25 e 35 anos (Gráfico 1); estavam concentrados nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo[8] (Gráficos 2, 3 e 4); possuíam alto grau de escolaridade, sendo, em sua maioria, pelo menos graduados (Gráfico 5); e, permitiu concluir que havia mais homens do que mulheres entre os artistas (Gráfico 6). Esse perfil é uma forma de compreender quem são os/as/xs jovens artistas da arte contemporânea brasileira que estão obtendo acesso às exposições, às residências e ao prêmio analisados, angariando, portanto, a visibilidade que permite a construção de suas carreiras. Mesmo sem uma regular especificação nos editais relativamente ao perfil dos/as/xs artistas que a eles podem concorrer, há um padrão de seleção que demonstra, então, quem vem sendo legitimado/a/x no campo da arte tomado para análise (o das artes visuais). São artistas que têm, neste sentido, mais acesso a redes de curadores/as/xs de exposições, críticos/as/xs de arte, galeristas, diretores de museus entre outros/as/xs, que podem contribuir para a legitimação de suas carreiras.

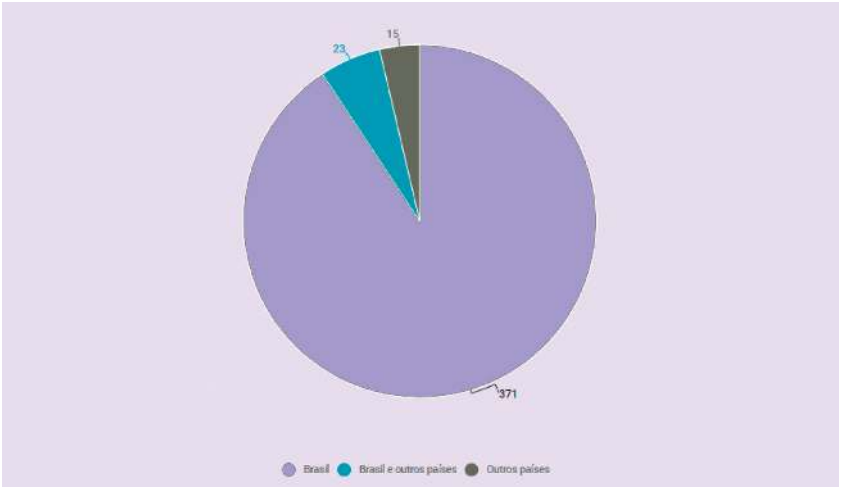
8 Cabe fazer notar que: "(...) efetivamente, São Paulo é o estado que conta com o maior número de jovens artistas selecionados pelos editais de exposições coletivas, residências artísticas e indicados ao prêmio tomados para análise. Alguns poderiam dizer que isto se dá porque a maior parte das instituições promotoras dos editais e do prêmio aqui analisados se situa na região Sudeste do Brasil – de fato, apenas o *Salão Anapolino de Arte* ocorre fora desta região. Todavia, é importante notar que somente uma das residências artísticas está localizada em São Paulo; entre as demais, uma está no Rio de Janeiro e outra em Belo Horizonte, e, no caso das exposições coletivas, nenhuma ocorre em São Paulo, bem como a sede do *Prêmio PIPA* está localizada no Rio de Janeiro. Portanto, vale perguntar: por que tantos artistas situados em São Paulo são selecionados pelos editais e indicados ao prêmio analisado? A resposta, cremos, está relacionada ao fato de que este estado é a principal capital econômica e cultural do Brasil. Sendo assim, no universo artístico analisado, São Paulo parece ser o local que possui um campo artístico mais bem estruturado em relação aos demais estados do país" (MARCONDES, 2018a, pp. 171-172).

Gráfico 1: Faixa etária dos/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados



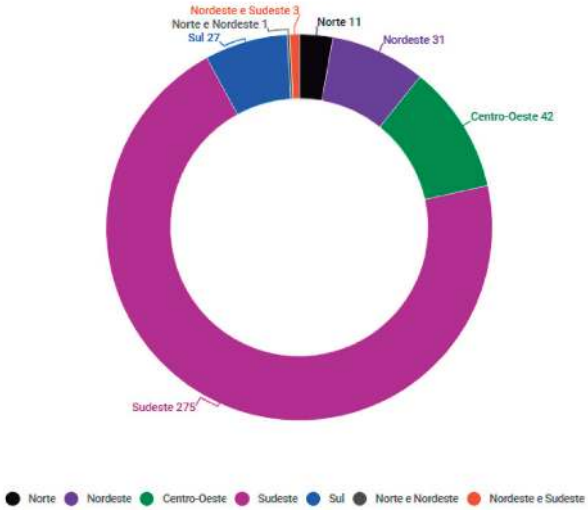
Fonte: MARCONDES, 2019.

Gráfico 2: País de origem dos/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados



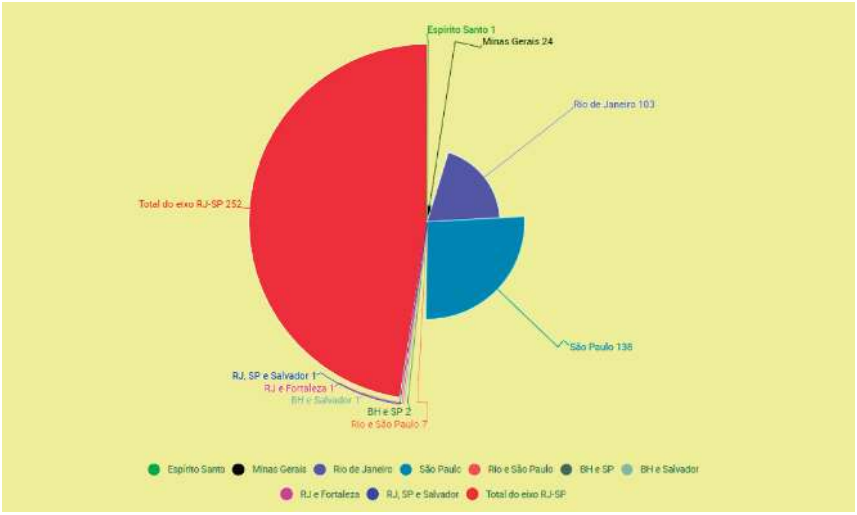
Fonte: MARCONDES, 2019.

Gráfico 3: Regiões de origem dos/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados, considerando-se somente aquelxs que viviam/trabalhavam no Brasil ou se dividiam entre o país e outro, mas indicavam as regiões brasileiras em que viviam



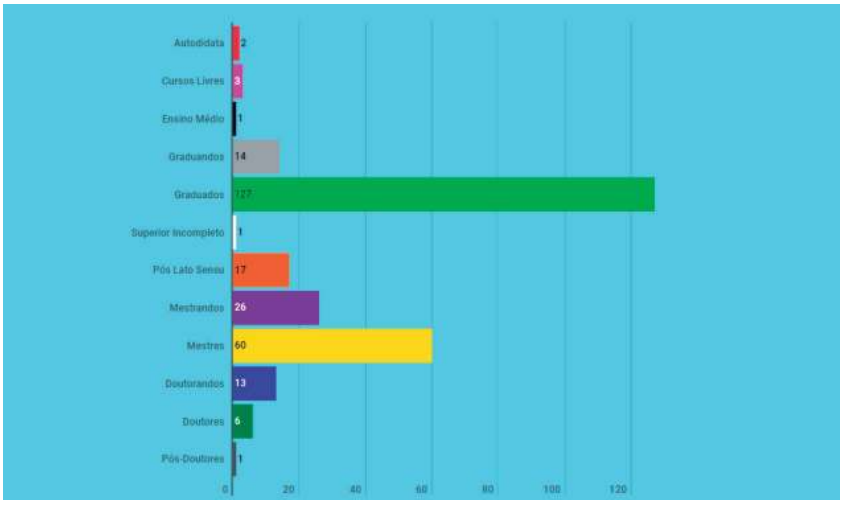
Fonte: MARCONDES, 2019.

Gráfico 4: Cidades do sudeste brasileiro em que viviam/trabalhavam os/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados, considerando-se somente aquelxs que viviam/trabalhavam no sudeste ou se dividiam entre o país e outro, mas indicavam as cidades brasileiras em que viviam



Fonte: MARCONDES, 2019.

Gráfico 5: Escolaridade dos/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados



Fonte: MARCONDES, 2019.

Gráfico 6: Gênero dos/as/xs artistas participantes dos editais e do prêmio analisados



Fonte: MARCONDES, 2018a[9].

Apesar de ser uma categoria com definição controversa, a análise permite a compreensão de que a categoria jovem artista, no campo da arte contem-

9 Este gráfico não consta na tese de doutorado em que se baseia o presente artigo (MARCONDES, 2018a), mas foi apresentado no momento da defesa da mesma.

porânea brasileira, está relacionada a uma fase de transição na qual há busca por reconhecimento, ademais, entrecruza a idade e o tempo de carreira dos indivíduos. Argumentamos, então, que, ao se inscreverem nos editais artísticos, jovens artistas se dispõem a estar à mercê do reconhecimento de seu trabalho pelos mais velhos e estabelecidos, reconhecidos e legitimados (BOURDIEU, 1983), que compõem os júris de seleção dos certames e que, assumindo esse papel de selecionadores, implementam as regras gerais estabelecidas pelos indivíduos e instituições em interação que formam o campo da arte contemporânea.

Assim, a partir dos eventos artísticos analisados, constatou-se o perfil de artistas selecionados/as/xs pelos certames (entre 2014 e 2017). Com objetivo de compreender sua percepção sobre seu processo de legitimação, obteve-se o contato de 112 artistas presentes nos certames. Deste total, 37 responderam ao questionário da pesquisa, cujas respostas são analisadas à frente neste artigo.

1.2 Jovens Artistas no Uruguai

O projeto de pesquisa *(Joven) Arte (Latinoamericano) en Uruguay: de 1980 a los años 2010* foi selecionado, em 2017, através da oitava chamada pública do *Espacio de Arte Contemporáneo* (EAC), um dos principais aparelhos culturais do Uruguai mantido pela *Dirección Nacional de Cultura* (DNC) do *Ministerio de Educación y Cultura* (MEC), para integrar seu programa de residências artísticas e de investigação[10]. O objetivo do projeto foi analisar os processos de legitimação de artistas e as características da arte contemporânea realizada no Uruguai de 1980 a 2018. Residindo e trabalhando no EAC durante seis semanas (entre julho e agosto de 2018), realizamos a pesquisa em um processo de total imersão no universo artístico uruguaio, habitando e pesquisando em um espaço de arte relevante no campo artístico do país.

10 O EAC foi inaugurado em 27 de julho de 2010, ocupando um prédio que antes abrigava o presídio Miguelete, construído em fins do século XIX, com projeto do arquiteto Juan Alberto Capurro (1841-1906) e de acordo com o modelo panóptico concebido pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Este é um modelo arquitetônico de enclausuramento em planta circular que viabiliza a observação constante e total das áreas internas desde seu exterior, de modo que as pessoas encarceradas não vejam seus guardas vigilantes; uma arquitetura prisional que permite o *controle disciplinar* de indivíduos, como discutido por Michel Foucault (1926-1984), em seu livro *"Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão"* (1987) acerca da legislação penal e da evolução dos métodos coercitivos e punitivistas do que definiu como *sociedades disciplinares*.

Tendo em vista que seis semanas poderiam ser pouco tempo para nossa imersão na história da arte uruguaia por meio das questões colocadas por nosso projeto, em maio de 2018, fizemos um questionário a ser respondido por jovens artistas e curadores/as/xs uruguaios/as/xs residentes ou não no país; para isso, contamos com auxílio da equipe de mediação do EAC e o questionário que formulamos foi enviado através da lista de e-mails da instituição. Ao chegarmos em Montevideo, em 17 de julho de 2018, contávamos com 67 questionários respondidos[11], sendo esse material a base para o desenvolvimento do projeto. É importante ressaltar que as questões que dizem respeito ao processo de legitimação de curadores/as/xs uruguaios saiu do escopo de investigação, em virtude de não termos recebido respostas específicas de curadores/as/xs ao nosso questionário. Sendo assim, a pesquisa se voltou especificamente a artistas visuais.

Do questionário, destacamos um tópico em particular, que averiguava as principais exposições por meio de editais em que os/as/xs artistas haviam participado. As respostas recebidas nortearam o recorte deste estudo; a partir delas, selecionamos os eventos artísticos a serem analisados no período entre 1980 e 2018 e são eles: o *Premio Paul Cézanne*, a *Muestra Nacional de Plásticos Jóvenes*, o *Salón y Premio Nacional de Artes Visuales* e o *Salón Municipal de Artes Plásticas*. Estes eventos artísticos, historicamente, fazem parte do processo de legitimação de artistas no país, alguns sendo explicitamente voltados a jovens artistas e outros que, mesmo não sendo específicos para esses artistas, possuem/possuíram premiações destinadas a eles/as/xs.

Analisamos, assim, as exposições e premiações mais frequentes nas respostas ao questionário. A única exceção a esse critério foi a *Muestra Nacional de Plásticos Jóvenes*, exposição promovida pela empresa distribuidora da marca *Coca-Cola* no Uruguai, entre 1980 e 1995. Essa escolha se justifica pelo interesse em manter o acompanhamento das premiações em instância nacional durante os anos de 1980, quando *Salón y Premio Nacionales de Artes Visuales* tiveram suas atividades interrompidas pelo governo, realizando sua última edição em 1984 e retomando a programação no ano 2000[12]. Já os

11 Número duas vezes maior do que o estimado pela própria equipe do EAC, pois afinal tratamos de um país que possui cerca de 3 milhões de habitantes e com uma capital que concentra 1,5 milhões aproximadamente.

12 O ano que tomamos como ponto de partida para o arco temporal que abordamos, 1980, é considerado também na historiografia da arte uruguaia (elaborada por artistas, críticos/as/xs de arte e pesquisadores/as/xs acadêmicos/as/xs nos últimos cinco anos e com grande

demais editais abordados, existentes até os dias atuais, passaram por mudanças de nome e periodicidade ao longo de suas histórias. O levantamento, portanto, abrangeu 38 anos – partindo do ano de 1980 e estendendo-se até o *58° Premio Nacional de Artes Visuales "Linda Kohen"*, divulgado em 7 de dezembro de 2018.

No entanto, para fins desta análise, que relaciona os dados da pesquisa realizada no Brasil com a investigação desenvolvida no Uruguai, optamos por não apresentar os dados do caso uruguaio referentes a anos anteriores a década de 2010, para que se tenha um paralelo temporal com a questão no contexto brasileiro. No conjunto de dados aqui analisados, não constam, então, os dados da *Muestra Nacional de Plásticos Jóvenes*, que foi extinta nos anos de 1990. Ademais, é imprescindível mencionar que, no caso uruguaio, a análise efetuada se deu, no caso das exposições, somente acerca dos/as/xs ganhadores/as/xs de premiações oferecidas pelos eventos analisados, isto porque, no conjunto de catálogos analisados, não foi possível obter os dados relativos a todos/as/xs que participaram das exposições e premiações. Assim, a partir deste recorte, os dados referentes à década de 2010 contam com a análise de 41 biografias resumidas de artistas[13].

Apesar das distinções demográficas entre os países[14], da diferença de periodicidade das mostras analisadas e, por conseguinte, do conjunto total de biografias resumidas analisadas em cada caso, estes são dados que contam a história de ambos países, com seus circuitos artísticos específicos. Mesmo assim, é possível dizer que o perfil de jovens artistas selecionados/as/xs e premiados/as/xs pelos eventos artísticos analisados no Uruguai não se diferencia muito do caso brasileiro, acima apresentado; sendo o perfil de jovens artistas uruguaios/as/xs o seguinte: artistas entre 25 e 35 anos (Gráfico 7);

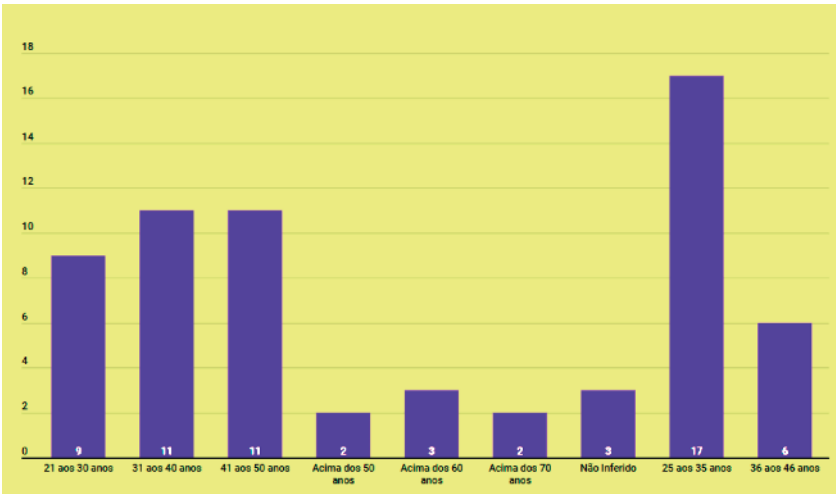
destaque recentemente) como um ponto de inflexão nos rumos da convergência entre arte e política no país. Como ressaltado pelo historiador da arte Gabriel Peluffo (2014, pp. 13-15), 1980 marca a trajetória cultural do Uruguai devido à recusa plebiscitária de uma reforma constitucional pretendida pelo governo militar. Com essa reprovação popular contra as ações do Estado ditatorial, uma percepção de lenta abertura democrática passava a motivar propostas artísticas em espaços públicos, como ruas e jardins, e a atividades de coletivos de artistas (ver: PUCHET, 2014).

13 Esse número se dá não apenas pelo recorte da pesquisa incidir somente sobre os/as/xs ganhadores/as/xs de premiações nos eventos analisados, como também em virtude de o *Salón Municipal* ter sido fechado por 10 anos, entre 2007 e 2017, além de as demais premiações, *Salón y Premio Nacional* e *Premio Paul Cézanne*, passarem a ter periodicidade bianual.

14 Estima-se que a população brasileira passe dos 200 milhões de habitantes, enquanto no Uruguai a estimativa é de 3,4 milhões de pessoas.

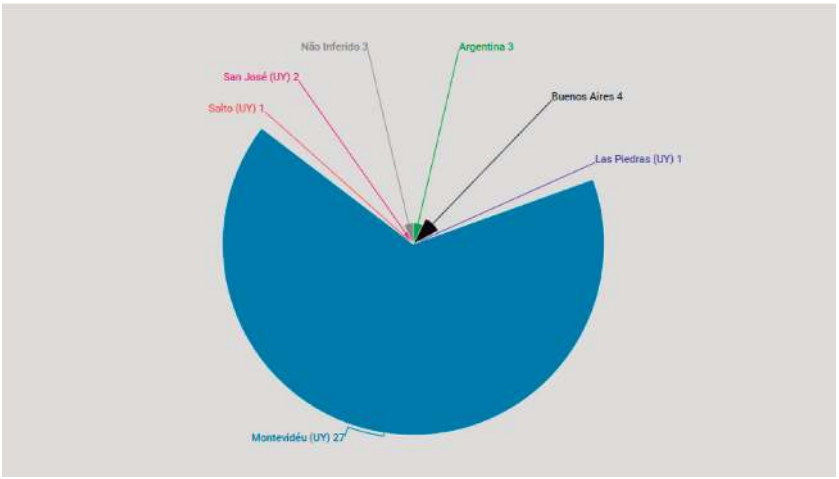
nascidos/as/xs e mesmo residentes na capital do país, Montevideo (Gráfico 8); e, em sua maioria, homens (Gráfico 9)[15].

Gráfico 7: Faixa etária dos/as/xs artistas ganhadores de premiações nos editais analisados no Uruguai



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 8: País ou cidade de origem dos/as/xs artistas ganhadores de premiações nos editais analisados no Uruguai



Fonte: Elaborado pelos autores.

15 Através da análise dos catálogos e materiais que traziam a memória dos eventos uruguaios analisados, não foi possível obter informações acerca do grau de escolaridade dos/as/xs artistas.

Gráfico 9: Gênero dos/as/xs artistas ganhadores de premiações nos editais analisados no Uruguai



Fonte: Elaborado pelos autores.

1.3 Algumas considerações sobre os perfis encontrados no Brasil e no Uruguai

A similaridade do perfil de artistas selecionados/as/xs nos campos artísticos brasileiro e uruguaio parece indicar tendências mais globais no que diz respeito ao universo artístico. Afinal, a despeito das diferenças entre os contextos analisados, ambos países latino-americanos fazem parte de um sistema global de relações, o qual é responsável por criar relações de dependência econômica entre os ditos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, como definem autores como Vânia Bambirra (1974) e Ruy Mauro Marini (2000). Neste caso, ao retomar a pesquisa de Alain Quemin (2013) acima mencionada, é possível compreender que, a despeito de vivermos em um mundo globalizado, no campo da arte, como no campo econômico (pensando em termos de *Teoria da Dependência*), possuímos dominantes e dominados, centros e periferias, ou seja, há produção de desequilíbrios e desigualdades. No entanto, ambos os contextos com seus mundos artísticos específicos possuem regras que respondem às suas particularidades e, por meio de tais regras, parecem responder de formas similares, em termos mais gerais, ao que seja/deva ser a Arte Contemporânea e a quem sejam/devam ser os/as/xs artistas a serem legitimados/as/xs. Deste modo, em ambos os casos, como visto, os processos de seleção têm privilegiado um perfil semelhante de artistas.

A construção do perfil de artistas selecionados/as/xs e/ou premiados/as/xs nos contextos analisados permite, neste sentido, compreender as regras postas no universo artístico de ambos países. Destarte, por exemplo, tratando-se da noção de juventude, é interessante perceber que, em ambos os casos, a noção de jovem está articulada com uma compreensão de etapa da vida, como dada pelo senso comum. Assim sendo, há mesmo um padrão etário, mas ele somente não é determinante para a compreensão da categoria jovem artista, pois essa se faz junto com o tempo de carreira desses indivíduos (o que é mais detalhado a frente no texto), que estariam, portanto, cumprindo etapas para que, com o tempo e o desenvolvimento de suas carreiras, deixassem de ser compreendidos/as/xs como jovens artistas e passassem a ser entendidos somente como artistas, já na acepção plena do termo.

Igualmente, é interessante perceber a questão relativa ao gênero. Embora em ambos os casos mais artistas homens venham sendo selecionados e premiados, a diferença em relação às mulheres artistas não é tão grande em termos quantitativos. No caso brasileiro, como foi possível argumentar em outras ocasiões (MARCONDES, 2018a; 2019), o maior número de homens se dá, especialmente, por conta da premiação analisada, o *Prêmio PIPA*, em que há um júri de indicação de artistas que podem concorrer ao prêmio em cada uma de suas edições. Quando se tomam também separadamente os dados das residências e exposições coletivas analisadas, que funcionam através de inscrição direta dos/as/xs artistas, nota-se que contam com maior número de artistas mulheres, até mesmo superando, em algumas edições, o total de artistas homens (ver: MARCONDES, 2019). Já no caso uruguaio, como a pesquisa realizada abrangeu 38 anos, foi possível perceber que, ao longo do tempo e, em especial, na década de 2010, mais mulheres artistas vêm sendo premiadas[16]. Ou seja, argumentamos que há mesmo uma mudança em curso em ambos os campos artísticos analisados, em que mais mulheres têm tido presença em eventos artísticos legitimados, comparativamente a outros momentos da história (ocidental) da arte (ver: NOCHLIN, [1971] 1973; MAYAYO, 2003; SIMIONI, 2008; SOFIO, 2018).

16 Por exemplo, de acordo com o levantamento realizado, na década de 1980, entre os/as/xs ganhadores de premiações nos eventos analisados, no caso uruguaio, 171 eram homens, 39 eram mulheres e sobre 29 não foi possível inferir o gênero. Enquanto isso, como é possível ver no gráfico 9 deste artigo, na década de 2010, a diferença é menor: 24 são artistas homens, 16 são artistas mulheres e 1 não teve seu gênero inferido.

Agora, explicitadas as questões relativas à coleta de dados e aos sentidos destes dados, é possível passar para a análise das entrevistas realizadas. Essas contribuem para a compreensão da percepção dos/as/xs jovens artistas acerca da profissão de artista e seus processos de legitimação em ambos os contextos analisados.

2 Análise das entrevistas

Além de compreender, por vias institucionais (por meio dos catálogos, especialmente), a memória dos certames artísticos e o perfil de jovens artistas solicitado em tempos de arte contemporânea, incluímos nas pesquisas a percepção daqueles/as/xs que aqui são foco: os/as/xs próprios/as/xs jovens artistas. Se, no caso brasileiro, a investigação foi-se aos certames para após partir às entrevistas, no caso uruguaio, tomou-se o sentido oposto, assim, as entrevistas foram o primeiro passo[17]. Em ambos os casos, os questionários continham as perguntas: "o que é ser artista hoje?" e "como ser artista hoje?". As respostas a estas questões são aqui analisadas. Busca-se comparar as percepções sobre o afazer artístico e as estratégias de legitimação tomadas por jovens artistas dos dois países.

Vale fazer notar que o perfil dos/as/xs entrevistados/as/xs não se diferencia do exposto acima, pautado na análise dos dados presentes nos catálogos dos eventos artísticos ocorridos no Brasil e no Uruguai. No primeiro caso, do total de 37 artistas, 25 são homens e 12 são mulheres, entre 19 e 50 anos, mas concentrando-se na faixa dos 25 aos 35 anos, vivendo nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo – onde também nasceu a maioria –, além de, em geral, terem a graduação como escolaridade mínima. Já no caso uruguaio, dos/as/xs 67 entrevistados/as/xs, 38 identificavam-se como pertencentes ao gênero masculino, 21, ao feminino, dois como não binários/sem gênero e oito se definiram de outros modos, como, por exemplo, "*igual a todos, identica a nadie*"[18]. A maioria dos/as/xs artistas uruguaios/as/xs vivia em Montevidéu, onde também nasceu a maior parte dos/as/xs entrevistados/as/xs, possuía

17 É importante fazer notar que, no caso brasileiro, a maioria dos/as/xs artistas entrevistados/as/xs concorreu aos certames analisados, enquanto no caso uruguaio, pelo fato de as entrevistas precederem a definição das exposições a serem analisadas, poucos/as/xs entrevistados/as/xs participaram dos eventos tomados para análise.

18 Livre tradução dos autores: "igual a todos, idêntica a ninguém".

idades entre os 18 e os 60 anos de idade, com concentração entre os 25 e os 35 anos, e, como no caso brasileiro, possuía, em geral, o ensino superior completo.

Ao total, foram analisadas 104 entrevistas (37 referentes à pesquisa no Brasil e 67 do caso uruguaio). Nos dois casos, artistas com mais de 30 anos de carreira contribuíram com respostas, mas, de forma geral, no caso brasileiro, a maioria dos/as/xs artistas possuía entre três e cinco anos de carreira, enquanto do contexto uruguaio, maior parte tinha entre três e seis anos. A pequena diferença indica que em ambos os casos, a despeito das distinções contextuais, há uma faixa de tempo de carreira convencionalmente compreendida como recente, sendo o entrecruzamento entre a idade e o tempo de carreira determinante da categoria jovens artistas. Encontram-se, desta maneira, em processo de legitimação e profissionalização, em que estão adquirindo as habilidades e experiências valorizadas no campo da arte para que, eventualmente, possam ser efetivamente legitimados/as/xs por seus pares do mundo da arte contemporânea.

Ademais, em ambos os casos, encontram-se também respostas que reportam ao tempo de carreira não a partir do momento em que tais artistas iniciaram a exibição de seus trabalhos, mas remontando à infância como início de suas carreiras. É como se possuíssem desde sempre um *dom* que lhes permite serem artistas, não destacando a construção processual de suas carreiras, a qual depende de formações e da interação com outros agentes da arte e instituições que contribuem para que exibam/realizem suas criações.

Cabe também dizer que, em ambos conjuntos de respostas, os/as/xs artistas destacam não viver apenas da comercialização de seus trabalhos artísticos. No caso brasileiro, entre os/as/xs 37 entrevistados/as/xs, 29 diziam não viver da venda de seus trabalhos, já no caso uruguaio, de 67 artistas, 48 diziam não viver da comercialização de suas criações. Assim, nos dois casos, artistas indicam atuar em múltiplas atividades para prover seu sustento, questão nem sempre evidenciada ao se tratar de artistas, afinal, como argumentamos em outra ocasião (MARCONDES, 2018a; 2018b), há uma regra de conduta no universo artístico que impede que se trate de questões financeiras. Como argumenta Pierre Bourdieu (1996; 2011), o *campo artístico* se define inversamente às regras de conduta que pautam às ações no *campo econômico*. Deste modo, há uma espécie de segredo em relação ao sustento de artistas. Mas, ao se tratar de jovens artistas, não se pode ignorar que eles

necessitam de investimentos financeiros para a produção de seus trabalhos tanto quanto artistas já legitimados/as/xs. Por conseguinte, como, em geral, não vivem da comercialização de tais trabalhos, atuam em outras funções. Sendo assim, em ambos os casos, os/as/xs entrevistados/as/xs destacam, especialmente, a docência como uma atividade que lhes garante o sustento e o financiamento de suas carreiras.

Após a explicitação do perfil de entrevistados/as/xs, é possível analisar as respostas às perguntas: "o que é ser artista hoje?", e, "como ser artista hoje?". Tal análise contribuirá para tratar das similaridades e distanciamentos entre os contextos pesquisados. A partir dos referidos questionamentos, buscamos compreender quais as percepções dos/as/xs artistas sobre os sentidos da profissão que optaram por seguir, além de perseguir a compreensão de suas estratégias em prol da sua legitimação profissional. As respostas recebidas são, portanto, aqui agrupadas em quatro chaves analíticas: transcendência, multiplicidade profissional, tradução e *networking*.

Nas respostas recebidas, há interlocutores/as/xs que tratam de um caráter transcendental da profissão que escolheram. Uma artista uruguaia[19] respondeu: "*Pienso que ser artista tiene que ver con una forma de preguntarse por la existencia y por la vida, por la muerte y por el sentido, a través de un que hacer con ciertos lenguajes más o menos abiertos o cerrados, y que proponen una experiência*"[20]. Enquanto, um artista brasileiro disse: "Uma mescla de sagrado com o sujo". O destaque a estas respostas, tomadas de um conjunto maior, visa exemplificar a percepção de alguns entrevistados/as/xs.

Norbert Elias, em seu livro sobre Wolfgang Amadeus Mozart (1995), evidencia as categorias *dom* e *talento*, em virtude de um caráter transcendental atribuído ao trabalho artístico, pois, de acordo com o senso comum, artistas nasceriam predestinados/as/xs ao afazer artístico, sendo dotados/as/xs de qualidades especiais que lhes permitiriam atuar artisticamente. Porém, Elias demonstra o papel das relações sociais na construção de carreiras artísticas. Assim, apesar das considerações sociológicas, as respostas acima destacadas

19 Optamos por não relevar os nomes dos/as/xs artistas que contribuíram para este trabalho; desta forma, quando aparecerem nomes relacionados às falas das entrevistas realizadas, estes serão nomes atribuídos por nós aos/às/xs artistas, preservando, então, sua real identidade.

20 Livre tradução dos autores: "Eu acho que ser artista tem a ver com uma maneira de perguntar sobre a existência e a vida, a morte e o significado, através de uma tarefa com certas linguagens mais ou menos abertas ou fechadas, e que propõem uma experiência".

demonstram que perdura a percepção de que artistas possuem uma dádiva capaz de religar os mundos real e transcendental. Todavia, argumentamos, a partir dos ensinamentos de Norbert Elias, que artistas desenvolvem habilidades técnicas e criatividade que lhes permitem produzir seus trabalhos, que artistas estabelecem conexões sociais que lhes legitimarão ou não no campo artístico. Não invalidamos as crenças dos interlocutores/as/xs, mas indicamos que ser artista depende também de relações sociais múltiplas que contribuem para sejam ou não considerados/as/xs artistas relevantes por seus pares do mundo da arte.

Outra questão que aparece nas respostas dá corpo ao que já vínhamos fazendo notar: artistas necessitam atuar em diversas atividades com a finalidade de seguirem carreira no mundo da arte. Verifica-se uma multiplicidade profissional, ou seja, artistas, sobretudo jovens artistas, atuam em diversas frentes de trabalho para proverem financeiramente suas vidas pessoais e carreiras artísticas. Dentre as respostas para a pergunta "o que é ser artista hoje?", no conjunto uruguaio, um artista respondeu: "*me gustaría que fuera mucho más valorado, los artistas se mueren de hambre y el 80 % no pueden vivir de su arte*"[21]. Esta resposta resume o *sentido* da precariedade em que vivem artistas, que são profissionais liberais. Sendo assim, artistas investem na produção dos trabalhos que estarão em exposições visitadas por um público que, nem sempre, se questiona sobre os gastos financeiros e emocionais despendidos para que uma obra de arte esteja na parede de um museu. Seguindo esta argumentação, outra resposta do conjunto uruguaio trata de uma necessidade de autogestão por parte de artistas:

> *Hoy un artista es alguien versátil, que puede posicionarse en distintas materias y conjugarlas. Los límites los pone uno y uno es el propio productor de su trabajo. Marketing, creación, venta y desarrollo van de la misma mano y hoy son todas características fundamentales en la era de la autogestión artística. Disponemos de canales propios de difusión cómo son las redes sociales y depende de nosotros navegarlas para llegar a mejores y nuevos puertos. Creo que ser artista hoy implica estar en constante movimiento.*[22]

21 Livre tradução dos autores: "Eu gostaria que fosse muito mais valorizado, artistas morrem de fome e 80% não podem viver de sua arte".

22 Livre tradução dos autores: "Hoje um artista é alguém versátil, que pode se posicionar em diferentes assuntos e conjugá-los. Os limites são definidos por uma pessoa e ela é a

A mencionada autogestão aparece também nas respostas oferecidas por artistas brasileiros. Como mencionado, a maioria dos/as/xs brasileiros (no total de 29 dos/as/xs 37 entrevistados/as/xs) dizia sustentar suas carreiras em uma equação que reúne múltiplas frentes de atuação profissional; um deles respondeu: "hoje parte de minha renda vem da atividade artística, mas ainda dependo de trabalhos extras (*freelas*) como ilustração, fotografia e design gráfico para complementar a renda" (*apud* MARCONDES, 2018a, p. 195); e outro apresentava a mesma estratégia:

> Trabalho como designer gráfico de livros como atividade paralela. Ainda assim não encontrei a equação que me permite plenamente subsistir dessas duas atividades. Os caminhos possíveis agora parecem ser: a possível aproximação com uma galeria de arte; ganhar outros prêmios e financiamentos como artista; pegar mais trabalhos como designer *freelancer*; carreira acadêmica; diversificar mais minhas atividades de trabalho (bicos/empregos fixos) (*apud* MARCONDES, 2018a, p. 195).

A ampliação das possibilidades do afazer artístico é discutida por Ricardo Basbaum em *Amo os Artistas-etc.* (2005), em que define que artistas, presentemente, atuam em diferentes áreas. Haveria, pois, uma multiplicidade de ações possíveis aos/às/axs artistas ligadas à construção de suas obras/práticas de/em arte; afinal, em tempos de arte contemporânea, inúmeros materiais e meios podem ser utilizados para a criação artística. Porém, é interessante retornar a essa definição de Ricardo Basbaum e alargá-la para dizer que os jovens artistas entrevistados/as/xs são, em sua maioria, *artistas-etc*. não somente devido às suas práticas artísticas (que incluem uma multiplicidade de linguagens e materialidades), mas por exercerem distintas atividades profissionais com objetivo de prover seu sustento.

Cabe ainda trazer a advertência de Izabela Pucu, em *Arte como Trabalho (e Vice-Versa)* (2017), de que a centralidade do trabalho artístico vem desaparecendo e dando lugar a outro tipo de artista que não apenas cria uma obra, mas tem múltiplos afazeres relacionados à sua produção artística, com-

produtora de seu trabalho. Marketing, criação, vendas e desenvolvimento andam de mãos dadas e hoje são todas características fundamentais na era da autogestão artística. Temos nossos próprios canais de disseminação de como as redes sociais são e cabe a nós navegá-las para alcançar novos e melhores portos. Acredito que ser artista hoje implica estar em constante movimento".

preendendo essa, portanto, em um sentido ampliado. Pucu, assim, chama a atenção para uma mudança estrutural no entendimento da atividade artística como trabalho, que vai além de uma simples ampliação do "leque de possibilidades de sobrevivência". Desta forma, o trabalho de Pucu rememora as reflexões de Richard Sennett em *O Artífice* (2009), em que o autor propõe a vinculação entre o ato de fazer e o de pensar, articulando os trabalhos manual e mental, assim, contribuindo para a ampliação e, pode-se dizer, para a positivação da categoria *trabalho*.

Outro conjunto de respostas dá corpo a ideia de que artistas são tradutores, pois como pesquisadores/as/xs seriam capazes de traduzir poeticamente questões postas na vida cotidiana. Do conjunto uruguaio, duas respostas resumem o que chamamos de tradução: 1) "*ser artista implica ser investigador, implica cuestionar realidades y versiones, implica trabajar desde y para el contexto*"[23]; e, 2) "*es ser un investigador de la situación de la sociedad y expresar lo hallado a través de medios artísticos*"[24]. Artistas brasileiros/as/xs ofereceram respostas no mesmo caminho argumentativo, das quais destacamos duas: "a atividade artística, atualmente, se assemelha muito à atividade do filósofo. O artista é aquele que indaga, que questiona, que não deixa de se surpreender com o mundo. A diferença entre essas duas práticas é modo como cada qual expõe seu pensamento"; e,

> O artista hoje precisa desempenhar papéis, funções, para além da produção de objetos de arte. A produção de objetos é, inclusive, prescindível. Ser artista hoje é pensar criticamente sobre questões da contemporaneidade, sejam elas relativas à história da arte ou à vida propriamente dita.

As respostas acima apontam tendências mais globais acerca do afazer artístico. Para a socióloga Nathalie Heinich (2014, p. 379), há uma necessidade discursiva inerente aos trabalhos de arte contemporânea. A partir das falas destacadas das respostas dos/as/xs artistas, é possível entender o significado que conferimos ao termo tradução. Assim como sociólogos refletem sobre questões sociais, analisam e expõem em artigos, livros, palestras e aulas,

23 Livre tradução dos autores: "ser artista implica ser pesquisador, implica questionar realidades e versões, implica trabalhar a partir de e para o contexto".
24 Livre tradução dos autores: "é ser um pesquisador da situação da sociedade e expressar o que é encontrado através de meios artísticos".

artistas refletiriam sobre questões sociais. Todavia, exporiam os resultados de forma poética. Destarte, não raro, cada vez mais se encontram trabalhos de arte em museus, galerias e centros culturais em que artistas apresentam, artisticamente, questões de cunho social e político, não mais, por exemplo, privilegiando questões referentes a forma e conteúdo de pinceladas (ver: SANT'ANNA; MARCONDES; MIRANDA, 2017, p. 834).

Por fim, o quarto modo como jovens artistas interlocutores/as/xs definiram suas práticas e suas estratégias diz respeito ao *networking*, termo comum contemporaneamente, no entanto, nevrálgico para a atuação de artistas. O *networking*, resumidamente, diz respeito aos contatos feitos com outros agentes do mundo da arte, porém são contatos efetivados com pessoas reconhecidas e legitimadas como autoridades do mundo artístico, assim tais contatos sociais, que por vezes partem de interações pessoais, podem se desdobrar em contatos profissionais. Em *Arte, Crítica e Curadoria: Diálogos sobre Autoridade e Legitimidade* (MARCONDES, 2014), a categoria *networking* é analisada em maior profundidade, sendo aproximada do conceito de *círculos sociais* de Georg Simmel (1977). Afinal, o conceito do sociólogo alemão diz respeito aos círculos, às redes *interações sociais* que formam os indivíduos, as quais também são por esses conformadas. Neste sentido, ao tratar do *networking*, é possível compreendê-lo como uma ação social que contribui para a formação social dos indivíduos. No caso aqui analisado, trata-se, podemos dizer, de como o *círculo social pessoal* de artistas, estabelecido no contato com outros agentes da arte ao irem a museus e *vernissages*[25] entre outras atividades relativas à fruição da arte, pode influir em seu *círculo social profissional* (também conformado por sua participação em cursos livres e universitários). Portanto, através do *networking,* artistas podem se inserir no campo da arte, angariando visibilidade e sua, eventual, legitimação profissional.

Por ser uma carreira liberal, que independe de concursos públicos, a profissão de artista contemporâneo/a/x acaba dependendo de certames, como os analisados anteriormente, e também de contatos face a face, que podem inserir jovens artistas nas redes de artistas mais experientes, curadores/as/xs,

25 O termo francês *vernissage*, sinônimo de abertura de exposições e *art opening*, reporta ao período em que exposições eram inauguradas e ainda permanecia nos recintos o forte cheiro de verniz das pinturas. Assim, este ritual do envernizamento das pinturas nomeia, efetivamente, os eventos que marcam a inauguração de uma mostra de arte ao público.

galeristas, entre outros agentes que podem colaborar para a sua legitimação através, por exemplo, de convites para exibirem seus trabalhos em exposições. Afinal, exposições ocorrem não apenas através de editais que contam com júris de seleção, mas, sobremaneira, através de convites pessoais de curadores/as/xs. Acerca deste ponto, é possível destacar a fala de um artista uruguaio e uma artista brasileira; o primeiro afirma: "*al principio pensaba q el nombre lo iba a hacer participando de todo lo que hubiera, hoy siento que es llegar a las personas correctas*"[26]; já, para a segunda, relativamente à pergunta sobre como ser artista nos dias de hoje, seria preciso:

> Ter rotinas e métodos que levam a produções. Expor-se a múltiplas situações e ideias contrastantes. Conhecer pessoas de diversas atuações, saber ativá-las quando necessário. Manter relações duradouras com diversos profissionais. Ter a certeza de que ambos ganham material ou simbolicamente quando há colaboração. Saber se organizar, racionalizar, no mesmo grau de saber não ter culpa de ter absoluta liberdade e loucura (*apud* MARCONDES, 2018a, p. 210).

Interação social é um ponto central na teoria de Georg Simmel, e, através desse conceito, o autor define como se conforma a sociedade. Desse modo, através da *interação social* entre indivíduos, se criariam os laços que podem formar grupos e mesmo conformar sociedades. Por conseguinte, para Simmel,

> Os laços de associação entre os homens são incessantemente feitos e desfeitos, para que então sejam refeitos, constituindo uma fluidez e uma pulsação que atam os indivíduos mesmo quando não atingem a forma de organizações. Que os seres humanos troquem olhares e que sejam ciumentos, que se correspondam por cartas ou que almocem juntos, que pareçam simpáticos ou antipáticos uns aos outros para além de qualquer interesse aparente, que a gratidão pelo gesto altruísta crie um laço indissolúvel, que um pergunte ao outro pelo caminho certo para se chegar a um determinado lugar, e que um se vista e se embeleze para o outro – todas essas milhares de relações, cujos exemplos citados foram escolhidos ao acaso, são praticadas de pessoa a pessoa e nos unem ininterruptamente, sejam elas momentâneas ou duradouras, conscientes ou inconscientes, inconsequentes ou consequentes. Nelas

26 Livre tradução dos autores: "no começo eu pensava que faria meu nome participando de tudo o que havia, hoje eu sinto que é chegar às pessoas certas".

> encontramos a reciprocidade entre os elementos que carregam consigo todo o vigor e a elasticidade, toda a variedade policromática e a unidade da vida social tão clara e tão misteriosa (SIMMEL, 2006, pp. 16-17).

Tomando a noção de *networking*, implícita nas falas acima destacadas, a partir dos conceitos de *interação social* e *círculos sociais* de Simmel, procuramos nos referir a um universo social, o artístico, que envolve inúmeros indivíduos que atuam em profissões liberais, sendo, assim, um microcosmo social em que as interações face a face são fundamentais. Participar dos mesmos *círculos sociais* que artistas consagrados/as/xs, críticos/as/xs, curadores/as/xs, galeristas, entre outros, é fundamental para a construção de carreiras artísticas. Através de tais redes de relação social, um/a/x artista pode lograr ser convidado/a/x para exibir seu trabalho, vender em galerias etc. As frases destacadas acima resumem, neste sentido, as estratégias de ação de artistas para legitimarem suas carreiras. Indicam que não basta ser selecionado/a/x em certames, como os acima alistados, e produzir *bons trabalhos*, sendo igualmente necessário, portanto, que "as pessoas certas" tomem ciência de seu trabalho, um fato que ocorre em toda sorte de *interações*, não somente através do envio de um portfólio para concorrer a um espaço em uma exposição coletiva. Isto inclui também frequentar os eventos artísticos mais variados a fim de estabelecer os contatos que poderão propiciar a legitimação de suas carreiras, como os *vernissages*. Ademais, frequentar cursos livres e/ou universitários, realizar o trabalho de assistência a artistas consagrados/as/xs e participar de formação de coletivos de artistas[27] ou mesmo da divisão de ateliê com outros/as/xs artistas são compreendidas como ações fundamentais para o estabelecimento do *networking* (ver: MARCONDES, 2018a, pp. 211-230).

Considerações Finais

A reunião de duas pesquisas realizadas com finalidades tão distintas não ignora as divergências na coleta de dados, aqui explicitadas, nem mesmo as diferenças contextuais entre Brasil e Uruguai, não apenas em termos linguísticos, geográficos e demográficos. Leva-se em conta que, no Uruguai,

27 Sobre o fenômeno de proliferação dos coletivos de artistas, consultar: MIRANDA, 2014.

durante a ditadura militar, o único curso superior de belas artes foi fechado e, assim, permaneceu por anos, o que não ocorreu no Brasil, em que, na mesma década de 1970, contou-se com a inserção de aulas de artes no currículo escolar, aumentando a busca por professores nesta área. A despeito de possíveis críticas que possam ser feitas acerca das aulas de arte nas escolas brasileiras, que possuiriam, em geral, um caráter mais prático que teórico, a universidade permaneceu aberta e formando novos profissionais para o campo artístico, o que não ocorreu no país vizinho, em que a formação de artistas se deu no período, quase exclusivamente, por meio de cursos livres em ateliês privados de artistas mais experientes.

Apesar de tais diferenças, ao analisarmos os eventos artísticos no Uruguai e no Brasil, na década de 2010, percebemos similitudes no perfil de artistas que vêm contando com aprovações nos circuitos artísticos; artistas que, assim, contam com mais acesso às redes de atores sociais e instituições responsáveis por legitimar carreiras artísticas. No mesmo sentido, a análise e a comparação das respostas recebidas nos questionários aplicados apontam outras semelhanças, tanto em relação ao afazer artístico quanto em relação às estratégias de ação de artistas para a obtenção de sua legitimação no campo da arte.

Pode-se dizer que, nos dois casos, jovens artistas *importam* ao campo artístico, pois em ambos países há editais de exposições, programas de residência e premiações que diária, mensal e anualmente contribuem para construção de carreiras. Não se conta apenas com premiações para artistas já consagrados/as/xs, busca-se incentivar, descobrir e apresentar novos/as/xs artistas para atuarem no mundo da arte.

As similitudes encontradas nas respostas e mesmo no perfil de artistas selecionados/as/xs em certames dos dois países mostram um funcionamento análogo das regulações das condutas no universo da arte em ambos contextos. A arte contemporânea vem, a despeito de distinções locais, estabelecendo parâmetros de atuação não apenas no que diz respeito a materiais, meios e técnicas, mas em relação ao *modus operandi* cotidiano de artistas em distintos contextos.

Há uma forma de regulação das condutas e tecnicalidades com tendência globalizante. Seguindo nossas hipóteses, o espaço legado às diferenças contextuais tem sido o da discursividade inerente aos trabalhos artísticos, em que artistas expõem as diferenças de seus contextos através de seus tra-

balhos. Todavia, os processos de legitimação de artistas parecem os mesmos no Brasil e no Uruguai. Obviamente, há diferenças, sobretudo, no que diz respeito à densidade do sistema artístico em cada país; no caso brasileiro, há maior número de instituições e, assim, de agentes sociais da arte, que podem contribuir para a legitimação de artistas, mas as estratégias e processos de legitimação, como buscamos fazer notar, se assemelham enormemente.

Referências Bibliográficas

ARCHER, Michael. (2012), *Arte contemporânea*: uma história concisa. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes.

BAMBIRRA, Vânia. (1974), *El capitalismo dependiente latinoamericano*. 1 ed. México: Siglo XXI.

BASBAUM, Ricardo. (2005), Amo os Artistas-Etc. In: MOURA, Rodrigo (Org.). Políticas Institucionais, Práticas Curatoriais. 1 ed. Belo Horizonte: *Museu de Arte da Pampulha*. Online. Disponível em: https://rbtxt.files.wordpress.com/2009/09/artista_etc.pdf.

BECKER, Howard S. ([1982] 2008), *Art worlds*. 1 ed. Berkeley: University of California Press.

BELTING, Hans. (2006), *O Fim da História da Arte*. 1 ed. São Paulo: Cosac & Naify.

BOURDIEU, Pierre. (1983), *Questões de Sociologia*. 1 ed. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada.

BOURDIEU, Pierre. (1996), *As Regras da Arte*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (2011), *Razões Práticas – sobre a Teoria da Ação*. 1 ed. Campinas-SP: Papirus Editora.

BUSKIRK, Martha. (2003), *The Contingent Object of Contemporary A*rt. 1 ed. Cambridge: MIT Press.

DAHRENDORF, Ralf. (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Society*. 1 ed. Standford: Stanford University Press.

DANTO, Arthur C. (2006), *Após o Fim da Arte – A Arte Contemporânea e os Limites da História*. 2 ed. São Paulo: Odysseus Editora.

ELIAS, Norbert. (1995), *Mozart – sociologia de um gênio*. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ERBER, Pedro R. (2015), *Breaching the Frame – The Rise of Contemporary Art in Brazil and Japan*. 1 ed. Berckley: University of California Press.

FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 1 ed. Petrópolis: Vozes.

HEINICH, Nathalie. (2014), "Práticas da Arte Contemporânea: uma abordagem pragmática a um novo paradigma artístico". *Revista Sociologia & Antropologia*, v. 04, n. 02, pp. 373-390.

MARCONDES, Guilherme. (2014), *Arte, Crítica e Curadori*a: diálogos sobre autoridade e legitimidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARCONDES, Guilherme. (2018a), *Arte e Consagração*: os jovens artistas da arte contemporânea. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia: Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARCONDES, Guilherme. (2018b), *Arte e Sustento*: os jovens artistas e suas estratégias de sobrevivência. 1 ed. Rio de Janeiro: Horizontes ao Sul.

MARCONDES, Guilherme. (2019), *Arte Contemporânea e Legitimação*: o caso das jovens artistas. Campinas: Cadernos Pagu (no prelo).

MARINI, Ruy Mauro. (2000), Dialética da dependência. In. SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. 1 ed. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO. pp. 105-165.

MAYOYO, Patricia. (2003), Historias de mujeres, historias del arte. 1 ed. Madri: Cátedra.

MIRANDA, Ana Carolina. (2014), Discursos e Práticas: a institucionalização dos coletivos de artistas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

NOCHLIN, Linda. (1973), Why There Have Been no Gratests Women Artists? *Art and Sexual Politics*. 2 ed. Nova York: Macmilan Publishing Co.

PELUFFO, Gabriel. (2014), Arte e instituciones. La construcción simbólica de lo contemporáneo: 1973-2013. *Nuestro Tiempo*, v. 7 – Artes Visuales. Montevidéu: Libro de los Bicentenarios.

PROGRAMA BOLSA PAMPULHA. *Bolsa Pampulha 2015-2016*. Belo Horizonte, 2017.

PUCHET, May. (2013), Octaedro, los otros y axioma. *Relecturas del Arte Conceptual en el Uruguay durante la dictadura (1973-1985)*. 1 ed. Montevidéu: Editorial Yaugurú.

PUCU, Izabela. (2017), *Arte como Trabalho (e Vice-Versa)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

QUEMIN, Alain. (2013), *Les Stars de l'Art Contemporain - Notoriété et Consécration Artistiques dans les Arts Visuels*. 1 ed. Paris: CNRS Éditions.

QUEMIN, Alain. (2016), "A distribuição desigual do sucesso em arte contemporânea entre as nações: uma análise sociológica da lista dos 'maiores' artistas do mundo". In: QUEMIN, Alain; VILLAS BÔAS, Glaucia (org.). *Arte e Vida Social*: pesquisas recentes no Brasil e na França. 1 ed. Marselha: OpenEdition Press. Online. Disponível em: <https://books.openedition.org/oep/1474#text>. DOI: 10.4000/books.oep.1474.

SANT'ANNA, Sabrina; MARCONDES, Guilherme; MIRANDA, Ana Carolina. (2017), Arte e política: a consolidação da arte como agente na esfera pública. *Revista Sociologia & Antropologi*a, v. 7, n. 3, pp. 825-849.

SENNETT, Richard. (2001), *Autoridade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record.

SENNETT, Richard. (2009), *O Artífice*. 1 ed. Rio de Janeiro: Record.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. (2008), *Profissão Artista*: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP.

SIMMEL, Georg. (1977), *Sociología*: estudios sobre las formas de socialización. 1 ed. Madrid: Ediciones Castilla.

SIMMEL, Georg. (2006), *Questões Fundamentais da Sociologia*: indivíduo e sociedade. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

SOFIO, Séverine. (2018), Como ter sucesso nas artes sem ser um homem? Manual para artistas mulheres do século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 71, pp. 28-50.

TOMKINS, Calvin. (2013), *Duchamp:* uma biografia. 1 ed. São Paulo: Cosac & Naify.

WEBER, Max. (1999), *Economia e Sociedade*. 1 ed. Brasília: UNB, vol. 1.

Submetido em 01 de fev. 2019
Aprovado em 05 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.496

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Modernidade e reificação na sociologia alemã: as alternativas às narrativas clássicas que emergem no final do século XX nas obras de Norbert Elias, Jürgen Habermas e Niklas Luhmann

Modernity and reification in German Sociology: alternatives to classical narratives that come up in the end of the 20th century in the Norbert Elias', Junger Habermas', and Nicklas Luhmman's writtings.

Igor Suzano Machado*

RESUMO

O artigo parte da análise que Vandenberghe faz da trajetória do problema da reificação na sociologia alemã para refletir como tal problema configura a leitura dos clássicos da sociologia alemã sobre a modernidade e como essa leitura da modernidade encontra alternativas nos principais teóricos da sociologia alemã no final do séc. XX. Nessas alternativas, que encontro nas obras de Elias, Habermas e Luhmann, o problema da reificação ainda ocupa lugar central na descrição da modernidade feita por Habermas, mas não na descrição da modernidade feita pelos demais. Com base nisso, reflito, ao final do artigo, sobre a eterna questão sociológica a respeito da tensão entre descrição e crítica social e sobre como a dimensão da crítica, no exemplo alemão, permanece dependente de uma perspectiva que permita diferenciar processos históricos emancipatórios de processos históricos de desumanização.
Palavras-chave: Sociologia alemã. Reificação. Teoria sociológica.

* Bacharel em Direito pela FDV. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFES. Mestre em Sociologia pelo IPUERJ-UCAM. Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. Ex-professor do departamento de Ciências Sociais da UFV. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. igorsuzano@gmail.com

ABSTRACT

The article departs from Vandenberg's analysis of the problem of "reification" in German sociology to reflect about how this problem configures the reading of modernity by the classics of German sociology and how this reading of modernity finds alternatives in main German sociologists at the end of 20th century. In these alternatives, which I find in the works of Elias, Habermas, and Luhmann, the problem of reification is still central in Habermas's description of modernity, but not in the description of modernity made by the others. At the end of the article, I reflect on the eternal sociological question about the tension between description and social criticism and highlight how the dimension of criticism, in the German example, remains dependent on a perspective that allows differentiating emancipatory historical processes from historical processes of dehumanization.
Keywords: German sociology. Reification. Sociological Theory.

1. Introdução: a sociologia alemã em torno do problema da reificação

A sociologia surge como reflexão sobre a modernidade e é tratada por alguns até mesmo como uma ciência da modernidade. Assim, aqueles considerados os "clássicos" e fundadores da disciplina, cada um ao seu modo e com diferentes enfoques, debruçam-se sobre transformações da sociedade moderna e suas consequências para a vida humana. Nesse sentido, chamaram atenção de Émile Durkheim, na França, as transformações da sociedade moderna especialmente em uma sociedade industrial, cuja nova divisão social do trabalho tinha como consequência novas instabilidades que, no entanto, não aniquilavam os laços de solidariedade social, apesar de exigirem a transformação de tais laços de acordo com as novas bases sociais nas quais eles deveriam se fundamentar; isto é, apesar de exigirem a passagem de uma solidariedade "mecânica" entre iguais para uma solidariedade "orgânica" entre diferentes, baseada em sua interdependência (DURKHEIM, 2008).

Por outro lado, na Alemanha, as transformações sociais da modernidade tiveram como intérpretes privilegiados e fundadores da Sociologia – ainda que nem todos de forma intencional – Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel, para focar apenas nos nomes mais canônicos. Para Marx, era central à sua reflexão a forma como a sociedade moderna se transformava devido a um novo modo de produção e circulação de bens materiais, transformados em mercadorias: o Capitalismo, instituidor de novas classes sociais que condicionavam novos tipos

de conflito em um novo tipo de sociedade. Já, para Weber, a divisão industrial do trabalho, destacada por Durkheim, e a produção econômica capitalista, posta em relevo por Marx, respondiam a um processo mais amplo, característico da modernidade, de racionalização e desencantamento do mundo, que teria ainda, como consequência, a dominação política burocratizada e a ascensão do conhecimento científico. Por fim, chamaram a atenção de Simmel, como alguns traços definidores da sociedade moderna, a economia monetarizada e a vida urbana nas grandes cidades, que teriam como consequência importantes efeitos na psicologia e nas formas de associação entre as pessoas.

Tendo em vista esse quadro, Frédéric Vandenberghe traz à tona um tema em torno do qual girara a fundação da sociologia na Alemanha e cujos desdobramentos influenciaram a história da disciplina no país como um todo. Trata-se do tema, mais explicitamente formulado nesses termos posteriormente por Georg Lukács, da "reificação" (VANDENBERGHE, 2012). Aqui é interessante também notar como tal tema influencia o desenvolvimento da sociologia alemã, ao mesmo tempo em que a diferencia, na origem, de sua congênere francesa. Afinal, o problema trazido à sociedade pela modernidade, de acordo com a leitura de Durkheim, era um problema de ordem moral, em que os indivíduos não estariam suficientemente entrelaçados solidariamente por instituições capazes de gerar coesão. Daí decorre que o problema da sociedade moderna, para Durkheim, não teria a ver com a reificação, mas com a anomia, isto é, a ausência de normas capazes de fazer os indivíduos sentirem que são mais do que nômadas independentes, sendo pertencentes a uma totalidade *sui generis* que os ultrapassa: a sociedade (VANDENBERGHE, 2012, p. 56).

A problemática da reificação na sociologia alemã toma um percurso bastante diferente e quase oposto ao focar como a sociedade, mesmo sendo um constructo humano, volta-se contra seus criadores de forma repressiva e dominadora, isto é, reificante – ou "coisificante" – e redutora de sua dimensão propriamente humana. Conforme Vandenberghe (2012, p. 82):

> Globalmente, a reificação social[1] está ligada ao funcionamento relativamente autônomo, alienado e alienante, dos sistemas da cultura e

1 Quando me referir à reificação ao longo do artigo, essa referência dirá respeito à reificação social. Não irei me dedicar aqui ao problema, também característico da sociologia, da "coisificação metodológica" (VANDENBERGHE, 2012), que se traduz na 'falácia da falsa concretude", em que formulações conceituais são confundidas com os objetos realmente existentes no mundo, aos quais tais formulações conceituais fazem referência.

> da sociedade moderna e à sua transformação dos meios em fins em si. Evidentemente, no curso do seu desenvolvimento, estes mundos se complicaram fatalmente e foram formal e funcionalmente racionalizados a tal ponto que eles se transformaram em verdadeiros cosmos, funcionando independentemente da vontade e das intenções dos indivíduos, cruzando os seus planos e seus desenhos, ameaçando a sua autonomia e mesmo – no limite – a sua existência.

Tomando a noção de autonomia como herança do iluminismo e, consequentemente, um valor central da modernidade, percebe-se que outras heranças dessa mesma modernidade se chocam com a própria noção de autonomia, enquanto capacidade individual e coletiva de autodeterminação. Essas outras heranças são aspectos distintos da realidade social racionalizada que castram essa dimensão de autonomia, por meio de seu funcionamento sistêmico independente da ação humana, como são os casos da economia e do Estado altamente racionalizados da era moderna. Este é o ponto ressaltado pelas ideias de alienação e fetichismo da mercadoria em Marx, pela famosa metáfora da "jaula de ferro" (ou "crosta de ferro", a depender da tradução) utilizada por Weber, no que se referia às consequências da racionalização e burocratização da vida, assim como pela tese da tragédia da cultura em Simmel, em que a cultura subjetiva se transforma em cultura objetiva, deixando de ser canal de expressão livre do sujeito para se converter em impeditivo de sua expressividade.

Gerações posteriores da sociologia alemã continuaram a se debruçar sobre o tema, tendo sua formulação clássica lugar na obra de Lukács, em que, sob a forte influência da obra de Marx, a reificação é ligada à generalização da forma da mercadoria na sociedade capitalista e sua superação condicionada à "tomada de consciência" e à ascensão política do proletariado (LUKÁCS, 2003). No entanto, se na formulação clássica de Lukács a superação da reificação ainda é tematizada pela via da revolução proletária, um quadro mais sombrio é pintado no diagnóstico sobre a reificação feito pelos principais expoentes da primeira geração da chamada Escola de Frankfurt, sobretudo na "dialética do esclarecimento", tal como caracterizada por Max Horkheimer e Theodor Adorno (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). Como sabido, neste clássico da sociologia alemã, a razão, que outrora aparecia como pilar da emancipação humana em direção à autonomia de acordo com o projeto de modernidade iluminista, foi exibida por Horkheimer e Adorno como

fonte de dominação do homem pelo homem, transformando as técnicas de governo que permitiam regimes totalitários como o da Alemanha nazista, ou fazendo da arte, outrora dotada de força emancipatória, o produto de uma indústria cultural que apenas reforçava a submissão das classes subalternas ao regime capitalista na democracia norte-americana. Estava pintado o quadro da reificação na burocracia estatal e na produção cultural, atingindo seus limites máximos, sem maiores expectativas de superação.

Contudo, gostaria de chamar atenção para a obra de outros três autores da sociologia alemã, especialmente influentes no último terço do século XX e que permitiriam "contar a história" das transformações da modernidade sob outros pontos de vista. Refiro-me a Norbert Elias, considerado por alguns como o principal herdeiro intelectual, na própria Alemanha, de Simmel; Jürgen Habermas, principal expoente do que podemos chamar de 2ª geração da Escola de Frankfurt e cuja obra em muito visa reabilitar o projeto moderno de emancipação pela razão, num diálogo crítico com seus antecessores Horkheimer e Adorno; e Niklas Luhmann – que oferece uma entrada alternativa na sociologia alemã, tendo em vista sua forte dívida com a sociologia americana na obra de Talcott Parsons.

Assim, o presente trabalho irá se desdobrar numa sequência de breves explanações dos autores citados, na mesma ordem indicada no parágrafo anterior. Trata-se de exposição de função mais didática do que científica, pois, apesar de não ser meramente descritiva das teorias apresentadas, tampouco apresenta leitura problematizadora e inovadora dos autores que apresenta – autores que, por sua vez, são também bastante canônicos. Após essa exposição didática das principais ideias dos autores referidos, reflito ao final do artigo sobre a eterna questão sociológica a respeito da tensão entre uma sociologia de função meramente descritiva e explicativa e uma sociologia que pretende, também, adentrar em uma dimensão de crítica social. Neste ponto, ressalto que essa dimensão de crítica social, ao menos na tradição sociológica alemã, permanece dependente de uma perspectiva que permita diferenciar processos históricos emancipatórios de processos históricos de desumanização, para a qual o debate sobre a reificação permanece útil.

2. Modernidade, civilização e individualização em Norbert Elias

Começando por Norbert Elias, temos que seu pensamento também é erigido sobre transformações históricas da sociedade moderna. Porém, não se trata aqui de recontar as "aventuras da reificação", na expressão de Vandenberghe, mas, principalmente, de examinar o que ele chamou de processo civilizador. No entanto, cumpre destacar, desde já, que a ideia de civilização de Elias não é, segundo o próprio, um ideal normativo e necessariamente positivo. Assim, a história da modernidade contada por Elias não só não está focada na superação do processo de reificação, como também não se traduz em nenhuma outra escatologia direcionada à suprema realização humana. Dessa forma, o processo característico da modernidade continua, na obra de Elias, inerentemente ambíguo: a sociedade civilizada não é melhor – nem pior – do que a sociedade não civilizada. Trata-se, na visão de Elias, apenas de uma descrição, com base empírica, do que de fato aconteceu no mundo ocidental, tendo como consequência o surgimento de um tipo humano de comportamento bastante distinto do de seus ancestrais; comportamento este caracterizado pela repressão de instintos e afetos, pela vergonha quanto à exposição de certas necessidades fisiológicas, pelo pensamento racionalizado, pelo planejamento de longo prazo, dentre outras características do tipo humano considerado civilizado (ELIAS, 1993).

Elias destaca que este processo não é um processo nem racional, nem irracional. Não se trata de uma atitude deliberadamente voltada para a civilização planejada por determinadas pessoas. Trata-se de uma consequência de determinadas figurações sociais, em que a interação de certos grupos humanos produziu efeitos inesperados capazes de modificar a psicologia dos envolvidos no processo. Neste ponto, ficam claras algumas características da sociologia de Elias. Primeiramente, há a ideia de sociogênese, bastante tributária da ideia de sociologia enquanto método, aventada por Simmel (SIMMEL, 2006). Isto é, a ideia de explicar fatos históricos não com base em um desígnio exterior às ações humanas – como Deus, a natureza, ou mesmo a economia, para lembrar a contraposição de tal método ao materialismo histórico dialético de Marx –, nem com base na ação do gênio humano individual – por exemplo, explicando a história pelos feitos de um grande general ou líder político –; mas sim explicar os fatos históricos pelas formas

de interação entre os seres humanos, geradoras das figurações sociais tão importantes para Elias, cuja sociologia é conhecida como uma sociologia figuracional. Tendo isso em vista, Elias chamará atenção para a importância de fatos genuinamente modernos, a exemplo do monopólio da violência física legítima pelo Estado e da economia monetária, também agora centralizada no Estado, como fatores importantes para a passagem de uma nobreza guerreira para uma nobreza cortesã, fundamental, como veremos adiante, para o desenvolvimento desse processo civilizador (ELIAS, 1993).

A ideia de processo é tão central na obra de Elias quanto a de figuração. Por isso, a sociologia de Elias é conhecida como, além de uma sociologia figuracional, também uma sociologia processual, ou procedural. Falei até agora do chamado processo civilizador, mas é igualmente importante a análise feita por Elias de outro processo correlato característico da modernidade: o processo de individualização (ou de individuação), que, correndo em paralelo ao processo civilizador, faz com que o que ele chama de "balança nós-eu", enquanto pendia mais para o polo do "nós" nas sociedades tradicionais, passe a pesar mais para o polo do "eu" nas sociedades modernas (ELIAS, 1994). As ideias de processo e de balança nós-eu são interessantes para pensarmos outras duas características fundamentais da sociologia de Elias que se tornam bastante claras na crítica feita à sociologia de Parsons, a qual, para ele, seria uma sociologia "estática" e que trata de forma, a seu ver, equivocada indivíduo e sociedade como realidades exteriores uma à outra (ELIAS, 2011).

Elias censura Parsons pelo fato de o sociólogo americano considerar a mudança social como algo localizável em períodos de crise. Em sentido contrário, a ideia de processo de Elias põe em destaque a transformação como característica inerente e constante das sociedades humanas. Cabe ao sociólogo perceber o sentido que tal processo toma, quando analisamos espaços temporais mais amplos. É analisando a história europeia em longa duração que Elias percebe, não obstante momentos de retrocesso fugazes, processos nítidos de civilização e individualização. Da mesma forma, a relação entre indivíduo e sociedade adquire novos contornos, pois esses dois polos não são considerados exteriores um ao outro. Assim, indivíduo e sociedade não se "interpenetram", como gostaria Parsons, mas são dois lados de uma mesma moeda. Isso não permite a completa separação entre sociologia e psicologia e justifica que se trate a centralidade do indivíduo na sociedade moderna não como uma libertação do indivíduo das amarras da sociedade tradicio-

nal, mas apenas como tendência para um dos lados de uma balança sempre presente: a balança que Elias chamara de balança nós-eu. Nessa balança, a identidade coletiva e a identidade particular dos sujeitos enredados em diferentes tramas sociais se equilibram, ora mais pendentes para a identidade coletiva, como nas sociedades tribais, ora mais pendentes para identidade individual, como nas sociedades ocidentais modernas, sem, contudo, jamais aniquilar um dos dois polos.

Sendo assim, as transformações nas figurações sociais modernas acompanham as transformações psicológicas dos sujeitos da modernidade. Isso explica por que uma nobreza que, antes do monopólio da violência pelo Estado, era composta de guerreiros sempre alertas para responder à ameaça de outras pessoas torna-se uma nobreza que, obrigada a se relacionar de outra maneira com as demais pessoas, reprime seus instintos e afetos e desenvolve formas de relacionamento interpessoal pautadas pelo planejamento, racionalização, regras de etiqueta etc., dando origem ao comportamento dito civilizado. Tal comportamento passa a ser imitado por classes inferiores e ainda mais refinados e estilizados pelas classes superiores, em busca de distinção. Com isso, sem planejamento racional, mas tampouco sobre bases aleatórias ou irracionais, tal processo se desenrola via interações sociais, transformando, simultaneamente, história, sociedade e psicologia.

Elias destaca que esse processo civilizador, repressor dos instintos, da espontaneidade e dos afetos, não é um processo indolor e tampouco experimentado igualmente por todos. Não à toa, desenvolvem-se conjuntamente a essa civilização válvulas de escape aos imperativos civilizatórios, como os romances cavalheirescos e os esportes. Logo, a história da modernidade ocidental contada por Elias não é exatamente uma história, por assim dizer, de final feliz. De qualquer maneira, não chega a representar o mesmo tipo de tragédia que aparece na narrativa weberiana e é terminologicamente explicitada na ideia de 'tragédia da cultura' de Simmel (SOUZA, 2005, pp. 9-10). Afinal, nesses autores, é possível retomar o sentido grego de tragédia não apenas como uma narrativa marcada por uma fatalidade, mas a narrativa de uma história cujo herói, sem conhecimento disso, é responsável pelo próprio calvário, de qual o exemplo de Édipo é bastante ilustrativo.

Na obra de Elias, em sentido diferente, a percepção de uma sociedade exterior ao indivíduo, que, de alguma forma, o constrange, não é mais que

isso: uma percepção, ocasionada por um tipo específico de figuração social, e não um tipo de ataque à autonomia individual, que se presume valiosa em si mesma. Não se trata, portanto, de um problema de reificação, mas de diferentes posições de equilíbrio da balança nós-eu que refletem o fato de que "os problemas que surgem para o indivíduo nessas sociedades peculiares são de natureza peculiar" (ELIAS, 1994, p. 120). Nas palavras do próprio Elias (1994, p. 121):

> De um modo ou de outro, a tentativa de atingir esse equilíbrio [entre identidade coletiva e identidade individual] traz consigo tensões características. Mas, como quer que as consideremos, elas não são tensões entre necessidades não-sociais e naturais do "indivíduo" e as exigências artificiais de uma "sociedade" fora dele, e sim tensões e dificuldades de cada pessoa, ligadas às normas peculiares de comportamento de sua sociedade. Essas normas compõem um padrão que, de uma forma ou de outra, determina o padrão de seu controle comportamental individual. Numa palavra, trata-se de discrepâncias intrinsecamente sociais que se expressam na ideia de uma tensão e um abismo eternos entre o "mundo interno" do indivíduo e o "mundo externo" da sociedade.

Sendo assim, Elias não deixa de oferecer uma leitura alternativa, dentro da sociologia alemã, das transformações da modernidade. Contudo, como em Weber e Simmel, permanece um diagnóstico da modernidade que não evoca uma saída para suas ambiguidades. Seria talvez demais dizer sobre a obra de Elias, tal como Vandenberghe diz sobre as obras de Weber e Simmel, que se trata de um diagnóstico sem a proposição de um tratamento (VANDENBERGHE, 2012, p. 333), já que, no caso de Elias, o que está em jogo não são exatamente patologias. Todavia, a promessa emancipatória da modernidade continua substituída por um ou vários processos inerentemente ambíguos no que tange à concretização da liberdade enquanto autonomia.

3. Habermas e a reabilitação da emancipação pela racionalidade na modernidade

Num sentido bastante diferente, a narrativa da modernidade em Habermas é não só alternativa às narrativas weberiana e simmeliana, como também as enfrenta frontalmente, já que almeja explicitamente retomar o

projeto iluminista de emancipação pela razão, superando as aporias da teorização de alguns frankfurtianos que o antecederam. Conforme já salientado, o quadro da modernidade pintado por Horkheimer e Adorno se apresentava bastante sombrio: mais do que o capitalismo, tal como identificado por Marx e Lukács, a própria razão teria se convertido na fonte de dominação do homem sobre o homem, de forma que, outrora valorizada como energia libertadora pelo próprio Marx, a razão teria se tornado fonte de repressão e massificação, a qual fundamenta técnicas modernas de governo e produção de mercadorias e bens culturais.

Habermas irá retomar a distinção entre trabalho e interação em Hegel para pôr em destaque que a compreensão da razão que levara ao diagnóstico da primeira geração da Escola de Frankfurt era uma visão unilateral da racionalidade que a restringia à sua vertente instrumental, característica da práxis no trabalho que tem como fundamento a modificação da natureza (GIDDENS, 2011). Mas, na interação, destaca Habermas, está em jogo também outro tipo de racionalidade, voltada não para o domínio e transformação do objeto, mas para o consenso com outro sujeito. Se Marx não dera a devida atenção a essa diferença, Weber, por sua vez, deu origem a uma tradição sociológica que a eclipsara totalmente, ao reduzir a racionalidade à escolha dos melhores meios para se atingir determinado fim, que, no entanto, não seria ele mesmo determinado de forma racional.

Com isso, o diagnóstico de reificação emerge em um contexto sociológico em que a única razão reconhecida enquanto tal é a razão instrumental. Para Habermas, remontando a Kant, seria necessário reabilitar a chamada razão prática, que seria capaz de nos fornecer insumos para a decisão não apenas quanto aos melhores meios para atingir um fim impossível de ser racionalmente delimitado, mas também para decisões quanto a valores. Dessa forma, a razão poderia voltar a ser um parâmetro de definição de melhores valores e, consequentemente, instrumento de emancipação humana, retomando o projeto iluminista e a narrativa da modernidade não como tragédia, ou fracasso, mas como projeto ainda inconcluso, que, no entanto, não poderíamos nos dar ao luxo de abandonar.

Como é sabido, a razão prática, em Kant, permitia o alcance da correção normativa por meio da razão. É assim que o filósofo iluminista chega ao seu famoso imperativo categórico, responsável por dar contornos bastante nítidos ao que seria a ação humana normativamente correta, de acordo com

a razão. Habermas censura a ideia de razão prática em Kant, no entanto, por se tratar de uma razão transcendental e pautada na introspecção e subjetivismo. Por meio da noção de interação, Habermas busca dar à razão prática um caráter situado – não transcendental – e intersubjetivo – não introspectivo. E chega a isso por meio do chamado agir comunicativo. Afinal, pela comunicação intersubjetiva, mediada por símbolos linguísticos compartilhados, é possível aos sujeitos, capazes de se entenderem, postular pretensões de validade criticáveis em busca de um consenso.

Explicando melhor, quando em contato com objetos da natureza as pessoas podem intervir utilizando-os e transformando-os por meio da razão instrumental e ação estratégica. Uma pessoa pode proceder da mesma forma com relação a outra pessoa, agindo estrategicamente e tomando a outra pessoa como instrumento ou obstáculo para a realização de seus fins individuais. A ideia de razão instrumental dá conta de explicar essa ação estratégica e o trabalho enquanto atividade humana transformadora da natureza. Contudo, com relação a outro ser humano, é possível a uma pessoa agir com orientação diferente, não com vista a instrumentalizar a outra pessoa, mas com vista a chegar a um consenso com relação à verdade. As duas formas de ação, inclusive, são mutuamente excludentes: ou tomo a outra pessoa como objeto de uma ação estratégica, ou a considero como um interlocutor que, ao invés de submeter à minha vontade, quero com ele partilhar a resolução de um problema prático (HABERMAS, 2010).

Esta ação voltada ao consenso por meio da comunicação é o famoso "agir comunicativo", tão importante para Habermas por ser, justamente, o agir capaz de reabilitar a razão prática. Isto porque há, na visão de Habermas, uma racionalidade intrínseca ao processo de comunicação com vistas ao consenso. O motivo é que, no agir comunicativo, a 'pessoa A' irá proceder a um ato ilocutório que, idealmente, tem pretensão de validade ou com relação ao mundo subjetivo – o que diz, portanto, é sincero –, ou com relação ao mundo objetivo – o que diz, portanto, é verdadeiro –, ou com relação ao mundo intersubjetivo – o que diz, portanto, é correto. A 'pessoa B', com quem 'A' conversa, pode questionar o que lhe é dito, afirmando que A não está sendo sincero, não está dizendo a verdade, ou sustenta normas incorretas. A réplica de A, a tréplica de B e assim sucessivamente fariam, então, com que, para haver consenso, sobressaísse o melhor argumento. E isso seria igualmente verdadeiro tanto para questões sobre o mundo objetivo, por

exemplo, com A e B chegando a um consenso acerca de quantas cadeiras existem numa sala, quanto para questões sobre o mundo intersubjetivo das normas sociais compartilhadas, com A e B chegando a um consenso, por exemplo, acerca da correção normativa, ou não, do aborto, da pena de morte, da descriminalização do uso de certas drogas etc.

Com isso, voltam a se abrir ao escrutínio da razão as normas e valores da sociedade, que não mais se reduziriam ao politeísmo de valores weberiano, em que a escolha dos deuses de cada um não pode ter fundamento racional. Assim, volta a figurar no horizonte futuro a ideia de emancipação humana, pautada por um agir comunicativo capaz de instituir o reino da liberdade enquanto autonomia, isto é, enquanto possibilidade de se seguir normas que nós mesmos estabelecemos. Ultrapassa-se assim o ceticismo de Weber e de Adorno e Horkheimer com relação aos desdobramentos da modernidade e, para além de totalitarismos, jaulas de ferro e indústrias culturais, aparecem outras conquistas mais benfazejas da modernidade, como o Estado Democrático de Direito. Como consequência, para Habermas, a democracia deixa de ser um mero mecanismo de competição de elites, como em Weber, para ser racionalmente valiosa, por ser a forma de governo que melhor possibilita a deliberação, o que, pelo agir comunicativo, dá racionalidade às escolhas políticas (HABERMAS, 1998). Da mesma forma, a legitimidade racional-legal não mais se sustenta por si só, pois faltaria explicar o que justifica que os subordinados sigam uma lei que pode ser modificada a qualquer tempo. Nesse caso, de acordo com Habermas, a legitimidade não é garantida pela racionalidade da mera obediência à lei, mas sim à razão comunicativa que subjaz ao processo de produção das leis num governo democrático (HABERMAS, 1992).

Com isso, temos em Habermas não apenas uma visão alternativa das transformações da modernidade como um contraponto, dos mais poderosos – o que não significa, no entanto, que seja livre de críticas –, à narrativa da modernidade atrelada a uma reificação que proíbe à humanidade o acesso à emancipação pela razão prometida pelo iluminismo. Contudo, deve-se ter em mente que a reificação não está ausente da narrativa de Habermas. Ela apenas tem agora uma alternativa de escape e bastante diferente da alternativa da Revolução Socialista proposta outrora pelos marxistas, já que, para Habermas, a ação humana que nos levaria à emancipação não teria a ver com a ação estratégica de transformação e dominação da natureza característica

do trabalho, mas com a ação comunicativa, característica da interação. Da mesma forma, não figura no horizonte emancipatório de Habermas, ao contrário de no de Marx, a completa superação da economia e do Estado modernos. Isto porque há uma concessão de Habermas à importância de sistemas sociais relativamente autônomos mediados por meios não linguísticos e que cumpririam um importante papel de redução da complexidade, sendo responsáveis por não permitir a sobrecarga da ação comunicativa.

Esses sistemas são o sistema econômico – mediado pelo dinheiro – e o sistema político – mediado pelo poder administrativo –, em que a razão instrumental é transformada em razão funcionalista, imunizada da ação comunicativa e pode ter, sobre a última, efeitos deletérios. Isto porque, para Habermas, a ação comunicativa se desenrolaria numa dimensão social diferente do mundo sistêmico: o chamado mundo da vida, ou mundo vivido. A tão temida reificação, portanto, aparece na obra de Habermas como a colonização do mundo da vida pelo mundo dos sistemas, substituindo a livre comunicação voltada para o consenso, característica desse mundo do agir comunicativo, por influxos instrumentalizantes advindos dos meios comunicativos não linguísticos do dinheiro e do poder administrativo, característicos dos sistemas econômico e político (HABERMAS, 2010).

A boa nova habermasiana é a possibilidade de inversão desse fluxo: contra a reificação dos sistemas se impondo ao mundo da vida e obstruindo seus canais comunicativos, surge, da análise habermasiana da modernidade, a possibilidade do percurso contrário, quando consensos normativos do mundo da vida podem regular, sem, no entanto, aniquilar, os sistemas econômico e político por meio do Direito, este estranho híbrido, que, nos dizeres de Habermas, entre a facticidade e a validade, torna sistemicamente efetivas normas validadas por consensos morais racionais, ao menos nos Estados democráticos de Direito (HABERMAS, 1998).

4. Luhmann e a especialização funcional da sociedade moderna

Uma das contribuições mais originais à teoria sociológica, feita na segunda metade do século XX na Alemanha, é a de Niklas Luhmann. Contudo, bastante crítico da perspectiva sociológica de compatriotas como os expoentes da Escola de Frankfurt, de Adorno a Habermas, e fortemente influenciado

pela sociologia de Talcott Parsons, podemos considerar que, de certa forma, Luhmann seria como um continuador da sociologia teórica americana em solo europeu. Mais do que o tradicional incômodo dos teóricos alemães com as dimensões reificadoras da vida em sociedade, preocupava a Luhmann o dilema hobbesiano da dupla contingência – dilema este que herdara de Parsons. Para ele, a sociedade moderna lidou com o problema da impossibilidade latente da comunicação por meio de sistemas especializados, responsáveis pela comunicação específica da função a que se destinavam, como o sistema econômico, o sistema político, o sistema jurídico etc.

Assim, a modernidade se caracterizaria pela passagem de sociedades, outrora, segmentárias (sociedades tribais) e, posteriormente, estratificadas (divididas em estratos sociais, como no feudalismo) para sociedades diferenciadas funcionalmente. Isto é, mais do que dividida entre tribos, ou entre aqueles que ocupam estratos sociais superiores e inferiores, a sociedade moderna seria dividida em diferentes sistemas sociais, responsáveis por diferentes funções, que geram tipos específicos de comunicação. Para dar um exemplo, pode-se imaginar como, numa sociedade tradicional, era difícil distinguir onde começavam e onde terminavam as dimensões da vida social relacionadas à religião, à política e ao direito. Na sociedade moderna, tais dimensões da vida social já são plenamente diferenciadas em seus respectivos sistemas, que, de maneira independente, ainda que não solipsista, geram comunicações a respeito do sagrado, do poder, da ilicitude etc.

Para dar conta dessa transformação, Luhmann lança mão de uma "superteoria" que vai além da sociologia, abrangendo outras áreas do conhecimento, as quais também fornecerão, como veremos, aportes importantes à reflexão luhmanniana: a teoria dos sistemas. O aporte da visão sistêmica se prestaria à análise científica de diversos fenômenos, como máquinas, organismos vivos, sistemas psíquicos e, aquele que mais nos importa aqui e no qual Luhmann dá sua contribuição original, sistemas sociais. Acompanhando a evolução geral da teoria dos sistemas, Luhmann traz para a análise dos sistemas sociais a noção de sistemas como diferença sistema-meio, ou sistema-ambiente, e a noção de sistemas autopoiéticos, isto é, que se fazem a si mesmos, uma noção que importa da biologia, na obra dos biólogos chilenos Francisco Varela e Humberto Maturana (LUHMANN, 2009).

Ao compreender os sistemas como diferença sistema-meio, Luhmann avança para além de concepções mais antigas que buscavam caracterizar os

sistemas por alguma unidade interna às suas partes. No caso dos sistemas como diferença, o fundamental passa a ser a delimitação que o próprio sistema faz daquilo que lhe pertence, tornando todo resto, consequentemente, meio ou ambiente. Assim sendo, o sistema representa sempre uma redução de complexidade, selecionando da infinitude de informações disponíveis no meio aquilo que lhe interessa. Por exemplo, assim como o nosso corpo, enquanto sistema, limita, pelos cinco sentidos, as informações que pode captar quanto a sons, cores etc., um sistema social, como o sistema econômico, filtra as informações que lhe dizem respeito, que têm a ver com a manutenção e transferência de propriedade, ignorando as dimensões religiosas, estéticas, jurídicas etc., que serão de interesse de outros sistemas.

Como consequência, os sistemas autopoiéticos, em geral, e os sistemas sociais, em específico, são sistemas radicalmente fechados: não há transferência de estruturas entre o sistema e o ambiente. Isso não quer dizer que os sistemas são indiferentes ao ambiente. Muito pelo contrário: seria seu fechamento operativo que garantiria sua abertura cognitiva. Isto é, justamente por proceder por operações de construção e reconstrução internas a si mesmos, os sistemas são capazes de diferenciar, dentre os infinitos "ruídos" do ambiente, aqueles que lhe interessam e geram informação. Tendo como parâmetro um sistema biológico, é fácil perceber como não é viável simplesmente inserir qualquer coisa, por qualquer lugar, em um organismo fazendo com que tal coisa se torne alimento. Só algumas coisas, selecionadas por certos padrões de acesso e que geram operações internas do próprio organismo – salivar, iniciar movimentos peristálticos intestinais, concentrar a irrigação sanguínea no sistema digestivo etc. –, passam a ser alimento para aquele mesmo organismo. O funcionamento dos sistemas sociais seria análogo: só alguns ruídos, selecionados em determinados padrões de acoplamento estrutural, são capazes de gerar informação dentro do sistema, por meio de operações internas do próprio sistema. Por exemplo, por meio de um contrato, o sistema jurídico observa a transação econômica, não com o objetivo de gerar informação acerca da transferência de propriedade, que preocupa o sistema econômico, mas com o objetivo de gerar comunicação a respeito da licitude ou ilicitude do ato.

A essa altura, já é possível perceber que, se tudo que está fora do sistema, por decisão do próprio sistema, é seu ambiente, esse ambiente inclui também outros sistemas. Dessa forma, fazem parte do ambiente observado

pelos sistemas sociais, outros sistemas sociais, assim como sistemas biológicos e sistemas psíquicos. Isso faz com que, contrariando o senso comum de que a sociedade seria formada por pessoas, na teoria de Luhmann as pessoas, seja enquanto organismos biológicos, seja enquanto sistemas de consciência, estejam fora dos sistemas sociais. Indivíduo e sociedade não são nem dois lados de uma mesma moeda, como em Elias, nem capazes de interpenetração, como em Parsons – ainda que Luhmann aceite a ideia de interpenetração tomada de forma bastante específica (LUHMANN, 2009, pp. 266-270). Indivíduo e sociedade, ou melhor, sistemas sociais e sistemas de consciência são, portanto, entidades radicalmente separadas, o que faz com que a perspectiva de estruturas sociais objetificando sujeitos, num processo de reificação, não faça sentido na teoria luhmanniana, em que, segundo o autor, toda socialização é sempre uma autossocialização (2009, pp. 148-149). Isto é, se o sistema psíquico é um sistema autopoiético, ele também reage aos ruídos do meio – seja de sistemas sociais, seja de sistemas biológicos, seja de outros sistemas psíquicos – por meio de operações internas a si mesmo, construindo-se a si mesmo, em vez de importando estruturas de fora que poderiam lhe moldar.

Pode parecer estranha, à primeira vista, esta perspectiva de que os indivíduos estão fora da sociedade, não fazendo parte dos sistemas sociais. Mas a operação básica e diferenciadora dos sistemas psíquicos, isto é, o pensamento, de fato, não é transferível, seja para outras mentes, seja para instituições sociais: trata-se de uma operação absolutamente interna a cada consciência. É claro que não faz sentido pensar sistemas sociais sem a existência de pessoas. Mas não é só porque você precisa de uma frigideira para fazer um ovo frito que você deve entender que a frigideira faz parte da receita do ovo frito. Aquilo que um sistema psíquico pensa é indiferente aos sistemas sociais até o ponto em que, pelo acoplamento estrutural da linguagem, o pensamento tenta se fazer ruído a ser interpretado pelo sistema social, o qual gerará sua operação própria que não é o pensamento, mas a comunicação. Com isso, surgem níveis de "emergência" capazes de gerar sistemas que podem olhar de fora fenômenos que lhes são necessários, mas não internamente constitutivos. Um sistema psíquico sempre precisará de um sistema biológico como base, mas é capaz de produzir pensamento sobre este sistema biológico, analisando-o como seu ambiente. Da mesma forma, um sistema social sempre precisará de um conjunto de sistemas psíquicos como

base, mas é capaz de produzir comunicação sobre estes sistemas psíquicos, analisando-os como parte de seu ambiente.

A descrição das transformações da modernidade em Luhmann, portanto, não traz, assim como em Elias, um inventário de patologias, como foi característico da tradição sociológica alemã em seus clássicos e em sua tradição frankfurtiana da "teoria crítica". Luhmann tenta superar uma sociologia do sujeito, característica da tradição alemã, transformando a comunicação não na ação de indivíduos, mas na operação de sistemas autopoiéticos. Dessa forma, fica complicado inserir em sua sociologia o problema da reificação, dados os níveis cognitivos distintos em que operam sociedade e indivíduos, ou comunicação e consciência. Daí decorre que a formulação clássica da reificação na sociologia alemã seja associada, por Luhmann, a um momento específico de sua formulação da teoria da evolução da sociedade, em que esta seria estratificada e não, como a sociedade moderna, funcionalmente diferenciada. Com base nisso, conforme salienta Vandenberghe (2012, p. 45), "Luhmann se despede alegremente do pensamento da 'velha Europa' – e, portanto, forçosamente, também da noção humanista de alienação". Nas palavras do próprio Luhmann (2016, p. 94):

> O vocabulário da cosmologia ou da subjetividade foi provido de valor orientador, com um resto de defeitos que tinham, então, de culpar o mundo ou a sociedade. (...) Com o esquema coisificado, a dimensão material dominava aquilo que poderia ser descrito como "realidade", do que ainda são testemunhos os embaraços do sujeito, que procura separar-se de tal esquema para, então, sempre voltar a se censurar por "reificação". Esse modelo de pensamento harmonizava-se com as estruturas estratificadas do mundo antigo e com a sociedade burguesa que dissolvia esse mundo. Não se pode hoje continuar adequadamente com ele.

O que aparece como mais próximo de uma possibilidade de análise crítica em sua teoria diz respeito à possibilidade de um "supercódigo" comum a todos os sistemas sociais, que seria o código "inclusão/exclusão", fazendo com que se possa analisar, internamente a cada sistema, a forma como seus códigos binários específicos (lícito/ilícito, no caso do sistema jurídico; situação/oposição, no caso do sistema político; e assim sucessivamente) são acompanhados pela inclusão ou exclusão de determinados grupos sociais (LUHMANN, 2013). No entanto, essa dimensão da obra de Luhmann não foi suficientemente desenvolvida pelo autor e penso mesmo que não se encaixe

muito bem no restante do arcabouço teórico que construiu, de forma que sua narrativa sociológica sobre a modernidade é melhor compreendida como uma descrição moralmente cética de uma trajetória de fragmentação baseada na especialização funcional, o que não deixa de oferecer uma alternativa bastante interessante à tratativa da modernidade por seus conterrâneos, tanto clássicos quanto contemporâneos.

5. Conclusão: descrição, crítica e ontologia na sociologia alemã do final do século XX

A sociologia traz desde sua origem uma tensão entre suas responsabilidades de descrição e de explicação e sua função de crítica social. Mesmo não tendo a intenção de fundar a sociologia como uma nova disciplina, Marx deu origem a toda uma tradição sociológica em que a explicação dos fenômenos sociais deveria estar intrinsecamente atrelada à crítica e à transformação da sociedade. Por sua vez, Weber, que ironicamente nos deu tantas lições incontornáveis sobre macrofenômenos, como o Estado, a economia capitalista e as religiões protestantes, ao mesmo tempo em que se colocava como campeão do individualismo metodológico, também nos brindou com a ironia de, ao mesmo tempo em que nos legava uma das mais ácidas e argutas críticas da modernidade, frisar o quanto a sociologia deveria ser uma atividade científica axiologicamente neutra, cujas descrições e explicações não deveriam se misturar com as preferências do sociólogo quanto ao que seria uma sociedade melhor. Diferentes tradições sociológicas, portanto, mesmo nos limites da trajetória da disciplina na Alemanha, podem indicar diferentes caminhos quanto à relação, de independência ou complementariedade, entre conhecimento sociológico e crítica social.

A questão permanece atual, e, claro, era atual no final do século XX, quando a sociologia alemã era fortemente influenciada pelos autores analisados nesse artigo. Desses autores, uma relação inextrincável entre sociologia e crítica social é presente apenas na obra Habermas, o que não desmerece a obra dos demais autores, já que a relação entre explicação e crítica na sociologia não me parece ser de simples agregação. Pelo contrário, parece inevitável que o potencial crítico de uma teoria acabe por, necessariamente, trazer prejuízo à sua capacidade analítica, já que as exigências de idealizações e argumentos contrafáticos necessariamente tornam uma reflexão mais

distanciada da realidade. Por exemplo, é difícil negar que o desenvolvimento psicológico ambíguo dos indivíduos submetidos ao processo civilizador, na obra de Elias, e a eterna contingência comunicacional, na obra de Luhmann, sejam mais realistas, e, consequentemente, analiticamente mais ricos do que o desenvolvimento moral e as situações de fala idealizados nas reflexões sobre psicologia e comunicação na obra de Habermas. Tentativas de aliar autores mais céticos a teorias críticas, inclusive, correm o risco de, em vez de agregar algo a um autor, tornando-o maior, fazer com que o autor saia diminuído de tal fusão. Entendo que seja o caso, por exemplo, quando se insinua uma prevalência do sistema econômico sobre outros sistemas na obra de Luhmann, trocando sua instigante visão da sociedade moderna funcionalmente descentralizada (e mesmo sua fina ironia contra seus adversários da vertente crítica) por um materialismo vulgar que não faz jus nem à grandiosidade Luhmann, nem à dos teóricos marxistas.

Independentemente da importância ou não da crítica social para o ofício sociológico, o que a análise dos autores feita neste artigo parece trazer à tona é a importância de alguma ontologia ou antropologia filosófica de base, para que a sociologia possa ter também essa dimensão crítica. É necessária alguma reflexão sobre o que é o ser humano em sua essência ou esplendor, para que se possam compreender certos processos históricos como favoráveis ou contrários ao florescimento de alguma dimensão humana fundamental. Como diria Vandenberghe, sobre a centralidade metateórica da antropologia filosófica: "a questão da natureza humana é insuportavelmente problemática, mas também inevitável. Toda teoria social necessariamente pressupõe uma imagem do Homem" (VANDENBERGHE, 2012, p. 27).

Curiosamente, a crítica à ontologia, característica da obra de Luhmann, por exemplo, já aparece em *O Capital* de Marx e é aceita pela teoria crítica da escola de Frankfurt, deslocando-se de uma noção transcendental para uma noção historicamente situada do que é o homem. Não obstante, parece-me bastante complicado manter o potencial emancipatório da obra marxista sem uma antropologia filosófica, em que o ser humano aparece como ser expressivo em seu trabalho e que, por isso, torna-se menos humano quando alienado desse mesmo trabalho.

Já a teoria crítica tentaria reconstruir padrões normativos de fragmentos da própria história. "Escovando a história a contrapelo", como diria Walter Benjamin (2012, p. 245). Mesmo assim, não consigo compreender como essa

escova não seria alguma ontologia. Sem essa ontologia, como diferenciar aquisições históricas que embrutecem os seres humanos de aquisições históricas que o tornam melhor? Sem uma projeção para fora da própria história, como diferenciar, normativamente, a aquisição histórica, por exemplo, dos Estados totalitários do nazi-fascismo de cartas de direitos humanos e governos democráticos constitucionais? De qualquer maneira, mesmo que se aceite uma composição de ser humano mais histórica do que metafísica, como na obra tardia de Marx e na dos frankfurtianos de Benjamin a Habermas, ao menos essa ontologia fraca se faz necessária a uma sociologia crítica, capaz de comunicar teoria social e teoria política.

Se retomarmos o contraexemplo da sociologia francesa do início do artigo, podemos pensar como, diante de uma antropologia filosófica iminentemente gregária, o dilema da anomia e fragmentação social pode demandar respostas críticas que se consolidam em perspectivas políticas republicanas, capazes de reforçar os laços de solidariedade social perdidos. A dedicação de Robert Castel à "questão social" pode ser um bom exemplo nesse sentido (CASTEL, 1998). Já no âmbito da sociologia alemã focada aqui, ainda que não seja este o ponto dos autores, é possível pensar em alternativas políticas liberais como salvaguarda ao individualismo heroico de Weber e Simmel diante do problema da reificação. Já perante uma ontologia que foca o expressivismo subjetivo, mas apenas em condições intersubjetivas, como me parece ser o caso de Marx e de Habermas, a sociologia aparece aliada à crítica política revolucionária comunista, ou, no caso habermasiano, à política da "revolução permanente" possibilitada pelo Estado democrático de Direito (HABERMAS, 1998, Apêndice 1), em um modelo de democracia deliberativa pensado pelo autor, justamente, em contraposição aos modelos republicano e liberal (HABERMAS, 2004).

Nesse sentido, a noção de reificação permanece útil ao tratar a relação entre indivíduo e sociedade – outro tema reincidente na sociologia – como uma relação entre uma subjetividade expressiva que pode ser ameaçada ou valorizada pelas estruturas sociais objetivas que a circundam. Isso permite que a reificação seja tratada como ponto de partida para a crítica sociológica que tem como referência um horizonte de emancipação pela via política revolucionária ou liberal-democrática. A junção ou separação radical entre indivíduo e sociedade, tal como aparecem, respectivamente, nas obras de Elias e Luhmann, não obstante toda sua riqueza analítica, parecem bloquear tais

alternativas, dando azo a tratar as mazelas da sociedade moderna, talvez, mais como casos de terapia do que de ação política[2], ou nos fazendo aceitar que a análise da sociedade moderna é o objeto da sociologia, mas a crítica dessa mesma sociedade não necessariamente.

Referências

BENJAMIN, Walter. (2012), Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – volume 1. 8 ed. São Paulo: Brasiliense. pp. 7-20

CASTEL, Robert. (1998), As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 1 ed. Petrópolis: Editora Vozes.

DURKHEIM, Émile. (2008), Da divisão do trabalho social. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes.

ELIAS, Norbert. (1993), O processo civilizador – Vol. 2. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

ELIAS, Norbert. (1994), A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

ELIAS, Norbert. (2011), O processo civilizador – Vol. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GIDDENS, Anthony. (2011), Sobre trabalho e interação em Habermas. In: GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp. pp. 297-312

HABERMAS, Jürgen. (1992), Direito e Moral. 1 ed. Lisboa: Instituto Piaget.

HABERMAS, Jürgen. (1998), Between facts and norms: contributions to a discourse theory of Law and democracy. 1 ed. Cambridge: MIT University Press.

HABERMAS, Jürgen. (2004), Três modelos normativos de democracia. In: HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola. pp. 277-292.

HABERMAS, Jürgen. (2010), Obras escolhidas Vol. 1: Fundamentação linguística da sociologia. 1 ed. Lisboa: Edições 70.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. (1985), Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

2 Num sentido semelhante, Vandenberghe (2012, p. 396) chega a afirmar que "uma teoria crítica não pode superar o dualismo da ação e da estrutura".

LUHMANN, Niklas. (2009), Introdução à teoria dos sistemas. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes.

LUHMANN, Niklas. (2013), Inclusão e exclusão. In: DUTRA, Roberto; BACHUR, João Paulo (org.). Dossiê Niklas Luhmann. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp. 15-50.

LUHMANN, Niklas. (2016), Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral. Petrópolis: Editora Vozes.

LUKÁCS, Georg. (2003), História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes.

SIMMEL, Georg. (2006), Questões fundamentais da sociologia. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

SOUZA, Jessé. (2005), Introdução. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). Simmel e a modernidade. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. pp. 9-20.

VANDENBERGHE, Frédéric. (2012), Uma história filosófica da sociologia alemã: alienação e reificação – Vol. 1: Marx, Simmel, Weber e Lukács. 1 ed. São Paulo: Annablume.

Submetido em 25 de março. 2019
Aprovado em 27 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.407

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

A área de Sociologia e os desafios de seus Programas modais: análises do último biênio

The area of sociology and challenges of its modal programs: analyses of the latest biennium

Fernando Tavares Júnior*
Tarcília Edna Fernandes do Nascimento**
Bianca Souza Bernardino***
Lucas Loureiro Leite****

RESUMO

A expansão dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) no Brasil, em especial da Área de Sociologia, trouxe consigo oportunidades e desafios, referentes ao atendimento dos parâmetros de qualidade e avaliação. Investigam-se as transformações no último biênio (metade do atual ciclo avaliativo) em PPGs da Área de Sociologia que receberam, da Comissão de Avaliação, recomendações de ajustes no último Ciclo Quadrienal. Reflete-se sobre a influência dos processos avaliativos sobre os PPGs, especialmente mais periféricos que, em hipótese, teriam mais dificuldade em atender demandas sistêmicas. A partir de dados públicos disponibilizados em diferentes Plataformas (ie. Sucupira, Lattes) e informações dos próprios PPGs, analisam-se suas reações à avaliação na promoção de mudanças (ou não) em alinhamento às recomendações expressas em suas Fichas de Avaliação. Observam-se reações positivas, mas muito discretas, o que sinaliza limites para seu desenvolvimento.
Palavras-chave: Sociologia Brasileira. Pós-Graduação no Brasil. Avaliação da Pós-Graduação.

* Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora; Brasil. Bolsista de Produtividade CNPq. ftavares@caed.ufjf.br
** Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
*** Mestranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.
**** Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

ABSTRACT

The growth of Postgraduate Programs (PPGs) in Brazil, especially in Sociology, brought with it opportunities and challenges, related to quality and evaluation parameters. Some PPGs received recommendations from Evaluation Committee in the last process that could encourage changes. This paper analyses changes in last two years (half of the current evaluative cycle) that reflect influence of the evaluation processes on the PPGs. Based on public data available in different Platforms (ie. Sucupira, Lattes) and information from the PPGs themselves, those changes are analyzed in line with the recommendations expressed. Data shows positive, but discrete, reactions, which signals limits for their development
Keywords: Brazilian Sociology. Graduate Studies in Brazil. Graduate Evaluation.

Introdução

O desenvolvimento da Pós-Graduação no Brasil sempre esteve associado aos investimentos e à direção conferida pelo Estado na estruturação de um Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A partir do trabalho de diferentes agências, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estruturou-se ao longo do tempo tanto um Sistema Nacional quanto seus respectivos Planos de desenvolvimento, como o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) (CAPES, 2010). Destacam-se em seu histórico, desde os anos 1960, investimentos mais concentrados no eixo Rio de Janeiro - São Paulo e posterior desconcentração gradual. Nessa fase seguinte, abrem-se oportunidades de novos atores se consolidarem no cenário nacional, com destaque para os principais centros de outras regiões para além da região Sudeste, como Porto Alegre e Recife (NEVES; CAVALCANTI, 2018). A CAPES assumiu, ao longo do processo, o papel de principal agente institucional, contribuindo para a consolidação da pós-graduação através do estabelecimento de metas e avaliação dos PPGs no país. A Pós-Graduação em Sociologia no Brasil reflete este processo.

Este trabalho busca compreender o desenvolvimento dos PPGs vinculados à Coordenação de Área da Sociologia[1] a partir de seus processos de

1 A Coordenação de Área e sua Comissão de Avaliação são responsáveis tanto por PPGs em Sociologia (disciplinares) como também por PPGs em Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia e outros (mistos).

desenvolvimento em diferentes regiões do país e da comparação entre suas transformações entre o recente processo de "Avaliação quadrienal" (2013-2016) até meados do atual quadriênio (nov. 2018). Ao refletir sobre as mudanças realizadas em resposta às recomendações da Comissão de Área, analisa-se em que medida tais processos concorrem para a realização dos objetivos do SNPG ao apresentar efetivo impacto e diálogo com a gestão de diferentes PPGs.

A partir da leitura dos documentos dispostos pela CAPES em sua página de Área (Documento de Área, Relatório de Avaliação, Fichas, entre outros), foram selecionados PPGs em diferentes regiões do país com diferentes sinalizações e alertas, como: recomendação de visita, de queda na nota ou mudança no enquadramento. Diante de tais sinalizações, analisam-se as reações dos PPGs na promoção de mudanças (ou não) em alinhamento às recomendações, através de diferentes Plataformas, como Sucupira e Lattes. Instrui-se a hipótese de que a expansão da pós-graduação nas últimas décadas carrega consigo potencialidades e fragilidades, sendo mais desafiador aos PPGs mais periféricos atender a todas as exigências dos órgãos centrais. De outro lado, espera-se observar reações, mesmo que discretas, na direção do atendimento às recomendações expedidas. Assim, o alinhamento às exigências da CAPES pelos agentes presentes nos PPGs nesse biênio (2017-2018) refletiria o esforço para realização dos objetivos do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e para elevação da qualidade.

O artigo está estruturado em quatro seções. Na primeira, discute-se a Pós-Graduação em Sociologia no Brasil. A segunda seção discute as diretrizes e os critérios para as avaliações sobre os PPGs e justifica a seleção dos casos, seguida por uma breve apresentação de cada um. Segue-se à apresentação dos dados públicos disponíveis acerca de cada PPG selecionado face aos eixos centrais da avaliação, bem como das mudanças observadas no último biênio. Por fim, as considerações finais sintetizam os argumentos instruídos pelas observações produzidas.

1 Pós-Graduação no Brasil e a Sociologia

O processo de institucionalização da pós-graduação no Brasil é melhor compreendido à luz do papel central do Estado, através de agências como a CAPES e o CNPq. Criados na década de 1950, os dois órgãos empreenderam

as primeiras iniciativas para a implantação da pós-graduação no país. A partir de então, o CNPq passou a se dedicar ao fomento e gestão de projetos de pesquisadores e grupos, enquanto coube a CAPES a atenção aos PPGs, conjuntamente atuando na produção da política científica nacional (MARTINS, 2018). Personagens importantes deste processo, como membros de Comissões de Área da CAPES, sinalizam que a área de Sociologia se consolidou gradualmente ao longo do tempo, com o estabelecimento de critérios robustos e alinhamento às diretrizes gerais do Sistema, embora ainda apresente fragilidades, como a produção internacional e qualificada (ADORNO; RAMALHO, 2018). O principal desafio atualmente dirigir-se-ia à internacionalização, sob o risco de uma "internacionalização restrita" (DWYER, 2013 *apud* SCALON; MISKOLCI, 2018).

A CAPES foi o órgão responsável pelo estabelecimento de critérios gerais de proposição, reconhecimento, financiamento e avaliação dos Programas, assumindo centralidade no estabelecimento de padrões de qualidade, sistematização de informações e avaliação dos PPGs (BARREIRA; CÔRTES; LIMA, 2018). Deste modo, o desenvolvimento da pós-graduação brasileira é indissociável do protagonismo da CAPES e de seus mecanismos de avaliação (ADORNO; RAMALHO, 2018).

> O princípio que rege seu [CAPES] funcionamento é a avaliação pelos pares, que analisam propostas e realizam a avaliação trienal de todos os cursos credenciados. Essa avaliação implica no acesso a verbas para os programas e bolsas para seus estudantes. Os cursos, por serem auditados e avaliados trienalmente, procuram se adequar a padrões de qualidade internacionais, o que estabelece acesso a verbas estatais, *grants* de pesquisa, maior prestígio na atração de estudantes, tendo como consequência maior qualidade nos cursos (LIMA; CÔRTES, 2013, p. 423).

Nas Ciências Sociais, inicialmente, houve resistência à avaliação. Considerou-se o processo burocrático e afeto a práticas autoritárias – que coincidem com regime militar. Ao longo dos anos, a resistência inicial foi superada. Adotaram-se funcionamentos mais democráticos e a avaliação foi gradativamente mais aceita (BARREIRA; CÔRTES; LIMA, 2018). Preservaram-se as críticas, como a critérios que estimulariam o "produtivismo indiscriminado para adaptar-se às exigências do mundo contemporâneo" (BARREIRA; CÔRTES; LIMA, 2018, p. 98). No entanto, para Neves e Cavalcanti

(2018) instituições universitárias e de pesquisa não escapam dessa maneira de organização do mundo: eficiência, competência, velocidade, qualidades e *rankings* estão entre os elementos usados com a finalidade de qualificar a prática acadêmica e conferir-lhe reconhecimento (NEVES; CAVALCANTI, 2018), o que favorece processos mais democráticos e robustos:

> Três eixos caracterizam a avaliação: (a) ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas de conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; (b) ela tem natureza meritocrática; e (c) ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas (NEVES; CAVALCANTI, 2018, pp. 112-113).

A formulação de regras universais de funcionamento tenderia também a "romper com tradições" que sustentam posições de prestígio e promoveria a aproximação com lógicas contemporâneas da produção científica internacional (BARREIRA; CÔRTES; LIMA, 2018). Uma vez estabelecidos e admitidos os mecanismos de avaliação, observamos o crescente acordo em relação às regras da CAPES, o que passou a orientar o comportamento dos pesquisadores em direção a um alinhamento ao SNPG. Os consensos na definição de critérios e mecanismos específicos de avaliação foram, em grande medida, estabelecidos nos encontros anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

A área de Sociologia apresentou um crescimento significativo em número de programas, docentes, discentes e cursos de doutorado na última década. Esse crescimento foi acompanhado pelo crescimento da produção científica como um todo. No entanto, alguns desafios permanecem, como a publicação em periódicos qualificados (A1 - B1), que apresenta proporção inferior ao estabelecido pelo Conselho Técnico-Científico (CTC) (ADORNO; RAMALHO, 2018). Desde o triênio 2004-2006, realiza-se a avaliação de livros[2], embora com peso menor. O reconhecimento dos livros como parte relevante da avaliação foi considerado um avanço (BARREIRA; CÔRTES; LIMA, 2018).

2 Sobre classificações de livros, ler: CAPES. (2016), Considerações sobre Classificação de Livros. Online. Disponível em: https://capes.gov.br/images/documentos/classifica%C3%A7%C3%A3o_de_livros_2017/46_ENSI_class_livros_jan2017.pdf. Acesso em: 16 dez. 2018.

Em estudo sobre o perfil de publicações dos sociólogos associados à SBS no período de 2003 a 2013, Dwyer, de Oliveira Barbosa e Fraga (2013) observam que a participação dos sociólogos brasileiros é ativa em periódicos nacionais, mas apenas um grupo restrito tem inserção internacional. Por outro lado, mais de dois terços dos sócios da SBS, no mesmo período, apresentaram trabalhos em eventos internacionais, o que pode indicar alguma fragilidade na articulação entre a participação em eventos e a efetiva produção científica, chancelada pela publicação de seus resultados em periódicos internacionais, especialmente os mais prestigiados e com maior impacto. A superação deste hiato parece mostrar-se relevante para a internacionalização da produção sociológica brasileira.

Scalon e Miskolci (2018) aprofundam o debate destacando a expansão da pós-graduação e o aperfeiçoamento do processo de avaliação da CAPES, ilustrado pelo aumento recente da produção acadêmica brasileira com impacto mundial. Destacam ainda que a internacionalização da sociologia brasileira é um horizonte inexorável e atua como força motriz no campo científico. Neves e Cavalcanti (2018) apontam que avaliações e metas são os elementos centrais para a internacionalização da sociologia brasileira. De outro lado, outros estudos (cf. MELO; BERNARDO; GOMES, 2018) apontam que as teses de doutorado apresentam fragilidades metodológicas substanciais. Sendo assim, a capacidade de internacionalizar a produção científica estaria sendo minada pela ausência de um padrão que enfatize o método como linguagem universal da ciência.

> Muitas teses não possuem a apresentação de uma metodologia pontuada, dificultando a localização dos argumentos sustentados, o que inviabiliza um possível melhor acesso ao material, sobretudo por parte daqueles que não são da área sociológica e que não tramitam pelo campo semântico aí compartilhado (MELO; BERNARDO; GOMES, 2018, p. 74).

Em síntese, observam-se o protagonismo da CAPES e de suas Comissões de Área no desenvolvimento da pós-graduação, mas também desafios. Para superação desses desafios, o processo de avaliação se atualiza e sinaliza diretrizes que se esperam seguidas pelos PPGs – como a produção qualificada e internacional. De outro lado, observa-se também que o cenário recente de expansão institucional e a nova configuração das políticas acadêmicas tenderam a produzir instabilidades e necessidades de adaptações entre seus

eixos centrais: "ideias, atores e instituições" (DYE, 2013). Essas observações são mais bem compreendidas quando as confrontamos com o que se conhece do cotidiano institucional recente. A expansão da pós-graduação caracterizou-se pela vascularidade, ampliando-se a oferta de oportunidades de pós-graduação, tanto geográfica como institucionalmente (LIMA; CÔRTES, 2013). No entanto, boa parte desses atores está em departamentos pequenos, com mais limitações no quadro (quando comparados aos grandes centros) e recursos escassos (materiais e imateriais).

Esses pesquisadores também têm que assumir obrigações letivas extensas, além de vários cargos administrativos: chefias de departamento, coordenações de curso, membros de diversas comissões, ainda colaborando em cargos na administração superior e outros. Vivem interstícios na produção, em geral quando se publicam os resultados de um ciclo de pesquisas e se iniciam outras, mas ainda sem resultados inovadores a serem submetidos. Muitos professores produtivos são assediados por outras instituições e/ou têm seus próprios projetos e planos de carreira, o que gera transferências, migrações e novos hiatos, que demandam a admissão de novos quadros, em geral ainda em início de carreira, sem experiência ou produção qualificada significativa. Somam-se licenças e afastamentos (dos mais variados tipos), não adaptação ao novo local ou à nova instituição, e outras situações que oneram este quadro acadêmico que já é tipicamente mais limitado. Como são poucos, a saída ou afastamento ou sobrecarga de dois ou três já tem impacto grande sobre o corpo permanente (tipicamente restrito). Observamos que essas ocorrências (cargos administrativos, saídas, licenças, hiatos produtivos etc.) são muito frequentes e perenes, tendendo a se perpetuar, pois caracterizam o próprio fazer institucional da maioria das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras.

Daí o desafio de conseguir compor quadros permanentes robustos, com apoio coletivo e respaldo institucional, para tornar viável o desenvolvimento (e a "sobrevivência") de PPGs mais periféricos em relação aos grandes centros, que partilham características diversas. De forma geral, os PPGs parecem operar de forma cada vez mais coerente e articulada, aprimorando seus processos, funcionamentos, estruturas, críticas e autocríticas. Os processos de avaliação têm cumprido papel de mobilizar instituições na direção dos princípios e objetivos do SNPG. Cabe refletir sobre como tais processos se configuram contemporaneamente e sua capacidade de interlocução e gestão junto aos PPGs,

especialmente àqueles em situação mais periférica e desafiadora, em função dos limites institucionais, tanto materiais quanto simbólicos.

2 CAPES e a Avaliação Quadrienal

Mais do que uma ação de governo, os elementos descritos acima caracterizam a avaliação da pós-graduação como uma Política de Estado, dada sua estruturação ao longo de décadas, a continuidade dos processos, a manutenção de diretrizes centrais, as parcerias pluri e socioinstitucionais (no país e no exterior), a estabilidade de ciclos e processos, a produção de consensos robustos entre diferentes atores e áreas, entre outras de suas características. Sistemas de avaliação tendem a criar uma linguagem de gestão, baseada em dimensões relevantes e seus indicadores, resultados esperados e sua expressão sintética em notas ou conceitos. A medida que, gradualmente, consolidam-se dimensões, processos e indicadores correlatos, tais signos e métricas passam a formar um código, que tende a influenciar a gestão: "A linguagem interna de gestão passa a ser baseada nos dados dos sistemas internos, (...) gerando uma nova linguagem para a interação entre os níveis hierárquicos" (MAGRONE; TAVARES JÚNIOR, 2014, p. 37). Os atores passam a se comunicar tendo como referência as métricas e indicadores próprios do sistema, com seus signos (notas, pontos, resultados) que sintetizam (como *proxy*) os principais objetivos da política. Tais signos tendem a nortear a ação dos atores que passam a considerá-los nas estratégias autônomas de ação individual e coletiva.

Ao emitir resultados, assume-se, explicitamente ou não, a responsabilização dos agentes envolvidos na realização da política em um processo de *accountability* que pode ter efeitos (*stakes*) mais suaves, como a simples publicação da avaliação que permite à sociedade ponderar acerca da qualidade de diferentes núcleos do sistema, ou efeitos mais diretos e severos, como a diminuição de recursos ou o descredenciamento:

> Assim, a finalidade da avaliação seria fornecer informações que permitam ao Gestor decidir sobre as ações e contrapartidas que se mostram necessárias para enfrentar os desafios diagnosticados (...). Um sistema de avaliação robusto teria em um de seus subsistemas a atribuição de indicar consequências para os entes avaliados, em função da observação e da análise de seus comportamentos (processos) e de seus resultados (objetivos) (MAGRONE; TAVARES JÚNIOR, 2014, p. 28 – grifos nossos).

Neste cenário, instala-se uma mútua responsabilização entre PPGs e o SNPG, entre os PPGs de uma mesma área e sua produção de diretrizes, consensos, acordos e lideranças; entre as diferentes Áreas e entre elas e a direção central do SNPG, exercida tradicionalmente pela CAPES, através de seu Comitê Técnico Científico (CTC), que ratifica (ou retifica) as decisões das diferentes áreas. O resultado mais visível deste processo é a nota que cada PPG recebe – que reflete suas possibilidades de fomento e credenciamento. PPGs que apresentam atividades mais integradas à internacionalização e níveis mais elevados de produção acadêmica recebem notas mais altas (6 e 7) e têm acesso a fontes de fomento mais amplas. PPGs com nota 5 são considerados consolidados. PPGs com nota 4 ou superior estão aptos para pleitear a oferta de cursos de doutorado. PPGs avaliados com nota 3 em geral são programas ainda não consolidados e que ofertam apenas Mestrado. Dada esta estratificação, há um incentivo claro à elevação de nota, o que refletiria a realização pelos PPGs dos objetivos centrais do SNPG.

Outros cenários, como a estagnação numa nota baixa ou queda na nota, sinalizaram alerta para ajustes em procedimentos e estruturação. Nesses casos, a Ficha de Avaliação de cada PPG permite a possibilidade de sugestão, pela Comissão, que a CAPES promova visita de consultores ao Programa, bem como outras recomendações. Tais sinais constituem instruções e estímulos para ajustes nos funcionamentos. Por hipótese, espera-se que os PPGs que apresentaram, no último quadriênio, limitações ao seu desenvolvimento (elevação de nota) e já cientes dos resultados do processo de avaliação (Nota, Planilha de Indicadores, Ficha de Avaliação – por PPG, Relatório e Documento de Área, entre outros) tenham reagido de forma autônoma e positiva, sinalizando, próximo à metade do quadriênio em curso, indicadores mais alinhados às metas do PNPG.

Para analisar tais efeitos, em função das limitações operacionais e técnicas, optou-se por centrar a análise em algumas das dimensões que mais estratificaram os PPGs e apresentaram limites ao seu desenvolvimento, como produção científica (artigos, capítulos, livros) e orientações. Tais dados são públicos. A Plataforma Sucupira[3] disponibiliza o quadro de membros de cada PPG em 2018. A Plataforma Lattes apresenta os indicadores de produ-

3 Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/docente/listaDocente.jsf. Acessos em: nov. 2018.

ção de cada membro. A seleção dos PPGs obedeceu a critérios simples: (1) PPGs com nota 4 em diferentes regiões do Brasil (PPGs não consolidados (nota 3) ou já plenamente consolidados (notas 5 a 7) não foram considerados); (2) dentre os PPGs com nota 4, priorizaram-se aqueles com recomendações explícitas em suas Fichas de Avaliação (ie. Visita de consultores) e/ou que haviam caído da nota 5 para a nota 4.

A Área de Sociologia apresenta maior concentração de programas com nota 4, chamados aqui de PPGs modais. Dentre eles, há menos Programas disciplinares em Sociologia (5), e mais Programas mistos (17), como PPGs em Ciências Sociais (14), Sociologia e Política (1), Sociologia e Antropologia (1) e outros (1). Eles se distribuem geograficamente, tal como outros, com relativa concentração em algumas regiões. São 10 PPGs modais no Sudeste, sendo um disciplinar e nove mistos. No Nordeste há sete PPGs com nota 4: três são disciplinares e quatro são mistos. No Sul, são quatro os PPGs modais: três mistos e um disciplinar. Por fim, na região Norte há apenas um PPG com nota 4: Sociologia e Antropologia. Já os PPGs avaliados com notas entre 5 e 7, considerados consolidados, são 17. Onze desses são PPGs disciplinares em Sociologia e outros seis são PPGs mistos. A maior concentração está na região Sudeste (9), seguida da região Sul (4), Nordeste (3) e Centro-Oeste (1).

Os quatro PPGs selecionados para estudos de casos são modais, de regiões brasileiras distintas e estão designados por letras de A a D no texto. Os PPGs A e B apresentaram estagnação na nota, recomendações pela Comissão de Avaliação de visita de consultores e de alterações em seus procedimentos. O PPG C havia recebido nota 5 na avaliação anterior e recebeu nota 4 na avaliação mais recente. Por fim, o PPG D recebeu recomendações de ajustes, mas discretos – o que permite operar como parâmetro de comparação. Suas características básicas são descritas a seguir.

O Programa A é um PPG em Ciências Sociais de uma IFES situada fora das capitais. Oferta mestrado e doutorado. Recebeu nota 4, com recomendação de visita de consultores da CAPES ao Programa. A produção científica qualificada foi avaliada apenas como regular, assim como sua proposta de organização (área de concentração, linhas e projetos) e sua inserção social, caracterizando as dimensões mais sensíveis à atenção e esforços de aprimoramento. Seu quadro permanente é formado por 17 membros, com distribuição proporcional entre duas subáreas (8+7) e sub-representação da terceira (2). Observou-se redução do corpo docente, de 23 para 17, nos últimos anos

– o que tende a sinalizar práticas de (re/des) credenciamento recomendadas pela Área e favoráveis à renovação do quadro e à elevação da qualidade. Outra recomendação seguida, mesmo que parcialmente, foi o estabelecimento de uma disciplina obrigatória, embora apenas em Teoria, mas nenhuma em Metodologia, que havia sido recomendada.

O PPG B é também um PPG misto de uma instituição federal na capital do seu estado e que obteve nota 4 nas últimas avaliações quadrienais. Opera desde 2003, quando programas disciplinares de diferentes áreas se uniram. O quadro permanente é formado por 20 professores, 10 com titulação em Sociologia, seis com titulação em Antropologia, um com titulação em Ciência Política e três com titulação interdisciplinar (ie. Desenvolvimento Socioambiental). Essa distribuição de titulação não é a mais adequada segundo o documento de área, que recomenda, nesses casos, proporção entre áreas. Observou-se nos últimos anos o credenciamento de novos membros: o quadro ampliou-se de 18 para 20. A produção intelectual foi avaliada apenas como "boa", já que a média por membro era inferior à média da área.

O Programa C é um PPG em Ciências Sociais de uma instituição federal na capital do seu estado. O Programa recebeu nota menor, caindo de 5 para 4, na última avaliação quadrienal, sem comprometer, no entanto, a oferta do Doutorado. O corpo permanente é hoje formado por 27 professores. Sociologia contribui com 12 titulados, outros seis em Antropologia, sete em Ciência Política e dois titularam-se em outras áreas (ie. Educação). Observa-se retração do corpo docente, provavelmente por processos recomendados de (re/des) credenciamento. Dentre os principais itens sinalizados pela Comissão de Área, merece atenção a produção intelectual, que foi avaliada apenas como "Boa". Isso afetou a nota, o que refletiu sua posição relativa em relação à Área junto a outros PPGs com nota 4. Houve recomendação de elevação da produção qualificada.

O PPG D não sofreu alteração de nota (4). Sua localização no interior da região é um dos elementos de sua caracterização periférica, em contraste com outros PPGs mais tradicionais, em IFES nas capitais. Seu corpo permanente é formado por 16 membros. Dada a concentração de doutores em Sociologia, o PPG alterou recentemente (após a avaliação quadrienal) seu enquadramento de Ciências Sociais para Sociologia – o que era recomendação explícita em sua Ficha. Foi aprovada em 2018 sua proposta de oferta de doutorado. Sua produção científica qualificada foi avaliada como boa, no

centro da distribuição do estrato. Segundo a avaliação, apresentou índices relevantes na formação e titulação, distribuição equilibrada nas orientações, inserção regional muito boa e atendimento de todas as recomendações feitas pela comissão de avaliação do triênio anterior.

2.1 Metodologia

Para instruir a análise inicial, foi feito o contraste entre a situação atual e aquela que fora objeto da última avaliação quadrienal (2013-2016), expressa na Ficha. As informações foram sistematizadas em novembro de 2018. A análise documental se dedicou ao Documento de Área, Relatório de Avaliação e Fichas de Avaliação dos PPG selecionados. Somam-se consultas aos endereços eletrônicos de cada PPG para descrição de suas características, como estrutura, currículo e outras informações afetas à avaliação. A composição do quadro permanente foi observada na Plataforma Sucupira e também comparada com o site do PPG. A partir do quadro, foi possível acessar a Plataforma Lattes para consultar os Indicadores de Produção dos membros no período ("a partir de 2017"). Foram analisadas três informações principais: orientações concluídas, artigos publicados (com respectivos ISSN dos periódicos em que foram publicados) e livros/capítulos publicados. Em paralelo, foram acrescidas à produção a classificação *Qualis*[4] (através da Plataforma Sucupira) de cada revista. Considerando os dados disponíveis pelo Documento de Área se quantificou a produção geral (A1- 100; A2- 85; B1- 70; B2- 60; B3- 40; B4- 30; B5- 10 e C- 0) e a produção qualificada.

Foram totalizados os somatórios para cada PPG e calculadas suas respectivas médias e desvios. Como a pontuação de livros e capítulos (B3-B4) é feita somente ao final do quadriênio vigente, foi considerada apenas sua produção total. Por fim, conforme as críticas e recomendações dirigidas a cada Programa, foram analisadas as mudanças ocorridas desde 2017 até novembro de 2018, em comparação com o diagnóstico traçado pela Comissão de Avaliação de Área, disponibilizado no Relatório e nas Fichas de Avaliação.

4 Este termo será aqui utilizado para referir a correspondência entre as publicações em periódicos científicos, segundo classificação de periódicos 2013-2016 na Área de Avaliação: Sociologia (*Qualis– Sociologia*), e sua respectiva pontuação segundo o documento de Área, ie: A1 = 100 / A2 = 85... Fonte: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf. Acesso em: nov. 2018.

3 Estudos de Caso

Entre os eixos centrais que orientam o processo de avaliação dos PPGs em seu papel de "examinar a qualidade da formação oferecida nos programas de pós-graduação" (CAPES, 2016, p. 9), há apontamentos direcionados ao processo de produção e divulgação de conhecimento com base na produção científica de docentes e discentes, tanto em seu volume quanto em sua concentração e sua qualificação. Há também indicações relativas às orientações (experiência e concentração), assim como no fluxo de dissertações e teses produzidas. Esta seção tem o objetivo de analisar evidências relacionadas às dimensões destacadas acima e observadas nos quatro PPG selecionados. Os dados públicos sistematizados dos PPGs são referentes à produção do quadriênio em curso, a partir de 2017 – até novembro de 2018.

A análise quantitativa será disposta em dois tópicos: a) Orientações: descrição do total de orientações quantificadas em cada PPG, assim como da amplitude do número de orientações por docentes; e b) Produção: descrição do total de publicações verificadas em cada PPG e o somatório dos pontos aferidos com a produção de artigos científicos, de acordo com o parâmetro Qualis para avaliação de periódicos. Em relação à segunda dimensão, também serão indicados o Total qualificado (B1-A1) somado nos PPGs observados, o desvio padrão relacionado com a divulgação da produção bibliográfica e a diferença entre as pontuações referentes à produção total e à qualificada. Também serão verificadas as produções em livros e capítulos. Neste último caso, mesmo sem aferir a pontuação correspondente, os totais parciais permitem inferência acerca desta parcela da produção, mostrando-se passível de comparação e projeção.

3.1 Orientações

Entre os parâmetros para avaliação, destaca-se o trabalho de orientação: tanto a quantidade, quanto a distribuição de orientações entre os membros do quadro permanente. Os dados disponibilizados pela Plataforma Lattes, por meio da consulta ao currículo de cada membro, apontam características das orientações concluídas (dissertações e teses) entre 2017 e novembro de 2018, período próximo à metade do atual ciclo de avaliação. Tais dados estão arrolados entre os Indicadores da Produção, sob o filtro "Pesquisar as produções a partir do ano:" <2017>.

Em relação ao PPG D, observaram-se 19 orientações concluídas. Todas referentes a dissertações. A abertura do curso de doutorado neste PPG traça relações com o último processo de avaliação (2013-2016). A proposta foi aprovada em 2018, não havendo ainda sequer turmas ingressantes. Quando considerado o número de dissertações por docente, observa-se considerável amplitude variando entre docente permanente que possui seis egressos (elevado, mas ainda dentro do limite), e aqueles sem registros de orientações concluídas no período. Observa-se concentração discreta. No entanto, em função do quadro permanente desse PPG ser composto por 16 membros, registrou-se, em média, uma orientação concluída por docente. Ao ampliar o escopo e analisar anos anteriores, parece estar em curso um processo gradual de maior distribuição das orientações, que sinaliza possibilidade de maior equilíbrio.

O PPG A somou 26 orientações de mestrado e 10 orientações de doutorado, totalizando 36 orientações concluídas entre 2017 e novembro de 2018. A amplitude no número de dissertações por docente varia entre zero e cinco, e entre zero e três, para teses. Ao investigar a média de orientações por docente permanente, isto é, a soma total de orientações verificadas, mestrado mais doutorado, dividida pelo número total de docentes permanentes do programa, registram-se aproximadamente duas orientações concluídas por docente, o que é considerado adequado pelo Documento de Área.

O PPG C concluiu 26 orientações de mestrado e 25 de doutorado, somando 51 egressos no período investigado. A amplitude de orientações concluídas varia entre zero e cinco. Em função desse quadro de pós-graduação ser formado por 27 docentes, a média de orientações por docente fica em torno de 1,9 – próxima à do caso anterior. Há orientadores "ociosos". De outro lado, outros membros são muito demandados. São valores considerados adequados pela Área e apresentam relativo equilíbrio, sem exceder o total recomendado pela CAPES, mas o processo de distribuição pode ser aprimorado.

Por fim, o PPG B totalizou 35 dissertações e 24 teses, somando 59 orientações concluídas. A amplitude de dissertações por docente varia entre zero e sete – o que revela considerável concentração. Em função de o PPG ser formado por 20 docentes permanentes, observou-se uma média elevada de orientações concluídas, em torno de três por docente, o que sinaliza, em alguns casos, total de orientações em curso (2 anos no mestrado e 4 anos no doutorado) superior à média indicada pela CAPES, que é de oito orientações

concomitantes por membro. A tabela seguinte sintetiza os dados ora descritos e ilustra o panorama dos PPGs analisados (2017-2018).

Tabela 1: Orientações concluídas (2017-2018)

	PPG A	PPG B	PPG C	PPG D
Membros quadro permanente	17	20	27	16
Orientações concluídas (Ms.)	26	35	26	19
Orientações concluídas (Dr.)	10	24	25	-
Orientações / membro	2,1	3	1,9	1,2
Desvio	1,39	1,75	1,19	1,56
Total geral de orientações	36	59	51	19

Fonte: Plataforma Lattes – nov. 2018. Tabulação própria.

Ao observar o conjunto dos PPGs, a amplitude em relação ao total geral de orientações é considerável. De um lado, há o PPG D, onde ainda não há turmas de doutorado egressas, somando 19 orientações concluídas e aproximadamente uma orientação por docente. Por outro lado, o PPG B totalizou 59 orientações, o que representa uma média por docente três vezes superior. O PPG B também foi o que apresentou maior desvio, o que sinaliza concentração de orientações – algo não recomendado. Observa-se que orientação não é uma dimensão de difícil atendimento aos critérios da Área, mas que permanece desafiadora e merece atenção perene por parte da gestão de cada Programa.

3.2 Produção científica

Como dito, a Plataforma Lattes é a principal fonte pública de informações disponíveis para aferir a produção científica dos PPGs. A CAPES considera tanto o total de produções quanto, principalmente, a qualidade da produção de docentes e discentes – membros do quadro permanente, discentes ativos e egressos recentes. Portanto, as consultas por currículo permitiram a sistematização dos traços da produção dos PPGs investigados, tendo como base a quantificação de livros/capítulos e artigos científicos publicados no último biênio (jan. 2017 a nov. 2018). Para efeito de análise do critério, será considerada apenas a produção dos docentes permanentes.

O PPG D registrou 20 capítulos/livros e 33 artigos publicados por seus 16 membros permanentes. O desvio padrão do conjunto de artigos publicados é igual a 2,57, o que é alto e superior à média (próxima a 2). Em relação ao Qualis total dos artigos, a pontuação alcançou 1655. Já a produção qualificada somou 1185 pontos, o que representa aproximadamente 72% da produção total – per-

centual elevado. Registrou-se uma diferença de apenas 470 pontos entre a pontuação da produção total e a da qualificada. A média do Qualis total por docente permanente do programa foi de 103 pontos, enquanto a média da produção qualificada foi de 74 pontos. O desvio padrão para a produção total foi de 143 pontos, e de 130 para a qualificada. Também neste quesito, observa-se desvio elevado (143), superior à média (103), o que sinaliza concentração. De fato, a amplitude da produção varia entre docentes que ainda não publicaram capítulos/livros e outros docentes com cinco ou mais produções, assim como docentes que não publicaram artigos e outros com nove publicações. Tanto o desvio padrão quanto a amplitude sinalizam concentração na produção, que deve ser objeto de atenção. Todavia, a expressiva pontuação qualificada e o elevado percentual da produção total que se qualifica nos estratos mais altos são sinais mais evidentes da produtividade acadêmica, o que é coerente com a sinalização da Ficha de Avaliação e a aprovação da proposta de doutorado no último APCN.

Em relação ao PPG A, foram registradas 29 publicações de capítulos/livro e 40 publicações em periódicos científicos por seus 17 membros permanentes. Foi 2,57 o desvio padrão referente ao conjunto dos artigos publicados, bem próximo à média, que foi 2,4 – o que também sinaliza concentração. A soma do Qualis total das publicações em periódicos gerou 1910 pontos, com média de 112 pontos por docente permanente e desvio padrão igual a 117 – mais um sinal de concentração. A produção qualificada somou 1020 pontos, pouco mais da metade da produção total, apontando para uma média de apenas 60 pontos por docente permanente e desvio padrão igual a 84 – concentração mais acentuada. A diferença entre a produção total e qualificada nesse PPG é alta (890 pontos) e a amplitude na produção varia muito entre os docentes, sendo observados vários sem produção qualificada (9) e alguns (poucos) mais produtivos de outro lado, com oito ou mais produções (artigos, capítulos/livros). Observa-se expressiva concentração e dependência do corpo permanente em relação a alguns de seus membros.

O PPG C registrou 36 publicações de capítulos/livros e 26 publicações de artigos. O Qualis total desse PPG somou 1560 pontos, e a produção qualificada, 1210 pontos – o que representa em torno de 4/5 da produção total. A diferença entre a produção total e qualificada é baixa, apenas 350 pontos. A média do Qualis total foi de 58 pontos por docente e o desvio padrão igual a 75. Já a média qualificada foi de 45 pontos, registrando desvio padrão de 72 –

o que expressa significativa concentração numa baixa produção individual. Em relação à amplitude de publicações, há docentes com nenhum artigo qualificado (18) e alguns docentes (5) com pelo menos cinco artigos qualificados mais capítulos/livros, no período observado. Em relação ao conjunto das produções, o desvio padrão foi de 0,94.

Por fim, o PPGB apresentou o total de 38 publicações de capítulos/livros e 44 publicações em periódicos científicos, sendo 2,14 o desvio padrão do conjunto de artigos entre seus 20 membros. O Qualis total dos artigos somou 1440 pontos, com média de 72 pontos por docente e desvio padrão de 79 pontos. Já a produção qualificada somou 820 pontos, com média de 41 pontos por docente permanente e desvio padrão igual a 56 – o que sinaliza produção relativamente baixa e concentrada. A diferença entre a produção total e a qualificada foi de 620 pontos. A amplitude da produção qualificada é significativa, com muitos docentes sem artigos publicados ainda (12) e outros poucos com muitos artigos – metade da produção qualificada do PPG está concentrada em apenas três membros.

A Tabela 2 sintetiza a discussão apresentada em relação à produção científica, especialmente: publicação de capítulos/livros e publicação de artigos em periódicos, classificados em estratos, conforme critérios e procedimentos do Sistema Qualis.

Tabela 2: Produção Científica (2017 – 2018)

	PPG A	PPG B	PPG C	PPG D
Quadro permanente (2016)	23	18	28	14
Quadro permanente atual	17	20	27	16
Total capítulos/livros	29	38	36	20
Desvio padrão	2,52	1,97	1,59	1,48
Média	1,7	1,9	1,3	1,3
Total de artigos publicados	40	44	26	33
Desvio padrão	2,57	2,14	0,94	2,57
Média	2,4	2,2	1,0	2,1
Pontuação Qualis – Total	1910	1440	1560	1655
Desvio Padrão	117	79	75	143
Média	112	72	58	103
Produção qualificada (A1-B1)	1020	820	1210	1185
Desvio Padrão (A1-B1)	84	56	72	130
Média (A1-B1)	60	41	45	74
Diferença Qualis total-qualif.	890	620	350	470
% Qualificado / Total	53,4%	56,9%	77,6%	71,6%

Fonte: Plataforma Lattes – nov. 2018. Tabulação própria.

Ao analisar o conjunto das observações, cabe em primeiro lugar destacar as alterações na composição do corpo docente no período. Isso tem reflexos diretos nas médias das produções e orientações por docente. Nos quatro PPGs considerados, foram observadas variações entre os membros permanentes, o que pode ser reflexo de práticas salutares de (re/des) credenciamento. No entanto, são recorrentes os casos sem nenhum registro de produção no biênio. De outro lado, foi também frequente a identificação de poucos membros produtivos, que apresentam considerável variedade e volume em suas publicações. Tais panoramas sinalizam concentração e dependência da produção científica desses PPGs em relação a alguns de seus membros.

O PPG D apresenta o melhor quadro, o que permanece refletindo seu status na última avaliação. Compartilha uma produção científica qualificada considerável. Na última avaliação, essa dimensão foi avaliada como boa. Os dados ora observados apontam uma tendência estável, com mais de 70% de sua produção total qualificada (A1-B1) e apresenta média, até agora, de pelo menos 74 pontos por docente. O PPG A, embora tenha a maior pontuação no Qualis total (1910), tem menos de 60% dessa produção divulgada em periódicos A1-B1, além de compartilhar considerável concentração de produção em poucos docentes do quadro permanente. A produção científica foi um dos itens que receberam mais atenção e sinalizações de alerta de melhoria na última avaliação. A elevação da produção total pode ser uma reação do PPG a esta recomendação, sem, no entanto, conseguir ainda qualificar esta produção em periódicos de maior impacto.

Quando considerada a relação entre a produção qualificada e a total, pode ser dado destaque ao PPG C, que qualificou mais de três quartos de sua produção total, com 77% dos artigos tendo sido publicados por revistas A1-B1. Cabe salientar que uma das recomendações da CAPES, para este PPG, no último processo de avaliação foi exatamente elevar a produção em periódicos A1-B1, o que sinaliza uma reação do PPG C na direção do alinhamento às diretrizes gerais que norteiam o SNPG e às recomendações das Comissões de Avaliação de Área e da CAPES.

O PPG B foi o que totalizou a menor produção científica entre os PPGs observados, tendo também apresentado o segundo menor percentual de produção qualificada em relação à produção total nos artigos publicados. Na última avaliação, foi recomendado ao PPG B atenção à média da produção qualificada por membro permanente. Os dados observados apontam para a

dificuldade de superação deste desafio, o que justifica a advertência, uma vez que foi a menor média de produção qualificada observada entre os casos analisados. Cabe lembrar ainda que, em relação às orientações, dimensão analisada anteriormente, observaram-se também situações de alerta em relação às médias e aos desvios registrados, com elevada amplitude e concentração de orientações por docente.

De modo geral, as observações dos dados públicos dos PPGs sistematizadas nas tabelas desta seção apontam para algumas estabilidades. Sinalizam também mudanças, majoritariamente, positivas. Somam-se a elas as outras observações destacadas anteriormente: algumas mudanças discretas na estrutura e alterações na composição do corpo permanente. Há sinais de transformações no funcionamento e nas práticas dos PPGs, indicando esforços na direção do alinhamento com as diretrizes gerais e as recomendações expressas. No entanto, em geral são mudanças ainda tímidas, se considerado o tempo (metade do quadriênio em curso) e seus efeitos – alterações ainda discretas e sem grande capacidade de afetar os resultados dos PPGs em curto prazo.

4 Considerações finais

O cenário observado retrata empiricamente boa parte das hipóteses instruídas pela literatura analisada. A expansão do ensino superior, principalmente após a promulgação da LDB em dezembro de 1996, caracterizou-se pela forte participação privada e foi acompanhada por medidas regulatórias do MEC na direção de elevar as exigências de titulação e qualificação. Observou-se neste mesmo período a expansão da pós-graduação *stricto sensu*, notadamente em instituições públicas, mas, ao contrário do observado nos anos 1970, desta vez em caráter muito mais vascularizado, com novas instituições, menores, mais periféricas e com diferentes perfis institucionais, neófitas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação. Tal expansão acentuou-se com a implementação do REUNI, já neste século, que não só expandiu a graduação e a pós-graduação como também ampliou e distribuiu mais as IFES no território nacional. Tal expansão pública levou a diferentes regiões um rol novo de quadros qualificados aptos e motivados a desenvolver ações de expansão e proposição de novos PPGs.

A possibilidade de Programas Multi-Institucionais também marcou este contexto. Algumas áreas (como Ciências da Computação) apontavam, já em

2001, sobre o que poderia vir a ocorrer nos anos subsequentes. Os cursos de pós-graduação inter e multi-institucionais (conveniados entre universidades) foram apoiados como instrumentos para essa expansão (CAPES, 2001). O mesmo foi objeto de maior atenção por outras áreas, como Demografia e Direito, que chegaram a recomendar a estratégia de desenvolvimento de "programas multi-institucionais para suprir as carências regionais" (CAPES, 2001, p. 34). No entanto, não houve muitas experiências multi-institucionais na Área de Sociologia, sendo mais comuns os mestrados e doutorados interinstitucionais (Minter/Dinter) entre uma instituição periférica e outra central, o que reitera as posições relativas no campo e possíveis laços de dependência, nucleação e articulação satélite. Tais possibilidades e recomendações permanecem atuais em contextos mais frágeis, em transição ou em crise conjuntural.

A dificuldade na produção científica qualificada e internacional, em um contexto de aumento da exigência de produtividade e maior concorrência com quadros e instituições já estabelecidas, é um desdobramento de PPGs baseados em instituições com número reduzido de professores, o que eleva a carga de trabalho e a responsabilidade sobre esses poucos. Esse cenário dialético produziu, com efeito, um horizonte promissor de ampliação de programas e consequentes oportunidades de elevação da qualidade e da produção científica, além de outros efeitos desejáveis, que, no entanto, foram também acompanhados por situações (minoritárias) de crise.

Alguns PPGs não conseguiram acompanhar de forma paritária e concomitante tais avanços, o que levou ao descredenciamento de alguns programas (2), descredenciamento de alguns cursos de doutorado (3), diminuição da nota de outros (4), recomendações de visita e outros apontamentos que sinalizam situações mais desafiadoras, em contraste com a tendência geral da área de elevação das notas, reflexo de seus esforços para elevação da qualidade, o que marcou a ascensão na nota de quinze (15) PPGs na última Avaliação Quadrienal.

As evidências corroboraram as hipóteses instruídas no trabalho. PPGs mais periféricos enfrentam mais desafios no atendimento dos parâmetros do SNPG e no alinhamento aos critérios de avaliação da CAPES. Não sem motivo são exatamente os PPG com Instituições mais centrais e tradicionais que alcançam os estratos mais elevados, com notas 6 e 7. A composição e estabilidade de um corpo docente experiente e produtivo parece ser chave

para os programas que obtiveram melhores resultados, como a elevação de nota – o que merece ser objeto de estudos futuros. Observa-se também a atração de docentes de outros departamentos, que não apenas Sociologia/Ciências Sociais, na composição desses quadros.

A organização do trabalho coletivo é favorecida ao considerar fatores institucionais e práticos que, de fato, marcam contextos periféricos, impondo desafios, restrições, sobrecargas e limites que merecem ser considerados ao planejar o trabalho coletivo em longo prazo. Entre os PPGs analisados, observaram-se esforços no atendimento das recomendações expressas pela Comissão de Avaliação em suas Fichas. Além disso, sinalizaram-se também outras iniciativas institucionais que podem ser promissoras nos próximos anos, como a implementação de processos de (re/des) credenciamento, com seu papel estratégico no recrutamento, na atração de quadros produtivos e no estímulo a manterem padrões de colaboração, parceria e partilha dos ônus da pós-graduação (produção científica, captação de recursos, orientações etc.).

Referências

ADORNO, Sérgio; RAMALHO, José Ricardo. (2018), "A pós-graduação em sociologia e a experiência de avaliação da CAPES". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, pp. 27-57.

BARREIRA, Irlys; CÔRTES, Soraya; LIMA, Jacob Carlos. (2018), "A sociologia fora do eixo: diversidades regionais e campo da pós-graduação no Brasil". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n.13, pp. 76-103.

CAPES. (2001), Boletim informativo da CAPES. Pós-graduação: enfrentando novos desafios. Boletim Informativo. Brasília: CAPES, v. 9, n. 2 e 3, pp. 7-14. Disponível em: <http:// www.capes.gov.br/documentos/infocapes> Acesso em: 09 nov. 2018.

CAPES. (2010), Plano nacional de pós-graduação (PNPG) 2011-2020. Online. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/plano-nacional-de-pos-graduacao>. Acesso em: 09 nov. 2018.

CAPES. (2016), Documento de Área 2016. Área de Avaliação: Sociologia. Online. Disponível em: http://www.capes.gov.br/component/content/article/44--avaliacao/4684--sociologia. Acesso em: 29 nov. 2018.

DWYER, Tom; DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Ligia; FRAGA, Eugenia. (2013), "Esboço de uma morfologia da sociologia brasileira: perfil, recrutamento, produção e ideologia". Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, pp. 147-178.

DYE, Thomas R. (2013), Understanding public policy. 14. ed. Boston: Pearson.

LIMA, João Carlos; CÔRTES, Soraya Maria Vargas. (2013), "A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais". Civitas, v. 13 n. 2, pp. 416-435.

MAGRONE, Eduardo; TAVARES JÚNIOR, Fernando. (2014), "A 'accountability' como fator de instabilidade do pacto educacional brasileiro". Educação em Foco, v. 36015, pp. 13-50.

MARTINS, Carlos Benedito. (2018), "As origens da pós-graduação nacional (1960-1980)". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, pp. 9-26.

MELO, Marina; BERNARDO, Ana Cláudia; GOMES, Selefe. (2018), "As teses da área de Sociologia no Brasil: padrões de inflexões temáticas e metodológicas". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, pp. 58-75.

NEVES, Clarissa Eckert Beata; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (2018), "A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 13, pp. 104-121.

SCALON, Celi; MISKOLCI, Richard. (2018), "Internacionalização: balanço e desafios para a sociologia brasileira". Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, pp. 122-135.

Submetido em 26 de dezembro 2018
Aprovado em 10 de abril 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.417

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Tomada de posição no legislativo brasileiro: análise sociológica sobre o caso da comissão de meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Position-taking in the brazilian legislative: sociological analysis on the case of the environment and sustainable development commission

Carolina Pimentel Corrêa*
Virgílio Borges Pereira**

RESUMO

Nesse trabalho, defendemos que o processo legislativo é composto por dois momentos: tomada de decisão e tomada de posição. A partir da sociologia política, propomos uma tipologia, baseada na teoria de Pierre Bourdieu, para observar a tomada de posição dos agentes políticos – o modo como se posicionam em seus discursos. O recorte empírico refere-se à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados Brasileira. Investimos na triangulação de dados e utilizamos: (1) áudios das audiências públicas realizadas pela Comissão no período de 2004 a 2015, (2) relatórios anuais da Comissão e (3) entrevistas com deputados. O objetivo foi verificar se as tomadas de posição seguiam uma orientação de tipo partidária, setorial ou pessoal. Os resultados apontam para um forte predomínio do tipo de tomada de posição setorial.
Palavras-chave: Campo político brasileiro. Tomada de posição. Política ambiental.

* Doutora em Sociologia pela Universidade do Porto (Portugal). É Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é Pesquisadora de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. carolpimentelcorrea@gmail.com

** Professor Associado com Agregação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Portugal), onde leciona desde 1994, e Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade Porto - Centro de Pesquisa do Sistema Científico e Tecnológico Nacional que dirigiu entre 2010 e 2015. Colabora, desde 2003, com a Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal. jpereira@letras.up.pt

ABSTRACT

In this paper, we argue that the legislative process consists of two moments: decision-making and position-taking. From political sociology perspective, we propose a typology, based on Pierre Bourdieu's theory, to observe the position-taking of political agents – the way they position the ideas in their discourses. The empirical analysis refers to the Commission of Environment and Sustainable Development of the Brazilian Chamber of Deputies. We have invested in a 'data triangulation' and used: (1) public hearings conducted by the Commission in the period 2004 to 2015, (2) annual Commission reports and (3) interviews with Members of this Commission. The aim was to verify whether positions were followed by a partisan, sectoral or personal orientation. The results point to a strong predominance of the sectorial position-taking type.
Keywords: Brazilian political field. Position-taking. Environmental policy.

Introdução[1]

A agenda de pesquisa sobre estudos legislativos no Brasil iniciou-se, de forma mais sistemática, a partir da década de 1990. Tal agenda sofreu forte influência norte-americana e, consequentemente, aderiu ao paradigma neoinstitucionalista da escolha racional. Para os autores que protagonizaram a agenda de pesquisa em questão, os agentes políticos atuam de modo racional-instrumental, visando à maximização dos ganhos pessoais diante de regras impostas pela estrutura institucional e que constrangem sua ação. As principais pesquisas empreendidas observaram o processo decisório parlamentar e ressaltaram, em trabalhos empíricos, de modo pioneiro, a importância da vertente partidária tanto no poder de agenda dos líderes de partidos como nos poderes legislativos do Presidente da República (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Os estudos mais específicos, voltados às Comissões Legislativas da Câmara dos Deputados, seguiram o mesmo registro analítico e constataram a importância da coesão partidária e/ou da especialização dos parlamentares no processo de formação das Comissões (PEREIRA; MUELLER, 2000; SANTOS, 2002; MÜLLER, 2005).

1 Este trabalho decorre de uma investigação mais ampla desenvolvida na tese de doutoramento da autora Carolina Pimentel Corrêa, orientada pelo também autor deste artigo Professor Virgílio Borges Pereira. A tese foi realizada no âmbito do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, financiada pelo Programa *Erasmus Mundus*. Agradecemos todas as sugestões apresentadas pelos pareceristas anônimos que contribuíram imensamente para o aperfeiçoamento deste trabalho.

As contribuições de tal agenda de pesquisa para o alargamento do conhecimento científico sobre a realidade política e social brasileira são inegáveis. Todavia, em função da orientação teórica e metodológica seguida por esses estudos, o processo legislativo foi sendo lido a partir de um ponto de vista voltado para a tomada de decisão dos parlamentares. A maioria dos autores não observou a origem das preferências dos agentes políticos, em que medida a racionalidade instrumental realmente orienta suas ações ou, então, que outros momentos fazem parte do processo legislativo, como os discursos e a comunicação parlamentar. Além disso, os trabalhos priorizaram modelos de análise quantitativos. Assim, a teoria tradicional sobre os estudos legislativos no Brasil inovou e apresentou contribuições importantes no que se refere à compreensão das tomadas de decisão, mas não se dedicou a observar, especificamente, outro momento do processo legislativo: a tomada de posição – baseada em discursos, debates e pronunciamentos.

As implicações decorrentes de abordagens do processo legislativo mais orientadas para a tomada de decisão não têm escapado a alguns dos analistas mais vinculados ao neoinstitucionalismo e à teoria da escolha racional (PERES; CARVALHO, 2012; NASCIMENTO, 2012; MOREIRA, 2016). Alega-se que os estudos legislativos tradicionais se restringiram demais à arena legislativa stricto sensu e às suas regras internas, que condicionam as estratégias dos atores, desconsiderando-se a influência de outras arenas – como a judiciária e a da organização partidária externa ao parlamento (PERES; CARVALHO, 2012). Afirma-se, também, que as teorias positivas sobre o legislativo foram produzidas para explicar o fenômeno nos Estados Unidos, mas seus conceitos não são plenamente universalizáveis para outros casos e contextos históricos e institucionais (NASCIMENTO, 2012). Alega-se ainda, mais recentemente, que os estudos tradicionais não levaram em conta a comunicação parlamentar, seus discursos durante as seções em plenário, inclusivamente durante os processos decisórios, o que mostraria que a atividade parlamentar não se reduz à proposição e à aprovação de leis (MOREIRA, 2016).

Não obstante, mesmo esses pesquisadores críticos dessa abordagem mais específica, embora insatisfeitos, apresentam alternativas que, de um modo geral, mantêm várias propriedades da teoria da escolha racional. Estudos como os de Inácio e Rennó (2009), Santos e Almeida (2011), Araújo e Sil-

va (2012), Freitas (2016) atualizam o debate sobre o processo legislativo e tentam, de certa forma, superar algumas lacunas dos estudos legislativos tradicionais. Alguns desses autores sugerem caminhos alternativos, a análise de outros tipos de dados, a inclusão de outras esferas institucionais, mas nenhum deles chegou a propor uma mudança mais substantiva, a de que o avanço nos estudos legislativos demanda uma mudança na cosmologia que concebe o fenômeno político.

A posição que adotamos nesse trabalho é a de procurar construir um percurso de pesquisa complementar que permita analisar o processo legislativo de um modo mais integrado. Consideramos que tal processo não pode ser satisfatoriamente entendido com análises que se restringem aos momentos de deliberação e de voto (tomada de decisão). O processo legislativo também é formado por momentos de diálogo, de discurso e de debate (tomada de posição). O reconhecimento da existência, bem como a análise, desses dois momentos faz-se muito importante. Portanto, a fim de apresentar um enfoque complementar aos estudos legislativos tradicionais, esse trabalho dedica-se à análise das tomadas de posição a partir de uma abordagem teórica inspirada na sociologia política. Ao operacionalizar conceitos da teoria do campo político de Pierre Bourdieu, propomos um modelo teórico-metodológico, materializado numa tipologia, para observar analiticamente a tomada de posição dos parlamentares na formulação de diferentes políticas dentro do Legislativo brasileiro.

Em termos empíricos, entende-se que, no âmbito do Congresso Nacional Brasileiro, as Comissões Permanentes, como as da Câmara dos Deputados, são o principal espaço em que os parlamentares podem discursar e debater livremente a respeito de determinadas políticas, permitindo-lhes tomar posição sobre estas. Além disso, as Comissões, enquanto órgãos técnicos e especializados, representam o maior canal de interface do Legislativo com a sociedade, pois realizam audiências públicas que permitem interação com grupos societários. Por conseguinte, o recorte de pesquisa utilizado nesse trabalho toma por referência a atuação de uma Comissão Permanente da Câmara dos Deputados, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), no período de 2004 a 2015[2]. As políticas de meio

2 A escolha da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável como universo da análise deve-se a quatro fatores. O primeiro é a posição de destaque do Brasil no cenário da governança global ambiental, pois o país abriga 60,1% da floresta Amazónica e

ambiente envolvem questões polêmicas e conflitos entre diversos grupos sociais e econômicos, além de lidarem com a dificuldade de encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade social e ambiental. Diante disso: como é que os deputados se posicionam frente às pressões que sofrem de seus partidos, de quem os apoia financeiramente e do eleitorado, quando as políticas ambientais são debatidas nesse espaço político? Para responder a tal indagação, investimos na construção de um modelo de análise de pendor qualitativo, recorrendo a métodos e técnicas que permitem inventariar e observar as particularidades de uma tomada de posição a partir de uma abordagem tipológica.

Não se tratando de um estudo explicativo convencional – que é aquele que tem como objetivo central detectar associação entre variáveis –, a presente pesquisa envolve um trabalho de objetivação, no sentido bourdieusiano da palavra (BOURDIEU, 1993), das tomadas de posição dos parlamentares, cuja função é nortear a coleta e a análise dos dados. Num tal quadro de trabalho, a hipótese de pesquisa subjacente é a seguinte: na CMADS, os parlamentares tendem a tomar posição mais vinculada a interesses setoriais do que aos interesses partidários porque não são submetidos ao controle mais rígido de seus partidos. Sem esse controle, o ajustamento das disposições dos parlamentares à situação de funcionamento da comissão sugere que o parlamentar sinalize favoravelmente as suas opções para a sua base de apoio, mostrando estar compromissado com seus interesses.

Se a hipótese de trabalho for verificada[3], os dados apontarão para um

aproximadamente 16% das águas doces do planeta (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2010). A segunda justificativa é o tamanho do conflito político, nacional e internacional, que envolve as questões ambientais. A terceira refere-se ao fato de que as políticas ambientais envolvem grande complexidade devido aos obstáculos e pontos de estrangulamento que impedem sua sustentabilidade, como a vasta extensão territorial brasileira, a influência de *lobbies* políticos, a descontinuidade de políticas locais, a mudança de mandatos políticos, o desafio de conciliar demandas energéticas com os imperativos de qualidade ambiental, a falta de recursos humanos qualificados na área de gestão ambiental, as limitações fiscais do Estado e as fortes pressões dos movimentos sociais (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). Finalmente, a quarta justificativa sustenta-se na pouca quantidade de estudos a respeito da formulação de políticas ambientais.

3 Deve ser observado, porém, que essa hipótese aponta para uma expectativa que pode ser verificada, mas não assegura que o mecanismo explicativo proposto – relação entre comportamento e controle partidário – seja comprovado por teste empírico. Isso porque a variável "controle partidário" é antes pressuposta do que submetida a teste, uma vez que não há dados para isso. Então, a descrição da variável *tomada de posição* será como orientação de uma hipótese de trabalho que serve para a comprovação ou não de uma expectativa, mas não como um teste estatístico que busca uma correlação entre valores de duas ou mais variáveis.

sentido contrário do indicado pelos achados dos estudos legislativos tradicionais (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 2000; MÜLLER, 2005), que mostraram que os partidos são a variável central para explicar o comportamento parlamentar. Assim, teremos evidências de que o momento de tomada de posição é independente do de tomada de decisão e é igualmente relevante no processo legislativo. Inclusive, as Comissões, ainda pouco estudadas, mostrar-se-ão assim mais sujeitas às pressões de setores sociais, de grupos de lobbies, de associações de interesse, seja nas suas atividades fechadas, seja nas Audiências Públicas. Portanto, os interesses setoriais seriam a variável associada às tomadas de posição.

Assim, num primeiro momento do artigo, revisitamos a teoria do campo político e o estudo das tomadas de posição de Pierre Bourdieu. Na segunda parte, propomos um modelo de análise sociológica das tomadas de posição no legislativo brasileiro, discutindo, seguidamente e num terceiro momento, os contornos de uma abordagem tipológica das tomadas de posição. Um quarto momento, centrado, exclusivamente, na apresentação e análise dos dados, estuda a CMADS e as tomadas de posição dos deputados a propósito do código florestal brasileiro e da implementação de usinas hidrelétricas no país. Por fim, apresentamos as considerações finais que apontam para uma agenda de pesquisa renovada sobre o processo legislativo.

1 Uma incursão na abordagem sociológica do campo político de Pierre Bourdieu

A compreensão sociológica da tomada de posição de um agente político não dispensa a observação do fenômeno a partir de uma abordagem diferente daquela que é habitualmente utilizada pelos estudos legislativos, uma abordagem que se afaste das premissas do individualismo metodológico e que permita compreender o comportamento do agente a partir de questões alternativas. No enquadramento da sociologia política, consideramos que a teoria e os conceitos de Pierre Bourdieu são capazes de orientar tal propósito.

A oposição entre ação e estrutura está presente tanto na Ciência Política quanto na Sociologia. Na Ciência Política, o paradigma neoinstitucionalista buscou solucionar tal dicotomia ao propor a articulação da estrutura com a agência num único modelo teórico, como uma síntese dos dois paradigmas anteriores (o institucionalismo antigo e o comportamentalismo). Dentro do

neoinstitucionalismo da escolha racional, que influenciou os estudos legislativos, essa solução analítica resultou numa abordagem que integra os agentes no quadro explicativo, mas que os perspectiva somente a partir de seus atos racionais, retratando as relações que mantêm com as instituições num registro exclusivo de maximização de seus ganhos.

Na Sociologia também existiram teorias de síntese que visavam superar uma dicotomia semelhante. Bourdieu foi um dos autores que buscou integrar na mesma abordagem aspectos da estrutura social e da ação individual. Para resolver tal oposição de perspectivas, Bourdieu desenvolveu uma teoria da prática, entendida como o produto da relação dialética entre a ação e a estrutura (BOURDIEU, 2002)[4]. A partir de um quadro teórico que englobava as noções de prática, habitus, capital e campo, Bourdieu conseguiu encontrar uma resposta para "o problema da adequação entre ação subjetiva e objetividade da sociedade, uma vez que todo ator age no interior de um campo socialmente pré-determinado" (ORTIZ, 1983, p. 19). Tais noções permitiram que Bourdieu enxergasse relacionalmente as dinâmicas reprodutivas e transformadoras da sociedade e percebesse o mundo social como constituído a partir de um processo ininterrupto de lutas entre agentes sociais, que tendem a conservar ou a transformar a sua estrutura (BOURDIEU, 2003).

Ao romper com o individualismo metodológico e, consequentemente, com as premissas da teoria da escolha racional, Bourdieu entendia a relação entre estrutura e ação a partir de um enfoque alternativo. Com recurso ao conceito de habitus, o autor procurou demonstrar que todo o seu trabalho consistia em refutar o reducionismo teórico envolvido naquelas premissas (BOURDIEU, 2017). De acordo com a sua formulação, os agentes sociais possuem um complexo sistema de disposições que influencia as suas práticas e os diferencia em termos de posicionamento no espaço social. Aprofundando esse raciocínio, Bourdieu relevava a importância da "relação de cumplicidade ontológica entre o habitus e o campo" (BOURDIEU, 2008, p. 143), colocando o estudo das relações entre as disposições dos agentes e o posicionamento destes no espaço social no centro do esforço de objetivação sociológica (BOURDIEU, 2001; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Nesse sentido, as ações do agente, para Bourdieu, não podem deixar de ser lidas

4 Para desenvolvimentos suplementares sobre esta questão, ver também Pinto (2002) e Ritzer (2001), entre outros.

relacionalmente a partir da posição que esse agente ocupa no campo, pelo modo como se constitui o seu habitus e tendo presente a distribuição dos diferentes tipos de capital que o agente incorpora nessas relações. O plano interpretativo torna-se, assim, mais amplo.

Ao atentar para os fenômenos que envolvem a vida política, o modelo de análise desenvolvido por Bourdieu também possibilitou que o autor teorizasse a respeito do que chamou de campo político, relevando a importância de noções afins, como capital político e tomada de posição. O campo político, para Bourdieu (1989, p. 164), é entendido "ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento". Bourdieu (2011, p. 195) explica que o campo político, como um "microcosmo", é "um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social". As relações, ações e processos, segundo Bourdieu (2011), se revestem, no campo político, de um modo particular. É um campo que possui as suas próprias leis, diferentes das leis do restante mundo social. O autor explica que os critérios existentes dentro do campo político são próprios de sua configuração, de modo que não teriam validade num "microcosmo" vizinho:

> Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria (...) implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos (BOURDIEU, 2011, p. 199).

Ao propor a noção de campo político, Bourdieu pressupõe que o agente que se move neste seja dotado de formas particulares de habitus e de capital políticos. Com base nestes últimos, o agente é capaz de sustentar tomadas de posição dentro daquele "microcosmo". As tomadas de posição, na teoria de Bourdieu, referem-se às escolhas e estratégias dos agentes sociais nos diferentes domínios da prática (BOURDIEU, 1989; 2008; 2010) e com significado acrescido no domínio da prática política:

> Uma das caraterísticas mais determinantes das escolhas políticas reside, com efeito, no facto de fazerem intervir, mais do que todas as outras escolhas obscuras e profundas do habitus, a representação mais ou menos explícita e sistemática que se tem do mundo social, da posição que se ocupa nele e que se deveria ocupar, e o discurso político, quando existe enquanto tal, é geralmente apenas a expressão mais ou menos eufemizada e universalizada – e sempre não reconhecida aos próprios olhos daqueles que o sustentam – dessa representação (BOURDIEU, 2010, pp. 663-664).

Articulada com o estudo da inscrição no espaço social, a análise sociológica da tomada de posição assume, nesta perspectiva, uma ampla importância. Ela permite verificar que a relação entre espaço de posições e espaço das tomadas de posição não é mecânica, envolvendo estratégia, o que permite compreender com maior profundidade as lutas desenvolvidas pelos agentes na conservação ou na transformação das estruturas dominantes dentro de um campo (BOURDIEU, 2001).

2 Um modelo de análise para o estudo sociológico das tomadas de posição no legislativo brasileiro

A concepção de Bourdieu a respeito do fenômeno político serviu como ponto de partida para que criássemos, nesse trabalho, um modelo heurístico próprio, susceptível de permitir a observação sociológica do campo político brasileiro e, principalmente, do modo de estruturação do processo legislativo no seu interior. Nesse sentido, foi necessário adequar os conceitos e noções cunhados pelo autor, a fim de aplicá-los a uma realidade empírica específica como a brasileira, que não tinha sido prevista e/ou contemplada pela teoria original[5]. Com efeito, quando Bourdieu sustenta que o campo político é um espaço de tomada de posição, ele viabiliza um caminho diferente para pensar a realidade política brasileira, um caminho mais abrangente e

5 Como é bem sabido, a teoria do Bourdieu tem vindo a servir como orientação teórica para diferentes trabalhos no domínio da sociologia política. Muitos foram os autores que se dedicaram a aprimorar seus conceitos e a apontar os caminhos analíticos passíveis de serem construídos a partir da sua obra. Na sequência das pesquisas que o próprio Bourdieu consagrou ao Estado, e entre os mais recentes desenvolvimentos, podemos registrar como exemplo os trabalhos de Dubois (2014), Jurt (2014), Genet (2014), publicados em um número especial da Revista *Actes de la recherche en sciences sociales*.

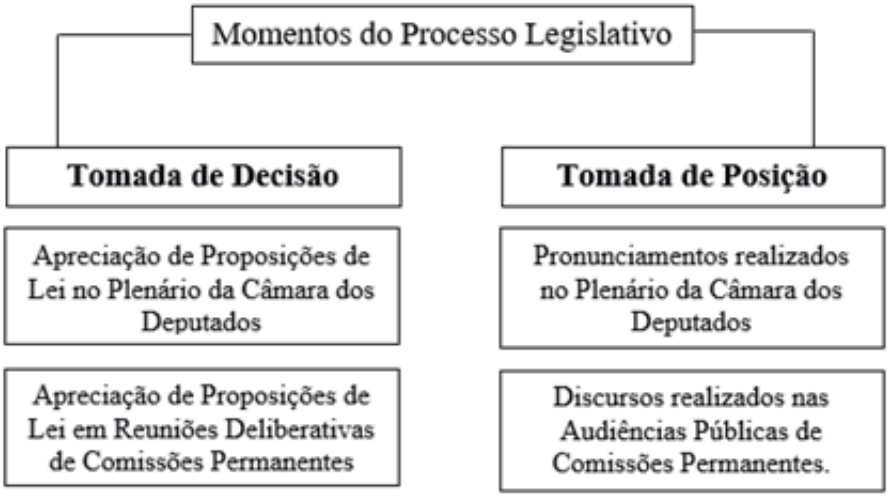
que não se limita a captar decisões e escolhas. É, neste quadro e assim, que nos propomos interrogar as tomadas de posição e as tomadas de decisão no campo político brasileiro, particularmente, no processo legislativo conduzido pela Câmara dos Deputados.

O cientista político norte-americano David Mayhew deu também grande importância aos processos de "tomada de posição" (position-taking), sendo um dos primeiros autores da ciência política a teorizar a seu propósito. De acordo com Mayhew (2004), a reeleição pode ser considerada uma das principais motivações individuais do político. Dessa forma, os congressistas se envolvem constantemente em atividades relacionadas com a reeleição. Tomando por referência tal perspectiva, Mayhew apresenta uma tipologia com três atividades principais: advertising, creditclaiming e position-taking. Assim, o autor percebe que a tomada de posição é um aspecto de destaque no contexto político, mas, ao definir o seu âmbito, não se preocupou em separá-lo dos momentos de tomada de decisão, de deliberação e de voto. O autor define tomada de posição como: "the public enunciation of a judgmental statement on anything likely to be of interest to political actors. The statement may take the form of a roll call vote" (MAYHEW, 2004, p. 61). Todavia, defendemos, nesse trabalho, que os dois momentos precisam ser observados dentro de suas particularidades, pois o momento do discurso (tomada de posição) dentro de uma audiência pública, por exemplo, pode sustentar um posicionamento diferente daquele assumido pelo político nos momentos de deliberação (tomada de decisão). Portanto, Mayhew parte de uma frutífera ideia sobre a tomada de posição dos políticos e constrói uma tipologia que pode facilitar a análise do comportamento parlamentar, mas o autor não desenvolve sua teoria a ponto de explorar as diferenças entre tomada de posição e tomada de decisão. Além disso, Mayhew segue uma orientação teórico-metodológica pautada pela teoria da escolha racional, o que restringe o seu argumento.

A tomada de posição precisa ser entendida como um momento do processo legislativo que é independente, mas interconectado com a tomada de decisão. A tomada de posição é aqui entendida como um momento em que os parlamentares sinalizam um posicionamento – debatem, discutem, questionam e confrontam outros agentes políticos por meio de um discurso, um momento no qual podem jogar o jogo político com mais liberdade. Estas tomadas de posição podem ser observadas quando os parlamentares realizam seus pronunciamentos no Plenário da Câmara dos Deputados ou

quando realizam discursos dentro das audiências públicas realizadas nas Comissões Permanentes que compõem a Câmara dos Deputados. A tomada de decisão, por sua vez, é a altura do processo legislativo em que os agentes políticos firmam um posicionamento por meio do voto, manifestam uma decisão em momentos como as Apreciações de Proposições de Lei, em Plenário ou dentro de Reuniões Deliberativas que acontecem nas Comissões Permanentes.

Figura 1 - Tomadas de Posição e Tomadas de Decisão na Câmara dos Deputados



Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, não se pode observar o modo como os parlamentares votam em Plenário e concluir que o comportamento desses agentes se refere a todo processo legislativo. Tal posicionamento significa que se deixa de perceber parte da complexidade que o poder Legislativo suporta e que deve merecer atenção adicional no caso brasileiro. Ao se deter nas tomadas de decisão, despreza-se um momento importante dentro do processo legislativo, no qual o parlamentar tende a construir o seu discurso e a se comunicar com a sociedade e com os demais agentes políticos. Portanto, a identificação dos diferentes momentos de tomada de posição e de tomada de decisão faz-se importante porque uma e outra podem não coincidir.

Podem tomar-se como exemplo as votações nominais que existem no Plenário da Câmara dos Deputados. Normalmente, o líder do partido é o

primeiro representante a votar, a fim de sinalizar a intenção do partido para os demais membros. Muitas vezes, o partido "fecha questão", isto significa que existe uma pré-orientação para que toda a bancada daquele partido vote de determinado modo. Quando isso acontece, pode existir uma tensão entre a tomada de posição e a tomada de decisão de um parlamentar: ele pode ter sinalizado, em seus discursos no Plenário, um posicionamento diferente do escolhido por seu partido, mas precisará votar de acordo com a decisão indicada pelo líder partidário – o que explica o fato de alguns parlamentares não seguirem tal orientação, isto é, não assumirem uma disciplina partidária. Quando o líder do partido "libera a bancada" nas votações, quando não "fecha questão", os deputados não enfrentam a tensão de confrontar a sua tomada de posição com a tomada de decisão. A tomada de posição se traduz, assim, em um momento no qual o deputado pode sinalizar a sua posição para o setor que ele representa, para a sua base eleitoral.

3 A proposta de uma tipologia de tomadas de posição

Na teoria de Bourdieu, o princípio da tomada de posição de um agente político está diretamente relacionado à sua posição (construída através da combinação de diferentes tipos de capital) no campo político. Conforme salientou em diferentes obras, para Bourdieu, a relação do agente e do partido com os eleitores é a razão pela qual o campo político não pode se autonomizar por completo, pois existe um papel de representatividade que dá suporte ao funcionamento do campo político (BOURDIEU, 1989; 2011). Bourdieu, portanto, acreditava na importância do estudo da relação entre a tomada de posição e a posição ocupada no campo, sendo que, no campo político, a base eleitoral e a origem social deveriam ser objeto de atenção especial. No entanto, e ainda que tenha fornecido importantes pistas teóricas para o desenvolvimento de pesquisa sociológica sobre estes processos e realizado importantes pesquisas sobre a estruturação do campo do poder e das classes dominantes em França (BOURDIEU, 1989, 2001a), o autor não elaborou estudos sociológicos específicos sobre as determinações sociais da tomada de posição de agentes políticos e parlamentares concretos em termos análogos aos sugeridos pelo seu programa teórico. Em todo o caso, têm sido frequentes as abordagens de autores inspirados pela sociologia do

campo político de Bourdieu, os quais têm procurado desenvolver estudos empíricos sobre os processos de tomada de posição de diferentes categorias de agentes políticos e das suas relações com a sociedade (cf., entre os mais recentes, LAURENS, 2015). Prolongando essa linha de análise, propomos, então, um modelo de análise que tem como objetivo perceber como se configuram as tomadas de posição dos parlamentares. Partindo da importância que Bourdieu atribui à base eleitoral, aos partidos e à origem social dos agentes políticos, procuramos perceber se a tomada de posição dos parlamentares assume uma perspectiva setorial, partidária, pessoal ou indefinida.

Uma tomada de posição pode ser considerada setorial quando o parlamentar demonstra estar a discursar em prol de um grupo, um movimento, uma frente parlamentar, uma organização ou outra representação societal que pode estar associada (ou não) a uma limitação geográfica ou região ligada à base eleitoral do agente político. Por exemplo, um deputado pode apresentar uma tomada de posição setorial que represente os ribeirinhos de uma barragem específica no Estado de Minas Gerais; ou representar os proprietários rurais como uma categoria nacional; pode ainda discursar em prol dos aposentados; pode defender os interesses dos ambientalistas; das minorias; das mulheres; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) etc.

Uma tomada de posição pode ser considerada partidária quando o parlamentar faz alusão ao seu partido, isto é, quando destaca o posicionamento do seu partido e assume os interesses partidários como sendo os seus. Uma tomada de posição partidária também pode ser identificada no momento em que os parlamentares apresentam um posicionamento que faz referência a relação "governo e oposição". Por exemplo, um deputado pode defender a importância de se investir em fontes de energia renováveis para justificar que o seu partido tem trabalhado nesse sentido e investido na promoção destas políticas públicas. Noutra situação, um parlamentar pode apresentar sua tomada de posição ao afirmar que "nós do Partido X estamos trabalhando para que as populações pobres da Amazônia tenham maior visibilidade dentro das políticas sociais implementadas pelo governo".

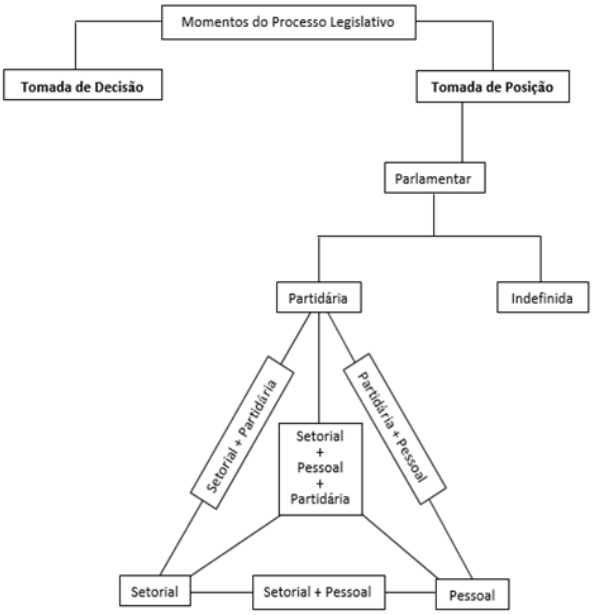
Uma tomada de posição pode ser entendida como pessoal quando se observa a presença de interesses pessoais do deputado em seu discurso. Além disso, enquadra-se como pessoal aquela tomada de posição que se baseia na

trajetória política e pessoal do agente ou na expertise, na carreira profissional. Por exemplo, um deputado pode salientar o fato de ter nascido na zona rural, de ter se tornado agricultor e por isso conhecer a importância das políticas públicas que atendam estas regiões e estes trabalhadores. Outro deputado pode afirmar ter pautado toda a sua trajetória política na defesa dos diretos humanos e por isto ter amplo conhecimento sobre o assunto defendido.

Uma tomada de posição considerada indefinida raramente aparece nos discursos dos parlamentares, porque, ao se manifestar em plenário ou ao discursar dentro de uma audiência pública, os deputados entram no jogo político e demonstram o que motiva seus posicionamentos. No entanto, uma tomada de posição indefinida pode representar algumas exceções. Por exemplo, um parlamentar pode expor seu posicionamento em uma audiência pública apenas ao afirmar: "eu sou contra o investimento em energia solar, acredito que o Brasil pode priorizar outras fontes de energia que são mais baratas para o poder público". Este tipo de afirmação, jogando, não raramente, com a ambiguidade, não nos permite perceber como se configura tal tomada de posição. Muitos deputados também aproveitam o seu espaço de fala para expor questionamentos aos seus colegas, o que nem sempre caracteriza uma tomada de posição definida a respeito do assunto discutido.

A aplicação dessa tipologia, porém, demanda que se compreenda que o político é um agente que lida com uma tensão envolvendo os três tipos principais de tomada de posição – setorial, partidária, pessoal. Em função dessa tensão, não se pode esperar que os tipos de tomada de posição apareçam totalmente isolados e nem que o agente político apresente sempre a mesma tomada de posição. Assim, os três tipos considerados também podem aparecer combinados (Figura 2).

Figura 2 - Tipologia das Tomadas de Posição



Fonte: Corrêa (2017).

Um parlamentar pode ressaltar os interesses de um setor específico e, ao mesmo tempo, demonstrar que esses interesses também fazem parte da agenda defendida pelo seu partido (Setorial+Partidária). Uma tomada de posição também pode realçar a defesa de determinado setor e, concomitantemente, salientar interesses pessoais daquele parlamentar (Setorial+Pessoal). De modo semelhante, um deputado pode destacar a trajetória de seu partido em relação com a ideia defendida e, ao mesmo tempo, versar a respeito da sua trajetória pessoal e política (Partidária+Pessoal). Não raro, os parlamentares também podem ignorar a tensão existente entre os três tipos e mobilizar argumentos partidários, setoriais e pessoais.

4 A tomada de posição na CMADS (2004-2015): análise dos dados

Os trabalhos desenvolvidos pelos estudos legislativos tradicionais, ao analisar as tomadas de decisão, mobilizaram modelos de análise predominantemente quantitativos. Acreditamos, entretanto, que a mudança de matriz teó-

rica obriga a realizar desdobramentos metodológicos de ordens quantitativa e qualitativa que possam sustentar a tipologia criada. Desse modo, a coleta de dados e a análise demandaram que se investisse na triangulação de dados, com o intuito de utilizar a convergência de fontes para garantir rigor metodológico à pesquisa. Portanto, recorremos a três fontes de dados: (1) áudios das audiências públicas realizadas pela CMADS, (2) relatórios anuais da CMADS e (3) entrevistas com membros da CMADS[6]. Dada a natureza dos dados, foi importante combinar análise documental e entrevistas. A análise documental foi a principal técnica adotada, utilizada para tratar dois grupos de dados referentes a documentos oficiais: os áudios [e transcrições] das audiências públicas e os relatórios anuais da CMADS. Essa análise documental seguiu uma orientação classificatória, de acordo com a tipologia proposta. Em relação às entrevistas, um recurso complementar nessa investigação, foram aplicados questionários semiestruturados a três parlamentares que compuseram a CMADS e seu conteúdo também foi analisado com base na tipologia[7].

Durante o período analisado (2004-2015), a CMADS realizou 292 audiências públicas. A fim de compreender com mais clareza e objetividade as matérias que orientaram essas audiências e buscar uma possibilidade de recorte analítico, optamos por classificá-las e agrupá-las em 12 categorias, capazes de facilitar a percepção do que, em geral, predomina nos debates promovidos pela CMADS – esse processo foi realizado a partir da análise documental dos relatórios anuais disponibilizados pela Comissão. Cada audiência pública foi analisada a fim de se identificar qual era o assunto abordado. A Tabela 1 apresenta detalhadamente os dados a respeito desta classificação temática[8]. Entre as temáticas admitidas nessa análise, uma destaca-se forte-

6 A coleta dos dois primeiros tipos de dados deu-se a partir da página da CMADS (https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads). Já as entrevistas foram realizadas pelos autores, em Brasília, durante o mês de setembro de 2015.

7 As entrevistas foram realizadas a partir de um questionário semiestruturado que continha perguntas capazes de fornecer ao parlamentar um espaço para que expressasse livremente sua tomada de posição a respeito dos temas que caracterizam o recorte assumido neste trabalho. Os parlamentares, entretanto, quando entrevistados, não tinham conhecimento da tipologia aqui proposta, pois isso poderia influenciar a sua forma de posicionar-se diante das questões colocadas.

8 Cada audiência pública foi associada a apenas uma categoria, com o intuito de facilitar a análise. Ao examinar o teor dos debates, foi possível elencar o tópico central discutido nas audiências e, assim, identificar a categoria mais adequada para cada uma. Em muitos casos, diferentes assuntos são abrangidos pelos convidados e deputados que participam da audiência, mas o Requerimento que lhe deu origem facilita a identificação do fio condutor principal a ser abordado.

mente perante as demais: a preservação florestal. A ocupar o segundo lugar como temática mais abordada, aparece a questão energética, seguida pelas discussões sobre a água. Se somada a quantidade absoluta total das audiências públicas realizadas nesses três grandes grupos temáticos (preservação florestal, energia e água), obtém-se quase 50% das audiências públicas realizadas durante todo o período estudado.

Em função da proeminência das três categorias durante a classificação das audiências, o primeiro passo, que pode ser entendido como um critério aplicado na construção do recorte, foi (1) analisar em profundidade todas as audiências que haviam sido classificadas dentro dessas três temáticas, isto é, foram ouvidas mais de 350 horas de áudios, referentes a um total de 143 audiências.[9] Durante a análise desses áudios foi possível avançar ainda mais com a delimitação do recorte necessário. Limitamos a análise a audiências que tratassem de (2) matérias que fossem transversais ao período analisado, (3) que tivessem dado origem a alguma norma jurídica e, ao mesmo tempo, fossem (4) assuntos que possuíssem certo eco público entre a população brasileira.

Estes critérios direcionaram a pesquisa a dois debates importantes dentro da agenda ambiental brasileira: as alterações no Código Florestal Brasileiro e os impactos decorrentes da construção de usinas hidrelétricas no país (esse caminho metodológico pode ser observado na Figura 3). Sempre que algum deputado fizesse referência à reforma do Código Florestal e/ou à construção de hidrelétricas, o trecho de sua fala era selecionado para compor um banco de dados a ser analisado com base na tipologia. Assim, foram analisados 102 trechos de discursos realizados por parlamentares em diferentes audiências públicas (uma síntese dos procedimentos de coleta e tratamento dos dados pode ser encontrada no

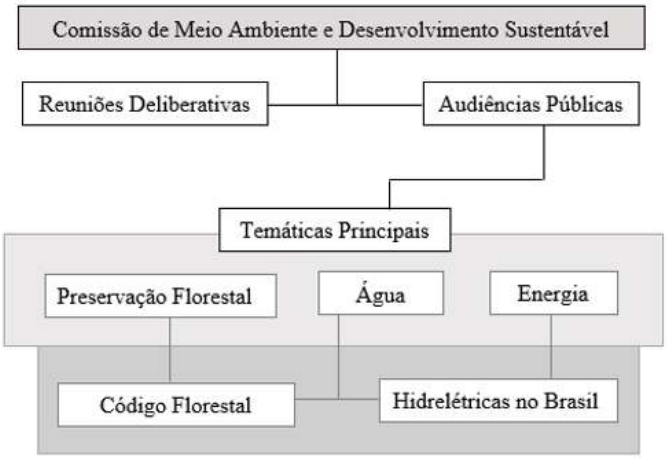
9 Neste trabalho, que decorre de uma vasta pesquisa realizada numa tese de doutorado, optamos por seguir uma orientação metodológica qualitativa baseada em uma análise minuciosa dos dados selecionados. Cada audiência que tratou sobre as três temáticas indicadas foi ouvida com atenção, cada trecho foi observado a partir de seu conteúdo e do modo como foi proferido pelo participante, seja ele parlamentar ou não. Nesse sentido, dispensou-se o uso de softwares, como NVIVO, MAXQDA, webQDA, ATLAS.ti. Reconhece-se a utilidade destes instrumentos, mas suas funcionalidades não condiziam com os objetivos deste trabalho. Estas ferramentas computacionais permitem a identificação de termos e expressões, isolados ou em conjunto, que são previamente selecionados pelo(a) pesquisador(a). Entretanto, o objetivo desta pesquisa não era capturar termos, palavras e expressões, mas sim o sentido bastante subjetivo da fala – o posicionamento do parlamentar no conjunto do seu discurso. Ao testar a aplicação destes programas para analisar as tomadas de posição, percebemos que não era possível captar determinadas nuances nos trechos analisados, como o constante uso da ironia, sinais de emoção, mudanças no tom de voz, sinais de constrangimento, entre outros.

Quadro 1). Para exemplificar a utilização da tipologia na análise, apresentamos a seguir um dos trechos que compõem o banco de dados utilizado na pesquisa.

> Desde já eu quero dizer o seguinte: nós – nem eu nem o nosso Partido Verde, do qual sou Líder – não temos nenhum tipo de preconceito contra hidroelétricas; ao contrário, as hidroelétricas são importantes na matriz energética do País, elas têm um papel. O Brasil é conhecido como país ou era, até há pouco tempo, com uma matriz energética limpa. Agora, é evidente que quando se começa a fazer hidroelétricas que atingem aglomerados urbanos, que atingem terras indígenas, direitos indígenas, que atingem os serviços ambientais prestados pelos ecossistemas, aí é preciso se pensar em custo-benefício. No caso, já não se está mais discutindo isso, no caso específico; estão se discutindo os compromissos assumidos e que não foram cumpridos, ou que foram cumpridos de maneira negligente. É evidente que nós não buscamos aqui encontrar culpados nem buscar desculpas. Mas a gente quer entender que daqui pode sair um caminho para que se possa cumprir aquilo que foi acertado, de maneira que a população afetada por essa obra de interesse nacional possa não sair prejudicada. Este é o nosso objetivo (Deputado Sarney Filho, 2013).

O trecho corresponde a uma intervenção do Deputado Sarney Filho, representante do Partido Verde. Um parlamentar muito atuante na CMADS, membro titular durante todo o período aqui analisado e Presidente da Comissão no ano 2012. O trecho foi proferido em uma audiência realizada no dia 15 de outubro de 2013, decorrente do Requerimento nº 226/2013, e que abordou os impactos ambientais no país causados por obras de barragens e lagos artificiais com a finalidade de construção de usinas hidrelétricas, em especial os problemas decorrentes da elevação do lençol freático na região da Usina de Estreito. Sarney discursou em defesa da população afetada pela usina hidrelétrica, o que claramente representa uma tomada de posição setorial, no entanto, o parlamentar também salientou o posicionamento do seu partido a respeito de não sustentar nenhum tipo de preconceito em relação às usinas hidrelétricas. Portanto, o trecho acima citado foi considerado na análise como uma tomada de posição de tipo setorial+partidária.

Figura 3 - Representação esquemática dos temas escolhidos para análise



Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 1 - Frequência Absoluta das Audiências Públicas realizadas na CMADS de acordo com as temáticas abordadas (2004 – 2015)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Preservação Florestal	6	6	2	8	10	8	2	7	4	12	5	7	77
Energia	2	4	0	6	1	2	3	6	3	4	0	4	37
Água	1	1	0	4	1	1	2	5	5	2	3	4	29
Poluição	3	2	0	1	1	4	1	3	0	4	2	3	24
Agricultura/Agropecuária/Pesca	1	3	0	2	0	2	1	0	1	4	2	5	21
Fiscalização de Órgãos, Programas e Projetos	4	0	0	4	3	0	2	3	1	0	0	3	20
Fauna	2	2	1	3	0	1	0	0	0	5	0	3	17
Desastres Naturais/Acidentes Ambientais/ Questões Sanitárias	0	4	1	2	2	0	0	1	2	1	0	2	15
Questões Urbanas/ Cidades Sustentáveis	1	1	0	0	2	3	1	2	0	0	1	3	14
Outros Assuntos	0	0	0	1	0	1	1	2	3	2	1	3	14
Reciclagem	1	1	0	2	1	2	1	2	1	1	0	2	13
Mudanças Climáticas	1	1	0	3	0	1	0	0	0	1	1	3	11
Total	**22**	**25**	**4**	**36**	**21**	**25**	**13**	**31**	**22**	**36**	**15**	**42**	**292**

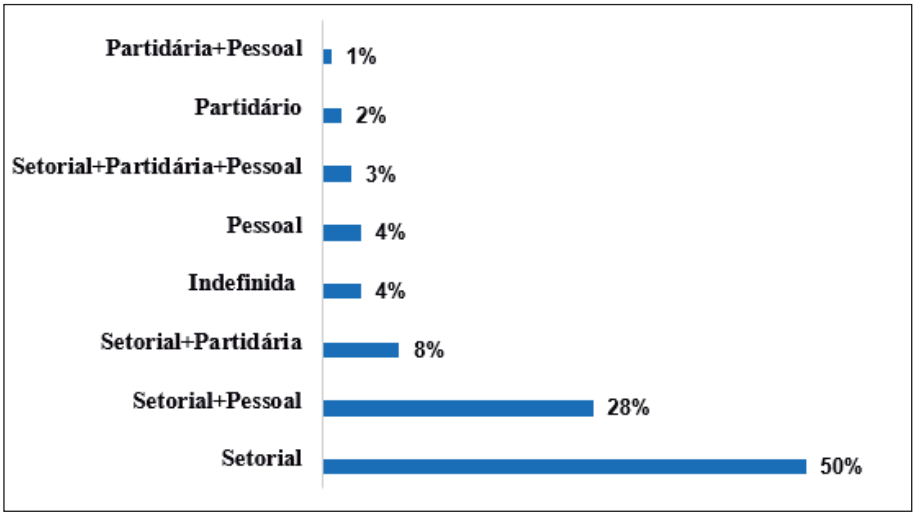
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos Relatórios Anuais e documentos referentes às Audiências Públicas disponíveis no website da CMADS (http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads).

A análise de todos os dados referentes às audiências públicas e às entrevistas realizadas com três membros da Comissão, no ano de 2015, demonstrou um forte predomínio do tipo de tomada de posição setorial, tanto isoladamen-

te como combinada com outros argumentos. Os resultados, portanto, reforçam a teoria de Bourdieu de que o campo político é realmente um espaço de luta, de jogo de interesses e de concorrência por poder, no qual os agentes políticos apresentam tomadas de posição que estão relacionadas com a posição que ocupam no campo. Assim, pode-se afirmar que a gênese das políticas ambientais, dentro do Legislativo brasileiro, especialmente aquelas ligadas à construção de usinas hidrelétricas e às modificações no Código Florestal, associa-se muito mais a interesses setoriais do que a interesses partidários e/ou pessoais, confirmando a hipótese que orientou a pesquisa.

Parte significativa do total de trechos de discursos analisados (102) assumiu uma tomada de posição pautada sob uma única perspectiva: 51 tomadas de posição foram de tipo setorial, quatro foram classificadas no tipo pessoal, duas seguiram o tipo partidário. As demais tomadas de posição combinaram diferentes argumentos: 29 do tipo setorial+pessoal, oito setorial+partidária, uma do tipo partidária+pessoal, três do tipo setorial+partidário+pessoal. Além disso, quatro tomadas de posição foram consideras indefinidas. Nota-se, por conseguinte, o forte predomínio do tipo setorial, conforme descrito no gráfico 1.

Gráfico 1 - Tipos de Tomada de Posição encontrados nos trechos dos discursos analisados (%)



Fonte: Elaborada pelos autores.

Vale mencionar que, desde a pré-análise dos dados, houve uma reflexão a respeito de uma subcategorização do tipo "setorial", todavia encontramos uma quantidade pouco significativa de tomadas de posição que poderiam

justificar esse desmembramento. Do ponto de vista lógico, percebemos que não fazia sentido, por exemplo, transformar aquelas tomadas de posição referentes a uma limitação geográfica ou região ligando-as a um subtipo específico, mas sim ** mantê-las como um agregado no tipo setorial. Os posicionamentos (os discursos) dos parlamentares dentro da CMADS, na verdade, são, em grande parte, o que podemos chamar de transregionais, de supraregionais. Normalmente, defendem mesmo aquilo que denominamos como próprio de um setor: "os ribeirinhos", "os sem-terra", "os indígenas", "os proprietários rurais", "a construção de hidrelétricas", "a preservação florestal", "a conservação dos rios", "a agricultura familiar", independentemente do território. Mesmo em discussões pontuais, a respeito de questões ambientais de determinado território, notamos que o discurso quase sempre é nacional – mesmo que parta de questões específicas. Isso é resultado, principalmente, de um forte embate, existente nessa Comissão, entre ruralistas (pró-desenvolvimento econômico) e ambientalistas (pró-desenvolvimento sustentável), que se reúnem em frentes parlamentares suprapartidárias e supraregionais. Importa reconhecer, contudo, que o modelo tipológico proposto é flexível. No caso dessa Comissão, não cabia essa subdivisão dentro do tipo setorial. Todavia, ao replicar o modelo noutra Comissão, talvez seja possível criar subdivisões para cada tipo de tomada de posição.

Quadro 1 - Síntese dos procedimentos de coleta, organização e análise dos dados

DADOS	COLETA	QUANTIDADE	ORGANIZAÇÃO/ANÁLISE
Relatórios Anuais	Site da CMADS	12 (1070 páginas) Média de 89 páginas por relatório	Análise documental (categorização das audiências públicas realizadas pela CMADS a partir dos temas abordados)
Audiências públicas	Site da CMADS	143 audiências sobre os temas: preservação florestal, energia e água Aproximadamente 350 horas de áudio	Análise documental (áudios e transcrições) baseada na tipologia das tomadas de posição Construção e análise de um banco de dados com todos os trechos de discursos (102 trechos) a respeito da construção de hidrelétricas e alterações no Código Florestal
Entrevistas	Aplicação de questionário a três membros da CMADS no ano de 2015.	Três entrevistas (com gravação de áudio) Duração de aproximadamente 1h. (cada entrevista)	Elaboração e aplicação de questionário semi-estruturado Análise documental (entrevistas em áudio) baseada na tipologia das tomadas de posição

Fonte: Elaborada pelos autores.

A análise complementar das três entrevistas realizadas no ano de 2015 confirmou a especial predominância das tomadas de posição setoriais por parte dos parlamentares. Os três parlamentares entrevistados revelaram, em resposta a diferentes perguntas, a defesa de algum setor da sociedade. Dois deles preocuparam-se, ainda, em citar o nome do partido e as bandeiras defendidas pela legenda à qual estavam filiados. Em suma, tendo em conta o recorte de pesquisa adotado, a análise aqui empreendida demonstra que o parlamentar que atua na CMADS, diante das tensões existentes entre o partido, os setores que representa e seus interesses pessoais, tende a priorizar uma tomada de posição setorial.

Considerações finais

Inspirados na teoria de Pierre Bourdieu, buscamos neste trabalho adaptar algumas noções de sua obra e defender que o processo legislativo não pode ser compreendido como algo restrito às tomadas de decisão, sendo necessário observar, também, os momentos de tomada de posição, nos quais os agentes políticos sinalizam um posicionamento através de pronunciamentos, discursos, debates, diálogos e até confrontos verbais. As tomadas de decisão e as tomadas de posição, portanto, representam duas dimensões do processo legislativo. Entretanto, a literatura especializada nesse assunto tem percebido o processo legislativo, principalmente, a partir das tomadas de decisão. Em função da orientação teórica e metodológica que predomina nestes estudos, os pesquisadores, em sua maioria cientistas políticos, interessam-se, especialmente, em perceber como os atores, a partir de um quadro racional-instrumental, tomam decisão numa estrutura institucional de incentivos – como os deputados se comportam em votações nominais, por exemplo.

É inegável que os estudos tradicionais sobre o legislativo trouxeram diversas contribuições no que concerne ao momento de tomada de decisão, mas não atentaram devidamente para a dimensão que abriga as tomadas de posição dos políticos. O fato é que para estudar esse aspecto do comportamento parlamentar é preciso investir em uma abordagem complementar que permita observar o fenômeno através de outras premissas. Neste sentido, propomos uma tipologia que permite realizar um primeiro trabalho de objetivação a respeito da tomada de posição particular dos agentes políticos no que concerne à construção de seu argumento a partir das perspectivas setorial, partidária e pessoal.

A literatura especializada tem sustentado a importância dos partidos nas tomadas de decisão acontecidas em Plenário e a relevância da especialização dos parlamentares no sistema de Comissões Permanentes. O intuito deste trabalho foi perceber se tais processos se sustentavam, também, nas tomadas de posição. Assim, em termos empíricos, a pesquisa procurou considerar as tomadas de posição dos parlamentares num contexto específico da Câmara dos Deputados Brasileira: a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Por meio de uma densa análise focada principalmente nos áudios referentes às audiências públicas realizadas pela Comissão, os resultados apurados demonstraram que não predomina uma orientação partidária ou um argumento que reivindique aspectos de trajetória ou expertise dos parlamentares. Os agentes políticos pautam suas tomadas de posição, principalmente, na perspectiva setorial, isto é, apresentam posicionamentos baseados na representação de um setor específico da sociedade. Por conseguinte, tudo indica que fará sentido ressalvar a importância de uma abordagem teórico-metodológica que, complementando os estudos disponíveis sobre o processo legislativo brasileiro, analise o processo legislativo a partir de contributos significativos da sociologia política.

A tipologia aqui proposta permite dialogar com a teoria tradicional sobre estudos legislativos. Essa conexão se manifesta numa questão de fundo que aproxima a teoria de Bourdieu ao neoinstitucionalismo, ou seja, ambos propõem, não obstante as diferenças, uma síntese para a dicotomia estrutura versus agência. Contudo, a preocupação em considerar tanto a estrutura, bem como a ação, permite operacionalizar alguns conceitos de Bourdieu, de tal modo que a orientação partidária possa ser considerada uma das perspectivas lógicas e factuais das tomadas de posição e, assim, possa ser cotejada com a explicação partidária entendida no caso das tomadas de decisão estudadas pelos especialistas em estudos legislativos que aderiram ao neoinstitucionalismo. A perspectiva setorial adotada na tipologia aqui apresentada também pode ser relacionada com a teoria utilizada pelos neoinstitucionalistas, neste caso, com a ideia distributivista. No entanto, em uma tomada de decisão, como o ato de votar uma lei, os parlamentares podem pensar em distribuir políticas para o seu reduto eleitoral ou em favorecer a busca por recursos para a sua clientela, o que não acontece tão facilmente nos momentos de tomada de posição. Quando estão a discursar, a apresentar seus pronunciamentos, não existe uma possibilidade direta de distribuir políticas clientelistas, apesar de muitos parlamentares utilizarem esse momento para reforçar o vínculo com os setores que os apoiam. O

fato é que a relação que se estabelece entre a perspectiva setorial e a vertente explicativa distributivista refere-se, sobretudo, à ideia de conexão eleitoral, de uma sinalização de posicionamento para a base eleitoral. A perspectiva pessoal, por sua vez, dialoga, remotamente, com a vertente explicativa informacional, especialmente porque engloba aspectos relacionados à trajetória do parlamentar, à sua especialização e profissão, à sua expertise.

Independentemente dos possíveis pontos de contato entre a abordagem aqui proposta e os estudos legislativos tradicionais, reconhece-se a importância dos resultados sobre tomada de decisão encontrados por estes últimos, como o poder de agenda que o Executivo possui dentro do Legislativo Brasileiro e a organização do Legislativo ser centralizada em regras que distribuem direitos parlamentares por meio de princípios partidários (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Contudo, é preciso perceber que as tomadas de posição representam outro momento de ação dos agentes políticos dentro do processo legislativo, no qual a sinalização para o setor que representam caracteriza o comportamento dominante. Esta constatação empírica permite que sejam apresentados aqui importantes apontamentos teóricos.

Um primeiro ponto a ser salientado é que os resultados aqui encontrados dizem respeito à Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, portanto, referem-se às tomadas de posição características do tipo de política pública ali discutido e formulado. Poderíamos pensar que o mesmo estudo, se aplicado a outras Comissões Legislativas da Câmara dos Deputados, poderia gerar diferentes resultados – e isso só saberemos, com certeza, quando a tipologia for replicada noutra Comissão. Todavia, reiteramos que mesmo comissões que possam apresentar políticas e debates de cunho mais universalista, como a Comissão de Constituição e Justiça, são formadas por parlamentares que representam determinados setores e determinadas "bandeiras" da sociedade; portanto, a tomada de posição setorial também pode ser dominante em seus discursos.

Além disso, conforme já destacado anteriormente, acreditamos que a predominância de um argumento de ordem setorial nas tomadas de posição (especialmente dentro das Comissões Legislativas) pode decorrer do fato de este ser um momento no qual os parlamentares não sofrem tantos constrangimentos dos seus partidos, isto é, ficam livres para sinalizar seus posicionamentos para seus apoiantes (base eleitoral, financiadores de campanha, padrinhos políticos), diferente dos momentos de votação (como os que acontecem principalmente no Plenário), em que os partidos podem exercer pressão sobre seus correligionários para que votem

de acordo com os interesses do partido. Muitas vezes, a tomada de posição de um parlamentar pode ir ao encontro dos interesses do partido. No entanto, o contrário também pode acontecer e esta ligação entre os dois momentos do processo legislativo pode estar relacionada com o capital político do parlamentar.

Capital político, para Bourdieu, diz respeito a uma forma de capital simbólico – um crédito que é firmado a partir da crença e do reconhecimento. São duas as espécies de capital político: o capital pessoal de notoriedade e de popularidade e o capital delegado da autoridade política (BOURDIEU, 1989). Com estes conceitos, é possível ler a complexa relação que o parlamentar estabelece com o seu partido e com o modo como atua no contexto que envolve o processo legislativo brasileiro. Se um deputado possui um capital político de ordem pessoal, ele pode sinalizar uma tomada de posição e aplicá-la em sua decisão durante as votações de algum projeto de lei, independentemente da posição apresentada por seu partido, pois o parlamentar não depende diretamente do capital político do seu partido para se eleger. Entretanto, existe outro tipo de situação, na qual o parlamentar pode sustentar uma tomada de posição nos momentos em que possui liberdade para isto, mas modificá-la quando se tratar do momento de tomada de decisão, em função do controle partidário existente e da dependência que este parlamentar possui do capital político proveniente de seu partido.

Assim, o controle partidário nas tomadas de decisão dos parlamentares precisa ser observado juntamente com o capital político que envolve a relação entre o agente político e o partido, porque a trajetória e o perfil do parlamentar podem influenciar na tensão existente entre tomada de posição e tomada de decisão. Apesar de teorizar a respeito dos dois tipos de capital, Bourdieu concedeu um papel muito importante para o capital político delegado pelo partido, afirmando que o partido era uma espécie de banco de capital político. Todavia, é preciso notar que Bourdieu estava a olhar para a França, um país que possui um sistema eleitoral de lista fechada, diferente do Brasil, que possui um sistema eleitoral de lista aberta, no qual os políticos competem não só com os candidatos de outros partidos, mas também com seus próprios colegas de partido. Dessa forma, no campo político brasileiro, o capital pessoal de notoriedade encontra um espaço maior para se desenvolver. O modelo de eleição que se sustenta no Brasil pode estabelecer não só uma configuração personalista de eleição como também favorecer, eventualmente, um sistema de clientela entre o parlamentar e a sua base eleitoral.

Esta interpretação pode ajudar a compreender os resultados encontrados pelos estudos que observaram as tomadas de decisão e salientaram a existência de uma coesão partidária na Câmara dos Deputados. Estes estudos perceberam que um grande percentual de parlamentares vota de acordo com a orientação do partido; no entanto, também constataram a existência de um percentual relativamente expressivo de deputados que não assume essa disciplina partidária (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). O comportamento desse grupo de deputados poderá ser explicado a partir de um exame detalhado da relação existente entre tomada de posição, capital político pessoal ou partidário e tomada de decisão.

Todas estas considerações demonstram que não basta centrar a análise do legislativo brasileiro apenas no processo decisório. O processo legislativo brasileiro é complexo, envolve momentos diversos e especificidades que precisam ser observadas por diferentes ângulos (CORRÊA, 2017; 2018).. Neste sentido, o modelo de análise apresentado neste trabalho abre uma possível agenda de pesquisa para o futuro. Observar o modo como os deputados se posicionam através de discursos, pronunciamentos, debates e diálogos, seja no Plenário ou em audiências públicas, pode revelar importantes especificidades do processo legislativo. Uma análise das tomadas de posição, em conjunto com uma análise que investigue o capital político dos parlamentares, pode ajudar a compreender, e até antever, suas tomadas de decisão. Além disso, um estudo qualitativo e baseado no método prosopográfico poderia dedicar-se a analisar o modo como o capital político é distribuído dentro do campo político brasileiro e se existe uma predominância do capital político pessoal ou do capital político delegado pelo partido. Uma opção ainda mais complexa, inspirada em estudos como os de Abélès (2001), poderia dar vida a um estudo etnográfico de diferentes audiências públicas realizadas na Câmara dos Deputados.

Em suma, a pesquisa que se materializa nesse artigo apenas credita o fato de o Brasil abrigar um campo político bastante particular, que carece de investigação sociológica e que pode ser heuristicamente compreendido a partir de uma análise que observe tanto os agentes envolvidos no processo quanto as regularidades que estruturam o campo político, assim como a relação dialética que se estabelece entres estas duas dimensões. Se seguirmos este caminho, o campo político brasileiro poderá ser objeto de um olhar alternativo e de uma agenda de pesquisa renovada.

Referências

ABÉLÈS, Marc. (2001), *Un ethnologue à l'Assemblée.* ed. Paris: Poches Odile Jaboc.

ARAUJO, Suely M.G.; SILVA, Rafael S. (2012), "Reflexões e Novas Agendas de Pesquisa para os Estudos Legislativos no Brasil". *Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos*, n. 2, pp. 58-74.

BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. ed. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre. (1993), *La misère du monde*. ed. Paris: Editions du Seuil.

BOURDIEU, Pierre. (2001), *Meditações pascalianas*. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOURDIEU, Pierre. (2001a), *As estruturas sociais da economia*. ed. Lisboa: Instituto Piaget.

BOURDIEU, Pierre. (2002), *Esboço de uma teoria da prática* – procedido de três estudos sobre etnologia cabila. ed. Oeiras: Celta.

BOURDIEU, Pierre. (2003), *Questões de sociologi*a. ed. Lisboa: Fim de Século.

BOURDIEU, Pierre. (2008), *Razões práticas*: Sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus.

BOURDIEU, Pierre. (2010), *A distinção:* uma crítica social da faculdade do juízo. ed. Lisboa: Edições 70.

BOURDIEU, Pierre. (2011), "O campo político." *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, pp. 193-216.

BOURDIEU, Pierre. (2017), *Anthropologie Économique*: Cours au Collège de France 1992-1993. ed. Paris: Seuil.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. (1992), *An invitation to reflexive sociology*. ed. Chicago: University of Chicago Press; Cambridge: Polity Press.

CORRÊA, Carolina P. (2017), *Sociologia das Tomadas de Posição no Legislativo Brasileiro*: uma análise sobre a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (2004-2015). Tese de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORRÊA, Carolina P. (2018), "A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissãode Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)". *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 85-107.

DUBOIS, Vincent. (2014), "L'action de l'État, produit et enjeu des rapports entre espacessociaux". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 201-202, pp. 11-25.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. ed. São Paulo: FGV.

FREITAS, Andreia. (2016), *O presidencialismo da coalizão*. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

GENET, Jean-Philippe. (2014), "À propos de Pierre Bourdieu et de la genèse de l'État moderne". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 201-202, pp. 98-105.

INÁCIO, Magda; RENNÓ, Lúcio. (2009), "Estudos Legislativos no Brasil". In: INÁCIO, Magda; RENNÓ, Lúcio (orgs.). *Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada*. Belo Horizonte: Editora UFMG. pp.

JURT, Joseph. (2014), "Le Brésil: un État-nation à construire. Le rôle des symboles nationaux: de l'empire à la republique". *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 201-202, pp. 44-57.

LAURENS, Sylvain. (2015), *Les Courtiers du capitalism*: milieux d'affaires et bureaucrates à Bruxelles. ed. Marseille: Agone.

MAYHEW, David. (2004), *Congress*: the electoral connection. 2. ed. New Haven; London: Yale University Press.

MOREIRA, Davi C. (2016), *"Com a palavra os nobres deputados: frequência e ênfase temática dos discursos dos parlamentares brasileiro"*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MÜLLER, Gustavo. (2005), "Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes". *Dados*, v. 48, n. 1, pp. 371-394.

NASCIMENTO, Emerson O. (2012), "O sistema de comissões brasileiro: elementos para uma agenda de pesquisa". *Teoria & Pesquisa*, v. 21, n. 2, pp. 61-72.

ORTIZ, Renato. (1983), *Pierre Bourdieu*: sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais). ed. São Paulo: Ática.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. (2000), "Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo. O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 43, pp. 45-67.

PERES, Paulo; CARVALHO, Ernani. (2012), "Religando as arenas institucionais: uma proposta de abordagens multidimensionais nos estudos legislativos". *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 43, pp. 81-106.

PINTO, Louis. (2002), *Pierre Bourdieu et la théorie du monde social*. ed. Paris: Seul

RITZER, George. (2001), *Teoria Sociológica Moderna*. ed. Madrid: MacGraw-Hill.

SANTOS, Fabiano. (2002), "Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão" *Dados*, v. 45, n. 2, pp. 237-264.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. (2011), *Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão*. ed. Curitiba: Editora Appris.

Submetido em 27 de dezembro. 2018
Aprovado em 06 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.500

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Ciberespaço e emoções: a digitalização do medo na crise de segurança pública e aquartelamento da Polícia Militar / ES de 2017

Cyberspace and emotions: the digitization of fear in the crisis and public security of military barracks of Military Police / ES 2017

Patrícia Pereira Pavesi*
Maria Cristina Dadalto**

RESUMO

Em fevereiro de 2017, o Espírito Santo vivenciou dias de medo. Nas cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória e nas principais cidades de porte médio, em especial, os moradores permaneceram por dias sitiados dentro de suas casas. Assassinatos, assaltos, roubos ocorreram em vários lugares. Os policiais militares estavam recolhidos nos batalhões. O Estado somente conseguiu retomar o controle da situação com a chegada da Força Nacional. Os sentimentos de medo e a percepção de insegurança produzidos se substancializaram e potencializaram em interações estabelecidas em Redes Sociais Digitais. Esse processo é debatido neste artigo à luz da etnografia digital. Partimos de um caderno de campo cujo tratamento de mídias nativas é a base da discussão na qual se procura problematizar a temática das emoções a partir das configurações que elas tomam em ambientes digitais em que emergem e circulam.

Palavras-chaves: Crise de Segurança Pública. Redes Sociais Digitais. Medo.

* Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFF; é Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Espírito Santo, Brasil, integrante do Grupo de Estudos do Consumo e do Grupo Interinstitucional de Estudos de Cibercultura, e coordenadora do Laboratório de Estudos de Identidades e Tecnociência (LEIDETEC/UFES). pppavesipatricia4@gmail.com

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. mcdadalto@gmail.com

ABSTRACT

In February 2017, the Espírito Santo experienced days of fear. In the cities of the Greater Vitória Metropolitan Region and the main mid-sized cities, in particular, the residents remained for days under siege inside their homes. Assassinations, assaults, robberies occurred in several places. The military police were gathered in the battalions. The state was only able to regain control of the situation with the arrival of the National Force. The feelings of fear and the perception of insecurity produced became substantial and potentiated in interactions established in Digital Social Networks. This process is debated in this article in light of digital ethnography. We start with a field book whose native media treatment is the basis of the discussion in which we try to problematize the theme of emotions from the settings they take in digital environments where they emerge and circulate
Keywords: Public Security Crisis. Digital Social Networks. Fear.

Fevereiro de 2017, especificamente o período entre os dias 04 e 25, representou dias de absoluto caos na segurança pública do Espírito Santo. Tal situação foi decorrente de um movimento designado "Movimento de Mulheres, Parentes, Amigos e Simpatizantes da PM/ES" (doravante Movimento), que paralisou as atividades e os serviços burocráticos e de rua realizados pela Polícia Militar. Como resultado, viu-se, de um lado, um aumento acentuado da criminalidade violenta; de outro, a generalização de um sentimento de insegurança e medo na sociedade, com moradores sitiados em suas casas, ruas vazias, comércios fechados, condomínios e empresas contratando segurança privada.

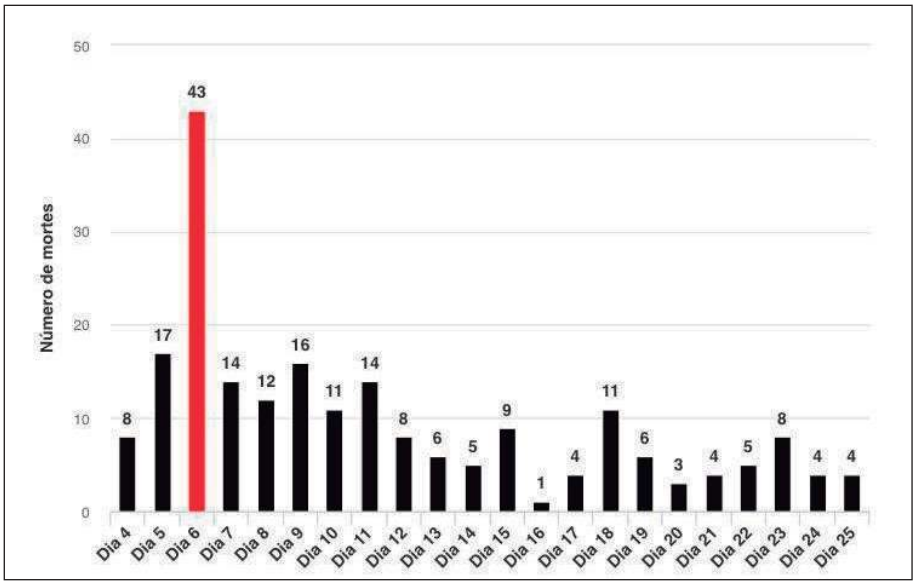
A paralisação provocou, somente em seus primeiros sete dias, praticamente o mesmo número de mortes violentas de todo o mês de fevereiro do ano de 2016, em todo o Espírito Santo: 122 homicídios. Comparativamente, entre os dias 4 e 10 de fevereiro de 2016, foram apontados 25 homicídios no Estado; com a paralisação da PM em 2017, o número de mortes nesse período foi de 121, um aumento de 384%[1].

Jornais locais divulgaram que, segundo o Sindicato dos Policiais Civis do Estado (Sindipol-ES), foram registradas 213 mortes durante os dias da paralisação – em apenas um único dia ocorreram 43 homicídios (FOLHA

1 Os dados do ano de 2017 são do Sindicato dos Policiais Civis (Sindipol-ES). As informações dos anos anteriores são da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SESP-ES). Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/02/em-7-dias-es-ja-tem-quase-numero-de-mortes-de-todo-fevereiro-de-2016.html>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VITÓRIA, 2018). De acordo com a Ordem dos Advogados do Brasil no Estado (OAB-ES), o perfil dos mortos até o dia 10 de fevereiro era: 90% de homens na faixa dos 17 aos 20 anos de idade, vítimas de disparos de armas de fogo. Encontravam-se entre os mortos usuários de drogas, pessoas com antecedentes criminais, vítimas de balas perdidas e pessoas com deficiência (G1-ES, 2017).

Figura 1 - Número de mortes em fevereiro de 2017 (ES)



Fonte: Sindicato dos Policiais do Espírito Santo (Sindipol-ES).

Tabela 2 - Homicídios Dolosos (HD) e Crimes Letais Intencionais (CLI) no Espírito Santo

	1º Trimestre 2015	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017
HD	444	332	452
CLI	446	354	467
TOTAL	890	686	919

Fonte: Boletim Informações Criminais (BIC) do Espírito Santo / IJSN

De acordo com o BIC de maio de 2016, nos meses de janeiro a março de 2015, ocorreram 444 homicídios dolosos, índice que chegou a 332 no mesmo período em 2016. Em 2017, no primeiro trimestre, aconteceram 452 homicídios dolosos. Comparativamente, foram 120 homicídios a mais em relação ao ano anterior, resultando em uma taxa de 11,4 homicídios por

100.000 habitantes nesse período. Ainda fundamentado nos levantamentos do BIC, o número de CLI, no primeiro trimestre de 2016, foi de 354. Em 2015, ocorreram 446, portanto, houve uma redução substantiva em 2016. Por outro lado, a quantidade de CLI no primeiro trimestre de 2017 subiu para 467, ultrapassando os valores de 2015 e, por consequência, tendo um acréscimo de 113 vítimas no período.

No período da paralisação das atividades e dos serviços burocráticos e de rua realizados pela Polícia Militar no Estado, os noticiários informaram também que foram roubados e furtados mais de 660 veículos – a média era de 550 veículos por mês (UOL NOTÍCIAS, 2017) – e que foram saqueadas 300 lojas, estimando-se um prejuízo de 300 milhões de reais ao comércio (BRASIL 247, 2017). Ainda por causa da violência, nos dias 9 e 10 de fevereiro, a Vale, operadora do trem de passageiros da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), não movimentou o trem nos trechos do Estado. Além disso, até o dia 20 de fevereiro, 28 prefeituras de municípios do Estado anunciaram o cancelamento da programação de Carnaval.

A incapacidade do Governo de impor a lei e a ordem nos primeiros dias do Movimento assinalava a insuficiência histórica das ações de políticas públicas de segurança e proteção aos cidadãos e seus bens e ao patrimônio público, apesar da excepcionalidade da situação. Adorno (1998, p. 29), ao refletir sobre os fatos da sociedade contemporânea, refere-se a Foucault, assegurando que: "o anacronismo resulta, portanto, da eterna repetição do mesmo. Não há lugar para o acontecimento. A história não é a atualidade do presente, do novo, do inesperado, do inaudito, do que muda e do que é mudado".

Durante o período de crise na segurança pública, foram atingidos principalmente moradores das cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e das cidades de porte médio do interior do Estado, mas o sentimento de medo foi generalizado e difundido por meio das Redes Sociais Digitais (RSD), como Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp. Os principais protagonistas desse processo, os produtores de conteúdo digital, eram os moradores da Região Metropolitana de Vitória e localidades do interior do Estado que registravam e propagavam o que viam e ouviam no seu bairro, na sua rua, na sua cidade, alastrando a percepção de insegurança por todo o Estado.

No processo de coleta de dados, ocorrido durante os dias em que se desenrolou o Movimento e nos meses seguintes, percebemos que o sujeito a

quem era dirigido o sentimento expresso pela população nas RSD é tal e qual aquele sustentado por Misse (2010, p. 17):

> O mais conhecido desses tipos é o sujeito que, no Brasil, é rotulado como "bandido", o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer "especial", aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados. Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte [...].

A análise de Misse (2010) se coaduna com o levantamento apresentado pelo Atlas da Violência 2018, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2018). No documento, os pesquisadores exibem dados estarrecedores: no ano de 2016, no Brasil a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8% e a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Os dados revelam que, em 2016, houve uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2%, um indicador 16 vezes maior se comparado com o resto da população. De acordo com os pesquisadores, "implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas" (IPEA, 2018, p. 4).

Ainda segundo o IPEA (2018), o Espírito Santo constava num pequeno grupo de seis Estados no qual a população não negra subsiste numa situação com menor grau de antagonismo em relação à segurança pública: "há nove estados nos quais as taxas de homicídio de negros decresceram na década 2006-2016. Entre esses, destacamos as três maiores reduções: São Paulo (-47,7%), Rio de Janeiro (-27,7%) e Espírito Santo (-23,8%)" (IPEA, 2018, p. 41).

Sendo assim, o contexto específico vivenciado no Espírito Santo em fevereiro de 2017 foi potencializado pelo Movimento, tendo em vista que o estado vinha alterando, até 2016, o seu ranking na listagem dos estados mais violentos do país. Como exemplo, podemos citar os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em 2012, que indicavam que o Espírito Santo ocupava o segundo lugar no ranking nacional de homicídios, com 56,9 mortes por 100 mil habitantes (RODRIGUES; DADALTO, 2013) em contraste com os dados de 2016.

Contudo, consideramos a violência como fator estruturante da história do Espírito Santo, especialmente nos processos de mudança no ordenamento político e econômico vinculado às atividades extrativistas da madeira, às disputas de fronteira territoriais e aos conflitos por terra, bem como nos ciclos do desenvolvimento industrial, a partir da década 1970, que atingiram a RMGV e atualmente se estendem para o interior do Estado.

Observe-se também que os programas voltados às políticas de segurança pública estão na pauta dos governos estaduais desde o período da redemocratização. O governo capixaba foi o primeiro a aderir ao Sistema Único de Segurança Pública, em 2003. Em 2005, publicou o Plano Estratégico Espírito Santo 2005-2025 (ES 2025), elaborado em parceria com grupos empresariais organizados, propondo a modernização do aparelho de segurança e um salto de qualidade e eficácia na gestão dos sistemas de segurança (BITTENCOURT, 2016).

Desse modo, o objetivo deste artigo é propor uma reflexão em relação aos sentimentos produzidos e substancializados em interações estabelecidas nas RSD durante a crise de segurança pública desdobrada no Espírito Santo, em fevereiro de 2017. Para tal, metodologicamente, partimos do conjunto de dados de um caderno de campo digital composto no período da paralisação da Polícia Militar, tomando como fontes principais as plataformas YouTube, Facebook, Instagram e WhatsApp[2], suplementadas com a descrição do evento disponível na Wikipédia[3].

A opção pela descrição do evento a partir dos dados da Wikipédia se justifica na compreensão, de antemão, de que este sítio, em função de seu *status* de livre colaboração pautada na filosofia do software livre, é uma expressão, ainda que difusa e não sincrônica, de um grupo identitário específico. Esta plataforma constitui-se uma fonte pertinente, não menos que os veículos de

2 A abundância da produção e divulgação de vídeos em RSD favoreceu a escolha dos vídeos que formaram o caderno de campo digital, no entanto, dificultou a identificação dos mesmos nas Referências, tendo em vista que, em tentativas de acessos posteriores, alguns vídeos já não estavam mais disponíveis, característica de conteúdos de internet.

3 "A Wikipédia é um projeto de enciclopédia colaborativa, universal e multilíngue estabelecido na *internet* sob o princípio *wiki*. Tem como propósito fornecer um conteúdo livre, objetivo e verificável, que todos possam editar e melhorar. [...] Todos os editores da Wikipédia são voluntários. Eles integram uma comunidade colaborativa, sem um líder, na qual os membros coordenam os seus esforços no âmbito dos projetos temáticos e diversos espaços de discussão. [...] Todos podem publicar conteúdo *on-line* desde que sigam as regras básicas estabelecidas pela comunidade [...]". Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal>. Acesso em: 19 ago. 2019.

comunicação local. A Wikipédia é contemplada na categoria mídia nativa, em função da multiplicidade de atores que podem incidir na construção de seu conteúdo, sem a atribuição a um sujeito individual, grupo de pessoas ou organização de cunho estatal ou corporativo. Além disso, os eventos na Wikipédia se apresentam regulados de forma cronológica.

A partir da descrição, propomos uma análise sobre o manejo das sentimentalidades relacionadas aos fatos narrados na "voz" de representantes dos moradores da RMGV e do interior que, diante do computador ou portando dispositivos móveis por meio do rastreamento das *hashtags* #grevePMES, #EspíritoSantopedesocorro e #SemMedo, expressaram-se em vídeos e textos.

Desta forma, o tratamento etnográfico de mídias nativas é a base da discussão na qual procuramos problematizar a temática dos sentimentos de percepção de insegurança e medo e as configurações que eles tomam em ambientes digitais, em que emergem e circulam.

A crise de segurança nas RSD

A suspensão das atividades da Polícia Militar culminou em uma série de eventos e alterou significativamente a rotina da maior parte das cidades capixabas. Nas RSD, neste período e em especial na primeira semana, a população sobressaltada e crítica atribuiu ao Movimento diversos nomes, mas o mais utilizado foi "feriado/semana do bandido". Segundo dados do caderno de campo digital, coletados das plataformas digitais YouTube, Facebook e WhatsApp, bem como dos sites de jornais locais, os eventos obedeceram à seguinte cronologia:

3 de fevereiro de 2017 – no período da manhã, esposas, amigos e demais familiares de policiais protestaram em frente ao destacamento da Polícia Militar, bloqueando a saída de viaturas no Bairro Feu Rosa, na Serra. Nenhum veículo saiu do destacamento para atender às regiões de Jacaraípe, Nova Almeida, Manguinhos, Feu Rosa e Vila Nova de Colares. Segundo a Polícia Militar, os protestos foram pacíficos. A paralisação efetivamente começou na madrugada de sábado, 4 de fevereiro, com protestos nas cidades da Grande Vitória, Linhares e Aracruz, Colatina e Piúma. Os manifestantes reivindicavam a correção da remuneração dos policiais militares pela inflação do período, além do retroativo referente à ausência dessa correção desde 2010, do auxílio-alimentação, e dos adicionais de periculosidade e de insalubridade.

Também pediam a anistia geral de sanções administrativas e judiciais que poderiam ser impostas aos policiais e manifestantes.

6 de fevereiro de 2017 – foram enviados para o Estado 1.200 soldados das Forças Armadas e da Força Nacional. O Governador nomeou a greve de "chantagem".

7 de fevereiro de 2017 – houve confrontos entre os próprios civis. Grupos de moradores da região foram aos quartéis na tentativa de convencer os manifestantes a desocuparem o local. Moradores protestavam exigindo a volta do policiamento. O Exército precisou controlar a manifestação.

8 de fevereiro de 2017 – a Polícia Civil fez paralisação pela morte de um policial civil em Colatina. Também nesta data é publicada, no Diário Oficial, a transferência do controle da segurança do Governo do Espírito Santo às Forças Armadas.

10 de fevereiro de 2017 – a Polícia Militar indicia 703 policiais militares pelo crime de revolta. Se condenados, a pena é a detenção de 8 a 20 anos, em presídio militar e a expulsão da corporação. Representantes dos policiais militares fecharam acordo com o Governo para cessar o Movimento. A negociação terminou sem reajuste salarial para a categoria, mas ficou acertado que o Governo iria desistir das ações judiciais contra as associações e iria formar uma comissão para regulamentar a carga horária dos policiais. Uma das manifestantes que ocupavam a porta do Batalhão de Missões Especiais, em Vitória, negou que o Movimento tivesse se encerrado após a reunião entre associações e Governo. No dia seguinte, os manifestantes ignoraram o acordo entre o Governo e as associações, alegando falta de legitimidade.

23 de fevereiro de 2017 – a Justiça Estadual ordenou identificar, intimar e citar todas as pessoas que estivessem bloqueando o Quartel de Maruípe ou os batalhões da Polícia Militar. O juiz responsável autorizou, nesse caso, o uso da força policial. Quem não saísse da frente dos batalhões poderia ser multado em dez mil reais ao dia.

24 de fevereiro de 2017 – após reunião com o Governo do Estado, mediada pelo Ministério Público do Trabalho, houve consenso entre as partes.

25 de fevereiro de 2017 – as mulheres e familiares do Movimento desocuparam os quartéis de manhã.

02 de março de 2017 – foi realizada a primeira audiência para negociar benefícios.

Assim, dadas as controvérsias em relação às origens e à coordenação que

levou à paralisação nos trabalhos de parte significativa do efetivo da PM/ES, bem como as diferentes atribuições dadas pelos usuários das plataformas pesquisadas, mantivemos neste artigo a designação "Movimento de Mulheres, Parentes, Amigos e Simpatizantes da PM/ES", especialmente pela reivindicação dessa identidade feita pelos organizadores das manifestações e pelos interlocutores desse Movimento nas RSD (Facebook, YouTube, Instagram, WhatsApp) e em depoimentos coletados por diferentes agências de comunicação de circulação local, nacional e internacional.

Ainda que as entidades representativas dos policiais militares em alguns momentos tenham tentado falar em nome da categoria, nem elas, nem os próprios policiais militares se autodesignaram como propositores e coordenadores das ações. A Figura 2 registra uma cena representativa do Movimento, com mulheres acampadas em frente ao portão do Quartel Militar de Maruípe, na capital Vitória.

Figura 2 – Mulheres do "Movimento de Mulheres, Parentes, Amigos e Simpatizantes da PM/ES" acampadas



Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil[4]

O foco da análise será colocado sobre o agente genérico, o "território", e, ao mesmo tempo, sobre o "fluxo" de agentes e agências indexado por *hashta-*

4 Disponívelem:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_da_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_no_ Esp%C3%ADrito_Santo_em_2017>. Acesso em 24 fev. 2019.

gs nas RSD. Isto porque, segundo Costa-Moura (2014, p. 142), as *hashtags* são usadas para

> marcar mensagens individuais como pertencentes a um grupo específico, ou marcar as mensagens como relevantes para determinados tópicos ou assuntos. Funcionam também como balizas para que os usuários encontrem e sigam (se filiem à cadeia) ou articulem listas de contatos ou apoios públicos com outros usuários de interesses semelhantes. Além disso, aparecem de modo informal, apenas para expressar algo em uma mensagem (como um contexto, por exemplo), sem nenhuma intenção de categorizá-la para busca posterior ou compartilhamento.

Por meio do rastreamento das *hashtags* #grevePMES, #EspíritoSantopedesocorro e #SemMedo, procuramos apresentar, de forma reflexiva, o manejo das sentimentalidades relacionadas ao evento na voz dos moradores usuários das RDS[5], diante de notebooks e computadores ou portando dispositivos móveis.

A afirmação de que boa parte dos usuários do ciberespaço, em particular das RSD, divide-se em nativos ou migrantes é razoavelmente aceita em diversos níveis de análise. Por sua vez, a condição de produtor/coprodutor dos conteúdos e territórios midiáticos é alvo de controvérsias. Partimos da premissa de que a recepção das tecnologias de informação e comunicação não é passiva. À medida que o consumidor de produtos midiáticos ganha centralidade e é reconhecido como produtor, torna-se relevante compreender qual seria o teor desta produção, suas propriedades e regimes de construção e legitimação.

Assim, acreditamos que a forma menos incompleta para designar estas experimentações-produções seria a categoria mídias nativas, proposto pelo sociólogo Di Felice (apud PEREIRA, 2007). Partindo dessa categoria, incluímos em seu gradiente de sentidos qualquer produção midiática caseira desenvolvida por seja qual for o sujeito, empreendendo narrativas próprias, com ou sem roteiro previamente desenvolvido, através do manuseio de dis-

5 As plataformas Facebook, Instagram e o aplicativo WhatsApp restringiram a nossa margem de coleta a alguns tipos de dados, uma vez que permitiam acessar apenas as postagens de pessoas da nossa rede de "amigos" e seguidores. Neste sentido, o YouTube foi o sítio que permitiu o acesso a um universo maior de dados.

positivos eletrônicos que possibilitem a sua configuração. São eles igualmente partícipes de um ecossistema, no interior do qual habitam aqueles que criam conteúdos na rede (DI FELICE, 2018).

Nessa direção, o material etnográfico proposto para esta reflexão, à medida que circulou nas RSD, tornou-se agente, ganhou vigor e vida relativamente autônoma, e assim foi categorizado como entes digitais. A nossa percepção dos entes se afasta da visão heideggeriana, que os submete ao ser que lhes daria vida (HEIDEGGER, 2002). Os entes digitais são *per si* actantes e impactam significativamente as experiências de pessoas comuns quando com eles dialogam no intuito de narrar *in loco* eventos significativos, conforme seus próprios critérios de avaliação, seleção e edição. Eles são o cerne da mídia nativa na acepção ampliada do termo proposto por Di Felice (2018).

Campo empírico de pesquisa

Existem diversas formas de coleta e análise de dados no e pelo ciberespaço no que diz respeito aos sentimentos. Malini, Ciarelli e Medeiros (2017, p. 2) registram que "o papel da análise de sentimento cresceu significativamente com a rápida difusão das redes sociais, microblogs e fóruns". Por sua vez, Liu (2010) sinaliza a importância de se entender as opiniões expressas pela demonstração de sentimentos no processo de tomada de decisões. Muitas destas análises propõem categorizações de agências e movimentos de associação no ciberespaço.

Ainda, Boyd (2010) indica a existência do que chama de "audiência invisível". Ela consiste na apreciação mútua de pares em RSD. Parte da energia investida pelo usuário tem como núcleo a preocupação em controlar a audiência, procurando os denominados "amigos" e "seguidores". No processo de agenciamento dos sentimentos, diante de temas controversos, as dinâmicas das redes de associações são afetadas.

Outra forma de lidar com a análise dos sentimentos nas malhas digitais passa pela constituição de enormes bancos de dados que são recolhidos a partir da mineração por meio de *softwares*. O tratamento de dados minerados por *softwares* possibilita a construção de uma percepção mais global acerca das ondas e frequências emocionais acionadas por distintas redes. Neste sentido, Bollen, Pepe e Huina (2011, p. 4) defendem que

> a análise de sentimentos de um *corpora* de texto-minuto (tais como os tweets) é eficiente. Tal contribuição é pautada na ordem da linguagem, onde a ferramenta de coleta de dados a partir da seleção de termos, expressões e palavras procura inferir os sentidos possíveis do material armazenado, obtida através de uma abordagem sintática, baseada no termo que não requer nenhum treinamento ou aprendizagem de máquina.

Para este trabalho, percorremos o ponto de vista metodológico proposto por Hine (2004) ao considerar que a intenção firmada passa por "olhar para o que aconteceu *on-line* e ter a imagem completa do porquê ele era socialmente relevante ou significativo" (HINE, 2004, p. 4). A pesquisa etnográfica no e pelo ciberespaço vem sendo desenhada nas duas últimas décadas a partir dos esforços de pesquisadores. Parte de uma intensa discussão que vai da condição ontológica deste novo território, passando pela complexa produção de avatares (corpos, emoções, autonomia), alcançando a miríade de associações características dos ciberambientes.

Nesta direção, para esta análise, nos alinhamos às perspectivas de estudo que investem mais objetivamente sobre as interações nestes cenários, concebendo-os como portadores de idiossincrasias próprias e complexas que não permitem a mera transposição da etnografia face a face para o rastreamento de ambientes digitais.

Dessa maneira, o procedimento de coleta de dados passou por um trabalho artesanal, buscando o rastreamento *in loco* dos agentes nos trajetos que perfazem na web. Isso implicou acompanhar diariamente perfis, páginas, blogs, fóruns ou qualquer outro espaço em que os agentes da pesquisa transitaram ou em que temas/eventos que estes agentes procuravam compreender eram atualizados, replicados, debatidos. Os agentes em questão se apresentavam em dois tipos de substância: os sujeitos - moradores do ES e donos de perfis nas RDS que serviram de fonte primária para a pesquisa - e as *hashtags*. As *hashtags* aqui são compreendidas como o amálgama da ação humana e da ação não humana (maquínica). Elas constituem actantes digitais de natureza diversa da humana, ainda que elementos que as componham constem como entidades autônomas.

Também o recurso à Etnografia Multi Sited (MARCUS, 1995) indica a necessidade da transposição de fronteiras por parte do etnógrafo, pautando a pesquisa com a consideração das agências dos sujeitos em redes e conexões como práticas que se modulam em diferentes escalas. Para Marcus (1995, p.

105), "o pesquisador deve seguir as cadeias, as trajetórias e os fios que fazem parte de um fenômeno específico e tratar de fazer conjunções ou justaposições de situações, estabelecendo uma conexão ou associação entre elas". Tal recurso se justifica, pois entendemos que estamos lidando com um contexto multissituado ao rastrear agentes híbridos em sua circulação em plataformas digitais distintas.

O caderno de campo digital

Durante o período do Movimento, a reclusão domiciliar da população foi potencializada a partir da recepção de relatos textuais, imagens e vídeos de ocorrências, como assaltos, agressões e execuções, propagados pelas RSD. Também as agências de comunicação locais, e mesmo as percepções diretas vividas nas ruas ou presenciadas das varandas e janelas das residências dos moradores, intensificavam o sentimento de insegurança e medo.

As equipes de cobertura jornalística concentravam-se, na maior parte do tempo, na entrada do Primeiro Batalhão da PM / ES, em Vitória, onde em tese estaria o comando do Movimento. A cobertura dos eventos, na RMGV e no interior, era precária, dado o estado de alerta e as várias zonas fechadas por grupos criminosos locais. Neste contexto, já começava a ser construída a representação de que a grande mídia estaria tão confusa quanto qualquer outro morador da cidade.

Nesse cenário, os moradores passaram a registrar imagens, com seus dispositivos móveis, e a produzir textos de narrativas autorais e/ou com base em fontes institucionais sobre os eventos e divulgar essa produção nas RSD. Em pouco tempo, as RSD assumiram, para seus usuários, o papel de difusoras mais confiáveis e cronologicamente mais ágeis de notícias. Da imprensa, na TV ou no Rádio, eram esperadas apenas as informações referentes aos agentes político-institucionais, ao Governo, à situação em frente aos quartéis e às repercussões na mídia nacional dos eventos vividos no Estado. Inúmeras postagens autorais e memes sinalizavam a baixa confiança nos veículos de comunicação tradicionais, mesma desconfiança identificada nas jornadas de junho de 2013 e revelada na coletânea de textos sobre o movimento organizada por Cava e Cocco (2014).

Na intenção de explorar vídeos publicados no YouTube e as reverberações provocadas em seu processo de circulação entre as mídias Facebook,

WhatsApp e Instagram, tomaremos três momentos paradigmáticos (controversos) no contexto do "feriado/semana do bandido": a chegada da Força Nacional, os saques ao comércio e a intervenção urbana #SemMedo. Essas situações constituíram-se como eventos significativos (SAHLINS, 2004), produzidos nos ciberterritórios durante o período que durou o Movimento e cuja natureza das interações e revalidações de categorias nativas, bem como as negociações no plano dos sentimentos, procuramos compreender.

Pela quantidade de material que se produziu ininterruptamente, a opção foi discutir sem seccionar os domínios observados. Com a circularidade das informações e as ressignificações emergidas em cada ciberambiente, organizamos as reflexões a partir de eixos segundo imperativos do campo empírico. O trânsito no ciberespaço se faz a partir de um conjunto de negociações, que incluem um grupo de objetos técnicos e distintas redes que operaram naquele território, de modo que o território se converte em laboratório e é marcado por uma série de controvérsias que evidenciam a gama de redes em que o labor do etnógrafo está envolvido (LAW, 1994).

Os eixos ordenadores que emergem a partir de eventos e geram desacordos e questionamentos em relação aos sentidos da parte de quem os vivencia – ou seja, a partir de eventos que colocam o repertório de categorias nativas em risco – são denominados por Latour (2001) como controvérsias. Esclarecemos ainda que os relatos disponibilizados neste trabalho são peças apresentadas de forma aleatória, mas que obedecem às categorizações mencionadas. O procedimento se justifica em função do limite de caracteres para produção do artigo e o intuito de privilegiar a discussão.

A chegada da Força Nacional

Com o decreto de Intervenção Federal no Espírito Santo, os primeiros veículos do Exército Brasileiro oriundos do Rio de Janeiro começaram a chegar no dia 7 de fevereiro. O número de soldados foi aumentando ao longo dos dez dias seguintes, até alcançar a cifra de 3.454 militares. A vinda dos militares era aguardada com ansiedade pela população. Havia expectativa de restauração da ordem, uma vez que a ação do Governo local estava desacreditada.

Figura 3 – Exército na BR-101, na Serra-ES



Foto: Divulgação / Ministério da Defesa

A chegada do Exército foi regada a aplausos das sacadas dos edifícios de diferentes bairros da capital. Com a distribuição do efetivo pelas cidades, começaram a ser veiculados, nas diferentes plataformas no circuito das RSD, vídeos nativos, transmitindo em tempo real a passagem do Exército nas áreas residenciais, especialmente nos bairros considerados nobres pela população. A maior parte dos vídeos publicados no YouTube era gravada das sacadas, varandas e janelas de edifícios, possivelmente por meio de aparelhos celulares. O cenário comum a todos era uma narrativa espontânea do produtor e, ao fundo, gritos, aclamações, muitas palmas, assobios e até mesmo a queima de fogos de artifício.

Em vídeos lançados na rede, era possível ouvir os portadores dos dispositivos técnicos saudando de forma emocionada os militares, chamando-os de "heróis", incentivando-os a "colocar ordem, matar bandidos" e defender aqueles que os próprios portadores de dispositivos técnicos, produtores e publicadores dos vídeos, nomeavam como "cidadão de bem". Os vídeos nos sítios nas RSD receberam comentários em tons ora de revolta contra aqueles que eram designados como "bandidos", ora de satisfação pela chegada dos heróis e pela volta da ordem, ora de odes ao retorno do Regime Militar e a possíveis candidaturas políticas, como a do então deputado Jair Bolsonaro.

As imagens da recepção feita pela população à Força Nacional, assim como as reações aos saques e à intervenção urbana #SemMedo, foram o gatilho para a vivência/expressão de emoções em diferentes tonalidades e

escalas. Selecionamos alguns vídeos e comentários feitos pelos seguidores para a composição parcial deste relato.

Os vídeos foram assim identificados: "exército chega ovacionado no Espírito Santo (igual a gol da seleção) e já entra em ação!" (182.165 visualizações); "Espírito Santo pede socorro" (99.214 visualizações); "Povo aplaude chegada do exército no Espírito Santo" (3.450 visualizações) e "Finalmente exército chega ao Espirito Santo e é recebido com aplausos e festa" (2.615 visualizações).

Quanto aos comentários, foram selecionados os seguintes textos que circularam nas RSD, após a exibição dos vídeos:

> "Eu não sei, mas o exército devia matar pelo menos 50%, o resto matava depois."
> "Chega de políticos Safados, vagabundo, intervenção militar para salvar nossa nação; povo tá tão desesperado por segurança que vê 4 caminhões do exército e já comemora..."
> "Orgulho de ser militar do exército! Vamos combater a bandidagem e acabar com o crime de uma vez!! #BolsonaroPresidente"
> "Tive o privilégio de estar aí e descer a borracha em mal elemento, obrigado a todos que nos deram suporte e motivação."
> "Os caras já chegam ferrando os ladrões que maravilha"
> "Só acho que o EXÉRCITO deveria estar atrás de bandido, dentro dos bairros onde o tiro tá comendo solto e NÃO sendo usado pra apagar foguinho. Ficam parados em frente ao quartel e o bicho comendo. VIERAM PRA FAZER FIGURAÇÃO??? 😱😳😱😳😱😳 #ESpedesocorro #OrePeloEs"
> "Acho lindo a TV mostrar que está tudo bem na Praia do Canto, Praia da Costa, Jardim Camburi, Itapoã, entre outros bairros nobres! Não ouvi falar que a Força Nacional subiu os morros de Vitória ou entrou em Feu Rosa, Vila Nova e outros bairros. Convido-os a passar uma noite nesses bairros pra ver como está a situação!"
> "Não acabou! Força Nacional ajudando o governador a fazer a população de idiota! Bem a cara desse governo PH mesmo!"
> "Vamos lançar uma enquete, alguém aí viu algum carro da força nacional atuando? Pode ser em vídeo .. pq eu não vi nenhum até agora, só vi o exército."
> "sim, o que tem de vídeo mostrando "gente de bem" roubando é gigantesca. O Brasil decaiu tanto que até isso precisamos aprender a ver. #e usoucapixaba#ESpedesocorro"

Os saques ao comércio

Nos primeiros dias da "semana do bandido", o comércio de rua não sofreu alterações no seu funcionamento. Foi a partir da paralisação do transporte coletivo, em função de uma onda de assaltos aos ônibus, que os comerciantes, desde pequenos empreendedores aos grandes lojistas, cerraram as portas de seus estabelecimentos. Rapidamente, surgiram as postagens de imagens e narrativas textuais, oriundas de diversas localidades do Estado, sobre ocorrências de saque. Boa parte dos registros de saque que a própria imprensa exibiu na TV era proveniente da mídia nativa, enviada pelos "internautas" (designação que os editores adotaram em releases dos jornais locais), através do aplicativo WhatsApp.

As narrativas dos internautas abarcavam desde os dramas pessoais dos pequenos empreendedores a longos *takes* de quebra de portas e de transferência, sobretudo, de eletrônicos dos *stands* das lojas para carros, bicicletas, carrinhos de compra. Os saques mais expressivos se deram na RMGV e na cidade de Cachoeiro do Itapemirim. A grande surpresa girava em torno da constatação de que o sujeito saqueador era aquele considerado "cidadão de bem". Com este pressuposto, as autoridades municipais criaram postos de devolução dos itens furtados com premiação por meio das isenções do registro policial e do indiciamento dos protagonistas. Muitos dos chamados "cidadãos de bem" registraram vídeos se retratando e/ou fazendo a devolução dos bens que extraviaram[6].

Os vídeos dos saques rastreados foram: "ESPIRITO SANTO PEDE SOCORRO", com 99.214 visualizações; "VIDEO: #1 : Caos em Espírito Santo... Saques e vandalismo" (3.424 visualizações); "Vídeo: Internautas registram os saques na Ricardo Eletro de Cachoeiro" (1.867 visualizações); "Vídeo: Internautas registram os saques na Ricardo Eletro de Cachoeiro" (1.867 visualizações); "_vídeo: CAOS NO ESPIRITO SANTO - GREVE DA POLÍCIA - ARRASTÕES, SAQUES e ASSALTOS" (19.416 visualizações); "Invasão e saque na loja da Ricardo Eletro em Vitoria - Espirito Santo" (64.192 visualizações).

Quanto aos comentários reativos aos vídeos, selecionamos:

6 Polícia indicia 60 por saques em Cachoeiro. Foram recuperados 663 objetos levados pelos saqueadores no auge da crise de segurança, durante greve da PM. Disponível em: <https://jornalfato.com.br/policia/policia-indicia-60-por-saques-em-cachoeiro-2,236366.jhtml>. Acesso em: 14 maio 2018.

> Só no nosso país, nosso governo do ES, olha ... é gente de classe média, classe baixa, classe alta só roubando ... gente vem com carrinho de compra pra fazer feira, só que a feira deles não é de comida não, é roubo"
> "Triste ver a população roubando as coisas das lojas como se fossem animais"
> "Tem que ter pena de morte no Brasil"
> "Mas não acaba guerra com guerra' leva flores pros bandido pedindo paz pra vê o que acontece !!!! #Bolsonaro2018"
> "ja pensou ki pika seria se os policias do RJ entrasse em grave, seria tenso."
> "Impressionante como o desarmamento aqui funciona né? 90% dos bandidos todos armados."
> "Estou horrorizada, muito triste, amiga temos que orar muito 😔😔😔"
> "Nossa, quanta tristeza, muitos desse ladrões são jovens; arriscar a vida por uma televisão; e o pior que os moradores não têm arma de fogo pra se defender, em caso deles decidirem roubar as casas com pessoas dentro. Nunca, meu sonho è voltar pro Brasil, mais que nunca voltarei, nem que seja pra visita, que Deus ajudem vocês ai.♥♥♥

Intervenção Urbana

Na noite do dia 9 de fevereiro, Rike Soares, dono de três casas de shows em Vitória, transitou pelas ruas da capital com um carro de som tocando a música "Imagine" (John Lennon) e projetando nas fachadas dos edifícios residenciais a *hashtag* #SemMedo. Quase que a totalidade dos moradores, alojados em suas casas por uma semana, aplaudiu de suas sacadas a iniciativa. Vários vídeos foram produzidos e rapidamente lançados nas RSD.

O conjunto de imagens foi replicado após o horário de exibição dos telejornais locais, de forma que a circulação intensa em diferentes redes foi impulsionada basicamente pela ação dos usuários das RSD. Os comentários eram indexados com a *hashtag* #SemMedo, projetada pelo empresário, e suscitaram diferentes reações, desde aclamação a críticas relativas às limitações estéticas da intervenção, ao oportunismo e ao caráter despolitizado da performance.

Os vídeos rastreados foram: "Carro de som em Vitória ES" (1.430 visualizações); "Carro toca 'IMAGINE' de John Lennon e ilumina #SEM MEDO em Vitória, ES" (57.124 visualizações); "Moradores de Vitória surpreendidos em meio ao caos: Mensagem direta ao som de IMAGINE / John Lennon" (504 visualizações).

Quanto aos comentários dos vídeos, selecionamos:

> "E aí quando a gente acha que tá tudo meio que perdido vem uma pessoa de bem dessas aí... muito legal... colocando o som na rua com o carro ... e olha que coisa mais linda gente... #semmedo"
> "Mas o som impediu o pessoal de roubar?"
> "Meu, a intenção não era "acabar com os crimes" e sim, passar um conforto para as pessoas que estavam com medo de sair de suas casas. O ser humano é tão ignorante, que até nas boas coisas que as pessoas tentam fazer, eles acham ruim."
> "A t e n ç a o c h e g o u c h a t u b a h e i m"
> "Desculpa, mas se o cara tivesse vindo com Chatuba de Mesquita ele não teria sido um babaca apenas."
> "Por que não tocou Highway To Hell do AC/DC? KKKKKKKKK"
> "Boatos que ele virou a esquina e foi roubado aushasuahs"
> "Aaaaaaaatencaaaaaao chegou chatuuuuuba heinnnnnnn!!!"
> "Sou mais a montagem que tem a música do chatuba"
> "Isso resolveu toda a violência em Vitória?"
> "Caralho, deixa eu gritar "irado", "que lindo", "Uhuuuuu", "Sem medo" trancado, de dentro do meu prédio, me cagando de medo de ser estuprado, roubado e assassinado! Brasil é um piada mesmo!"
> "Negoh tem que entender que a intenção da pessoa não era acabar com a violência combater bandidos ou ir contra a polícia e sim dar um acalanto uma esperança as pessoas que assim como ele estavam passando por esse momento tão difícil mostrar que mesmo em meio ao caos existem pessoas boas dispostas a lutar por dias melhores que as pessoas não podem se curvar ao medo que elas têm que seguir em frente e pela reação dos moradores por onde ele passou a mensagem dele foi bem transmitida."
> "Eu achei uma excelente iniciativa e com uma maravilhosa música, quem conhece a letra sabe o que estou dizendo. Infelizmente o mundo está precário de pessoas boas! Diante de tudo o que está acontecendo, eu fico me perguntado quantos dessas pessoas que estavam roubando lojas, mercados entre outros, também estavam na passeata contra corrupção? Quantos delas realmente precisavam daquilo que roubaram? Isso é uma coisa engraçada de se pensar, porque se o mundo não tivesse autoridade de punição isso seria considerado normal? Onde está a Ética da sociedade que deseja um país melhor mas não faz nada para melhorar!"
> "Ser humano nota dez! Deus o guarde."
> "Dane-se a música, música não resolve nada; porte de arma para cidadão de bem, já."

> "Eu quero é um fuzil pra cada bom homem que essa música vai tá tocando é no beco dos vagabundos."
> "Há esperança. Aqui no canal nós nos emocionamos ao ver esta mensagem... Sabemos a realidade dura que o povo tem passado mas levantem as forças, pressionem o governo e vamos conseguir. #AbraçoES #AmoES #VidaLongaAoES"

A estética digitalizada do medo

O rastreamento de *hashtags* numa perspectiva etnográfica implica a exploração dos diferentes modos de expressão dos sujeitos e/ou entes digitais. A revisão reflexiva do caderno de campo digital privilegiou o conteúdo imagético propriamente dito (ainda que não desenvolvamos neste artigo uma análise densa dos vídeos, fotografias e memes) e as expressões textuais e icônicas selecionadas, na intenção de refletir sobre a produção, manifestação e compartilhamento dos sentimentos nas RSD.

Algumas questões emergiram: as sentimentalidades e os humores produzidos em interações no e pelo ciberespaço guardam algum tipo de especificidade? Eles são substancializados a partir de categorias afetivas culturais exclusivamente atualizadas no e pelo ciberespaço? As emoções podem se autonomizar e se converter em agentes, especialmente aquelas em que as pessoas se encontram submetidas à situação de insegurança e medo extremo?

Argumentamos que, em contexto de comoção coletiva, as imagens funcionam como disparadoras de emulações e catarses e como produtoras de narrativas apoiadas em roteiros sentimentais expressivos e implosivos. Para nós, esta questão fica evidenciada, especialmente em situação de insegurança e medo. A panaceia resultante de imagens, contextualizadas e não contextualizadas, de sons humanos e não humanos expostos em diferentes volumes, de edições e ausência de edição de vídeos, de frases, de acontecimentos amplia os sentidos e sentimentos de medo e insegurança.

Durante o Movimento, as notícias sobre assassinatos, as visualizações de saques, o louvor à chegada da Força Nacional, a intervenção urbana #SemMedo proporcionaram a possibilidade de construção e organização da realidade do evento a partir da experiência atualizada/re-atualizada como medo e insegurança. Koury (2005, p. 103) destaca, em relação às imagens, que "sempre presentes e deslocadas do sujeito que a observa e autônoma a ele e com vida própria, elas se permitem colocar para o observador como os

olhos que imprimem o real". No período da paralisação, observamos que as expressões das emoções em contextos informacionais, que são ao mesmo tempo manifestações dos agentes humanos e emergência de agentes digitais (híbridos de homem-máquina), exprimiram-se como formas de atualização/re-atualização de experiências.

Desta forma, as emoções vivenciadas nas e pelas redes digitais, do ponto de vista do agente humano, incidem decisivamente na construção simbólica dos eventos a partir do olhar do produtor e do receptor que decidem, em rede e em interação com a máquina (software e hard), "o que vale a pena conservar no caos ou na existência multifacetada de um cotidiano" (KOURY, 2005, p. 103).

Nesse sentido, ainda do ponto de vista do actante humano, a crise de segurança no Espírito Santo em 2017 se constituiu nas RSD como uma miríade de dramas coletivos protagonizados por agentes que constroem interpretações dos eventos a partir da experiência do risco. A insegurança pela ruptura do ordinário sacudiu o repertório de categorias nativas, cujo processo se cristalizou, dentre outras formas, em emoções. A sensação de risco motivadora do medo resultou em pane do sistema simbólico compartido.

Por conseguinte, emergiram os mexericos, sobretudo no WhatsApp, em termos como já haviam sido identificados por Elias e Scotson (2000, p. 129): "o grupo mais bem integrado tende a fofocar mais livremente do que o menos integrado, e que, no primeiro caso, as fofocas das pessoas reforçam a coesão existente". Neste sentido, foi significativa, reforçando a análise realizada por Elias e Scotson, a rejeição da população à versão transmitida pelo Jornal Nacional, da Emissora Rede Globo, sobre o fim da paralisação. Como exemplo, uma postagem que circulou nas plataformas pesquisadas afirmava ironicamente: "E quando o Jornal Nacional diz uma coisa e o Whatsapp outra?".

Para Granovetter (1973), os laços que caracterizam as interações estabelecidas nas RSD por meio da sobreposição de redes de amizade entre indivíduos variam diretamente com a força de suas conexões. O autor sugere que o impacto do princípio de difusão da influência, da informação, de oportunidades, de mobilidades e de organizações comunitárias é explorado. O debate proposto por Granovether fortalece nosso argumento sobre o impacto das RSD de promover níveis maiores de confiança do que os depositados em agências de comunicação, corroborando os sentimentos de medo e de insegurança durante os eventos do Movimento.

Nesse contexto, os boatos circularam na forma videográfica e nas reações expressas nos comentários, rapidamente replicados, aumentando a sensação de insegurança e de medo da população. A postagem de um vídeo ainda "inédito" nas RSD também potencializava a performance do usuário que estava a todo momento controlando a audiência, a partir dos sentimentos que ele suscitava nos "add" de suas redes. Era um fenômeno paralelo que ocorria e que, recorrendo a Elias (1994, p. 213), podemos considerar como sendo o medo de perda de prestígio que é

> aos olhos dos demais, instilado sob a forma de auto compulsão, seja na forma de vergonha, seja no senso de honra que garante a reprodução habitual da conduta característica, e como sua condição um rigoroso controle das pulsões em cada pessoa.

Nesse sentido, também podemos considerar que o medo, como experiência em rede nos ciberambientes, é constituído na dimensão digital da cidade. Não há separação entre a cidade material e a digital (LEMOS, 2007). Entretanto, ênfases em experiências *on* e *off-line* são impressas em determinados contextos. No contexto de aquartelamento da PM/ES, que se desdobrou no "sitiamento domiciliar" da maior parte dos moradores das cidades capixabas, claramente, a vida pública, as interações cotidianas passaram a ser preferencialmente exercidas no ciberespaço.

Sendo assim, as RSD, enquanto infovias, foram os espaços de dramatização da quebra do ordinário, o lugar onde todos podiam se encontrar, se expressar, trocar informações – já que não se sentiam seguros com a cidade material nem tampouco com o papel da mídia. De certa forma, as RDS também se configuravam como o território da produção da sensação de "estabilidade mínima", ainda que substancializada na reciprocidade e no compartilhamento dos sentimentos, especialmente do medo.

Desse modo, o reconhecimento da dimensão digital da cidade e a possibilidade de construção das interações nas infovias dão suporte para compreender a produção intensiva de narrativas digitais. A emergência e a circulação das mídias nativas em contextos de instabilidade são um bom caminho para compreender que "a estética do medo é a constatação material mais figurativa na transformação da cidade" (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 82). Como produto dessa dinâmica, especialmente durante o Movimento, as RSD po-

tencializaram os sentimentos de medo e insegurança vigentes na sociedade capixaba, amedrontada com os níveis de violência em curso desde o final do século XX.

Destacamos, contudo, que a opção pelo rastreamento das *hashtags* #grevePMES, #EspíritoSantopedesocorro e #SemMedo não consistiu numa simples e pragmática opção metodológica. As *hashtags* são entes digitais complexos, demarcam fronteiras e cursos distintos no fluxo das redes de sociabilidade. Elas ligam sujeitos não apenas pelo conteúdo descritivo das temáticas em torno das quais se constituem. As *hashtags* ligam experiências por meio do *devir* imagético e textual. Sentimentos também são indexados e ordenados em fluxo por elas.

Na "semana do bandido", o medo e a percepção de insegurança foram as substâncias que moveram as interações entre as pessoas. O território privilegiado para as suas manifestações/produções/retroalimentações foi o ciberespaço. Novamente, Eckert e Rocha (2008, p. 76) reforçam nosso argumento, ao pontuarem que "a cultura do medo vivida pelos grupos urbanos em questão desestabiliza a previsibilidade da cosmovisão de grupos e de suas ações rotineiras com base em referências institucionais e papéis socialmente objetivados".

Também as noções relativas à conduta diária foram questionadas com a suspensão e/ou restrição temporária das interações no mundo das materialidades. O cotidiano *off-line* dos moradores de grande parte das cidades do Estado foi articulado à ação individual e coletiva de uma maneira específica. Dessa forma, o ciberespaço apresentou-se como um lugar onde se estabeleceram mapas mentais e um tipo diferente de educação sentimental.

A *hashtag* como um ente digital cumpriu também, em alguma medida, o papel de avatar, o "avatar do medo" substancializado em *bites*. Para Eckert e Rocha (2008, p. 94), "trata-se aqui de se conceituar o medo como valor". Esse medo se torna agente digitalizado, híbrido e cambiante, "contendo qualidades simbólicas, um 'valor' [...] em nome do qual se realiza o processo de articulação das ideias relacionais que amalgama a ideia de cultura como sistema simbólico e de sociedade como atualização de uma nova ordem social" (ECKERT; ROCHA, 2008, p. 94).

O medo, tornado avatar pelas expressões dos sujeitos que se valem da *hashtag* para acessá-lo e/ou criá-lo, atua como um agente mais que humano e que transita no seio da cultura e dela é partícipe e coprodutor. A indexação

pela *hashtag* é um jogo no qual jogam os agentes individuais e coletivos por meio dos seus próprios avatares, numa arena de alteridades que se produzem mutuamente. Nesse sentido, tratou-se não apenas da emergência de novas linguagens da emoção, engendradas no e pelo ciberespaço, mas emergiram também novos agentes e novos modos de interação e associação: emoções de medo e insegurança hibridizadas com elementos maquínicos, cristalizadas em entes virtuais, tornadas avatares.

Considerações finais

Nesse artigo, procuramos apresentar uma revisão reflexiva do caderno de campo digital produzido durante a crise de segurança pública no Espírito Santo, em fevereiro de 2017. O propósito foi levantar algumas questões gerais do ponto de vista da constituição e circulação dos sentimentos de medo e da percepção de insegurança da sociedade capixaba, nas RSD, durante o período do Movimento de paralisação da Polícia Militar.

Os comentários registrados pelos seguidores das *hashtags* #grevePMES, #EspíritoSantopedesocorro e #SemMedo expressaram os imperativos colocados pela própria natureza dos eventos em torno dos quais eles emergiram e que pautaram a tematização da cultura do medo e do risco. Nesse sentido, também os comentários potencializaram os sentimentos do cidadão comum sobre a figura do "bandido", conforme reflete Michel Misse (2010). O mais preocupante foi verificar que, para grande parcela desses cidadãos comuns – que escrevem nas RSD, aqui presente de forma aleatória –, "bandido bom é bandido morto"; embora aquele que é considerado "cidadão do bem" cometa crimes, mas não recebe o mesmo tratamento por parte da sociedade e das instituições.

No entanto, pensar nos sentimentos a partir de interações no ciberespaço pressupõe a consideração de agentes híbridos. Neste sentido, em situações de violência extrema, tal como a vivenciada pela população capixaba em fevereiro de 2017, entendemos que acontece a transubstanciação do medo em entes digitais encorpados em registros videográficos, textuais e icônicos, tal como pressupõem Eckert e Rocha (2008), bem como acontece o estreitamento dos laços fortes, como apontado por Granovetter (1973).

As *hashtags* funcionaram, assim, como indexadoras das experiências do risco e, mais que categorizadoras, podem ser entendidas como uma das pos-

sibilidades de avatarização do medo. O medo-*hashtag* é um ente digital que emerge de mídias nativas e ganha a condição de agente autônomo, cambiante e anacrônico que passa a interagir com os usuários das RSD. Como tal, são potencializadores de sentimentos que conduzem às mais diversas reações da sociedade.

A intenção deste debate é contribuir para a reflexão acerca das emoções produzidas nas interações em ciberambientes, abrindo novas possibilidades de encarar, pela etnografia, o tema da violência e segurança pública. Não analisamos pontualmente cada uma das categorias de mídias nativas apresentadas. No momento, uma reflexão mais geral em torno das emoções parece ser a contribuição possível.

Referências

ADORNO, Sérgio. (1998), *Conflitualidade e violência:* reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, v. 10, n. 1, pp. 19-47.

BITTENCOURT, Matheus B. (2016), Política estadual de segurança pública no Brasil: o caso do Estado do Espírito Santo entre 1999 e 2012. In: OLIVEIRA, David; SILVA, Artur Satamfort; CARVALHO, Paulo; PIRES, Carolina L. (org.). *A sociologia do direito entre discurso e ação*. Vol. 3. Porto Alegre: ABRASAD. pp. 330-346.

BOLLEN, Johan; PEPE, Alberto; HUINA, Mao. (2011), Modeling public mood and emotion: Twitter sentiment and socio-economic phenomena. In: *5 INTERNATIONAL CONFERENCE ON WEBLOGS AND SOCIAL MEDIA*, 2011, Barcelona. AAAI Publications, Fifth International AAAI Conference on Weblogs and Social Media. pp. 450-453. Disponível em: https://www.aaai.org/ocs/index.php/ICWSM/ICWSM11/paper/view/2826. Acesso em: 18 mar. 2018.

BOYD, Danah. (2010), Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics and Implications. In: PAPACHARISSI, Zizi (ed.). *Networked Self*: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites. Local: New York, Routledge. pp. 39-58.

CARRO toca 'Imagine' de John Lennon e ilumina #sem medo em Vitória, ES. YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7t1Zp9yvMZ4>. Acesso em: 09 fev. 2017.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. (2014), *Amanhã vai ser maior*: o levante da multidão no ano que não terminou. 1. ed. São Paulo: Annablume.

COSTA-MOURA, Fernando. (2014), *Proliferação das #hashtags:* lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos. Ágora, v. XVII, pp.141-158.

CRISE da Segurança Pública no Espírito Santo em 2017. Wikipédia, S.l., s.d. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_da_seguran%C3%A7a_p%C3%BAblica_no_Esp%C3%ADrito_Santo_em_2017>. Acesso em: 20 out. 2017.

DI FELICE, Massimo. (2018), *Mídias nativas*. Disponível em: <http//www.grupoatopos.blogspot.com>. Acesso em: 20 abr. 2018.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. (2008), Cidade sitiada, o medo como intriga. *Revista Iluminuras,* v. 9, n. 2, pp. 1-29.

ELIAS, Norbert. (1994), *A sociedade dos indivíduos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. (2000), *Os estabelecidos e os Outsiders*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

EM 7 DIAS, mortes no ES superam o total de fevereiro de 2016. UOL Notícias, S.l., 11 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/02/11/em-7-dias-mortes-no-es-superam-todo-fevereiro-de-2016.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ESPÍRITO Santo pede socorro. YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 06 fev. 2017.

EXÉRCITO chega ovacionado no Espírito Santo (igual a gol da seleção) e já entra em ação! YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 07 fev. 2017.

FINALMENTE Exército chega ao ES e é recebido com aplausos e festa. YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 07 fev. 2017.

GRANOVETTER, Mark S. (1973), The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, pp. 1360-1380.

HARTUNG quer 20 anos de prisão para PMs em greve. Brasil 247, S.l., 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/279723/Hartung-quer-20-anos-de-pris%C3%A3o-para-PMs-em-greve.htm>. Acesso em: 28 mar. 2019.

HEIDEGGER, Martin. (2002), *Ser e Tempo*. Partes I e II. 12. ed. Petrópolis: Vozes.

HINE, Christine. (2004), *Virtual ethnography revisited*. Paper summary prepared for session on Online Research Methods, Research Methods Festival, July 1st 2004, Oxford. Disponível em: <http:// www.restore.AC.UK/orm/backgraund/exploringorms/rmf_hine_outline/pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2018), Atlas da Violência 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=33410&Itemid=432>. Acesso em: 17 ago. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (2016), Boletim Informações Criminais do Espírito Santo/Maio 2016. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4582-boletim-de-informacoes-criminais-1-trimestre-de-2016>. Acesso em: 16 ago. 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. (2017), Boletim Informações Criminais do Espírito Santo/Maio 2017. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/4867-boletim-de-informacoes-criminais-1-trimestre-de-2017>. Acesso em: 16 ago. 2019.

INVASÃO e saque na loja da Ricardo Eletro em Vitória – Espírito Santo. YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 10 fev. 2017.

JORNAL FATO. *Internautas registram os saques na Ricardo Eletro de Cachoeiro*. 2017. 1 vídeo (1min20seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 06 fev. 2017.

KOURY, Mauro G. P. (2005), A antropologia das emoções no Brasil. *RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoçã*o, GREM, UFPB, v. 4, n. 12, pp. 239-252.

LATOUR, Bruno. (2001), *A Esperança de Pandora*: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC.

LAW, John (1994), *Organizing Modernity*. 1. ed. Oxford: Blackwell.

LEMOS, André. (2007), *Cidade Digital*: portais, inclusão e redes no Brasil. 1. ed. Salvador: EDUFBA.

LIU, Bing. (2010), Sentiment Analysis and Subjectivity. In: INDURKHYA, Nitin; DAMERAU, Fred J. *Handbook of Natural Language Processing*. 2. ed. Local: Editora Chapman and Hall/CRC . p. 702. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228667268_Sentiment_analysis_and_subjectivity. Acesso em: 18 jun. 2017.

MACHADO, Viviane. *Em 7 dias, ES já tem quase número de mortes de todo fevereiro de 2016*. G1-ES, S.l., 10 fev. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/02/em-7-dias-es-ja-tem-quase-numero-de-mortes-de-todo-fevereiro-de-2016.html>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MALINI, Fabio; CIARELLI, Patrick; MEDEIROS, Jean. (2017), O sentimento político em redes sociais: big data, algoritmos e as emoções nos tweets sobre o impeachment de Dilma Rousseff. *Liinc em Revista*, v. 13, n. 2, pp. 323-342.

MARCUS, George. (1995), Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology,* v. 24, pp. 95-117.

MISSE, Michel. (2010), Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova*, n. 79, pp. 15-38.

MORADORES de Vitória surpreendidos em meio ao caos: mensagem direta ao som de Imagine / John Lennon. YouTube, S.l., 2017.Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PARALISAÇÃO da PM completa um ano: Relembre fatos que marcaram a maior crise na segurança do ES. Folha Vitória, S.l., 04 fev. 2018. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/02/2018/paralisacao--da-pm-completa-um-ano--relembre-fatos-que-marcaram-a-maior-crise-na--seguranca-do-es>. Acesso em: 10 fev. 2018.

PEREIRA, Eliete S. (2007), *Ciborgues indígen@s.br: a presença nativa no ciberespaço*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2361>. Acesso em: 10 maio 2017.

POVO aplaude chegada do Exército no Espírito Santo. YouTube, S.l., 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 06 fev. 2017.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira; DADALTO, Maria Cristina. (2013), *Movimentos migratórios, criminalidade e direitos civis no Espírito Santo. Sinai*s, n. 14, pp. 1-47.

SAHLINS, Marshall. (2004), *Cultura na prátic***a**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

SALVADOR, Marçal. *Caos em Espírito Santo...Saques e vandalismo.* 2017. 1 vídeo (1min9seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jLOO0rlJpZk>. Acesso em: 06 fev. 2017.

TV COIOTE. *Caos no Espírito Santo - Greve da Polícia - Arrastões, Saques e Assaltos*. 2017. 1 vídeo (2min36seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nTylGo0r0yI>. Acesso em: 06 fev. 2017.

X TUDO RIBEIRÃO. *Carro de som em Vitória ES*. 2017. 1 vídeo (1min28seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lBmP2Ml9GZ4>. Acesso em: 24 fev. 2017

Submetido em 01 de abril 2019
Aprovado em 26 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0

DOI: http://dx.doi.org/10.20336/rbs.495

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Os *embolamentos* do tráfico de drogas em Porto Alegre pela ótica do interacionismo radical

Angs of drug traffic in Porto Alegre from a radically-interctionist point of view

Betina Warmling Barros*

RESUMO

O trabalho busca compreender as possibilidades de utilizar a abordagem teórica do "interacionismo radical" para o estudo da temática dos chamados coletivos criminais do tráfico de drogas do Brasil. Assim, retoma-se a constituição do interacionismo simbólico, traçam-se as principais distinções da sua versão radical e articula-se a produção sociológica sobre os coletivos criminais do tráfico de drogas no Brasil contemporâneo. Após, utiliza-se de produção empírica sobre a temática do tráfico de drogas realizada com adolescentes internados, para propor a possibilidade de utilização do interacionismo radical na abordagem do tema, o que pode se constituir: a) pelos processos de dominação dos agentes mais velhos que fazem parte do tráfico; b) pela observação das operações veladas de dominação; c) pela centralidade que o *status social* adquire na constituição do fenômeno da violência.
Palavras-chave: Interacionismo simbólico. Tráfico de drogas. Coletivos criminais.

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (UFRGS). Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais UFRGS. Membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (UFRGS). Pesquisa no campo da Sociologia da Violência os temas socioeducação, justiça juvenil, tráfico de drogas, juventude, masculinidades e violência letal. barros.betina3@gmail.com

ABSTRACT

The present work seeks to understand the possibilities of using the theoretical approach known as "radical interactionism" for the study of the called "criminal groups" of drug trafficking in Brazil. After resume the principal issues about the constitution of symbolic interactionism, the main distinctions of its radical version are established and related to the sociological production of drug trafficking criminal collectives in contemporary Brazil. Secondly, the empirical production with adolescents confined at a house arrest about the drug trafficking is used to propose the possibility of using radical interactionism in the approach to the topic, which may be constituted by: a) the processes of domination between the older agents to the younger members of the drug trafficking; b) by observing the veiled operations of domination that occur in this context; c) the centrality that social status acquires in the constitution of the violence phenomenon.
Keywords: Symbolic interactionism. Drug trafficking. Criminal collectives.

Introdução

Certamente os ditos pais do interacionismo simbólico, George Herbert Mead e Herbert Blumer, não imaginariam que tal teoria sociológica poderia ser utilizada como perspectiva de análise do fenômeno dos coletivos criminais do tráfico de drogas no Brasil contemporâneo. Em verdade, dificilmente os teóricos possuem absoluto controle de como suas teorias serão operacionalizadas no futuro. Entretanto, diversos sociólogos utilizaram a base teórica da corrente para desenvolver suas próprias perspectivas na temática da sociologia da violência, como é o caso da Teoria da Rotulação de Goffman, por exemplo (1963). Mas seria possível realizar uma abordagem interacionista para a temática dos coletivos criminais na realidade brasileira? Ou ainda: como a perspectiva mais recente do interacionismo, autodenominada radical, serviria como lente teórica para análise desse objeto?

Com o objetivo de dar conta de tais questionamentos, no primeiro item, parte-se da retomada dos autores clássicos do interacionismo simbólico, identificando os pressupostos basilares da teoria, e dos autores próprios do campo da sociologia da violência que utilizaram tal aporte na construção de suas próprias teorias. Em seguida, apresenta-se a concepção do interacionismo radical formulada por Athens (2013), suas semelhanças e distinções em relação à perspectiva clássica, questionando como a sociologia da violência, em específico na temática dos coletivos criminais, poderia se beneficiar de

tal lente teórica. Segue-se com a conceitualização do que se entende como coletivos criminais no Brasil e alguns dos problemas sociológicos envolvidos e, por fim, utiliza-se dos dados empíricos produzidos, para propor o uso das inversões realizadas pela teoria de Athens na análise do funcionamento interno dos "embolamentos", ou coletivos criminais, dos quais fazem parte os sujeitos que participaram da pesquisa.

Nesse sentido, os resultados do presente trabalho foram produzidos no encontro entre a perspectiva teórica do interacionismo radical e o conhecimento construído nos debates entre a pesquisadora e dez adolescentes internados em uma Unidade de Atendimento, parte da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS). A abordagem metodológica utilizada foi aquela do grupo focal e os questionamentos realizados na mediação do grupo visavam a estabelecer possíveis comparações e diferenciações entre o chamado "polo de trabalho legal", constituído pelas experiências de trabalho lícito, e o "polo de trabalho ilegal", representado pelo tráfico de drogas, de modo a tornar acessível a abordagem da temática do tráfico de drogas e da constituição dos grupos criminais vinculados a tal mercado.

1 O interacionismo simbólico clássico

Não foi por acaso que se iniciou o presente trabalho identificando os "pais" do interacionismo simbólico. Entende-se que a importância de Mead e Blumer para a afirmação da teoria é tamanha que parece necessário retomar algumas construções dos autores, identificando assim os contornos gerais de tal corrente teórica. Mead, psicólogo que desenvolveu sua vida acadêmica no campo da filosofia em intersecção com a sociologia e a psicologia social, entendia que a sociedade era essencial na construção do *self,* pois os pensamentos têm significado sempre na relação com o "outro generalizado". A psicologia social, por sua vez, deveria possuir ares "realistas", na medida em que, para Mead, as experiências do interior do ser humano deveriam ser buscadas a partir dos significados conferidos aos atos (CORREA, 2017, p. 178).

Para o autor, o foco de análise deveria se dar no modo como o indivíduo provoca as reações com seu parceiro de interação. A resposta sobre os significados estaria, portanto, na relação entre as fases internas e externas, ou seja, a mente como produto da relação entre organismo e situação (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 149). Acrescenta-se que George Mead identificou

o ato social como sendo o comportamento passível de observação da relação de ambas as fases, a qual seria mediada pelos chamados símbolos. Esses símbolos seriam "significantes" quando, por trás deles, houvesse um significado posto na interação, produzindo uma reação adequada do indivíduo receptor de tal símbolo. Nesse sentido é compreensível por que, para Mead assim como para boa parte dos interacionistas, a linguagem é uma importante unidade de análise do significado (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 150).

Mead identificou também uma vinculação entre a gênese do *eu* e a descoberta da sociedade. A criança descobre quem é ao aprender o que é a sociedade, o que ocorre essencialmente na interação com outros seres humanos. Esses outros são diferenciados por Mead entre "outro significativo", composto por quem é mais próximo da criança, e "outro generalizado", representado por um maior nível de abstração da resposta social (BERGUER, 2001, p. 113). Nesse sentido, a identidade não seria pré-existente, mas atribuída ao ser a partir de atos de reconhecimento social.

Sustentando-se nas concepções de Mead, Blumer consolidou os pressupostos interacionistas, sobretudo na publicação "Symbolic Interactionism: Perspective and Method", na qual afirmou a importância do significado como elemento de compreensão do comportamento humano. Tal comportamento seria um produto social, ou seja, construído a partir das atividades dos indivíduos, sobretudo das suas interações (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 153). Os três grandes pressupostos do interacionismo simbólico seriam, então: a) orientação dos atos do ser humano em função do que as coisas significam para ele; b) significado dessas coisas como uma consequência da interação social de cada um com seu próximo; c) significados são modificados através da interpretação das pessoas quando essas se defrontam com as coisas (BLUMER, 1986, p. 2).

O autor se destaca por salientar a importância da observação da experiência humana concreta, atentando-se para as situações sociais nas quais agem os seres humanos. Assim, seus métodos de observação acabam privilegiando os estudos naturalistas e as histórias de vida, opondo-se, por um lado, aos métodos quantitativos e, por outro, criticando os conceitos abstratos como cultura e estrutura, por exemplo (CORREA, 2017, pp. 182-183). Se Blumer parte do conceito de *self* de Mead para afirmar que é possível identificar o significado do símbolo através da interpretação do indivíduo, o autor discorda da visão mais realista do precursor do interacionismo, na medida em

que esse entende o símbolo significante como algo constituído em momento anterior à interação (CORREA, 2017, p. 184). A interpretação realizada pelo ser é mais relevante na concepção de Blumer e a vida social é, portanto, entendida como um processo dinâmico de criação e recriação de significados, os quais não estão simplesmente dados pela realidade.

O interacionismo simbólico produzido até esse momento defendia a ação como aquilo que se origina de um impulso interno e como sendo a unidade básica da produção da estrutura social. Como se percebe, tal concepção leva necessariamente a uma pesquisa social pautada sobretudo pelo ponto de vista do ator. Assim, em relação à dicotomia referida entre as fases interna e externa da ação, certamente a segunda acaba sendo deixada um pouco de lado, enquanto a experiência interior é valorizada, a qual poderia ser acessada na medida em que se compreende a experiência das pessoas (CORREA, 2017, p. 186).

Nesse sentido, está dado o caráter empírico de tal perspectiva, o que se confirma quando Blumer coloca o interacionismo simbólico não como uma doutrina filosófica, mas como uma perspectiva parte de uma ciência social empírica (1986, p. 21). A realidade, para o autor, só se verifica no mundo empírico, ou seja, na experiência diária, nas camadas superiores daquilo que os seres humanos veem em suas vidas e reconhecem nas vidas dos outros (1986, p. 35). Não parece difícil perceber, portanto, que está se falando de uma perspectiva que coloca, talvez pela primeira vez na história do pensamento social, o indivíduo como intérprete da sua própria experiência (CARVALHO; BORGES; RÊGO, 2010, p. 154).

Com o desenvolvimento da teoria social, outros autores se utilizam das premissas interacionistas em suas próprias investigações, desenvolvendo tanto material empírico quanto novos contornos teóricos e adaptando os preceitos basilares da teoria a áreas específicas da sociologia. Goffmann, por exemplo, faz parte do conjunto de sociólogos que utilizaram o interacionismo para compreender como os atores enfrentam as situações não-favoráveis, criando assim uma chamada microssociologia que estaria mais preocupada com a identidade social e com a imagem que o sujeito faz de si mesmo do que necessariamente com a cooperação entre os indivíduos (CORREA, 2017, p. 198).

O aluno de Mead, ao utilizar métodos mais próximos da antropologia cultural, destaca-se por avançar em uma teoria que já não se pauta apenas pelas práticas verbais, como também valoriza aquelas não-verbais, deslo-

cando o estudo para a "cena", na medida em que situa os atores sociais no espaço onde se desenrolam as ações dos indivíduos. Goffman, conhecido principalmente pelas suas três grandes obras: "Manicômios, prisões e conventos" (1974)", "A representação do eu na vida cotidiana" (1975), e "Estigma" (1975), voltou sua pesquisa, principalmente em seu primeiro livro, ao estudo específico de uma temática muito cara à sociologia da violência: as prisões. Classificada pelo autor como uma "instituição total", isto é, local em que todos os indivíduos são atendidos de forma semelhante, separados da sociedade por um período de tempo considerável e com suas vidas controladas por uma administração formal (KUNZE, 2009, p. 278), a prisão é posta em evidência como local de observação da interação social.

Talvez um dos principais cientistas sociais brasileiros a importar a teoria interecionista nas perspectivas de Goffmann e Becker, Gilberto Velho narra como o crescente interesse na análise da vida cotidiana, a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos e na década seguinte no Brasil, contribuiu para um maior interesse pelos estudos classificados como "micro" (VELHO, 2002, p. 8). É da autoria do antropólogo brasileiro a introdução ao livro *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social* (1985 [1974]), na qual estão contidos diversos trabalhos centrados nas obras dos dois autores interacionistas. A produção inclusive serviu de ponte entre Velho e Becker, possibilitando a vinda do sociólogo da Escola de Chicago ao Brasil em 1976 como professor visitante do Museu Nacional (UFRJ). À época, além dos trabalhos sobre desvios – evidentemente valorizados pela ciência social brasileira em razão do fenômeno da violência urbana que as grandes metrópoles começavam a presenciar nesse período –, também seus textos sobre arte, ocupações e trabalho de campo despertaram a atenção do campo (VELHO, 2002, p. 10).

Outro ponto que também foi relevante para os interacionistas simbólicos diz respeito à temática da seleção de papeis. Na relação com o crime, Matsueda e Heimer afirmam as vantagens de tal perspectiva teórica na explicação por que algumas transições no curso da vida podem afetar a probabilidade de desenvolvimento de comportamentos ilegais (1997, p. 163). Os autores acreditam que uma perspectiva interacionista simbólica pode melhorar a teoria que estuda o crime através do curso da vida, sobretudo em três aspectos. No primeiro deles, seria em relação a um abrandamento das concepções das teorias do controle, enfatizando a construção de uma teoria

dos significados dos papeis sociais, a partir da relação do curso da vida com as subculturas desviantes. Em segundo, seria através da demonstração de como as dinâmicas das situações imediatas estão conectadas com os papeis sociais, significados e comportamentos. Em terceiro, seria propondo um relacionamento entre a interação e o curso da vida.

Ao que se vê, portanto, a noção de papeis sociais foi uma importante chave de compreensão na perspectiva interacionista, embora tal noção tenha sido criticada, por exemplo, pela etnometodologia, na medida em que a ideia de papel seria impositiva e não derivada de interações possíveis de serem observadas (CORREA, 2017, p. 190). Não só a noção de papel social foi alvo de críticas por aqueles que passaram a questionar o interacionismo simbólico.

2 Interacionismo revisitado: a perspectiva radical de Athens

Principalmente a partir da década de 60 e 70 nos Estados Unidos, o interacionismo simbólico foi bastante criticado pelos sociólogos que começavam a se deparar com questões como o crescimento da pobreza, o acirramento das disputas raciais, os debates referentes à descolonização das antigas colônias europeias e os movimentos igualitários em geral, as quais pareciam demandar perspectivas que valorizassem em maior medida a importância dos condicionantes estruturais (CORREA, 2017, p. 190). O problema da dominação estava novamente em pauta, mas era justamente a principal lacuna do interacionismo simbólico. Blumer, por exemplo, entendia que conceitos amplos como classe social ou divisões de poder pouco auxiliavam na tarefa sociológica, razão pela qual tais temáticas foram, de certa forma, desvalorizadas em sua teoria (CORREA, 2017, p. 191).

Outra possibilidade de operacionalização da corrente mais ampla interacionista seria a partir da perspectiva do interacionismo radical, cujos principais expoentes são Athens (2013) e Park (1952). Para Athens, o interacionismo radical congrega em uma única expressão a radicalidade do marxismo europeu com a versão americana do "pragmatismo". Partindo do ponto em comum de ambas as teorias – a opção por fazer sociologia a partir das interações humanas – e das opções metodológicas de seus autores expoentes – Park e Mead valorizavam a observação naturalística –, a principal diferença

para Athens está na ênfase dada às questões do poder e da dominação nos grupos humanos (2013, p. 6). Nesse sentido, Athens faz a ressalva de que Blumer, em comparação com Mead, concedia uma maior importância à temática da dominação e do poder, mas somente nos casos em que os conflitos realmente estouravam ou quando as interações se davam entre grupos cujas relações passadas entre si foram repletas de conflitos, como no caso das relações raciais (2013, p. 9).

De qualquer forma, as concepções de Mead e de Blumer entendiam que o exercício do poder se dá apenas por aqueles atores sociais que precisam competir pelo controle de um determinado ato social, diferente dos atos ditos "rotinizados" ou de cooperação, casos em que o poder e dominação, segundo essa concepção, não ocorrem. De forma oposta, a teoria de Park, na visão de Athens, localiza o poder na integralidade dos atos sociais: também na cooperação social, o participante está sob dominação, mas nesse caso ele aceita a ordem, enquanto no conflito ele a rejeita ou a desafia (ATHENS, 2013, p. 9).

Nessa esteira, Athens entende que o sociólogo que ignora o poder e a dominação é considerado ingênuo metodologicamente, na medida em que tratar dessas operações de poder não seria apenas uma opção a cargo do investigador, conforme vinha pregando até então os adeptos do interacionismo simbólico (ATHENS, 2013, p. 10). Para o autor, portanto, estudos empíricos representativos da teoria interacionista, como aquele de Howard Becker sobre os usuários de maconha (1963), ao não levarem em conta as relações de subordinação entre os participantes das interações sociais, acabaram deixando de lado um importante aspecto da relação entre principiantes e veteranos no uso da droga: a chave para a compreensão do processo de aprendizado que levara um certo agente a se tornar um usuário de maconha por prazer seria a conformidade genuína entre os subordinados e os ordenadores das instruções (ATHENS, 2013, p. 13).

Ademais, Athens entra em desacordo com os filiados do que ele chama de fenomenologia linguística (como o próprio Blumer), na medida em que não seria necessário que o agente admitisse verbalmente estar em uma situação de dominação do grupo. Nesse sentido, o interacionismo radical concede uma maior proeminência às dinâmicas de dominação e poder na observação das interações, sobretudo quando se tratam de "operações veladas" (ATHENS, 2013, p. 16).

Em sua teoria, Athens também pretende a revisão daquele que, conforme se viu, é o principal conceito disparador da obra de George Mead: a noção de ato social. O autor, então, retoma a subdivisão do conceito (atos sociais cooperativos e conflitivos) e a importante definição de "símbolos significantes", isto é, a comunicação verbal e gestual consciente que surge a partir da transformação de simples "gestos" em sinais compreendidos pelos atores da interação. Assim, para Mead, é o uso de símbolos significantes que tornaria possível para os seres ajustarem conscientemente a seleção e a performance de seus papeis em relação aos outros participantes, o que seria necessário não apenas para a reflexividade, mas sobretudo para o alcance da sociabilidade (ATHENS, 2013, p. 32).

Na visão de Athens, contudo, o grande equívoco do dito pai do interacionismo seria a centralidade conferida à noção de sociabilidade, quando tal ênfase deveria ser posta na ideia de dominação, definida como situação em que o ser oscila conscientemente na construção de um ato social em acordo com suas próprias referências (ATHENS, 2013, p. 36). Para o autor, a emergência da divisão social do trabalho faz com que os papeis superiores se diferenciem dos subordinados, criando uma necessidade de dominação na construção do ato social. Assim, a real causa dos conflitos seria muito mais a ausência de um acordo sobre a ordem de dominação do que a falta de sociabilidade, conforme entendia Mead (ATHENS, 2013, p. 38).

Em suma, o autor desenvolve sua argumentação no sentido de afirmar as quatro principais mudanças necessárias à adequação da noção de ato social. A primeira delas seria uma necessária adição da ideia de *status* social ao conceito, sobretudo a partir das contribuições de Park sobre o tema. O sociólogo teria chamado atenção para o fato de que a busca por manter, defender e melhorar o *status* social do indivíduo é um dos mais urgentes e persistentes motivos que lhe faz impor seus propósitos sobre os demais (ATHENS, 2013, p. 45). Sobre a distinção entre os papeis de subordinado e subordinante, Athens também acrescenta que seria importante compreender que aquele que exerce o papel superior também precisa demonstrar atitudes nesse sentido, enquanto os demais precisam exibir atitudes submissas. Só assim, é possível que cada um antecipe a ação do parceiro da interação.

Já em relação ao conceito de símbolos significantes, o interacionismo radical compreende que a interpretação do significado prescinde de uma ratificação por parte do receptor do símbolo e não apenas do uso de regras

semânticas previamente estabelecidas. Por fim, Athens sugere que, a partir da distinção entre os objetos sociais congruentes e incongruentes e entre planos compatíveis e incompatíveis, seria possível realizar uma distinção entre atos coletivos cooperativos e conflitantes, e não apenas cooperativos, como Mead afirmava (2013, p. 46). Realizadas tais alterações, poderia se falar em ato coletivo fundamentado no princípio da dominação ao invés no da sociabilidade, o qual seria a base fundante do interacionismo radical.

3 Os coletivos criminais: é possível uma nova abordagem?

A consolidação do tráfico de drogas no Brasil a partir da década de 90 se deu de tal forma que a compreensão das principais questões sociais relacionadas à violência urbana no país passa por melhor destrinchar os atores e processos sociais que constituem esse todo maior do mercado ilícito de drogas. Há quem acredite, inclusive, que o período marca uma mudança do conflito social próprio da "era neoliberal", normalmente pautado pelo desmanche de garantias ao trabalhador e pelo consequente crescimento dos mercados informais em todo o mundo, para um conflito situado na centralidade e expansão das temáticas da "violência urbana", das "drogas" e da "marginalidade" (FELTRAN, 2014, p. 499).

A expansão sem precedentes na história brasileira da sociabilidade do "mundo do crime" (FELTRAN, 2008a, p. 45) impulsionou a produção de investigações sociológicas centradas na compreensão do funcionamento dos mercados informais, ilegais e ilícitos[1]. Certos estudos optaram por explorar uma teoria etnográfica do crime, sobretudo em relação às localidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda no final da década de 90 (AQUINO; HIRATA; 2018, p. 113). Como exemplo, existem os estudos pioneiros de Misse (1999) e Zaluar (1994), além dos trabalhos mais recentes de Grillo (2013), Biondi (2014) e Hirata (2010). Saindo do eixo Rio-São Paulo, destacam-se ainda as pesquisas sobre o tráfico de drogas de Belo Horizonte (ZILLI, 2015) e Recife (DAUDELIN; RATTON, 2017).

1 Em recente análise descritiva da produção sociológica brasileira no campo da violência e da criminalidade, identificou-se uma baixa produção referente especificamente à questão do tráfico de drogas. Dos 546 artigos sobre o tema geral da violência publicados em revistas A1 e A2 de Sociologia no país, apenas 13 (2,4%) se referiam especificamente ao assunto do mercado ilícito de drogas (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2018, p. 24).

Em relação à realidade carioca, o trabalho de Misse visa abordar o tráfico de drogas como sendo um "mercado informal criminal" e, a partir deste ponto de partida, explicitar as principais dimensões da acumulação social da violência no Rio de Janeiro (1999, p. 288). A novidade da pesquisa está na hipótese de que a violência da cidade se explica pela interlocução de dois fatores: redes de venda à varejo de mercadorias ilícitas, em que a cocaína se tornou a principal mercadoria a partir da década de 80, sobrepostas à grande oferta de "mercadorias políticas"[2]. Seria nesta sobreposição de mercados, portanto, que residiria a compreensão do problema da violência do Rio de Janeiro (MISSE, 1999, p. 289).

O autor utiliza a palavra *movimento* para identificar o mercado local de drogas nas favelas, constituído por um grupo social presente em um determinado território (MISSE, 1999, p. 308). Misse retoma que, com a consolidação da venda de cocaína em grande escala, teria surgido o Comando Vermelho no final da década de 80. Após esse primeiro momento, seguiram-se uma fragmentação do controle e uma segmentação dos territórios entre diversos grupos do *movimento* (MISSE, 1999, p. 315). A experiência etnográfica da pesquisa realizada pelo sociólogo o leva a afirmar a existência de redes "cooperativas" e não "organizações de tipo mafioso", na medida em que não haveria uma verticalidade organizada acima do "dono" e interligada a ele, mas redes interligadas a partir de donos e gerentes, horizontalmente, e cuja relação com os produtores seria intermediada por atacadistas de porte médio e pequeno (alguns sendo ex-policiais).

De forma muito próxima, mas sobre a realidade do PCC, a pesquisa de Biondi mostra a existência de diversos *movimentos* no interior do grupo, ou seja, uma diversidade de organizações que afasta a ideia de unidade monolítica (2014, p. 294). Para a autora, parece não haver "caminhos definidos rumo a uma missão ou objetivo comum por meio dos quais as coisas concorram, todas juntas" (BIONDI, 2014, p. 295). Assim, na medida em que não há uma unidade estruturada e organizada, as ditas "ondas de violência" seriam o resultado dos jogos de força de quem constitui *o mo-*

2 Para o autor, as chamadas "mercadorias políticas" seriam "o conjunto de diferentes bens ou serviços compostos por recursos 'políticos' (…); que podem ser constituídos como objeto privado de apropriação para troca (livre ou compulsória, legal ou ilegal, criminal ou não) por outras mercadorias, utilidades ou dinheiro" (MISSE, 1999, p. 288). A corrupção seria um dos principais exemplos desta categoria.

vimento e dos esforços dos seus agentes em imprimir rumos que lhe sejam mais favoráveis.

Ao realizar a comparação entre as realidades de Rio de Janeiro e São Paulo, Hirata e Grillo afastam a noção de organizações "mafiosas", caracterizada por possuir uma estrutura piramidal e centralizadora, optando por utilizar a expressão "coletivos criminais" (2017, p. 79). Nesse sentido, retomam as formas de constituição dos *movimentos* das cidades para concluir que ambos os comandos se constituem como redes horizontais de proteção mútua, em que pese as rupturas internas e as alianças com outros grupos sejam menos recorrentes, mas com maior impacto na dinâmica, no caso do Rio de Janeiro; e mais recorrentes e com menor impacto, no caso de São Paulo (HIRATA; GRILLO, 2017, p. 84).

Ainda é preciso dedicar uma atenção especial aos estudos que foram realizados em regiões mais localizadas no país, fora, portanto, do eixo Rio-São Paulo. Os estudos sobre os coletivos criminais regionais são importantes porque possibilitam verificar em que medida existem padrões e distinções na forma como a violência letal do tráfico de drogas é operada pelos coletivos em cada localidade. Zilli (2015), por exemplo, trabalha com a simbologia dos homicídios ocorridos em conflitos de gangues na região do entorno de Belo Horizonte. Na sua concepção, a violência está mais vinculada ao "mundo do crime", cuja normativa interna associa a sobrevivência do jovem à execução da violência, do que à lógica utilitária do negócio da droga (ZILLI, 2015, p. 482).

Ao pensar as formas com que o tráfico de drogas e a violência letal se relacionam, Daudelin e Ratton ressalvam que o nível de propagação da violência sistêmica própria de um mercado ilegal despossuído de controle externo depende dos mecanismos particulares de cada mercado (2017, p. 118). Assim, os autores concluem que a brutalidade do mercado do *crack* no Recife, devido, por exemplo, ao consumo compulsivo e ao uso excessivo de crédito consignado, contrasta de forma substancial com a quase ausência de violência nos mercados da classe média (p. 127).

Ainda que estudos mais localizados sobre o tráfico de drogas tenham feito emergir as interações interpessoais entre os sujeitos, além das regras e negociações realizadas entre os grupos em disputa no mercado – de modo que os princípios interacionistas já estivessem, em alguma medida, em ação (VELHO, 2002, p. 13) –, a teoria interacionista, dita de tal forma, foi pouco

operacionalizada nas abordagens sobre as dinâmicas do tráfico de drogas no Brasil. Gilberto Velho foi, em alguma medida, uma exceção a essa regra (1974; 2002).

Em que pese o antropólogo não tenha se voltado especificamente ao "desvio" do traficante, inclusive porque sua produção é anterior à consolidação do mercado ilícito de drogas da forma como ele opera atualmente no Brasil, Velho realiza uma análise a respeito do "desviante" como indivíduo que faz uma "leitura" divergente da cultura em que está inserido (1974, p. 27). Na sua visão, é no nível microssocial, nos atos dos "marginais" e "inadaptados", que se estabelece o encontro entre as tradições psicológicas e socioculturais. As bases interacionistas de suas conclusões se evidenciam, portanto, quando retoma Becker para afastar qualquer visão monolítica e acabada da estrutura social em nome de uma perspectiva que se volte aos aspectos socioculturais das situações mais "microscópicas" (1974, p. 25).

Coelho, outro importante autor da Sociologia da Violência e um dos fundadores desse campo, na visão de alguns (MARQUES, 2018), também articulou o interacionismo simbólico para levantar uma questão que passou a ser essencial aos estudos sobre violência e criminalidade a partir de então: de que adianta questionar por que criminosos fazem o que fazem sem discutir as razões que levam à criminalização de um comportamento quando esse é realizado por um certo grupo de pessoas? A proposta de Coelho, portanto, é de que o foco do campo de estudos sobre a violência seja deslocado para os processos de reação social e legal às ações executadas por certos indivíduos, deixando de lado as tentativas de explicação das causas desses atos – ou a tese da associação entre criminalidade e pobreza (1978, p. 157).

O argumento de Coelho de que os estudos sobre a criminalidade deveriam partir do pressuposto epistemológico de que "leis são criadas ou elaboradas de tal forma que a probabilidade teórica de serem violadas por certos tipos sociais coincidam com as probabilidades imputadas a certos roteiros típicos" (*Ibidem,* p. 158) ganhou força com a promulgação da Lei 11.343/2006. Apesar da despenalização do usuário de droga, as brechas deixadas pela legislação e a forma como a política criminal foi efetivada após a sua promulgação produziram um cenário de encarceramento em massa de pequenos traficantes caracterizados, em sua grande maioria, como homens jovens negros (AZEVEDO; CIFALI, 2017).

Nesse contexto, passou a ser muito difícil investigar sociologicamente a temática do tráfico de drogas sem relembrar o importante papel dos processos de incriminação na constituição de quem é socialmente percebido como traficante – tanto para as representações sociais a respeito da violência urbana, quanto para o próprio sujeito "assujeitado criminalmente" (MISSE, 2010). Assim, embora esses processos não sejam o foco do presente estudo, é importante frisar a sua relevância para a caracterização do espaço em que se realizou o campo da pesquisa: instituição onde se encontram segregados adolescentes criminalizados em razão da atuação de um sistema penal juvenil necessariamente seletivo.

Ainda, não se pode esquecer que grande parte dos trabalhos que evidenciaram a atuação do sistema repressivo na conformação do fenômeno do tráfico de drogas o fez a partir das produções de Becker, autor também vinculado ao interacionismo. Em *Outsiders,* sua obra mais proeminente (2008[1963]), o sociólogo recupera a teoria da rotulação para lhe designar de outra forma: teoria interacionista do desvio (2008, p. 182). Para essa concepção, seria essencial enfatizar a independência entre os atos e os juízos que se fazem deles, de modo que, em ambos os casos, são as atividades reais e as contingências da ação que devem ser observadas e não "a invocação de nenhuma força misteriosa" que busque explicar as questões do desvio (BECKER, 2008, p. 206).

A partir de outra perspectiva e mais recentemente, o interacionismo simbólico também foi uma importante base teórica para a pesquisa de Oliveira, que, na tentativa de estabelecer aspectos dos processos de sociabilidade que podem influenciar a adesão de jovens às redes do tráfico, se volta à análise das redes de interações desses sujeitos por meio da compreensão da construção de suas identidades (OLIVEIRA, 2008, p. 278). A partir desse aporte teórico, o autor afirma que a construção das identidades dos jovens se dá através de uma imagem positiva das "facções", cujas referências simbólicas de poder destoam das imagens estigmatizadas de pobreza do local onde vivem (2008, p. 279).

Oliveira (2008) utiliza-se das concepções clássicas do interacionismo simbólico para afirmar que "o agente social luta sempre para manter seu prestígio e honra frente aos demais" e que, nessa disputa, estão presentes "emoções lúdicas" que influenciam as formas de enfrentar os riscos e desafios (p. 282). Nesse sentido, se o trabalho de Oliveira (2008) parece atender

ao objetivo do interacionismo simbólico quando entende que a resposta para a compreensão da adesão ao tráfico de drogas estaria nas redes de interações dos jovens que constituem o *movimento,* o autor insiste em centralizar as investigações na noção de sociabilidade, preterindo a noção de dominação.

Na ótica do interacionismo radical, conforme se viu, se essa última noção fosse mais valorizada, talvez fosse mais fácil compreender como o ser oscila conscientemente na construção de um ato, isto é, como não se trata de uma decisão absolutamente tomada em um sentido. O que se propõe a seguir é justamente a utilização das interações entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação como fonte de análise de três questões que parecem relevantes à compreensão dos coletivos criminais sob o olhar interacionista proposto por Athens, quais sejam: a) distinções internas nos grupos de sujeitos analisados, como, por exemplo, diferenças geracionais; b) processos de disputas e dominação decorrentes dessas diferenças; e c) busca pelo status social individual no interior do grupo (ou de um grupo em relação aos demais) como fator importante na compreensão da imposição do ser (indivíduo ou grupo) sob os demais.

4 A experiência empírica

Conforme exposto no início do presente artigo, os dados empíricos em que se baseiam as análises a seguir foram produzidos em setembro de 2017, em razão de uma pesquisa que buscava compreender as dinâmicas de trabalho lícito e ilícito de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. À época, a investigação pretendia avaliar as semelhanças e as diferenças das experiências vividas pelos jovens no âmbito do trabalho lícito e da profissionalização em comparação com as vivências do tráfico de drogas. Nas discussões mais voltadas ao funcionamento do tráfico de drogas, emergiram muitas questões referentes aos modos de funcionamento interno dos coletivos criminais de que os jovens faziam parte (ou os "embolamentos", como eles denominam). Assim, entendeu-se propício utilizar tais dados como fonte de análise da discussão que se pretende no presente artigo, mesmo que eles tenham sido produzidos visando outro tipo de objeto de pesquisa.

Os dados empíricos foram produzidos no interior do Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre I (CASE POA I), que vem a

ser uma das Unidades de Atendimento que compõem a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE-RS). Os adolescentes que compuseram a pesquisa também faziam parte de curso profissionalizante de "Edição de Imagem e Vídeo", executado pelo Projeto Pescar[3] no interior da Unidade de Atendimento. Com tais adolescentes, realizaram-se dois grupos focais com as temáticas "trabalho" e "tráfico de drogas", cada um tendo sido composto por dois grupos de 05 jovens e com duração em média de uma hora por grupo.

Os grupos focais foram gravados com o auxílio de gravador de voz e após integralmente transcritos para o computador. Para a presente pesquisa, apenas os grupos que giraram em torno do tema do tráfico de drogas foram analisados, uma vez que foram neles em que se produziram as discussões mais relevantes sobre os coletivos criminais, tema do presente artigo. Os diálogos transpostos no presente artigo respeitam os vocábulos utilizados pelos adolescentes, mantendo eventuais erros gramaticais. Os nomes dos adolescentes foram retirados dos diálogos e as indicações são feitas por letras escolhidas aleatoriamente para cada adolescente, sendo que a letra P diz respeito às falas da pesquisadora. A análise realizada gira em torno do que se conhece como análise de conteúdo, na medida em que se buscou sistematizar e descrever o conteúdo das interações produzidas pelos adolescentes nos grupos focais (BARDIN, 2010).

Para melhor proceder na análise do material, utilizou-se o programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Qualitative Data Analisys Software*) NVivo 12. Tal programa permite a codificação das transcrições dos grupos a partir de categorias (ou "nós", como denominado pelo programa). Este processo "implica a criação de códigos, ou categorias, nas quais são armazenados índices de referência (indexadores) às porções do material empírico utilizado na análise" (TEIXEIRA, 2009, pp. 28-29). No caso da presente pesquisa, os nós foram definidos *a posteriori,* isto é, após a definição do tema do presente artigo e da leitura do material empírico. Foram três as categorias escolhidas: a) relação com mais velhos; b) situação de dominação dentro dos

3 O Projeto Pescar, existente no país desde 1976, age com objetivo de promover a profissionalização de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como o seu desenvolvimento pessoal e de sua cidadania. O conteúdo programático desenvolvido é composto por 60% de horas voltadas a temas gerais de formação humana e cidadania e 40% dedicadas especificamente à qualificação profissional.

grupos; c) status social. Nesta última categoria, procedeu-se a uma segunda subdivisão entre status social c.1) do grupo; e c.2) individual.

4.1 Diferença geracional entre os integrantes dos coletivos: aconselhamento e aprendizado

Um importante ponto de debate que surgiu entre os informantes da pesquisa diz respeito ao ingresso na atividade de venda de drogas ilícitas e o papel que os "mais velhos" possuem nessa empreitada. Se, por um lado, *é* consenso que existe um processo de ascensão no interior dos coletivos, em que é preciso aprender pouco a pouco as ações necessárias no exercício da atividade, por outro, essa aproximação é facilitada quando existe uma relação prévia com os indivíduos mais velhos, o que pode se dar apenas pela "contiguidade espacial" experimentada pelos moradores em relação aos grupos armados do tráfico de drogas (SILVA, 2008, p. 13).

> C: Na vila ali eu cheguei sereno porque eu sou cria dali, o patrão ali...
> P: Já te conhecia?
> C: Claro, pegou no colo bem dizer.

A adesão dos adolescentes aos grupos está, portanto, intimamente vinculada às relações estabelecidas entre aqueles identificados como "patrões" e os demais moradores do território, dentre os quais as crianças e adolescentes, sobretudo aqueles do sexo masculino. Na visão do interacionismo radical de Athens, mesmo veladas, as relações de dominação existentes no interior de grupos sociais precisam ser destacadas na análise sociológica. Em sintonia com essa compreensão, um dos primeiros e principais sociólogos da violência no país, Luiz Antônio Machado da Silva, compreende que o problema da violência urbana brasileira (ou da "sociabilidade violenta", como denomina o autor) seria um "problema de vida cotidiana", cujo cerne principal se constitui na força exercida e, por consequência, na dominação de uns sob outros (ARAÚJO, 2019, p. 11).

Nesse sentido, ao descreverem como ocorrem os processos de aprendizagem dos adolescentes em relação às atividades do tráfico de drogas, muitos deles fizeram referência ao papel primordial de um outro sujeito, mais experiente e normalmente mais velho, tanto no desenvolvimento dessas ações, quanto na ascensão do adolescente na hierarquia interna dos coletivos. Inte-

ressante observar como as relações de poder são identificadas pelos adolescentes também nas "interações cooperativas" e não apenas nas "interações sociais conflitivas", conforme Park havia chamado a atenção nas primeiras versões do interacionismo radical (ATHENS, 2013, p. 9). Para o autor, nos processos de interação cooperativas, mesmo havendo uma aceitação por parte dos sujeitos das regras impostas, não há que se falar em ausência de dominação, o que parece ser justamente o caso das relações internas dos coletivos criminais, quando, por exemplo, o participante da pesquisa relata um diálogo em que o sujeito mais experiente se torna um guia, indicando o que é preciso fazer para "se dar bem" ou "se dar mal".

> Y: Eles vão falando pro cara "tem que ser assim, tem que fazer isso"
> M: "Vai desse jeito que tu.."
> Y: "Vai te dá bem".
> M: Fica do meu lado,
> Y: Ou faz assim porque se tu for pelo outro lado tu vai te dar mal..

Outro ponto de interesse a essa discussão diz respeito às demandas dos mais novos em conquistar a confiança dos detentores do poder no grupo, o que se materializa pela ideia de que *é preciso que* alguém "aposte" no jovem e, em razão disso, lhe conceda os instrumentos materiais necessários para que ele alcance o crescimento desejado. Na narrativa do adolescente em que ele expõe a existência tanto daqueles que "apostam" nele quanto dos que "desacreditam", demonstra-se que o processo de aconselhamento por parte de um sujeito mais integrado ao coletivo criminal não se trata de um fenômeno evidente, mas construído através da interação social específica daquela realidade e na qual "ser cria dali" não é suficiente, mas pode ser bastante importante para angariar posições de poder internas.

> F: Sempre vai ter alguém no crime que vai apostar em ti né
> C: É verdade… sempre tem um
> F: Ele vai (inaudível), "ah meu guri, meu gurizão"
> P: A*í* tu aprendeu com ele?

F: Claro, ele vai te ensinar…

> C: Passa a faixa... Que nem na vila ali, o cara aposta em mim, vários ali desacreditam, mas vários acreditam... Aos poucos os cara foram

> vendo. Na primeira vez que eu me embolei já fiquei ali na volta dos guri, daí *já comecei a andar com o patrão direto porque ele já me conhecia desde piá né… Quando vê os guris tinham tomado umas boca lá… Quando vê o patrão já me levou pra dar umas banda*. "N*ão vamos, lá"… Quando vê já me largou um oitão, furioso, preto.*

4.2 Do conselho à cobrança: processos de dominação no interior dos coletivos

Mesmo que de forma sutil, as interações produzidas nos grupos focais realizados parecem evidenciar uma distinção entre as relações de aconselhamento e aprendizado com os integrantes mais velhos ou mais experientes na atividade do tráfico de drogas e as situações em que são narrados episódios de dominação mais evidentes entre esses sujeitos. Conforme *já exposto, Park acreditava que a dominação estaria presente em ambos os casos, isto é, tanto nas interações cooperativas como nas conflitivas. O interacionismo radical se diferencia do seu antecessor justamente por evidenciar os processos de dominação no primeiro caso, sejam tais ações narradas verbalmente pelo sujeito ou não (ATHENS, 2013, p. 16).*

No caso da pesquisa empírica em análise, em diversos momentos, os jovens buscaram enfatizar a importância da sua autodeterminação no momento da adesão ao tráfico de drogas, afirmando que a decisão de participar do coletivo advém de um desejo pessoal, seja qual for a motivação para esse desejo. Entretanto, mesmo que os jovens compreendam que sua participação no "embolamento" tenha ocorrido a partir de uma escolha pessoal, talvez seja interessante atentar para os processos velados de dominação entre os próprios jovens constituintes dos coletivos criminais. O próprio Athens identificou esse problema na pesquisa de Becker sobre o processo de aprendizado que levara um certo agente a se tornar um usuário de maconha (ATHENS, 2013, p. 13).

Nos diálogos que seguem, identificaram-se alguns casos em que as relações de dominação no interior do "embolamento" são expostas pelos adolescentes sem que eles próprios as compreendam dessa forma, ao menos não de forma completamente explícita. Nesse sentido, a narrativa sobre o sujeito que inicia a atividade e sobre os rituais pelos quais precisa passar até que mostre que "tá pela boca" é explicitada sem muito espanto. Alguns exemplos das "provações" que os novos integrantes precisam passar vão de se incri-

minar pela posse de arma, mesmo quando essa não lhe pertencia, passando por se manter na atividade pouco prestigiosa de "campana" e terminando por estar desarmado em situação de perigo e, apesar disso, se manter "firme" com os demais.

Em certo momento, um participante da pesquisa afirma que uma das qualidades para que um indivíduo se mantenha nas atividades do tráfico é "saber apanhar e ficar quieto", o que parece constituir um exemplo bastante evidente de dominação velada, assim como a constatação de que *é possível que circunstâncias obriguem o patrão a deixar de pagar os demais participantes da atividade. Em casos como esse, deixar o grupo seria considerado traição* e comprovaria que o sujeito era um "interesseiro", pois estaria vinculado ao grupo "só por causa do dinheiro". Para os adolescentes, situações como essa podem inclusive ser produzidas pelo próprio patrão como forma de testar a lealdade de seus subalternos.

Por fim, mais duas narrativas chamam atenção: uma em que o participante indica que indivíduos recém-integrados ao grupo precisam ter paciência, evitando chegar "muito acelerado". Nessas situações, os superiores "cortam teu embalo", isto é, agem de modo a suspender maiores expectativas de protagonismo no interior do grupo. No segundo diálogo, o que se explicita é a ação esperada de um bom trabalhador do tráfico de drogas, ou seja, a obediência aos mandos do "homem", estando os transgressores sujeitos às consequências de seus atos.

> S: Tem que botar respeito na vila, quando tu tá ali no teu horário tem que cuidar da vila
> Y: O que o homem falar tem um braço direito dele, o que ele fala pro outro ali, o que ele disse tá dito. Se tu não fizer tu sabe né…

Se as relações de dominação veladas existem, como acima relatado, é também verdade que, em certos momentos dos grupos focais, os adolescentes expuseram as relações de poder no interior dos coletivos de maneira incontestável, como, por exemplo, quando narraram as punições sofridas nos casos de erros cometidos. Sobre essas sanções existentes nos próprios "embolamentos" de que fazem parte, eles oscilaram entre afirmar a existência de um código interno que determina as consequências pelos descuidos e declarar que, no final das contas, tudo depende do "humor do patrão" no dia.

> Y: Ah tem uns que já tomam tiro, tem uns que tomam paulada, pedrão na cabeça
> P: Depende de quê?
> Y: Depende de..
> S: Tem uns que só tomam um xingão e vão pra casa.
> M: Depende do que tu fez.
> T: Se o cara que vai cobrar t*á* feliz ou...
> B: Depende do humor do patrão (risadas)
> Y: É tem uns que falam "ah só vou dar um peguinha hoje"
> B: É depende do humor do patrão.
> C: Às vezes eles dão a segunda chance… É que tudo depende do teu patrão também entendeu né, como no tráfico como no serviço, como no trabalho…tudo depende da pessoa, depende do humor da pessoa ali, depende de como a pessoa é.

Sobre as punições exercidas no interior dos coletivos criminais, observou-se, com surpresa, a reflexão realizada pelos próprios adolescentes a respeito da pequena margem de erro existente quando equívocos são cometidos em atividades que podem vir a prejudicar o seu próprio "embolamento". Assim, o estado de alerta conhecido em atividades de risco como a venda de drogas ilícitas não se deve apenas à iminência de ataques dos grupos contrários (os "contras") ou à deflagração de operação policial. É também o equívoco na realização de tarefas para o seu próprio grupo de pertencimento uma das principais razões pelas quais os adolescentes estão em constante risco de vida.

> Y: Se no crime tu tá fortalecendo isso aqui, tu treinou nisso aqui, os cara pegam… Teu próprio embolamento. Tu fez um montão, matou, fez um bolo por eles da*í* tu fez isso aqui, os cara…
> S: Depois que o cara não serve mais…
> P: Não consideram?
> M: A*í já era*…

Finalmente, foi possível identificar um nível mais acentuado de dominação por aqueles que possuem posição de comando nos coletivos quando os adolescentes indicam a quase impossibilidade de saída desses grupos. Baseados em justificativas morais, como a necessidade de manter "a palavra de homem" diante dos demais, ou na incompreensão a respeito dos motivos que fazem alguém que "sabe demais" e que está ganhando muito dinheiro

querer se desvincular do seu "embolamento", os diálogos levam sempre a uma única conclusão: ser desvinculado do grupo é um processo quase insustentável na realidade narrada por eles. Os adolescentes chegam a afirmar que isso só seria possível a partir de uma mudança de território do sujeito e de sua família, principalmente se ele possui "contras", na medida em que, nesse caso, seria preciso convencer, tanto o grupo de que se faz parte como os grupos contrários, de que o jovem de fato saiu do tráfico.

> S: Se o cara não tem contra, a*í* é muito mais fácil pro cara sair
> Y: Mas tem uns que sabem de mais, que o homem fica até espiado
> S: Por que tu vai querer te apartar? Tem que avisar os cara *né*
> M: Logo agora que tu tá grande, tá ganhando bastante dinheiro
> Y: É tu já sabe de umas mão que eu fiz que ninguém sabe
> S: É da*í vão investi*r no cara "será que tu não vai l*á* pros outros cara". Tu acaba sabendo demais, tu acaba te comprometendo só por saber.
> Y: A*í* tem que se mudar mesmo, pegar e.. já avisa a coroinha do cara, "amanhã 6h vai chega o caminhão de mudança, já bota as coisa"
> S: É complicado o tráfico.

4.3 Status social: a identidade do indivíduo que "ostenta", mas defende a "boca" dos grupos contrários

O sociólogo referência do interacionismo radical chamou atenção, conforme se viu, para o fato de que a busca por manter, defender e melhorar o status social do indivíduo é um dos mais urgentes e persistentes motivos que lhe faz impor seus propósitos sobre os demais. Assim, para além das modificações nos componentes operadores do ato social determinados por Mead, seria também necessário acrescentar o status social como um desses componentes básicos (ATHENS, 2013, p. 44). Ao contrário do seu antecessor, Park percebeu que o status social forneceria os meios principais pelos quais a "estrutura social" ou, mais precisamente, a "ordem social" afeta diretamente a organização de nossas ações sociais cotidianas (ATHENS, 2013, p. 45). Com base nessa constatação, Athens propõe algumas modificações à ideia de ato social de modo a construir a categoria de "ato coletivo", a qual se diferenciaria da primeira sobretudo por ser constituída por seis, e não cinco, componentes: (1) papéis, (2) atitudes, (3) símbolos significantes, (4) suposição de atitude, (5) objetos sociais e seus correspondentes planos de ação e (6) status social (ATHENS, 2013, p. 47).

No caso da presente pesquisa empírica, essa centralidade do status social é evidenciada tanto na adesão do sujeito ao coletivo criminal, quando o objeto de análise são as ações proferidas pelo sujeito individualmente, quanto no exercício de dominação dos coletivos sobre outros, quando a unidade de análise passa a ser as ações realizadas por um grupo em relação a outro. No primeiro caso, os adolescentes foram bastante explícitos em narrar a influência da construção de uma imagem positiva de si para a decisão de aderir ao tráfico de drogas, exaltando a importância de bens materiais e simbólicos nesse processo, como objetos de marca além da relação afetiva com as mulheres do seu entorno.

> I: Às vezes o cara entra porque vê os cara ali andando com tênis de marca, camiseta de marca…quer andar igual eles.
> M: O cara começa andar mais na rua, com as gurias.
> S: Cada vez mais o cara vai se envolvendo mais…
> Y: O cara nem *vê* e já t*á* evoluindo.
> M: Normalmente o cara quer dar uma banda com as gurias, quer ganhar um dinheiro, quer ter dinheiro na mão toda hora, gastar em besteira
> S: Ter roupa cara, andar de carro e moto e coisa…
> M: Vê os cara andar de moto "ah tenho que andar de motinho também", vê andando de carro "não v*ô lá e vô* busca um carro pra mim"

Ao que parece, portanto, os ganhos financeiros oriundos do tráfico de drogas produziram a autoestima na medida em que se materializaram através da construção de uma boa aparência física e da produção de um cuidado de si, sobretudo pela repulsa ao uso de drogas de forma exagerada. Assim, a figura do adolescente no tráfico "sereno", que se veste com roupas de qualidade e está atento ao uso excessivo de drogas, parece representar uma identidade positiva em um horizonte possível de ser alcançado e que, embora não seja o sujeito ideal na sociedade capitalista (afinal, a ideia de que "no crime tu já não tá muito te valorizando" ainda é muito presente), representa ganhos de valorização de si em comparação com outras identidades presentes na realidade dos adolescentes, como no caso do usuário de cocaína.

> P: E por que tu tinha dito autoestima e valorização pessoal?
> Y: O cara tem que tá bem arrumado na vila, sereno.
> S: Senão não vale de nada o cara tá no crime.
> Y: É. S*ó tocando o dinheiro fora, tem uns que só querem* pra cheirar e

> dar banda. Pegar cem de pó a*í já acaba no nariz de noite (risadas)*. Foi-se… Quando v*ê* no outro dia t*á* quebrado.

Contudo, é importante perceber que o status individual adquirido com os bens materiais oriundos da participação na venda de drogas não basta por si só. Os adolescentes apontam com clareza a existência de um status social coletivo, o qual requer que os sujeitos se doem ao seus grupos de pertencimento de modo a "honrar a camisa".

> P: E quais são as atividades que vocês pensam que a pessoa tem que fazer, quando uma pessoa que participa do tráfico, o que que ela tem que fazer pra dizer que participa.
> C: Botar a cara no bagulho.
> P: Tá mas que tipo de coisa que ela vai ter que fazer?
> C: Ah vai ter que honrar a camisa dela… vai ter que mostrar que tu quer aquele embolamento ali.

Nesse sentido, se, em um primeiro momento, ações como "ir pra baile", "ostentar", bem como frequentar shoppings e adquirir roupas, carros, motos e armas parecem ser suficientes para a construção desse status diante dos demais, o momento da "guerra" rompe com essa narrativa e impõe um outro nível de vinculação aos grupos, materializado na construção de um inimigo em comum, o "contra", e na defesa da "boca" diante de tais ameaças. É incompleta, portanto, a compreensão de que o vínculo dos jovens com o tráfico de drogas é unicamente financeiro[4]. Há um status social construído por processoss imbricados de construção de uma identidade individual de aparência e de uma identidade social de pertencimento e defesa dos interesses dos seus pares.

> C: O dinheiro que vem fácil vai fácil.
> F: O cara quer ostentar, quer dar banda nos baile.
> C: É tem vários momento, momento que tu pode curtir ali…Que nem ali na vila onde eu moro, sempre que nós não tinha guerra, nós ia pra

4 Para Lyra (2013), existiria uma divisão dos teóricos da violência entre os que vinculam a adesão dos jovens brasileiros ao tráfico de drogas a um desejo de "ter", sendo Zaluar (1994) a principal representante dessa corrente; e aqueles autores que focam suas análises nos processos pela busca do reconhecimento por parte destes adolescentes (ou pela busca do "ser"), como seria o caso de Soares, por exemplo (2000).

> baile, fazer um bolo, ostentar, dar *várias bandas, shopping,* bagulhada. Tinha várias roupas, era só dinheiro, e dinheiro, dinheiro. Força de dinheiro rolando, força de carro, roupa de marca, moto, arma. Depois da*í só... daí* começa (inaudível) com os cara…
> P: Da*í* o que que acontece?
> C: Da*í* tu já vai ali na bocada de um traficante, *já dá* uns tiro *lá*. Da*í* o outro sobe lá, mata um na outra boca. Da*í* desce eu lá, matou o outro e da*í* formou a guerra.

Considerações finais

Conforme exposto, o presente trabalho pretendeu retomar as concepções primeiras do interacionismo simbólico, reconstruindo sua inserção na teoria sociológica a partir sobretudo dos estudos de Mead e Blumer e das pesquisas que utilizaram esse aporte teórico nos estudos da violência, como no caso de Matsueda e Heimer (1997). A partir disso, buscou-se conceitualizar as principais divergências que o interacionismo radical afirma em relação à versão simbólica, principalmente pelos estudos recentes de Athens (2013). Com esse pano de fundo teórico, sugeriu-se o uso dessa perspectiva nas análises sociológicas sobre o fenômeno dos coletivos criminais do tráfico de drogas no país. Para proceder em tal argumento, as revisões teóricas foram articuladas ao material empírico produzido a partir da realização de grupos focais com adolescentes internados para cumprimento de medida socioeducativa na FASE-RS, na cidade de Porto Alegre.

A importância que o status social adquire para os jovens "embolados" com os coletivos criminais foi uma das questões relevantes que surgiram dessa articulação. A construção desse local de valorização pessoal aparece inicialmente a partir dos bens que se tornam disponíveis por meio da participação no tráfico: são novas pessoas e novos objetos que passam a fazer parte da vida do sujeito (FELTRAN, 2008b, p. 103). Assim como identificado por Feltran (2008b), foi possível constatar um fluxo de adesão dos jovens ao tráfico que se inicia no desejo pela aquisição de bens materiais e simbólicos, mas que se movimenta em direção ao que poderia ser chamado de "status social coletivo". Nesse segundo momento, a identificação pela contraposição – *eu sou o que o outro não é* – opera através do fortalecimento do vínculo com o seu próprio "embolamento" e pela imprescindibilidade de "honrar a camisa" quando a guerra é deflagrada. É apenas nesse segundo momento

que a vinculação ao coletivo se cristaliza de tal forma – tanto subjetivamente quanto socialmente – que já não parece haver trânsitos possíveis para outros mundos (FELTRAN, 2008b, p. 118).

Diante da análise realizada, também foi possível tecer algumas proposições a respeito de uma nova possibilidade teórico-metodológica para as investigações sociais a respeito de coletivos criminais do tráfico de drogas no Brasil. Assim, observou-se haver um benefício a esse campo de pesquisa quando os processos internos de tais grupos são mais bem observados, sobretudo as interações que produzem a dominação de alguns sujeitos sob outros, sejam a partir de ações veladas ou explícitas. As narrativas dos adolescentes sobre os coletivos criminais demonstraram haver inúmeras inconstâncias e disputas a respeito do que significa, em termos reais e simbólicos, estar no "embolamento". Não se trata apenas de um espaço de sociabilidade entre jovens, como algumas pesquisas da área próximas ao interacionismo simbólico vêm dirigindo suas conclusões (cf. OLIVEIRA, 2008), mas um espaço de dominação por excelência, em que há o predomínio dos desejos de uns sob outros.

Nesse sentido, as evidências do presente artigo levam ao entendimento dos coletivos criminais como conjuntos heterogêneos, constituídos nas disputas internas pelo poder, em que a normativa interna do que é permitido e do que é proibido se transforma na medida dos desejos e objetivos do "patrão", sem que necessariamente haja uma propagação prévia das novas regras aos demais membros do grupo. É um cenário em que é muito comum errar sem saber que está errando. Nessa linha interpretativa, opta-se por aderir à ideia que Biondi já havia proposto quando indicou ser também o PCC menos um *todo* e mais um fluxo de vários movimentos "com diversas formas, calibres, velocidades e rumos" (2014, p. 294).

Se mesmo as dinâmicas do PCC – coletivo criminal mais bem consolidado no cenário nacional – podem ser compreendidas sem recorrer a uma ideia monolítica do grupo, também é possível pensar dessa forma em relação aos "embolamentos" gaúchos. A própria categoria nativa utilizada pelos sujeitos do tráfico de drogas indica que as práticas ali existentes ocorrem em um emaranhado não muito bem definido de relações, disputas e negociações. A institucionalização interna dos coletivos em Porto Alegre é, portanto, menor do que aquela do grupo paulista, assim como é menor a disputa violenta pelos territórios da cidade: em São Paulo, os homicídios vêm diminuindo, enquanto na capital gaúcha os conflitos letais no cenário urbano têm produzido um importante aumento desses

índices (AZEVEDO; CIPRIANI, 2015, p. 171). Para Cipriani, os padrões observados para a violência letal em Porto Alegre e São Paulo se manifestaram de forma contrária, se comparados os períodos da década de 90 e o período atual (2019, p. 19). Assim, a observação de que o PCC possui mecanismos para que o aval do grupo seja respeitado no caso das decisões a respeito do uso da violência letal – o fazer o *certo* (FELTRAN, 2018) – não encontra qualquer semelhança com o que ocorre atualmente na capital gaúcha.

Desse ponto de vista, a realidade dos "embolamentos" do Rio Grande do Sul se aproxima mais do que ocorre na capital carioca, sobretudo em relação à multiplicidade de coletivos que favorece as disputas territoriais (CIPRIANI, 2019, p. 19). Apesar dessa semelhança, as particularidades entre os dois cenários são inúmeras, a começar pelas características territoriais das duas cidades: enquanto o "morro" é uma formação geográfica que impõe limites aos espaços de atuação dos coletivos criminais, as "vilas" em Porto Alegre possuem fronteiras muito mais voláteis, com avenidas e ruas servindo a essa demarcação simbólica da qual os coletivos fazem uso para impor seu poder nesses espaços. A comparação entre as dinâmicas do tráfico em cada uma dessas cidades, contudo, mereceria uma produção empírica específica que, até onde se sabe, ainda não foi realizada.

Conforme buscou-se argumentar no presente artigo, algumas dimensões já consolidadas do interacionismo radical parecem auxiliar na tarefa sociológica de desmistificar as configurações internas desses grupos, sobretudo quando se atenta para os processos de dominação, para as diferenças geracionais e para a busca pelo status social que pauta as ações individuais e coletivas. Para que se confirme essa hipótese, ainda são necessárias outras produções empíricas, em realidades distintas e através de diferentes técnicas metodológicas.

Nesse sentido, se por um lado o campo de estudos das facções ou coletivos criminais do tráfico de drogas no Brasil parece ganhar pouco com a importação dos modelos de organização criminosa, mafiosos e cartelizados (HIRATA, GRILLO, 2017, p. 78), por outro ainda existe muito a ser explorado quando se dirige a esse fenômeno social com o olhar sociológico interacionista. Ao aceitar essa proposta, é preciso que se compreendam as relações entre os sujeitos do tráfico a partir dos processos de força e dominação que as constituem e que não necessariamente possuem um fluxo único e direcionado, mas fazem parte de rotinas de vida de milhares de indivíduos no país.

Referências

AQUINO, Jania P. D.; HIRATA, Daniel. (2018), Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 84, pp. 107-147.

ARAUJO, Marcella. (2019), A ideia de cotidiano na produção sociológica de Luiz Antonio Machado da Silva sobre a criminalidade violenta. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, n. 1, pp. 6–23.

ATHENS, Lonnie H. (2013), *Radical Interactionism on the rise***.** Studies in Symbolic Interaction. Vol. 41. Bingley: Emerald Group Publishing.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIFALI, Ana Claudia. (2017), Public security, criminal policy and sentencing in Brazil during the Lula and Dilma Governments, 2003-2014: Changes and continuities. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 6, n. 1, pp. 146–163.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli; CIPRIANI, Marcelli. (2015), Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. *Sistema Penal & Violência*, v. 7, n. 2, pp. 160–174.

BARDIN, Laurence. (2010), *Análise de conteúdo*. 4. ed. Lisboa: Edições 70.

BECKER, Howard S. (2008 [1963]), *Outsiders*: estudos da sociologia do desvio. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

BERGER, Peter. (2001), *Perspectivas sociológicas***:** uma visão humanística. 23. ed. Petrópolis: Vozes.

BIONDI, Karina. (2014), *Etnografia no movimento***:** território, hierarquia e lei no PCC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

BLUMER, Herbert. (1986), *Symbolic Interactionism***:** Perspective and Method. Berkley; Los Angeles; London: California Press.

CARVALHO, Virgínia D. de, BORGES, Lívia de O.; RÊGO, Denise P. (2010), Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em psicologia social. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 30, n. 1, pp. 146-161.

CIPRIANI, Marcelli. (2019), *Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a "paz" na prisão e a guerra na rua*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Porto Algre: PUCRS.

COELHO, Edmundo Campos. (1978), A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, v. 12, n. 2, pp. 139–161.

CORREA, Amélia S. (2017), Interacionismo simbólico: raízes, críticas e perspectivas atuais. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 9, n. 17, pp. 176-200.

DAUDELIN, Jean; RATTON, José L. (2017), Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. *Tempo Social*, v. 29, n. 2, pp. 115-132.

FELTRAN, Gabriel. (2008a), *Fronteiras de tensão***:** um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: UNICAMP.

FELTRAN, Gabriel (2018), Irmãos: Uma história do PCC. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

FELTRAN, Gabriel. (2014), O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Cadernos CRH***,** v. 27, n. 72, pp. 495-512.

FELTRAN, Gabriel. (2008b), O legítimo em disputa: as fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo. *Dilemas,* v. 1, n. 1, pp. 93–126. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7136/5717. Acesso em: 17 set. 2019.

GOFFMAN, Erving. (1963), *Stigma*; notes on the management of spoiled identity. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

GRILLO, Carolina. (2013), *Coisas da vida no crime***:** tráfico e roubo em favelas cariocas. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

HIRATA, Daniel V. (2010), *Sobreviver na adversidade***:** entre o mercado e a vida. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

HIRATA, Daniel V; GRILLO, Carolina C. (2017), Sintonia e amizade entre patrões e donos de morro: Perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 2, pp. 75–98.

KUNZE, Nádia C. (2009), Resenha de: GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 33, pp. 289-294.

LYRA, Diogo. (2013), *A República dos Meninos***:** juventude, tráfico e virtude. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ.

MARQUES, Adalton. (2018), *Humanizar e Expandir: uma genealogia da segurança pública em São Paulo*. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM.

MATSUEDA, Ross L.; HEIMER, Karen. (1997), A Symbolic Interactionist Theory of Role-Transitions, Role-Commitments and Deliquency. In: THORNBERRY, Terence P. (ed.). *A Developmental theories of crime and delinquency***.** New Brunswick/NJ: Transaction. pp. 163-213.

MISSE, Michel. (2010), Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 79, pp. 15–38.

MISSE, Michel. (1999), *Malandros, marginais e vagabundos***:** a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Pedro P. (2008), Sobre a adesão juvenil às redes de criminalidade em favelas. In: SILVA, Luiz A. M. (org.). *Vida sob cerco:* violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. pp. 77-98.

PARK, Robert. (1952), Dominance. In: HUGHES, Everett (ed.). *Human communities***.** New York: The Free Press. pp. 159–164.

RIBEIRO, Ludmilla; TEIXEIRA, Alex N. (2018), O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 84, pp. 13-80.

SILVA, Luiz A. M. (org.). (2008), *Vida sob cerco***:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

SOARES, Luiz Eduardo. (2000), *Meu casaco de genera***l:** quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

TEIXEIRA, Alex N. (2009), *A produção televisiva do crime violento na moder-Vnidade tardia*. Tese de Doutorado em Sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VELHO, Gilberto (org.). (1985 [1974]), *Desvio e Divergência*: uma crítica da patologia social. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Gilberto. (2002), Becker, Goffman e a antropologia no Brasil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, v. 38, pp. 9–17.

ZALUAR, Alba. (1994), *Condomínio do diabo***.** 1. ed. Rio de Janeiro: Revan; Ed. UERJ.

ZILLI, Luís F. (2015), O mundo do crime e a lei da favela: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica*, v. 19, n. 3, pp. 463-487.

Submetido em 25 de março. 2019
Aprovado em 13 de maio 2019

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0